



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

PRISCILA DANTAS FERNANDES

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS E/OU DEFICIENTES AUDITIVOS NAS
DISCIPLINAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

SÃO CRISTÓVÃO

2014

PRISCILA DANTAS FERNANDES

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS E/OU DEFICIENTES AUDITIVOS NAS
DISCIPLINAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Dissertação apresentada à banca de defesa na
Universidade Federal de Sergipe como
exigência parcial para obtenção do título de
Mestre em Ensino de Ciências e Matemática.

Orientadora: Verônica dos Reis Mariano
Souza

SÃO CRISTÓVÃO

2014

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Fernandes, Priscila Dantas

F363i A inclusão dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de Sergipe / Priscila Dantas Fernandes; orientadora Verônica dos Reis Mariano Souza. – São Cristóvão, 2014.

218 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática)–Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Educação inclusiva. 2. Surdos - Educação. 3. Ensino superior. 4. Matemática – Estudo e ensino. I. Souza, Verônica dos Reis Mariano, orient. II. Título

CDU 376.33:378



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS
E MATEMÁTICA - NPGEICIMA



**“A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS E/OU DEFICIENTES
AUDITIVOS NAS DISCIPLINAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E
TECNOLOGIACAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.”**

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM
31 DE MARÇO DE 2014



PROF^a. DR^a. VERÔNICA DOS REIS MARINHO SOUZA



PROF^a. DR^a. MARIA LUIZA PONTES DE FRANÇA FREITAS



PROF^a. DR^a. ACÁCIO ALEXANDRE PAGAN

Aos meus pais.
Ao noivo.
À professora e orientadora.
E principalmente a DEUS.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde e paz, sem as quais não teria existido motivação para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Capes, órgão que financiou esta pesquisa, indispensável à realização deste projeto.

Aos meus pais, pelos incentivos, dedicação e apoio moral indispensáveis à minha formação profissional e pessoal.

À Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza, pela paciência, sugestões, contribuições e autonomia que tornaram possível a conclusão desta pesquisa.

Aos professores do NPGECIMA, pela transmissão dos ensinamentos que contribuíram eficazmente para a minha formação acadêmica.

Ao meu noivo Adriano Borges, pelo apoio, paciência e compreensão nos meus estudos e projetos de vida.

À amiga Tatiane Menezes, pelo grande apoio e estímulo no ingresso no mestrado.

À amiga Kécia Karine, pela parceria nas produções acadêmicas e pelo apoio à concretização deste estudo.

Ao amigo José Ferreira, pela paciência e auxílios relevantes a concretização desta pesquisa.

À Prof.^a Dr.^a Maria Luiza e ao Prof. Dr.^o Acácio Pagan por ter aceitado o convite para participar da banca examinadora.

A todos os professores, alunos e intérpretes que participaram desta pesquisa.

A todos os colegas do Núcleo de Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência (NUPIEPED).

Por fim, a todos que, mesmo indiretamente, cooperaram para a conclusão desta dissertação.

A todos, meus sinceros agradecimentos!

“Sociedade sadia é aquela que respeita a pluralidade de seus cidadãos, que garante deveres e oportunidades iguais a todos que dela fazem parte. Não excluir nenhum indivíduo deve ser um de seus objetivos, se não o principal.”

(Camara e Vidal, *Como lidar com as pessoas com deficiência auditiva e/ou surdez*, 2011)

RESUMO

A inclusão consiste em inserir todos os alunos nas classes regulares de ensino, buscando respeitar e atender às suas necessidades sociais, culturais e educacionais. O objetivo geral deste trabalho foi analisar o processo de inclusão de alunos surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), campus de São Cristóvão. Pretendeu-se desenvolver uma análise da realidade vivenciada pelos alunos, de suas dinâmicas de estudos, de suas dificuldades e das possíveis barreiras pedagógicas e atitudinais existentes no campus. Esta pesquisa consiste em um estudo de caso com abordagem qualitativa e descritiva. Como instrumentos de coleta de dados, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas, análise documental e observações diretas. Espera-se contribuir com ponderações que possibilitem a melhoria da vida acadêmica dos surdos e/ou deficientes auditivos na UFS e do processo de formação de professores no âmbito do Ensino Superior. Buscamos, também, levar a comunidade científica a refletir sobre o quanto a universidade ainda precisa progredir na inclusão. Os resultados mostram desinformação e desconhecimento sobre a surdez, falta de apoio dos docentes, problemas na metodologia do professor, falta de conhecimento da língua de sinais, a falta de sinais específicos da Matemática em Libras, barreiras atitudinais, postura inadequada do professor em sala de aula e falta de estrutura da universidade. Apesar da existência de falhas, a universidade apresenta progressos expressivos, como o Programa PAI/UFS, oferta de intérpretes, cursos na área da inclusão, estudos sobre este tema, eventos sobre ações inclusivas, entre outros.

Palavras-chave: Inclusão. Matemática. Surdez.

ABSTRACT

Inclusion is to enter all students in regular education classes, seeking to respect and meet their social, cultural and educational needs. The aim of this study was to analyze the inclusion process of deaf and/or hearing impaired students in the subjects of Federal University of Sergipe (UFS), Centre for Exact Sciences and Technology, in São Cristóvão campus. It was intended to develop an analysis of the reality experienced by the students, their dynamics of studying, their difficulties and possible pedagogical and attitudinal barriers existing on campus. This research consists of a case study with qualitative and descriptive approach. As instruments for data collection, we used semi-structured interviews, document analysis and direct observations. We hope to contribute with suggestions to allow the improvement of deaf and/or hearing impaired students' academic life within UFS, besides the process of teacher education in the higher level of education. We also seek to lead the scientific community to reflect on how the university still needs to make progress in inclusion. The results show misinformation and ignorance about deafness, lack of support from teachers, problems in teaching methodology, ignorance about sign language, lack of specific signs for Mathematics in Libras, attitudinal barriers, inadequate behavior of teachers in the classroom and bad structure of the university. Despite the flaws, the university presents significant progress, as the PAI/UFS Program, interpreters available, courses about inclusion, studies on this issue, and events on inclusive actions, among others.

Keywords: Inclusion. Mathematics. Deafness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Orelha Humana.....	10
Figura 2 - Aparelhos de Amplificação Sonora Individual – AASI.....	16
Figura 3 - Implante coclear.....	19
Figura 4 - Alfabeto manual.....	21
Figura 5 - Sinais icônicos.....	23
Figura 6 - Sinais arbitrários.....	23
Figura 7 - Alfabeto visual de Cosmus Rosselius.....	39
Figura 8 - Símbolo do Centro de Reabilitação Ninota Garcia.....	47
Figura 9 - Triangulação dos métodos.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Limiares de audição.....	11
Tabela 2 - Símbolos que representam a surdez.....	24
Tabela 3 - Alunos ingressantes pelo sistema de cotas - 2010.....	54
Tabela 4 - Alunos ingressantes pelo sistema de cotas - 2011.....	55
Tabela 5 - Alunos ingressantes pelo sistema de cotas - 2012.....	57
Tabela 6 - Alunos ingressantes pelo sistema de cotas - 2013.....	58
Tabela 7 - Quantitativo dos alunos com deficiência.....	60
Tabela 8 - Quantitativo de horas observadas em sala de aula.....	74
Tabela 9 - Participantes da pesquisa.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Graus de perdas auditivas.....	12
Quadro 2 - Objetivos, instrumentos da pesquisa e fases de análise dos dados.....	72
Quadro 3 - Relação interpessoal.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual das deficiências - 2010.....	55
Gráfico 2 - Percentual das deficiências - 2011.....	56
Gráfico 3 - Percentual das deficiências - 2012.....	58
Gráfico 4 - Percentual das deficiências - 2013.....	59

LISTA DE SIGLAS

AASI - Aparelhos de Amplificação Sonora Individual
APADA - Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASL - American Sign Language (Língua Americana de Sinais)
ASSE - Associação de Surdos de Sergipe
BICEN - Biblioteca Central
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BH - Belo Horizonte
CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCET - Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CEAV - Centro Editorial e Audiovisual
CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas
CESAD - Centro de Educação a Distância
CITT - Centro de Inovação e Transferência de Tecnologia
CODAP - Colégio de Aplicação
CPD - Centro de Processamento de Dados
CCV - Coordenação de Concurso Vestibular
CENESP - Centro Nacional de Educação Especial
CONEP - Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
CONSU - Conselho Universitário
CULTART - Centro de Cultura e Arte
DAA - Departamento de Administração Acadêmica
DA - Deficiente Auditivo
dB - Decibéis
DCE - Diretório Central dos Estudantes
EUA - Estados Unidos da América
HU - Hospital Universitário
Hz - Hertz
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES - Instituto Federal de Sergipe
INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
LSB - Língua de Sinais Brasileira
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
NPGECIMA - Núcleo de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática
NVDA - Non Visual Desktop Access
OMS - Organização Mundial de Saúde
PAAF - Políticas de Ações Afirmativas
PAI - Programa de Ações Inclusivas
PIBIC - Programa de Iniciação Científica
PR - Paraná
RJ - Rio de Janeiro
RESUN - Restaurante Universitário
SE - Sergipe
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SESu - Secretaria de Educação Superior
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UNIT - Universidade Tiradentes
USA - União Sergipana de Assistência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. A SURDEZ E SUAS IMPLICAÇÕES.....	09
1.1. Conceito, classificação e causas da surdez.....	09
1.2. Deficiente auditivo ou surdo?.....	14
1.3. Aparelhos auditivos.....	16
1.4. Comunicação e os surdos e/ou deficientes auditivos na sociedade.....	33
1.5. Papel do professor e o processo de ensino-aprendizagem.....	26
1.6. Ensino de surdos e/ou deficientes auditivos.....	28
1.6.1. Oralismo.....	30
1.6.2. Comunicação Total.....	31
1.6.3. Bilinguismo.....	32
2. A EDUCAÇÃO DOS SURDOS E/OU DEFICIENTES AUDITIVOS.....	35
2.1. Breve histórico da educação dos surdos.....	35
2.1.1. No mundo.....	37
2.1.2. No Brasil.....	41
2.1.3. Em Sergipe.....	44
3. INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR E O ENSINO DAS DISCIPLINAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA.....	50
3.1. Inclusão no Ensino Superior.....	50
3.2. Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Sergipe - PAAF.....	53
3.3. Programa de Ações Inclusivas da Universidade Federal de Sergipe - PAI/UFS.....	60
3.4. Centro de Ciências Exatas e Tecnologia - CCET.....	62
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	64
4.1. Caracterização do campo empírico.....	65
4.2. Os participantes da pesquisa.....	66
4.3. Caracterização dos participantes da pesquisa.....	67
4.4. Instrumentos de coleta de dados.....	70
4.4.1. Coleta de dados.....	73
5. ANÁLISE DOS DADOS VERBAIS E VISUAIS.....	76
5.1. Atitudes diante da surdez.....	77
5.2. As aulas e a aprendizagem matemática.....	88
5.3. Processo de inclusão e condições que favorecem os estudos do aluno surdo e/ou deficiente auditivo no Ensino Superior.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	125
APÊNDICES.....	131
ANEXOS.....	150

INTRODUÇÃO

A educação do homem começa no momento do seu nascimento; antes de falar, antes de entender, já se instrui.

Jean Jacques Rousseau

Atualmente, muito se tem falado em processo de inclusão¹. A inclusão consiste em inserir todos os alunos nas classes regulares de ensino, buscando respeitar e atender às suas necessidades sociais, culturais e educacionais. Para tanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96, no artigo 59, garante que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.

Nesse sentido, o acesso à educação é um direito de todos e a escola é o espaço formal onde se dá o desenvolvimento de cidadãos. Nela, há o convívio com a diversidade, com a multiplicidade, sendo que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza²”. Assim, a educação deve ser comprometida com a formação dos cidadãos e cidadãs.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), no Brasil, aproximadamente 46 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência: mental, motora, visual ou auditiva. Destas, 5,1% têm alguma deficiência auditiva, ou seja, perfazendo um total de 9.722.163 pessoas, das quais 347.481 não ouvem, 1.799.885 têm grande dificuldade em ouvir e 7.574.797 pessoas possuem alguma dificuldade na audição.

Nesse contexto, há necessidade de um sistema educacional brasileiro inclusivo, que promova a inserção de todos, independentemente da condição étnica, religiosa, linguística, socioeconômica ou física de cada um. É importante que o currículo vise à diversidade dos alunos e atenda às suas necessidades e peculiaridades.

O presente estudo originou-se a partir do ingresso no curso de Pedagogia, na Universidade Federal de Sergipe, como bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC),

¹ Existem diversos tipos de inclusão, como, por exemplo, inclusão digital, social, escolar, cultural, indígena, jurídica, inclusão no mercado de trabalho, entre outros. Neste estudo, o foco é a inclusão escolar.

² BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 29 mai. 2012.

nos projetos “A inclusão do aluno com deficiência na UFS” em 2010 e “A inclusão da pessoa com deficiência na UFS (2010-2011)” em 2011, sob supervisão da Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza, orientadora desta dissertação.

O primeiro projeto (2010) foi um trabalho sobre deficiência física, com análises na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e entrevistas com os alunos que ingressaram na entidade por meio das Políticas de Ações Afirmativas - PAAF. Em 2011, objetivando o ingresso no mestrado acadêmico ao fim do ano, foi modificado o tema da pesquisa, passando-se à deficiência auditiva. O interesse na área da surdez deu-se também devido ao contato com alunos surdos e/ou deficientes auditivos desde o início da graduação, uma vez que, além de participantes do estudo, os mesmos converteram-se em verdadeiras amigas.

Assim, a partir desta experiência, sentiu-se a necessidade de aprofundar os estudos na temática da inclusão, dando continuidade aos trabalhos iniciados na graduação, agora especificamente na área da Matemática. Buscou-se contribuir, de alguma forma, para que dias melhores venham a acontecer na vida acadêmica, não só dos deficientes auditivos, mas de todos os deficientes da UFS. Pretendeu-se também conscientizar e sensibilizar toda a comunidade acadêmica sobre os direitos destes indivíduos nessa instituição de Ensino Superior, bem como despertar a importância de outras pesquisas que façam valer esses direitos.

O interesse em estudar a inclusão dos surdos e/ou deficientes auditivos na área da Matemática deu-se pelas dificuldades que os mesmos encontram nas matérias de Cálculo no Ensino Superior, o que resulta em evasão ou no insucesso dos que continuam. A partir de experiências próprias no estágio³, pôde-se constatar que dentre os desafios, está o de atender à grande quantidade de estudantes em sala de aula – seja em escolas da rede pública ou da rede privada, há 30, 40 ou até mesmo 50 alunos por turma. Nestes casos, diminui a qualidade do ensino, pois o professor não pode oferecer um atendimento mais individualizado para sanar as dificuldades de aprendizado dos alunos.

Esse desafio torna-se maior quando são inseridos discentes com algum tipo de deficiência nas turmas regulares. O ingresso deste público na rede regular de ensino é recente e gera ainda muito receio entre os professores, uma vez que alegam não terem tido formação para atender a esses alunos, não sabendo, assim, o que fazer ao se deparar com a situação.

³ Os estágios foram realizados durante a graduação em escolas públicas e particulares bem como no Ensino Superior, em instituição pública.

Muitos docentes⁴ sentem-se assustados por não disporem de uma formação suficiente para enfrentar o desafio de uma escola inclusiva⁵.

Nesta perspectiva, é fundamental o aprimoramento do processo de formação de professores para a melhoria do atendimento escolar, uma vez que “fica evidenciada a necessidade de investir na qualidade da formação profissional para o magistério e no aperfeiçoamento das condições de trabalho nas escolas” (VEIGA, 2010, p. 16), bem como nas universidades.

Para Souza (2000), a inclusão exige mudanças estruturais e a aceitação pelos diversos setores da sociedade, os quais devem se preparar e se adaptar para receber as pessoas com necessidades educacionais especiais, quaisquer que sejam seus tipos e graus de comprometimento, dando a todos a oportunidade de assumirem papéis.

A inclusão de pessoas com deficiência no ambiente acadêmico está em ascensão nos trabalhos de pesquisadores de diversas áreas. Ao fazer um mapeamento das pesquisas no Banco de Teses e Dissertações do Portal de Periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Google Acadêmico, foram encontradas encontramos algumas publicações que versam sobre a inclusão do surdo e/ou deficiente auditivo no Ensino Superior, porém não foram identificadas obras que tratassem especificamente sobre a área das Ciências Exatas ou da Matemática.

Foram localizados mais de 400 trabalhos publicados e/ou produzidos. Entretanto, destes, somente 70 tratavam sobre o tema da surdez e apenas 11 trabalhos (06 artigos e 05 dissertações) se enquadravam na temática Inclusão no Ensino Superior e Surdez. Em porcentagem, isto representa aproximadamente 15%, que ainda são incipientes.

Bisol et al (2010), em seu artigo “Estudantes surdos no Ensino Superior: reflexões sobre a inclusão”, buscaram compreender a vivência universitária de estudantes surdos. Machado et al. (2011), em “Inserção do deficiente auditivo ou surdo no Ensino Superior da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Campus de São Miguel do Oeste”, constataram como a instituição se mobiliza no apoio ao deficiente auditivo que ingressa no Ensino Superior e quais as maiores dificuldades que este estudante enfrenta no processo.

⁴ Referimo-nos aqui a experiências profissionais próprias, bem como às observações e relatos dos professores, foco desta pesquisa.

⁵ Concordamos com Veiga (2010, p. 15) quando diz que “a escola deve ser cada vez mais próxima à realidade. Muitos problemas enfrentados por ela relacionam-se com a crescente diversidade cultural e social dos alunos”.

Franco (2009), em seu trabalho “Educação superior bilíngue para surdos: o sentido da política inclusiva como espaço da liberdade: primeiras aproximações”, analisou a experiência na implantação do Instituto Superior Bilíngue de Educação.

Manente et al. (2007), no artigo “Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao Ensino Superior”, almejavam compreender os aspectos peculiares que podem facilitar ou dificultar o ingresso de indivíduos com deficiência auditiva no Ensino Superior.

Cruz e Dias (2009), em seu trabalho “Trajetória escolar do surdo: condições e possibilidades”, tiveram como objetivo descrever e analisar as atuais condições dos alunos surdos no Ensino Superior, sob o ponto de vista dos próprios estudantes.

Guarinello et al (2009), em seu estudo “Surdez e letramento: pesquisa com surdos universitários de Curitiba e Florianópolis”, investigaram o desempenho dos surdos em atividades de leitura e de escrita.

Daroque (2011), em sua dissertação “Alunos surdos no Ensino Superior: uma discussão necessária”, analisou os dizeres de alguns alunos surdos e seus professores universitários. A autora tentou compreender os percalços e desafios enfrentados nessas instituições de ensino, bem como as expectativas em relação a condições favorecedoras para os estudos destes alunos na graduação.

Ansay (2009), em “A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no Ensino Superior”, investigou a trajetória educacional de alunos surdos inseridos nas universidades da cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Cruz (2007), em sua pesquisa “Consolidação de uma trajetória escolar: o olhar do surdo universitário sobre o Ensino Superior”, buscou conhecer as experiências destes alunos e suas condições nesse nível de ensino em três municípios da região norte do estado de São Paulo.

Cechinel (2005), na dissertação “Inclusão do aluno surdo no Ensino Superior: um estudo do uso de língua brasileira de sinais (LIBRAS) como meio de acesso ao conhecimento científico”, investigou se o processo de tradução da língua portuguesa para a língua brasileira de sinais (LIBRAS) favorece ou não o acesso do aluno surdo aos conteúdos científicos do curso de nível superior a que pertence.

Bruno (2011), no trabalho “Políticas afirmativas para a inclusão do surdo no Ensino Superior: algumas reflexões sobre o acesso, a permanência e a cultura universitária”, discutiu as políticas e as ações afirmativas para a inclusão de pessoas surdas no Ensino Superior no estado de Mato Grosso do Sul, e problematizou, no contexto da educação inclusiva, as

condições de acesso e de permanência do acadêmico surdo nos níveis mais elevados de ensino.

As produções acadêmicas referentes à surdez no Ensino Superior, realizadas pelos estudantes da UFS, também são escassas. Foram encontradas somente 5 dissertações e 2 monografias. Entretanto, 2 dissertações e 1 monografia tratam sobre Ensino Superior – uma na área da deficiência física e as outras abrangem todas as deficiências. As demais tratam sobre a surdez, e também são brevemente descritas a seguir.

Lopes (2011), com a dissertação “Educação e Acessibilidade: Um Estudo sobre Estudantes com Deficiência em Universidade Pública do Estado de Sergipe”, analisou as condições de inclusão (acesso e permanência) de pessoas com deficiência na Universidade Federal de Sergipe.

Barbosa (2011), na dissertação “A Tecnologia Assistiva Digital na Alfabetização de Crianças Surdas”, teve o objetivo de investigar as contribuições da Tecnologia Assistiva Digital no processo de alfabetização de crianças surdas.

Santos (2012), em sua dissertação “Acessibilidade da Pessoa com Deficiência Física: o Caso da Universidade Federal de Sergipe - Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos”, almejou identificar as dificuldades de acessibilidade encontradas pelas pessoas com deficiência física na UFS, especificamente na cidade universitária.

Teles (2013), com a dissertação “A Dança das Mãos na Significação da História: A Língua Brasileira de Sinais na Comunidade de Pessoas Surdas de Aracaju/Sergipe (1960-2002)”, investigou como foram constituídos os diferentes falares dos usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na comunidade de pessoas surdas de Aracaju, a partir da implantação das instituições para surdos de 1960 até a legalização desta língua em 2002.

A dissertação “O mecanismo da coerência na produção de surdos: foco no vestibular 2011 da UFS”, de Barbosa (2011), procurou examinar os aspectos coesivos e o sentido da produção textual dos surdos.

Dias (2008), em sua monografia “Inclusão dos Surdos no Ensino Regular: Uma Análise da Rede Pública Municipal de Aracaju / SE”, teve por objetivo investigar e analisar a inclusão dos surdos no ensino regular da rede pública municipal de Aracaju, considerando a importância da Educação Inclusiva no processo social brasileiro.

Melo (2008), na monografia “Acesso e permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior: perspectivas, limites e possibilidades na Universidade Federal de Sergipe”, teve como propósito investigar as condições de acesso e permanência de pessoas com deficiência na UFS, acompanhando a dinâmica do cotidiano vivenciado por estes estudantes.

Nesse levantamento, buscou-se atualizar e quantificar as atividades de produção escrita no campo científico, uma vez que a inclusão é um processo complexo em um contexto sociocultural, necessitando de toda uma reflexão ativa e de ações que reforcem o respeito à diversidade e a inclusão social.

A partir do Concurso Vestibular 2010, o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Sergipe instituiu o sistema de cotas para pessoas com deficiência. A potencialização do número de pessoas cegas, surdas e com dificuldade de locomoção exige mudanças nas concepções de escola, de avaliação e de ser humano.

Com o crescimento do processo de inclusão do deficiente junto ao sistema educacional brasileiro, em especial em relação ao ensino regular, as evidências demonstram que não existem políticas bem definidas nas instituições de Ensino Superior para receber os universitários deficientes.

De acordo com Souza (2000), alguns caminhos são válidos para conseguir a permanência e terminalidade do aluno com deficiência no ensino regular (destacando aqui os alunos surdos). Dentre eles, podemos elencar: as atividades desenvolvidas devem causar prazer; valorizar as respostas dos alunos; ajudar os alunos a clarificar suas ideias; promover um ambiente estimulador; desenvolver a independência do aluno; diversificar as metodologias de ensino na sala de aula; promover um ambiente de respeito e aceitação de todos, com suas diferenças; utilizar critérios diferenciados de avaliação; acabar com as barreiras arquitetônicas e atitudinais.

No entanto, os estudantes com surdez e/ou deficientes auditivos enfrentam várias barreiras para ingressar no Ensino Superior. Além das que são comuns a todos os jovens que prestam o exame do vestibular, existem aquelas que são impostas ao surdo e/ao deficiente auditivo ao longo de seu percurso educacional, influenciando o desenvolvimento de sua fala e de sua escrita. (REDONDO; CARVALHO, 2000). Neste ínterim, algumas ações estão sendo realizadas visando à maior igualdade de oportunidades no Ensino Superior, tais como a atuação dos intérpretes de sinais e a adoção de maior flexibilidade na avaliação das redações dos educandos.

No entanto, a simples presença de alunos com necessidades educativas especiais nas universidades não é a concretização de uma educação inclusiva. Ou seja, além de oferecer oportunidades e espaços que propiciem o contato, a sociabilidade, a integração e a convivência do aluno, a instituição deve oferecer, também, condições para que este educando tenha acesso aos conhecimentos destinados a todos os demais.

Portanto, oferecer uma resposta adequada à diversidade dos alunos exige, acima de tudo, uma preocupação especial com a formação daqueles que receberão e trabalharão com esse aluno. É necessário reforçar a formação continuada dos professores, bem como discutir o currículo dos cursos de licenciatura das agências formadoras de profissionais da educação.

Diante disso, questiona-se: Quais as estratégias utilizadas pelos professores para ensinar a estudantes surdos e/ou deficientes auditivos? Como os alunos surdos e/ou deficientes interagem com as outras pessoas no ambiente em que estudam? Quais as dificuldades com que os docentes se defrontam ao saber que possuem alunos surdos e/ou deficientes auditivos na sala de aula? Quais as principais dificuldades dos alunos investigados, com relação à sua permanência na instituição, principalmente nas disciplinas dos cursos de Ciências Exatas e Tecnologia? Que estratégias estes estudantes surdos e/ou deficientes auditivos utilizam para permanecer no curso? A presença de um aluno surdo e/ou deficiente auditivo altera a prática do professor em sala de aula?

Para responder a essas indagações, o objetivo geral deste trabalho foi analisar o processo de inclusão de alunos surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia na Universidade Federal de Sergipe, campus de São Cristóvão. Para tal, foram traçados alguns objetivos específicos: desenvolver uma análise da realidade vivenciada pelos alunos surdos e/ou deficientes auditivos na universidade; conhecer as principais dificuldades, de professores e alunos, relacionadas ao ensino e aprendizagem das disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia; conhecer os métodos e as técnicas de ensino desenvolvidos pelos professores nessas disciplinas; identificar as possíveis barreiras atitudinais e pedagógicas sofridas pelos alunos surdos e/ou deficientes auditivos do campus estudado.

Esta pesquisa consiste em um estudo de caso com abordagem qualitativa e descritiva. Como instrumentos de coleta de dados, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas, análise documental e observações diretas. Tomamos como base os fundamentos teóricos de Cruz (2007), Falcão (2012), Goldfeld (1999), Moura (2000), Quadros (2012), Soares (1999), Souza (2007), Souza (2009), Veiga (2010), entre outros.

No primeiro capítulo, intitulado “A surdez e suas implicações”, apresenta os conceitos, a classificação e as causas da surdez, expõe as diferenças entre as terminologias “deficiente auditivo” e “surdez”, os diversos aparelhos auditivos, apresenta as formas de comunicação do surdo na sociedade, discute o papel do professor e como deve se dar o processo de aprendizagem do aluno surdo e, ainda, aborda os conceitos, as características e objetivos das filosofias educacionais existentes para educar esse alunos.

O segundo capítulo, “A educação dos surdos e/ou deficientes auditivos”, consiste em um breve relato sobre a história da educação dos surdos no mundo, no Brasil e em Sergipe, mostrando as dificuldades e os avanços, ao longo dos anos, da sistematização na educação deste público.

O terceiro capítulo, “Inclusão no Ensino Superior e o ensino das disciplinas do centro de ciências exatas e tecnologia”, traz uma discussão sobre o processo de inclusão educacional no Ensino Superior, descreve os programas de políticas públicas da UFS e também o ensino das disciplinas na área das Ciências Exatas e Tecnologia.

No quarto capítulo, “Aspectos Metodológicos da Pesquisa”, são abordadas as considerações metodológicas, descrevendo-se o campo e os sujeitos da pesquisa, bem como os instrumentos utilizados na obtenção dos dados.

O último capítulo, “Análise dos Dados Verbais e Visuais”, registra, analisa e discute os dados obtidos com a pesquisa. É nele que se avalia como ocorre o processo de inclusão na instituição foco da análise. Em seguida, trata-se das considerações finais, que abordam os dados analisados e as constatações.

Considera-se a pesquisa relevante para a comunidade acadêmica, pois são escassos os estudos que versam sobre a Inclusão no Ensino Superior na área das Ciências Exatas e Tecnologia em Sergipe. Desta forma, este estudo tentou contribuir para o preenchimento das lacunas existentes nas produções acadêmicas direcionadas ao estudo da Inclusão Educacional no Ensino Superior de Aracaju.

Espera-se contribuir com ponderações que possibilitem a melhoria da vida acadêmica dos surdos e/ou deficientes auditivos na UFS e do processo de formação de professores no âmbito do Ensino Superior. Almeja-se, também, levar a comunidade científica a refletir sobre o quanto a UFS ainda precisa progredir no aspecto da inclusão. Gera desconforto e inquietação ver todos os problemas que ainda são enfrentados para que ocorra, de fato, a inclusão, e para que o aluno deixe de ser apenas um número divulgado que demonstra que a universidade está “incluindo”.

Pretende-se então, colaborar com os estudos sobre a inclusão das pessoas com deficiência na área da Matemática, auxiliando pais, professores, estudantes, pesquisadores e todos aqueles que estão comprometidos com a causa da inclusão, para que reflitam sobre os direitos destes indivíduos, não somente no âmbito educacional, mas também no aspecto social.

1. A SURDEZ E SUAS IMPLICAÇÕES

Somos diferentes, mas não queremos ser transformados em desiguais. As nossas vidas só precisam ser acrescidas de recursos especiais.

Peça de teatro: Vozes da Consciência, BH

1.1. Conceito, classificação e causas da surdez

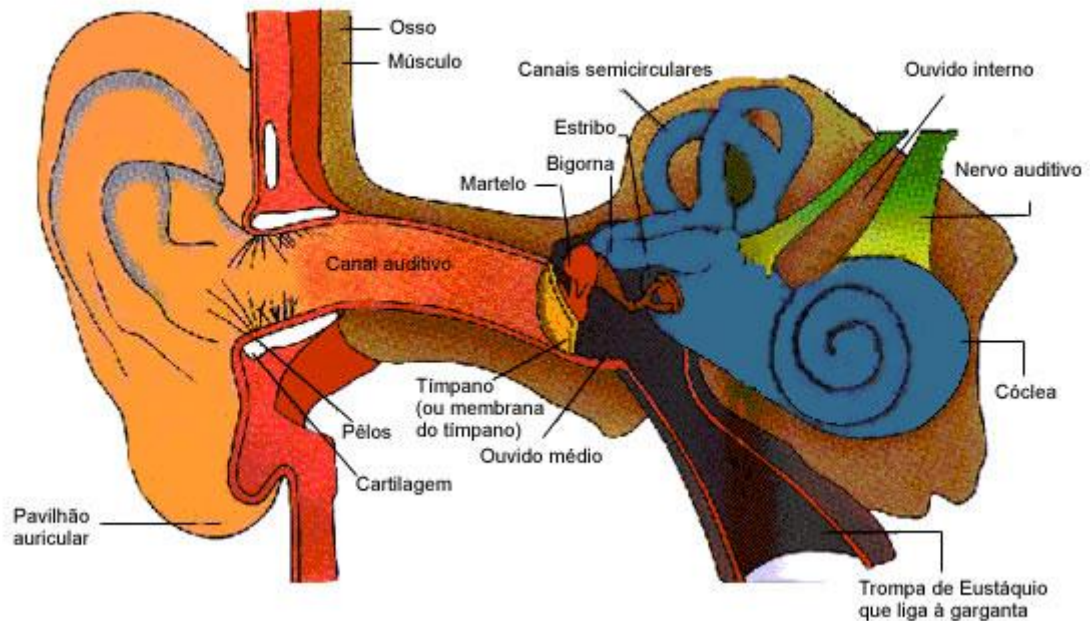
A orelha é o órgão do sistema auditivo responsável pela audição (ver figura 1). O ouvido humano é dividido em três regiões: orelha externa, orelha média e orelha interna, e cada uma realiza funções específicas. A orelha externa é composta pelo pavilhão auricular (também conhecido como pina) e pelo canal auditivo ou meato acústico externo⁶. O pavilhão tem por função localizar, coletar os sons e enviar para o conduto auditivo, enquanto o meato é responsável pela vibração da membrana timpânica, através dos sons captados.

A orelha média é constituída pela membrana do tímpano, tuba auditiva, e pelo martelo, bigorna e estribo, pequenos ossos que se assemelham a esses objetos. A função da orelha média é transmitir as vibrações sonoras da membrana timpânica até a orelha interna. Já a tuba auditiva equilibra a pressão do ar entre a parte externa e a média (VILELA, S/A)

Na orelha interna, encontra-se a cóclea ou caracol, responsável pela percepção auditiva, e o sistema vestibular, formado por três pequenos canais semicirculares que ajudam a manter o equilíbrio (id.).

⁶ A porta de entrada do som.

Figura 1 - Orelha humana



Fonte: BRASIL, 1997

A audição pode ser prejudicada por qualquer tipo de problema em uma das partes do ouvido, em maior ou menor grau. Há diferentes tipos de perda auditiva, conforme o local afetado. Para avaliar a perda de audição por via auditiva quando a criança é bem pequena, realiza-se o diagnóstico objetivo com o BERA (*Brainstem Evoked Response Audiometry*), exame que avalia as respostas evocadas do tronco cerebral. As respostas desse teste são dadas em decibéis, medida de som cujo símbolo é dB (REDONDO e CARVALHO, 2000).

Já com crianças maiores, que podem contribuir para a realização do diagnóstico, aplica-se o exame audiométrico, que identifica seu nível mínimo de audição. Esse exame permite avaliar a audição das diferentes frequências de tons puros – do grave ao agudo (idem). Os principais tipos de audiometria são a audiometria tonal, que é considerado um teste subjetivo para avaliar o grau e o tipo de perda auditiva, e a audiometria vocal, que pesquisa a capacidade de compreensão da fala humana.

Segundo Luchesi (2003), a deficiência auditiva tem sido classificada pelo grau do desvio (leve, moderado, severo, grave e profundo); pela idade (pré-lingual e pós-lingual); pela localização (condutiva, neurossensorial ou mista) e pela etiologia (hereditária ou adquirida).

De acordo com o grau do desvio, Martinez (2000) *apud* Redondo e Carvalho (2000, p. 11) propõe a seguinte classificação dos limiares de audição:

Tabela 1 - Limiares de audição

	Limiares tonais*
Audição normal	0 a 15 dB
Deficiência auditiva suave	16 a 25 dB
Deficiência auditiva leve	26 a 40 dB
Deficiência auditiva moderada	41 a 55 dB
Deficiência auditiva moderadamente severa	56 a 70 dB
Deficiência auditiva severa	71 a 90 dB
Deficiência auditiva profunda	acima de 91 dB

* Média dos limiares tonais em 500, 1.000 e 2.000 Hz.

Pela literatura, podemos perceber que as autoras acima citadas apresentam diferentes níveis de classificação para os graus de perda auditiva. Falcão (2012) também apresenta sua categorização: leve, de 20 a 40 dB, para as pessoas que apresentam dificuldades em perceber todos os sons, podendo confundir alguns fonemas e trocar as letras que têm sons semelhantes; média ou moderada, de 40 a 70 dB, para as pessoas que apresentam dificuldades em compreender frases complexas, como também atraso de linguagem e alterações na articulação das palavras; severa,⁷ de 70 a 90 dB, para as pessoas que só percebem voz muito forte e cuja compreensão verbal depende do apoio visual da língua de sinais e da contextualização da situação; e, por fim, profunda, superior a 90 dB, para as pessoas que, por não possuírem aquisição das informações auditivas, não identificam a voz humana.

⁷ Para que ocorra percepção, interpretação e compreensão do contexto e das palavras, há dependência da leitura labial e da língua de sinais. A leitura labial contribui, em média, com 40% da compreensão das palavras, e o locutor precisa estar na frente do interlocutor surdo.

Quadro 1 - Graus de Perdas Auditivas

PERDAS AUDITIVAS	DECIBÉIS	LINGUAGEM	MEDIAÇÕES
Perda Leve	De 25 a 40 dB	Não apresenta nenhum problema.	Geralmente não apresenta problemas de aprendizagem decorrentes da perda auditiva.
Perda Moderada	De 41 a 70 dB	Comunica-se de forma oral, podendo apresentar trocas nas letras.	Pode apresentar dificuldades em atividade de ditado ou de reconhecimento de fala. Sentar na primeira carteira poderá facilitar sua leitura labial.
Perda Severa	De 71 a 70 dB	Pode desenvolver a fala com dificuldade e geralmente se comunica pela língua de sinais.	Necessita de adaptações curriculares, como recursos visuais, atenção dirigida, atividade adaptada com sinais e a presença de intérprete de Libras na sala de aula.

Fonte: Ciranda da Inclusão (2009, p. 5)

No que diz respeito à idade, a classificação da deficiência auditiva pode ser pré-lingual – congênita ou adquirida antes do desenvolvimento da fala – ou pós-lingual – adquirida após o desenvolvimento da fala. O surdo pós-lingual é aquele que experimentou a audição durante um período da sua vida e mantém relações com a língua sonora. O surdo pré-lingual não tem experiência auditiva ou imagens para invocar. No caso de surdos profundos, de nascença, o que se obtém ao fazer uso de aparelhos auditivos são apenas ruídos fortes, que são desagradáveis (LUCHESE, 2003)

Já quanto à localização, a deficiência auditiva pode ser condutiva, neurossensorial ou mista. A deficiência condutiva, também conhecida como de transmissão, ocorre por uma alteração na orelha externa e/ou média e normalmente é tratável. A deficiência neurossensorial ou sensorineural afeta a cóclea e/ou o nervo auditivo e é irreversível. As

perdas auditivas mistas, por sua vez, englobam alterações condutivas e neurosensoriais (BRASIL, 1997; GESSER, 2009).

A deficiência auditiva pode ser congênita (hereditária) ou adquirida. Diferentes enfermidades podem comprometer a audição, tanto no período gestacional como no parto ou mesmo na primeira infância. As principais causas da deficiência auditiva congênita são a hereditariedade, viroses maternas (rubéola, sarampo), doenças tóxicas da gestante (sífilis, citomegalovírus, toxoplasmose), anomalias craniofaciais, hiperbilirrubinemia, neurofibromatoses e ingestão de medicamentos ototóxicos (que lesam o nervo auditivo) durante a gravidez. É adquirida quando existe uma predisposição genética (otosclerose), quando ocorre meningite, ingestão de remédios ototóxicos, exposição a sons impactantes, como uma explosão, e viroses, por exemplo (idem).

É de fundamental importância a prevenção primária na área da saúde, pois, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 1,5% da população dos países em desenvolvimento tem problemas relativos à audição. Essa prevenção refere-se às ações que precedem o problema da surdez⁸, evitando sua ocorrência, e deve ser realizada por meio de campanhas de vacinação das jovens contra a rubéola, de exames pré-nupciais, do acompanhamento pré-natal, de campanhas de vacinação infantil contra sarampo, meningite e caxumba, e de palestras e orientações às mães (BRASIL, 1997).

A deficiência auditiva é a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva (BRASIL, 1997).

Para Ciccone (1990), a surdez é definida como a perda irreversível da capacidade de ouvir sons de intensidade inferior a 27 dB, nas frequências médias da voz humana. Nessa definição, são consideradas as perdas auditivas por patologias inflamatórias do ouvido médio, por um período superior a seis meses logo após a primeira infância.

Assim, muitos surdos adultos se autodenominam “deficientes auditivos”, principalmente aqueles que apresentam perda auditiva de leve a moderada, pois não se consideram “totalmente surdos”. Essa perda é considerada uma doença, já que representa um rompimento dos moldes de normalidade estabelecidos pelo conhecimento científico.

⁸ A criança não deve tomar remédio sem receita médica, pois um antibiótico pode conter aminoglicosídeo, substância que geralmente prejudica a audição de forma irreversível.

É importante que a surdez seja diagnosticada o quanto antes, para que se inicie o atendimento especializado e o apoio à família, bem como a orientação em relação às necessidades da criança. Assim, essa estimulação precoce permitirá que o bebê adquira condições de se comunicar da melhor forma possível, situando-se de modo adequado na sociedade.

1.2. Deficiente auditivo ou surdo?

A nomenclatura depende da perspectiva de análise que se está empregando. No aspecto orgânico, são sinônimos utilizados para se referir a qualquer tipo de perda auditiva em grau leve, moderado, severo (ou médio) ou profundo, em um ou ambos os ouvidos.

Do ponto de vista histórico-cultural, os surdos são pessoas que não se consideram deficientes, utilizam uma língua de sinais, valorizam sua história e propõem uma pedagogia própria para a educação das crianças surdas. Por outro lado, os deficientes auditivos seriam as pessoas que não se identificam com a cultura e com a comunidade surda.

Sendo assim, os surdos que se identificam com a língua de sinais e com sua comunidade não gostam de ser chamados de deficientes auditivos, pois não se consideram deficientes. A comunidade surda prefere o uso dos termos “surdo” e “surdez”, por entender que “deficiente auditivo” e “deficiência auditiva” são expressões que implicam preconceito, pois dizem respeito ao déficit biológico, ao que falta ao sujeito.

Os surdos não passam despercebidos em determinados ambientes, como em uma sala de aula ou no local de trabalho, já que utilizam as mãos para se expressar e, por vezes, têm como mediador um intérprete da língua de sinais. Além disso, são notados pelo uso de uma prótese auditiva ou quando demonstram alguma dificuldade, geralmente pequena, de fala. A maioria deles se incomodada quando seu déficit é percebido e por isso procura, de várias formas, esconder o problema.

A pessoa que perde parte da audição após adquirir a linguagem por via auditiva – período pós-linguístico – pode ser considerada um deficiente auditivo, uma vez que teve acesso à cultura e à língua da sociedade ouvinte. Também é considerado deficiente auditivo aquele cuja audição é parcialmente dificultada. Já a pessoa que perde a audição antes de adquirir a linguagem, ou seja, no período pré-linguístico, estará, segundo Perlin (2000), impossibilitada organicamente de adquiri-la por via auditiva, principalmente quando sua perda for de grau severo ou profundo.

A legislação brasileira distingue surdez de deficiência auditiva, definindo a pessoa surda como “aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais” (BRASIL, 2005, art 2º). A mesma lei considera deficiência auditiva como “a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 2005, art. 2º; parágrafo único; 2004, art. 5º § 1º, b).

No entanto, existem autores que não veem distinção na nomenclatura, mas um suposto valor pejorativo na expressão “deficiente auditivo”. Para Falcão (2012), por exemplo, essa expressão, ou simplesmente “DA”, apresenta discriminação pela falta de conhecimento e domínio linguístico na perspectiva de garantir diálogos humanizantes. Segundo o autor, o sujeito é simplesmente surdo, seja por sequela ou por consequência de processos patológicos, biológicos, estruturais ou funcionais.

De acordo com Skliar (1997), o uso do termo “surdo” ou “deficiente auditivo” aponta para uma diferença de concepção da surdez. A concepção clínico-patológica concebe a surdez como uma deficiência a ser curada através de recursos⁹, e que deve ter acompanhamento fonoaudiológico, além da escola comum, com o objetivo de integrar a pessoa surda ao mundo dos ouvintes, por meio da “normatização” da fala. Já a concepção socioantropológica entende a surdez como uma diferença a ser respeitada e não uma deficiência a ser eliminada. O respeito à surdez significa considerar a pessoa surda como pertencente a uma comunidade minoritária, com direito à língua e cultura próprias.

Os surdos apresentam distinções nos aspectos de comportamento linguístico, de valores e atitudes, sendo a surdez vista não como uma doença, mas como diferença. Há distinções nos estilos cognitivos gerados pela perda auditiva, que fazem com que o surdo tenha outra forma de perceber o mundo. E existem, ainda, diferentes práticas sociais, que se estabelecem pela via visual e pelo fato de os surdos terem uma língua visual espacial como sua língua natural (primeira língua) – a Língua Brasileira de Sinais¹⁰.

⁹ Treinamento de fala e audição, adaptação precoce de aparelhos individuais de amplificação sonora e intervenções cirúrgicas, como o implante coclear.

¹⁰ Direito garantido pelo Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/02 (oficialização da Libras) e o artigo 18 da Lei nº. 10.098/00 (lei de acessibilidade).

1.3. Aparelhos auditivos

Os Aparelhos de Amplificação Sonora Individual (AASI) são dispositivos eletrônicos, miniaparelhos que servem para captar e ampliar sons, conduzindo-os à orelha através da coleta e transmissão da onda sonora. Os aparelhos auditivos podem ser divididos em: retroauricular, retroauricular com adaptação aberta, intracanal e microcanal. Eles têm a mesma capacidade de amplificar os sons e são selecionados de acordo com a especificidade de cada caso, levando-se em consideração o tipo e grau de perda auditiva, além da anatomia do conduto auditivo de cada pessoa. (ver Figura 2).

Figura 2 - Aparelhos de Amplificação Sonora Individual - AASI





Fonte: <http://www.audibel.com.br/s/159->. Acesso em: 19 jun. 2013

Esses aparelhos são usados no corpo da orelha ou atrás da mesma, buscando ampliar os sons. Apesar disso, necessitam a troca de pilhas com frequência. Em alguns deles, “dentro da orelha e do canal auditivo externo fica o molde, geralmente feito de acrílico ou silicone macio, que leva os sons vindos do aparelho até a membrana timpânica” (BRASIL, 1997, p. 49).

No entanto, apesar de as próteses auriculares auxiliarem na recepção dos sons, alguns surdos reclamam de ruídos e do incômodo que elas causam. Além disso, o desenvolvimento auditivo não acontece logo após a colocação e o uso do aparelho – depende de um processo, que vai ocorrendo com o passar do tempo (BRASIL, 1997).

É fato que a perda auditiva causa desconforto e, muitas vezes, discriminação e preconceito. Porém, ainda que o uso de um aparelho auditivo não resolva todas as dificuldades, é um recurso utilizado no intuito de melhorar as condições de comunicação. Vários são os fatores que contribuem para os benefícios de quem se utiliza de próteses auriculares, como a qualidade do aparelho, a adequação da prótese ao tipo de perda (que deve ser feita com fonoaudiólogos), a regulagem e manutenção frequentes (BRASIL, 1997).

Existem também outros aparelhos “biomédicos de alta tecnologia designados para prover som para adultos e crianças que possuem uma deficiência auditiva neurossensorial muito profunda bilateral” (BRASIL, 1997, p. 38). São chamados de implantes cocleares esses

dispositivos eletrônicos que fazem a função das células ciliadas lesadas ou ausentes. Eles produzem um estímulo elétrico às fibras remanescentes do nervo auditivo¹¹. (ver figura 5).

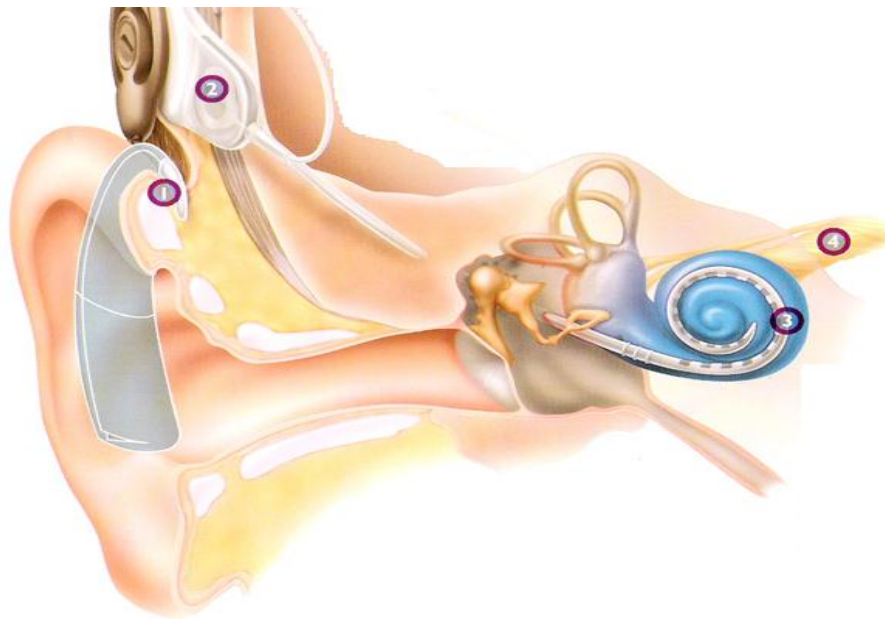
O critério de seleção recomendado para o implante coclear inclui: deficiência auditiva bilateral profunda neurosensorial; idade entre 02 e 17 anos; não existência de contraindicações radiológicas (cóclea calcificada) e médicas; pequeno ou nenhum benefício do AASI; matrícula em um programa educacional com forte componente auditivo e oral; ser ajustado psicologicamente; e possuir uma família com expectativas e suporte apropriados (BRASIL, 1997).

Os critérios estabelecidos variam conforme as instituições. De modo geral, referem-se tanto à avaliação criteriosa da própria criança quanto aos fatores audiológicos, emocionais, cognitivos e fisiológicos, além de analisarem também a família, que possui papel de suma importância no processo terapêutico e educacional. Apesar da criteriosa seleção dos candidatos ao implante coclear, não se pode assegurar a garantia de sucesso do mesmo, existindo a possibilidade de complicações cirúrgicas (id.)

O Implante Coclear Nucleus 22 Canais é o mais moderno, seguro e útil, sendo permitido seu uso comum em crianças. Consiste em uma porção interna (o implante propriamente dito) e 22 eletrodos pequenos, de platina, inseridos na cóclea por meio de uma cirurgia que dura cerca de 3 horas, sob anestesia geral (idem). O funcionamento do implante coclear difere do Aparelho de Amplificação Sonora Individual na medida em que, enquanto o AASI intensifica o som, o implante fornece informação sonora útil ao estimular diretamente as fibras neurais remanescentes em diferentes regiões da cóclea, o que permite à pessoa perceber o som.

¹¹ Disponível em: <<http://www.hospitalflaviosantos.com.br/implante.php?id=319>>. Acesso em: 05 jun 2013.

Figura 3 - Implante coclear



Fonte: <http://www.hospitalflaviosantos.com.br/implante.php?id=319>. Acesso em: 20 jun. 2013

Na figura 3, o número 1 indica o processador de fala externo, que capta o som e o converte em sinais elétricos a serem codificados (uma espécie de antena externa). O número 2 é o processador que envia os sinais elétricos ao implante interno, é o estimulador de feixe de eletrodos até a cóclea. No número 3, o implante converte os sinais em energia elétrica, que é transmitida a um conjunto de eletrodos situado dentro da cóclea. Por fim, o número 4 indica que os eletrodos estimulam o nervo auditivo, sem passar pelas células ciliares, e o cérebro detecta os sinais, produzindo a audição do som¹².

1.4. Comunicação e os surdos e/ou deficientes auditivos na sociedade

Quando se fala em surdez ou pessoa surda, logo aparecem preconceitos que denigrem o indivíduo devido à pouca comunicação ou expressão. “O surdo é considerado uma pessoa que não ouve e, portanto, não fala. É definido por suas características negativas [...] Os surdos são considerados doentes reabilitáveis, e as tentativas pedagógicas são unicamente a ortopedia da fala” (SKLIAR, 1999 *apud* FALCÃO, 2012, p. 23).

¹² Disponível em: <<http://www.hospitalflaviosantos.com.br/implante.php?id=319>>. Acesso em: 05 jun 2013.

A comunicação dá-se desde os primeiros dias de vida e toda criança adquire a linguagem naturalmente, por meio da interação. Através de sinais, gestos e escrita, estabelecemos essa comunicação e, deste modo, representamos nosso pensamento. Com a criança surda não é diferente: ela adquire a linguagem quando relaciona a experiência que vive com a verbalização e/ou os sinais que ela observa em outra pessoa, sejam colegas, pais, ou professores, entre outros. Da mesma forma, também comunicar seus pensamentos e experiências de forma oral, escrita ou com sinais. Assim, algumas crianças surdas adquirem e desenvolvem a linguagem oral, utilizando a fala para se comunicar. Outras apresentam linguagem oral mínima, que deve ser complementada com outras formas de comunicação (escrita e por sinais) (REDONDO e CARVALHO, 2000).

O surdo desenvolve suas habilidades cognitivas e linguísticas ao lhe ser assegurado o uso da língua de sinais em todos os âmbitos sociais em que transita. Para o surdo, o acesso ao conhecimento está “intimamente ligado ao uso comum de um código linguístico prioritariamente visual, uma vez que, de outra forma, [...] poderá apenas ter acesso às características físicas do objeto, e não as conceituais” (BRASIL, 2005, p. 83). A pessoa surda e/ou deficiente auditiva expressa seus desejos, sentimentos e necessidades através de gestos, expressões faciais, leitura labial, oralização, leitura e escrita, e desta forma adquire conhecimentos e se socializa.

De acordo com Gesser (2009, p. 76), “não é a surdez que compromete o desenvolvimento do surdo, e sim a falta de acesso a uma língua”. O surdo tem língua e cultura próprias, isto é, “possui a sua língua, a de sinais, e tem a sua cultura, porquanto, além da primeira língua, o surdo constitui-se em um grupo cultural” (CRUZ, 2007, p. 22).

A língua dos surdos no Brasil é a Libras, Língua Brasileira de Sinais. Ela é visual-espacial, isto é, configura-se em um espaço, em movimentos, e é visualizada. A língua de sinais, conforme Skliar (1999, p. 142), “anula a deficiência e permite que os surdos constituam, então, uma comunidade linguística minoritária diferente, e não um desvio da normalidade”.

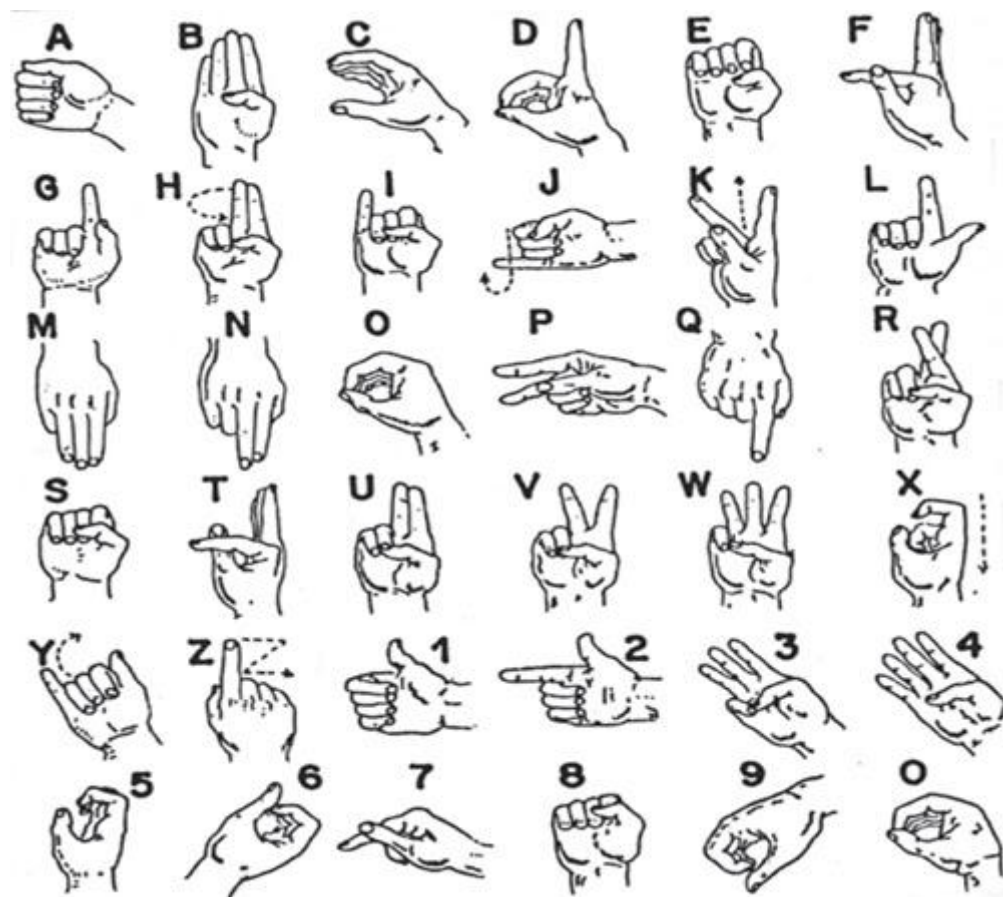
A lei nº 10.436 de 2002, regulamentada pelo decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, no parágrafo único do artigo 1º, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, definindo-a como “a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visomotora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”. Sendo assim, como essa língua é oficialmente reconhecida, sua presença deve ser efetiva em qualquer espaço. No

entanto, isso não vem acontecendo, e os surdos têm de constantemente solicitar a presença de um intérprete para os locais em que estão.

A Libras, assim como outras línguas, é composta por níveis linguísticos como fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Da mesma forma que, nas línguas orais-auditivas existem palavras, nas línguas de sinais também existem itens lexicais, que recebem o nome de sinais. A Libras apresenta-se como um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, e nele, como em qualquer língua, também existem diferenças regionais.

Conforme a figura 4, a Libras possui um alfabeto manual utilizado para soletrar manualmente as palavras – também referido como soletramento digital ou datilologia. Trata-se apenas de um recurso utilizado por falantes da língua de sinais. Não é uma língua, e sim um código de representação das letras alfabéticas.

Figura 4 - Alfabeto manual



Fonte: <http://missoes-com-arte.blogspot.com.br/2011/02/libras-e-segunda-lingua-oficial-do.html>. Acesso em: 25 jun. 2013

Utiliza-se esse recurso para soletrar nomes próprios de pessoas ou lugares, siglas e algum vocábulo não existente na língua de sinais. Além disso, os usuários dessa língua fazem, em algumas situações, empréstimos da grafia da língua oral, recorrendo à datilologia para realizar sinais de pontuação (tais como vírgulas, ponto final, ponto de interrogação, sinais matemáticos etc.) que, na maioria das vezes, são desenhados no ar. O mesmo pode ocorrer com as preposições ou outras classes de palavras (GESSER, 2009).

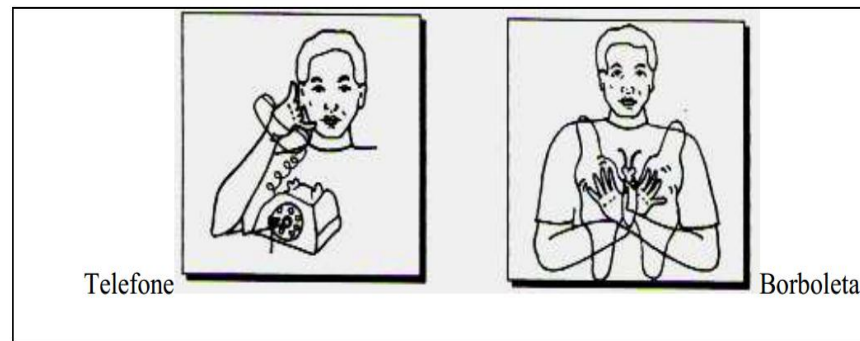
No Brasil, o alfabeto manual é composto de 27 formatos, incluído o grafema ç, que é a configuração de mão de letra c com movimento trêmulo. Cada formato da mão corresponde a uma letra do alfabeto do português brasileiro.

Nas línguas de sinais, os movimentos de cabeça, olhos, boca, sobrancelha etc. são elementos gramaticais que compõem sua estrutura (GESSER, 2009). As línguas de sinais têm todas as características de qualquer língua humana natural.

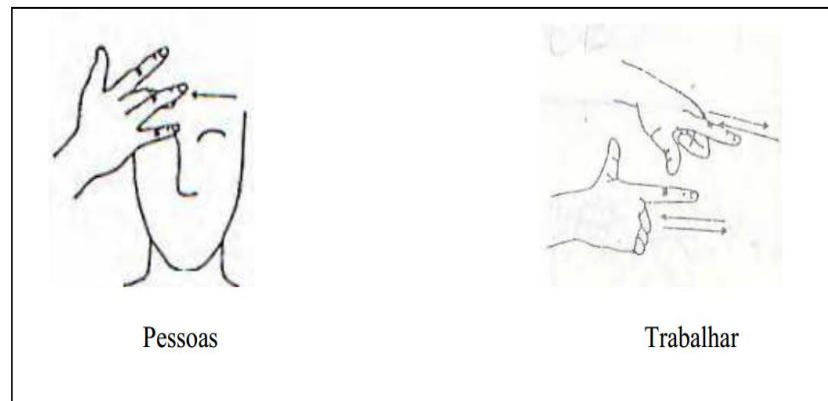
Os sinais são formados a partir da combinação do movimento das mãos com um determinado formato em um determinado lugar, podendo este lugar ser uma parte do corpo ou um espaço em frente ao corpo. Estas articulações das mãos, que podem ser comparadas aos fonemas e, às vezes, aos morfemas, são chamadas de parâmetros.

Podem ser identificados os seguintes parâmetros: a **configuração de mão** diz respeito à forma da mesma, que pode ser a datilologia ou outras; o **ponto de articulação** é o lugar onde incide a mão predominante configurada, podendo esta tocar alguma parte do corpo ou estar em um espaço neutro vertical (do meio do corpo até a cabeça) e horizontal (à frente do emissor); **orientação** é a direção apontada pela palma da mão na realização do sinal; a **locação** refere-se ao lugar (alguma parte do corpo); e o **movimento**, que pode ou não estar presente nos sinais.

Os sinais podem ser icônicos ou de arbitrariedade. Sinais icônicos são os que fazem alusão à imagem de seu significado. Os sinais arbitrários são eleitos por convenções da cultura surda e não possuem nenhuma relação com as palavras, conforme pode ser verificado, respectivamente, nas figuras 5 e 6.

Figura 5 - Sinais icônicos




Fonte: SEED, 1998, p. 6

Figura 6 - Sinais arbitrários

Fonte: www.apilms.org. Acesso em: 03 ago. 2013

Cabe destacar também que há símbolos criados para o envio de informações, avisos e orientações referentes às pessoas surdas e/ou deficientes auditivas (ver tabela 2).

Tabela 2 – Símbolos que representam a surdez

 <p>Fig 1.</p>	<p>O Símbolo Internacional de Surdez (Fig.1) foi adotado em 1980 pela Federação Mundial dos Surdos. Serve para indicar serviços e recintos adequados para pessoas surdas e/ou deficientes auditivas. No Brasil, o Símbolo Internacional de Surdez foi adotado através da Lei nº 8.160, de 08/01/1991, que torna obrigatória a sua colocação em determinadas situações e disciplina o seu uso.</p>
 <p>Fig.2</p>	<p>O símbolo que indica uma Tecnologia Assistiva para ouvir (Fig.2) traz a figura estilizada da orelha humana esquerda, acrescida de duas ondas sonoras e uma linha de pontos representando a entrada do som. Este símbolo indica que um determinado sistema tecnológico transmite som amplificado por meio de aparelhos auditivos ou dispositivos que se apóiam na cabeça, geralmente disponíveis em eventos que oferecem tradução simultânea.</p>
 <p>Fig.3</p>	<p>O símbolo indica que há ou haverá prestação de serviços de intérpretes da língua de sinais, em palestras, excursões, espetáculos de palco e outros programas. (Fig. 3).</p>

Fonte: http://www.vezdavoiz.com.br/site/simbolos_acessibilidade.php Acesso em: 12 fev. 2014

Como já dito, os surdos possuem a chamada cultura surda. Para Quadros (2003), essa cultura é multifacetada, apresenta características específicas e se traduz visualmente. As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as maneiras dos ouvintes. A cultura surda se manifesta mediante a coletividade que se constitui a partir dos próprios surdos. Trata-se do clamor da coletividade surda, com a constituição de suas regras e de seus princípios, e de um confronto de poderes. Nesse espaço, com fronteiras delimitadas por surdos, é que se constitui a cultura surda. Em alguns casos, até admite-se a existência dessa cultura, mas enquanto cultura subalterna ou minoritária, jamais como cultura diferente.

Segundo Testke (1998), “cultura é a ordem simbólica por cujo intermédio homens determinados exprimem [...] suas relações com a natureza, entre si e com o poder, bem como

a maneira pela qual interpretam essas relações” (TESKE, 1998, p. 146 *apud* CRUZ, 2007, p. 22).

A comunidade surda é formada por um grupo de pessoas que lutam cotidianamente pelos seus direitos, como o de terem uma língua própria; o de se autodeclararem surdos e serem reconhecidos como tal; o de que membros das gerações mais novas possam estudar em escolas de surdos e terem respeitada a diferença surda no aprender; o de se reunirem na associação de surdos; o de que suas famílias sejam orientadas para que, logo que detectada a surdez em seus filhos, estes possam estar junto de seus pares; o de terem intérpretes em qualquer lugar e em qualquer momento, sem necessitar requerer sua presença e seus serviços com antecedência; e o de participarem de tudo o que acontece em espaços públicos.

Entretanto, há autores que não consideram a comunidade ou cultura surda como unificadora. Bueno (1998) questiona: apesar de a surdez ser um traço de identificação entre os surdos, será que é suficiente para considerá-los como “pares” ou como “iguais”? Eles fazem parte de uma mesma comunidade só pelo fato de serem surdos? Se considerarmos que a surdez é o único fator para a existência de uma “comunidade surda”, deveremos negar a importância das determinações de raça, classe e gênero que, se servem para o restante da humanidade, não se encaixam no caso dos surdos. Se, entretanto, entendermos que essas determinações de raça, classe e gênero são importantes para a análise das culturas, como tratar o “surdo” e a “comunidade surda” sem levá-las em consideração? Segundo ele, os surdos também se enquadram nas categorias de raça, gênero, classe, nacionalidade, condição física e em outras fontes de “diferença”.

Para Quadros (2012), entende-se cultura surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define como diferente de outros grupos. Como diz Perlin (1998, p. 54), “os surdos são surdos em relação à experiência visual e longe da experiência auditiva”. O conceito de identidade é tomado aqui no sentido explicitado por Silva (2000, p. 69), como “o conjunto de características que distinguem os diferentes grupos sociais e culturas entre si. No campo dos estudos culturais, a identidade cultural só pode ser entendida como um processo social discursivo”.

De acordo com Perlim (1998), identidade surda é o conjunto de diferentes aspectos históricos e sociais e das transitoriedades dos discursos representados e representantes de sujeitos. Para essa autora, não existe um modelo de identidade surda, pois se percebe a fragmentação das identidades surdas no momento em que se olha a diferença existente entre os próprios surdos. Existem diversas possibilidades de identificação das identidades.

Ainda segundo essa autora, as identidades surdas se classificam como:

- a) **híbridas** – apresentadas pelos que nasceram ouvintes e tornaram-se surdos, que conhecem a estrutura do português falado e usam-no como língua;
- b) **de transição** – encontradas em surdos que se mantiveram sob a influência do mundo ouvinte, o que ocorre com a maioria, por serem filhos de pais ouvintes. A transição seria a passagem do mundo ouvinte para o mundo surdo, com experiências e percepções predominantemente visuais;
- c) **incompletas** – observadas quando os surdos vivem sob a ideologia ouvinte, em que há uma tentativa de reprodução da identidade desse mundo. O surdo nega a identidade surda, por desconhecer as comunidades surdas ou mesmo porque suas famílias os mantêm afastados destas;
- d) **flutuantes** – observadas nos surdos que desejam se tornar ouvintes. Estes desprezam a cultura surda, bem como sua comunidade. Não conseguem estar a serviço da comunidade ouvinte, por falta de comunicação, e nem a serviço da comunidade surda, por falta de língua de sinais.

1.5. Papel do professor e o processo de ensino-aprendizagem

No cotidiano escolar, os professores enfrentam vários problemas e desafios. A falta de infraestrutura, a repetência, evasão escolar e carga horária de trabalho muito longa são alguns desses problemas. A questão da profissionalização dos professores está sendo discutida diante da determinação cada vez maior de saberes e atributos, em um processo contínuo de complexificação de seu perfil profissional. Dentre as novas habilidades demandadas, algumas questões são apontadas pelas pesquisas brasileiras: “incorporar as culturas de referência dos alunos, operar a transposição didática, desenvolver novos processos e instrumentos de ensino e avaliação, desenvolver uma prática reflexiva” (LÜDKE, 2001, p. 27).

É válido destacar também que as normas da didática não são ensinadas pelos livros de métodos, mas pelo coração, pelo exemplo, pela experiência (TOMMASEO *apud* D’AMORE, 2007). O professor precisa respeitar as diferenças sociais, culturais e linguísticas, valorizar cada aluno e trabalhar a diversidade encontrada, mas sem desvalorizar ou mesmo prejudicar o estudante.

Não existe uma metodologia única, específica para a educação de surdos, mas são necessárias adaptações curriculares para atender às especificidades da clientela, seja na escola especial ou na regular. Os educadores devem considerar, além da metodologia, as necessidades específicas dos alunos,

com o objetivo de favorecer sua adaptação e sua integração (REDONDO; CARVALHO, 2000, p. 40).

Os surdos e/ou deficientes auditivos podem aprender o mesmo que é ensinado aos ouvintes. A dificuldade consiste no fato de que os alunos surdos e/ou deficientes auditivos, em sua maioria, são usuários da Língua Brasileira de Sinais¹³, e os professores não sabem se comunicar nesta língua. Apesar de que a inclusão exige que os docentes atualizem suas práticas, estes não compreendem a diversidade linguística existente entre a Libras e a Língua Portuguesa.

Vigotsky (1989) destaca que os alunos são capazes de aprender todos os conteúdos, porém as formas de ensinar deverão ser diferenciadas, e os professores podem conhecê-las para conduzir da melhor forma a aprendizagem dos alunos com limitações. Para Barham e Bishop (1991, p. 123 *apud* Miranda e Miranda, 2011, p.6), “o conteúdo linguístico dos problemas ou as competências linguísticas dos alunos foram considerados os principais fatores que contribuem para que os alunos surdos tenham dificuldades com a matemática em geral, bem como problemas com a palavra em particular”.

Além de um professor atualizado em suas práticas pedagógicas e com conhecimento da Libras, faz-se necessária também a presença de um intérprete para mediar essa comunicação, uma vez que a sala de aula é heterogênea e o professor deve interagir com todos. Assim, o intérprete contribui para uma melhor inclusão, já que o professor regente não poderá usar a língua de sinais o tempo todo, pois há outros alunos que são ouvintes.

Em 2005, foi sancionado o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro, que dispõe sobre a formação do professor de Libras e do instrutor. Esse decreto regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa

¹³ Com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentou-se a Libras como língua natural dos surdos e primeira língua a ser trabalhada nas escolas e com as famílias, a oficialização da profissão do intérprete da língua de sinais, a criação do exame de proficiência em Libras e a sua inserção nos currículos dos cursos de licenciaturas, Pedagogia, Letras e Fonoaudiologia.

escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

Ainda nesse contexto, a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I – efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II – interpretar, em Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III – atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV – atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V – prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

É importante destacar que o trabalho do intérprete não é ministrar aulas de sinais; é somente interpretar, ser o mediador da aprendizagem, jamais substituir o professor ou ser o agente principal. Já o professor deve estimular o aluno surdo da mesma forma que faz com os outros, sem diferenças.

Portanto, no âmbito educacional, é necessária uma profunda reflexão sobre as responsabilidades e o papel do professor e da instituição formadora como um todo, pois, como a maioria dos alunos e professores é ouvinte, desconhece as peculiaridades e especificidades relativas à surdez, compartilha ideias de senso comum, ignora a língua de sinais e tem dificuldade de se relacionar com o diferente.

Nessa perspectiva, os professores precisam rever a forma como lidam com o processo de ensino-aprendizagem. Precisam também conhecer a surdez, pensar sobre as diferenças linguísticas e culturais e, principalmente, o modo como essas diferenças se dão na vida desses estudantes.

1.6. Ensino de surdos e/ou deficientes auditivos

No capítulo 2, será abordada a história da educação dos surdos e/ou deficientes auditivos, mostrando as formas com que os docentes buscavam ensinar às pessoas com

surdez. Serão apresentados agora os conceitos, características e objetivos das filosofias educacionais que existem para educar este público específico.

As dificuldades para o ensino de surdos perduraram durante séculos, refletindo nos dias de hoje, quando educadores e pesquisadores ainda discutem a melhor metodologia. A sociedade precisa se preparar para incluir os surdos e/ou deficientes auditivos, sejam eles sinalizados ou oralizados; não somente os surdos e/ou deficientes auditivos devem se moldar aos padrões que a sociedade impõe. As instituições e as pessoas constroem estruturas e discursos para a manutenção e disseminação do preconceito quando apregoam, por exemplo, as representações da normalidade:

[...] do normal corporal, do normal da sexualidade, do normal da língua, do normal do aprendizado, do normal do comportamento, do normal da escrita, do normal da leitura, do normal da atenção, do normal escolar etc. (SKLIAR, 2006: 19 *apud* GESSER, 2009, p. 68)

Atualmente, o povo surdo tem sido considerado sob uma perspectiva exclusivamente fisiológica (déficit de audição), dentro de um discurso de normalização e de medicalização, cujas nomeações, como todas as outras, imprimem valores e convenções na forma como o outro é significado e representado. Cabe ressaltar, entretanto, que não é apenas a escolha acertada de um termo que elimina os preconceitos sociais. Os preconceitos podem estar disfarçados até mesmo nos discursos que dizem assumir a diferença e a diversidade (GESSER, 2009).

Podemos perceber isso quando a sociedade busca enquadrar o surdo nos moldes dos ouvintes, mostrando a dificuldade em lidar com o diferente. De acordo com Gesser (2009), o discurso médico tem muito mais força e prestígio do que o discurso da diversidade e do reconhecimento linguístico e cultural das minorias surdas. A surdez é construída na perspectiva do déficit, da falta, da anormalidade. O normal é ouvir, e o que diverge desse padrão deve ser corrigido, normalizado. Nesse processo normalizador, abrem-se espaços para a estigmatização e para a construção de preconceitos sociais.

Portanto, seja qual for o tipo de educação recebida, o surdo e/ou deficiente auditivo não precisa apenas de escola. É imprescindível que lhe seja oferecido atendimento médico, orientação familiar e suporte emocional, de modo a facilitar o desenvolvimento de suas potencialidades. É importante também simplificar o acesso do surdo e/ou deficiente auditivo a todos os espaços sociais (escola, parques, festas, empresas, teatros, cinema, museus etc.).

Três filosofias educacionais defendem aspectos diferentes em relação à aquisição da linguagem pela criança surda. A visão que estas filosofias têm em relação à linguagem e sua importância para o desenvolvimento infantil é divergente, mas estas divergências não são claramente explicitadas. No entanto, todos os três métodos têm como objetivo proporcionar desenvolvimento pleno de capacidade do surdo e/ou deficiente auditivo, tomando por base a necessidade desse sujeito de comunicar-se em uma sociedade ouvinte.

1.6.1. Oralismo

A filosofia educacional oralista surgiu no século XVIII e a partir das resoluções do Congresso de Milão (1880), ganhou força na segunda metade do século XIX. Essa proposta almejava que os surdos fossem normalizados, pois a surdez era considerada uma patologia, uma anormalidade – assim sendo, deveriam aprender a falar.

Nessa perspectiva, a oralização foi imposta com o intuito de os surdos serem aceitos na sociedade. Porém, como nem todos eram capazes de desenvolver a oralidade, a maioria era excluída da possibilidade educativa e do meio social, vivendo de forma clandestina.

Segundo o método oralista, ainda hoje adotado por algumas instituições, a comunicação se baseia na fala, não aceitando-se a utilização de gestos ou sinais para representar ou indicar coisas, objetos etc.. Os resíduos de audição servem como parâmetro para a aquisição da fala e da linguagem, sendo associados à leitura da expressão facial.

Nesse contexto, a filosofia oralista visa à integração da pessoa surda e/ou deficiente auditivo na comunidade de ouvintes, dando e/ou deficiente auditivo condições de desenvolver a língua oral e igualar-se ao padrão ouvinte. Entretanto, a fundamentação e a utilização do oralismo na educação de surdos são contestadas por Skliar (2004), que considera o método um modelo clínico terapêutico:

Medicalizar a surdez significa orientar toda a atenção à cura do problema auditivo, à correção de defeitos da fala, ao treinamento de certas habilidades menores, como a leitura labial e a articulação, mais que a interiorização de instrumentos culturais significativos, como a língua de sinais. (SKLIAR, 2004, p. 79)

O oralismo não permite o uso da língua de sinais na sala de aula ou no ambiente familiar; recomenda-se que a comunicação seja feita pela via auditiva e pela leitura orofacial. De acordo com Goldfeld (2002), essa filosofia educacional percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Tal estimulação possibilitaria

a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver sua personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade, à não surdez.

Atualmente, o oralismo vem sendo cada vez mais criticado, apesar de a habilidade de comunicação oral ser intensamente desejada pelos pais, professores e reabilitadores das crianças surdas. Por ter como objetivo a reabilitação do surdo em direção à normalidade, esse método é considerado uma imposição social de uma maioria linguística (os ouvintes) sobre uma minoria linguística (os surdos).

1.6.2. Comunicação Total

A abordagem educacional da Comunicação Total surgiu por volta de 1970, devido ao insucesso do oralismo. O propósito dessa abordagem é a competência comunicativa, fazendo com que a criança se comunique com todos (familiares, professores, surdos e ouvintes). Utilizam-se, para isso, vários recursos¹⁴, como a língua de sinais, leitura orofacial, utilização de aparelhos de amplificação sonora e alfabeto digital.

A Comunicação Total é uma filosofia segundo a qual os surdos devem ter acesso a todas as modalidades de comunicação disponíveis, escolhendo aquela(s) que atenda(m) melhor a suas necessidades: fala, escrita, pista auditiva (aproveitamento dos resíduos de audição por meio de aparelhos de amplificação sonora), leitura orofacial (leitura dos movimentos dos lábios e dos músculos do rosto), expressão corporal, sinais (movimentos com as mãos representando ideias) e alfabeto digital (REDONDO e CARVALHO, 2000).

No Brasil, além da Libras, essa filosofia educacional utiliza a datilologia, também chamada de alfabeto manual (representação manual das letras do alfabeto), o *cued speech* (sinais manuais que representam os sons da língua portuguesa), o português sinalizado (língua artificial que utiliza o léxico da língua de sinais com a estrutura sintática do português e alguns sinais inventados, para representar estruturas gramaticais do português que não existem na língua de sinais) e a pidginização (simplificação da gramática de duas línguas em contato; no caso, o português e a língua de sinais) (GOLDFELD, 2002).

A Comunicação Total recomenda o uso simultâneo da língua oral com estes códigos de representação espaço-viso-manual. Esta comunicação simultânea é possível pelo fato de os códigos manuais obedecerem à estrutura gramatical da língua oral, ao contrário das línguas de

¹⁴ Pode-se utilizar, simultaneamente, a língua de sinais, apesar de ter estrutura gramatical distinta.

sinais, que possuem estruturas próprias. A Comunicação Total denomina esta forma como bimodalismo. Trata-se de um dos recursos utilizados no processo de aquisição da linguagem pela criança e na facilitação da comunicação entre surdos e ouvintes (GOLDFELD, 2002).

Para Goldfeld (2002), a filosofia da Comunicação Total tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos, e entre surdos e ouvintes. Entretanto, Sá (1999, p. 106 *apud* NASCIMENTO, 2009, p. 18) argumenta que:

A história da Comunicação Total não tem um fato histórico definido em seus primórdios, como a do oralismo tem no Congresso de Milão, em 1880, o seu marco divisor. Sua história vai sendo construída na insatisfação que se manifesta mundialmente com os resultados da educação oralista que, após haver exposto gerações de surdos à sua orientação, não apresentou resultado satisfatório.

Outra característica importante é fato de esta filosofia valorizar bastante a família da criança surda, no sentido de acreditar que à família cabe o papel de compartilhar seus valores e significados, formando, em conjunto e por meio da comunicação, a subjetividade do educando.

Os profissionais que seguem a Comunicação Total percebem o surdo de forma diferente dos oralistas. Ele não é visto apenas como um portador de uma patologia de ordem médica, que deveria ser eliminada, mas sim como uma pessoa, e a surdez é tida como uma marca que repercute nas relações sociais e no desenvolvimento afetivo e cognitivo dessa pessoa (CICCONE, 1990).

Os defensores desse enfoque educacional afirmam não discriminar o surdo pela falta de domínio da oralidade, pois, nesse contexto, o aprendizado se dá a partir da comunicação que se mostre mais eficaz. Além disso, a Comunicação Total contribuiu com a introdução da língua de sinais no ambiente escolar, o que também abriu caminhos para que os surdos aprendessem e usassem essa língua em outros ambientes.

1.6.3. Bilinguismo

Podemos considerar o Brasil como um país multilíngue, uma vez que temos: falantes de famílias imigrantes, como japoneses, alemães, italianos e espanhóis; várias comunidades indígenas que falam línguas nativas (mais de 170 línguas indígenas de famílias totalmente diferentes) e, também, falantes (sinalizantes) da língua brasileira de sinais (os surdos e familiares de surdos brasileiros).

Na proposta bilíngue de educação de surdos, pretende-se que sejam ensinadas e usadas, sem que interfiram entre si ou se prejudiquem, duas línguas: a língua padrão do país (em nosso caso, o português) e a língua de sinais (Libras). Elas se destinariam a situações diferentes.

Nesse sentido, a língua de sinais, para os surdos, assim como o português falado para os ouvintes, fornecerá todo o aparato linguístico-cognitivo necessário à utilização de estratégias de interpretação e produção de textos escritos (BRASIL, 1997).

O objetivo é que a criança surda possa ter um desenvolvimento linguístico-cognitivo adequado, assim como acontece com a criança ouvinte, e que possa desenvolver uma relação harmoniosa também com ouvintes, tendo acesso a duas línguas: a de sinais e a do grupo majoritário do país.

Os defensores do bilinguismo veem esse enfoque educacional como o princípio do desenvolvimento da linguagem, da socialização, do pensamento e da dialogêse efetivamente capacitante da comunicação e interação humana, assim como a exposição à escrita da língua portuguesa visa a promover estabilidade e consciência ao desenvolvimento intelectual da pessoa surda (FALCÃO, 2012).

Conforme Quadros (2012), o bilinguismo pode ser considerado o uso que as pessoas fazem de diferentes línguas (duas ou mais) em diferentes contextos sociais. O surdo não precisa almejar uma vida semelhante à do ouvinte, podendo aceitar e assumir sua surdez.

Goldfeld (2002, p. 44-45) concorda com Rocha-Coutinho (1986, p. 79-80) quando esta afirma que:

Um deficiente auditivo não pode adquirir uma língua falada nativa porque ele não tem acesso a um sistema de monitoria que forneça um *feedback* constante para a sua fala. A língua falada sempre será um fenômeno estranho para o deficiente auditivo, nunca algo natural. Os deficientes auditivos provavelmente experimentam um grau considerável de ansiedade ao usar a língua oral porque eles não têm nenhuma forma de controlar a propriedade técnica e social do seu falar, exceto através de movimentos labiais e da reação das pessoas à sua fala. O deficiente auditivo, apesar de contar com expressões faciais e movimentos corporais, não possui uma das fontes de informação mais ricas da língua oral: monitorar sua própria fala e elaborar sutilezas através da entonação, volume de voz, hesitação, assim como extrair da produção de seu interlocutor sutilezas através da entonação, volume de voz, etc.

No entanto, na abordagem educativa do bilinguismo, o acesso à língua de sinais é feito de forma natural, através da interação da criança com o adulto surdo. A língua oral é fornecida como segunda língua, teoricamente baseada nas habilidades linguísticas já

desenvolvidas pela língua de sinais; é também uma das vias de acesso ao aprendizado da leitura escrita, juntamente à língua de sinais.

De acordo com o decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em seu capítulo 6°, que garante o direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, as escolas ou classes de educação bilíngue são aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

Através dos discursos e da lei supracitada, podemos perceber que, na proposta bilíngue, a Libras é estabelecida para os professores como a solução para todos os problemas educacionais dos surdos, e é considerada um meio de acesso à língua tida como mais importante, a Língua Portuguesa. Entretanto, os docentes se esquecem do principal objetivo: formar cidadãos surdos que reconheçam e respeitem seus membros e sua cultura.

2. A EDUCAÇÃO DOS SURDOS E/OU DEFICIENTES AUDITIVOS

No mundo há muitas línguas diferentes, mas cada uma tem seu sentido. Porém, se eu não entendo a língua que alguém está falando, então quem fala é estrangeiro para mim e eu sou estrangeiro para ele.

Primeira Carta de Paulo aos Coríntios

2.1. Breve histórico da educação dos surdos

Muitas foram as dificuldades para sistematizar a educação dos surdos, quer sejam pelas divergências a respeito da melhor maneira para educá-los (oralismo, comunicação total ou bilinguismo¹⁵), quer seja pela ausência de políticas públicas efetivas que possibilitassem a inserção das pessoas com surdez nos níveis mais altos de escolarização.

Nesse sentido, a educação dos surdos, durante décadas, foi pautada por uma concepção clínico-terapêutica, com caráter assistencialista. A deficiência estava associada a crenças sobrenaturais e supersticiosas, sendo vista nos séculos XVI e XVII, segundo Souza (2007), como bruxaria, de onde surgiram julgamentos morais, perseguições¹⁶ e encarceramentos, meios que demonstravam claramente os valores da ordem e de controle social da época.

No decorrer da história, a visão da sociedade sobre os surdos apresentava apenas aspectos negativos. Na Antiguidade, eles foram percebidos de várias formas com piedade e compaixão, eram castigados pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas, e por isso eram abandonados ou sacrificados (GOLDFELD, 2002). No Velho Testamento da Bíblia, pode-se perceber uma posição negativa em relação à surdez:

A condição sub-humana dos mudos era parte do código mosaico e foi reforçada pela exaltação bíblica da voz e do ouvido como a única e verdadeira maneira pela qual o homem e Deus podiam se falar ('no princípio era o verbo') (SACKS, 1989, p. 31 *apud* GOLDFELD, 2002, p. 24).

¹⁵ O oralismo utiliza a língua oral ou falada; a comunicação total utiliza a leitura labial, gestos, oralização, leitura e escrita; o bilinguismo utiliza duas línguas no dia a dia (a Língua Portuguesa e a língua de sinais).

¹⁶ Havia segregação de todos aqueles que, de alguma forma, fugiam aos padrões estabelecidos como de normalidade.

A partir do século XVI, tem-se notícia dos primeiros educadores de surdos. Em meados do século XVIII, começava-se a educar os deficientes, procurando torná-los preparados para exercerem algumas atividades. Passaram, então, a ser utilizados nos trabalhos repetitivos, onde, por determinada deficiência, a pessoa tinha mais eficiência que os ditos normais.

Os surdos eram colocados em lugares muito barulhentos, assegurando um resultado mais eficiente e menos dispendioso para os empresários industriais, os quais entendiam que, pelo fato de a pessoa deixar de ter um órgão, sentidos ou membros, não era digno de receber um salário correspondente às atividades, embora os resultados demonstrados por eles fossem melhores do que se executados por outros (SOUZA, 2000).

Apesar de os primeiros educadores de surdos surgirem no século XVI, a ideia de que surdos não poderiam ser educados persistiu até o século XX. Havia uma depreciação na possibilidade de escolarizá-los e, por isso, os avanços na história da educação desses sujeitos sempre estiveram vinculados ao desenvolvimento social, político e econômico.

Os surdos eram privados de todos os seus direitos legais, não podiam fazer testamentos e precisavam de um curador para representar e administrar todos os seus bens e interesses. Eram tidos, assim, como incapazes de gerenciar os seus atos. De acordo com Souza (2007, p. 50) “a função de curador era atribuída a um irmão maior ou parente próximo ou, na falta desse, a outra pessoa conforme decisão da justiça”.

Percebe-se, a partir disso, que as dificuldades pelas quais os surdos passaram para se constituir enquanto sujeitos refletem uma realidade social, política, histórica e econômica. Estes aspectos nos dão a convicção de que todos têm direito à cidadania, à dignidade e, principalmente, ao respeito como pessoa.

As discussões sobre a educação dos surdos vêm se arrastando pelos séculos. Então, para que se possa compreender o processo de transformações da concepção de educação para surdos na atualidade, apresenta-se, a seguir, um breve histórico dessa trajetória mundial, nacional e local.

2.1.1. No mundo

Na Antiguidade ou Idade Antiga (4000 a.C.–476 d.C.), os surdos eram privados de seus direitos legais, eram considerados incapazes, pessoas inválidas e seres humanos incompetentes. Por isso, eram sacrificados. Partia-se da hipótese de que o pensamento não podia se desenvolver sem a fala e esta não se desenvolvia sem a audição – os surdos, que não ouviam, não falavam e não pensavam, então, não poderiam aprender. Segundo Aristóteles (*apud* ZAMPIERI, 2006), a linguagem era o que dava condição de humano para o indivíduo; logo, sem linguagem, os surdos não eram considerados humanos e eram impossibilitados de desenvolver faculdades intelectuais.

Os surdos na Idade Média (476–1453) ainda eram tidos como não-humanos, mas, agora, na perspectiva da religião. Eram considerados consequências de bruxarias e/ou ações sobrenaturais. De acordo com Skliar (1996), é somente no final da Idade Média que se esboça um caminho para a educação dos surdos¹⁷.

Na Idade Moderna (1453–1789), em meados do século XVI, na Europa, surgem os primeiros procedimentos pedagógicos direcionados para os surdos. A educação destes teve início com Pedro Ponce de León (1520–1584), um monge que viveu no Mosteiro de San Salvador, em Oña, na Espanha, e foi considerado o primeiro professor de surdos.

Ponce de León dedicou sua vida a educar os surdos que eram filhos de nobres da corte espanhola. Ensinou a quatro surdos a falar grego, latim e italiano, como também conceitos de física e astronomia. Ele os ensinou a falar, ler, escrever, rezar e conhecer algumas doutrinas do Cristianismo (MOURA, 2000). Seu trabalho influenciou os métodos de ensino para surdos da época, bem como mostrou a falsidade das crenças médicas, filosóficas e religiosas no que diz respeito à incapacidade dos surdos para qualquer aprendizagem.

De acordo com Soares (1999), o monge beneditino não deixou nada escrito sobre seu trabalho. Iniciou primeiro o ensino da escrita, por meio dos nomes dos objetos, e depois passou para o ensino da fala, começando pelos elementos fonéticos. Segundo Goldfeld (2002), León inventou o primeiro alfabeto manual¹⁸, recurso usado por professores para ajudar na aprendizagem da fala e da escrita, e criou uma escola de professores surdos.

As famílias da nobreza se preocupavam com a educação de seus descendentes, pois era imprescindível que os surdos abandonassem a condição de “surdos-mudos” ou de

¹⁷ Apenas na forma de preceptorado, ou seja, um professor que se dedicava inteiramente a um aluno para ensiná-lo a falar, ler e escrever para que ele pudesse ter o direito de herdar os títulos e a herança familiar.

¹⁸ Representação de cada uma das letras do alfabeto através de configuração de mão.

“retardados”, para serem reconhecidos pela lei como “capazes”, no intuito de herdar os títulos e as propriedades. Os surdos pobres permaneciam sendo considerados loucos e imbecis. O poder econômico, neste sentido, teve grande importância no desenvolvimento do oralismo, que se estabeleceria na época e permaneceria até os dias atuais.

No século XVII, o filólogo Juan Pablo Bonet (1579–1629) tentou reproduzir o método de Ponce de León. Publicou, em 1620, o livro “Reducción de las Letras y Artes para Enseñar a Hablar los Mudos”, oferecendo uma nova ideia da arte de ensinar os surdos a falarem. Bonet achava que esse “ensino devia começar pela escrita, não por palavras inteiras, mas por uma sistematização do alfabeto. Em seguida, dever-se-ia fazer a correspondência com o alfabeto dactilológico¹⁹ e o alfabeto escrito para, somente mais tarde, se ensinar a linguagem falada.” (SOARES, 1999, p. 21).

Segundo Bonet, seria mais fácil para o surdo aprender a ler se cada som da fala fosse representado por uma forma visível invariável. Esta forma poderia ser uma configuração de mão ou uma letra escrita. O alfabeto digital era usado para ensinar a ler e a gramática era ensinada através da língua de sinais²⁰ (MOURA, 2000).

Em 1750, surge na França o representante do método gestual, o abade Charles Michel de L’Epée (1712–1789), considerado o primeiro professor a utilizar a língua de sinais. Conheceu duas irmãs gêmeas surdas que se comunicavam através de gestos, aprendeu esta linguagem com os surdos que encontrava pelas ruas de Paris e, então, criou os sinais metódicos – sistema que associava sinais com imagens e palavras para ensinar a ler e a escrever qualquer texto de forma gramaticalmente correta.

O abade francês teve sucesso na educação dos surdos e transformou sua casa em escola pública, chegando a ter, em pouco tempo, 75 alunos. Ele acreditava que todos os surdos, independentemente do nível social, deveriam ter acesso à educação, e esta deveria ser pública e gratuita (GOLDFELD, 2002).

Ao fundar essa classe, criou uma forma de comunicação denominada Linguagem de Sinais Metódicos. Esta linguagem se diferenciava do Alfabeto Manual dos monges por

¹⁹ De acordo com Soares (1999), a definição mais antiga de dactilologia encontrada está no “Compêndio para ensino dos surdos-mudos”, publicado por Tobias Leite (1881, p. 26-27). Para ele, a dactilologia era um alfabeto manual que consistia nas 25 posições dos dedos da mão direita, pelas quais eram representadas as 25 letras do alfabeto. Para Tobias Leite, a dactilologia não era uma língua, mas, sim, a pronúncia manual das palavras da língua.

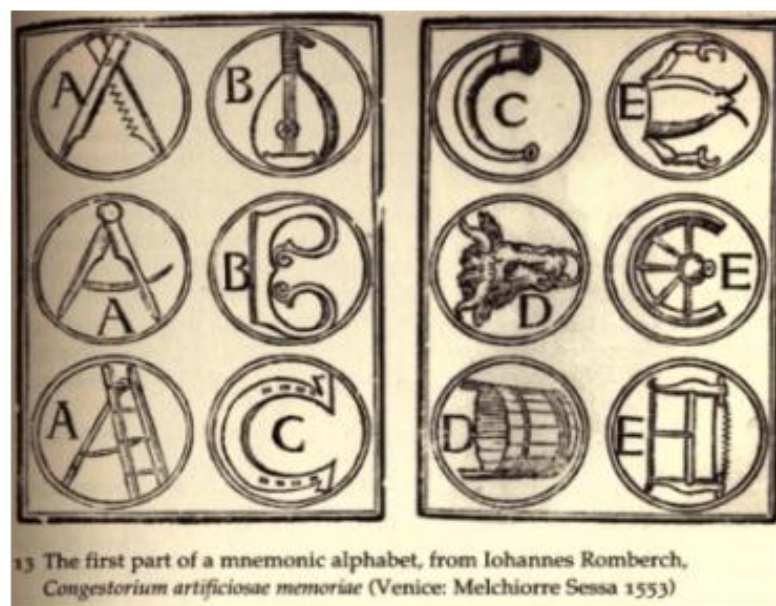
²⁰ As Línguas de Sinais são línguas naturais, que utilizam o canal visuo-manual, criadas por comunidades surdas através de gerações. Estas línguas, sendo diferentes em cada comunidade, têm estruturas gramaticais próprias, independentes das línguas orais dos países em que são utilizadas. As Línguas de Sinais possuem todas as características das línguas orais, como a polissemia, possibilidade de utilização de metáforas, piadas, jogos de linguagem, etc. (GOLDFELD, 2002, p.13)

utilizar códigos com significados, em que cada gesto representava uma palavra ou uma frase. Seu sucessor foi o abade Sicard, que escreveu o primeiro dicionário de sinais.

L'Épée criou, em 1760, o Instituto Nacional para Surdos-Mudos, em Paris, primeira escola pública para surdos no mundo. O abade afirmou que “o único meio de restituir os surdos mudos à sociedade é eles aprenderem a se exprimir de viva voz e a ler as palavras sobre os lábios” (MENEZES VIEIRA, 1884, p. 1 *apud* SOARES, 1999, p. 30). Os Sinais Metódicos foram usados até 1830.

No entanto, o surgimento da língua de sinais é datado de 1579, com a representação do alfabeto digital em uma gravura em madeira extraída da obra de Cosmos Rosselius, em Veneza (ver figura 7). No século XVIII, na Espanha, os surdos começaram a utilizar o alfabeto manual durante as aulas. Os monges, que utilizavam esse tipo de comunicação nos mosteiros devido ao voto de silêncio, passaram a ensinar o alfabeto aos surdos (SOUZA, 2009).

Figura 7 - Alfabeto visual de Cosmos Rosselius



Fonte: SOUZA, 2009, p. 49.

Em 1750, surge na Alemanha o oralismo, com as ideias de Samuel Heinick (1712–1789). Para ele, o pensamento só se configura através da língua oral, e é dependente dela. A língua escrita assumiria um papel secundário, devendo acompanhar a língua oral, não anteceder-lá. Em 1778, o alemão fundou a primeira escola pública para educação de surdos baseada no método oral, em Leipzig. Sua escola tinha nove alunos (GOLDFELD, 1999).

Conforme Goldfeld (2002), as metodologias de L'Épée e Heinick se confrontaram e foram submetidas à análise da comunidade científica. Os argumentos de L'Épée foram considerados mais fortes e, com isso, foram negados a Heinick os recursos para ampliação de seu instituto.

Assim, o século XVIII é considerado o período mais fértil da educação dos surdos, devido ao crescimento no número de escolas, bem como pelo surgimento da língua de sinais, que estes podiam aprender para dominar diversos assuntos e exercer várias profissões. Sacks (1990, p. 37) relata os avanços da época afirmando que:

Esse período que agora parece uma espécie de espera áurea na história dos surdos testemunhou a rápida criação de escolas para surdos, de um modo geral dirigidos por professores surdos, em todo o mundo civilizado, a saída dos surdos da negligência e da obscuridade, sua emancipação e cidadania, a rápida conquista de posições de eminência e responsabilidade – escritores surdos, engenheiros surdos, filósofos surdos, intelectuais surdos, antes inconcebíveis, tornaram-se subitamente possíveis.

Na Idade Contemporânea, a metodologia do abade L'Épée chega aos Estados Unidos. Em 1817, o professor americano Thomas Hopkins Gallaudet (1787–1851), acompanhado do professor surdo Laurent Clerc²¹ (1785–1869), fundou a primeira escola permanente para surdos nos EUA, o Asilo de Connecticut para Educação e Ensino de Pessoas Surdas e Mudas. Em 1864, seu nome foi dado à primeira universidade para surdos, a Universidade Gallaudet, fundada em Washington e atuante até hoje (GOLDFELD, 2002).

No entanto, a utilização da Língua Americana de Sinais²² começou a ser rejeitada e foi substituída pelo inglês oral. A partir de 1860, o método oral ganhou força e a língua de sinais, tida como prejudicial para a aprendizagem da língua oral, viu seus opositores se fortalecerem, principalmente a partir da morte de Laurent Clerc, em 1869 (idem).

O mais importante defensor do oralismo foi Alexander Graham Bell, que exerceu grande influência no resultado da votação do Congresso Internacional de Educadores de Surdos, realizado em Milão, no ano de 1880. Nesse congresso, foi colocado em votação o método que deveria ser utilizado na educação dos surdos. O oralismo venceu e o uso da língua de sinais foi oficialmente proibido (idem). Bell defendia o ensino da leitura e escrita como

²¹ Um dos melhores alunos do abade L'Épée.

²² ASL - American Sign Language, por sua sigla em inglês.

instrumentos básicos. As crianças deveriam ser educadas em classes de surdos dentro de escolas normais e seus professores deveriam ser treinados para ensinar a articulação.

Segundo Goldfeld (1999), o oralismo foi dominante em todo o mundo até a década de 1970, ano em que William Stokoe publicou o artigo “Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication System of the American Deaf”, demonstrando que a ASL era uma língua com todas as características das línguas orais.

Em 1968, o Total Approach foi adotado por Roy Holcom, rebatizado de Total Communication e dando origem à filosofia Comunicação Total²³. A Universidade Gallaudet, que já utilizava o inglês sinalizado, adotou a Comunicação Total e se tornou o maior centro de pesquisa dessa filosofia (idem).

A partir da década de 1970, em alguns países como Suécia e Inglaterra, percebeu-se que a língua de sinais deveria ser utilizada independentemente da língua oral. Ou seja, em algumas situações, o surdo utilizaria a língua de sinais e, em outras, a língua oral – e não as duas ao mesmo tempo. Surge então o bilinguismo, que a partir da década de 1980, e mais efetivamente na década de 1990, ganha cada vez mais adeptos em todo o mundo.

2.1.2. No Brasil

A educação dos surdos no Brasil teve início em 1855, com o professor surdo francês Ernest Huet, que veio ao país a convite de D. Pedro II. No Colégio Vassinon, Huet iniciou seu trabalho com apenas duas crianças surdas e desenvolveu a leitura labial como um método de aprendizagem. Em um primeiro momento, os alunos teriam que desenvolver suas habilidades orais em aulas ministradas por professores comuns; em seguida, com o convívio, foi introduzida a língua de sinais, trazida da França por Huet. O Marquês de Abrantes acompanhou o trabalho do professor e formou uma comissão para a fundação da primeira escola para surdos no Brasil. No entanto, Ernest Huet foi embora do Brasil devido a problemas pessoais, para lecionar aos surdos no México (SOUZA, 2007).

A escola iniciou o funcionamento em 1º de janeiro de 1856, mas essa data foi modificada pelo artigo 7º do Decreto nº 6.892, de 19 de março de 1908. Tal ato mudou a data de fundação para 26 de setembro de 1857, dia da promulgação da Lei 939, que, em seu artigo

²³ Utiliza todas as formas de comunicação possíveis na educação dos surdos, por acreditar que a comunicação, e não a língua, deve ser privilegiada.

16, inciso 10, determinou que o Império passasse a subvencionar o atualmente denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos²⁴.

O INES, localizado no Rio de Janeiro e único em âmbito federal, promove fóruns de debates, publicações, seminários, pesquisas e assessorias em todo o território nacional. Possui uma vasta produção de material pedagógico, fonoaudiológico e de vídeos em língua de sinais, distribuídos para os sistemas de ensino. Atualmente, oferece, em seu Colégio de Aplicação, Educação Precoce (de zero a três anos), Ensino Fundamental e Ensino Médio. Conta também com o curso superior bilíngue de Pedagogia, experiência pioneira na América Latina. Atende a cerca de 600 alunos da Educação Infantil até o Ensino Médio.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) surgiu no INES, a partir da combinação da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil. Em 1873, foi feita a Iconografia dos Sinais, lançada pelo então diretor do Instituto, de autoria do aluno surdo Flausino José da Gama (SOUZA, 2009).

Em 1868, a atuação de médicos no ensino de surdos no Brasil iniciou-se através do trabalho do Dr. Tobias Rabello Leite, médico da Secretaria de Estado do Império, em conjunto com Joaquim Menezes Vieira²⁵. O trabalho do médico no ambiente escolar resultava das necessidades pedagógicas e visava também ao aconselhamento sobre como conservar a saúde e fortalecer o bem estar dos alunos (SOUZA, 2007).

Sendo assim, Tobias Leite defendia²⁶ que a educação do surdo deveria ser ministrada por um médico com vocação para a educação:

As habilitações para ensinar linguagem articulada, e da leitura sobre os lábios, não se adquirem lendo os poucos livros sobre o assumpto; só vendo praticar e praticando sob a direção de bons mestres é possível adquiri-las, sendo muito conveniente que a pessoa que se dê a esse difícil ensino tenha conhecimentos aprofundados da anatomia e da physiologia dos órgãos da palavra.

Por esta razão, se me fosse permitido intervir na escola da pessoa que tivesse de ir habilitar-se, eu aconselharia que fosse um médico que tivesse manifesta e aprovada aptidão para o magistério (LEITE, 1874 *apud* SOUZA, 2007, p. 78).

²⁴ No seu percurso de quase dois séculos, o Instituto respondeu pelas seguintes denominações: 1856/1857 – Collégio Nacional para Surdos-Mudos; 1857/1858 – Instituto Imperial para Surdos-Mudos; 1858/1865 – Imperial Instituto para Surdos-Mudos; 1865/1874 – Imperial Instituto dos Surdos-Mudos; 1874/1890 – Instituto dos Surdos-Mudos; 1890/1957 – Instituto Nacional de Surdos Mudos; 1957/atual – Instituto Nacional de Educação de Surdos (Souza, 2007).

²⁵ Professor e médico, exerceu funções no Instituto dos Surdos-Mudos, foi diretor do Pedagogium e fundador do Colégio Menezes Vieira.

²⁶ A partir da orientação de Tobias Leite, Menezes Vieira ocupou a cadeira de Linguagem Articulada.

De acordo com Souza (2007), através do Decreto-Lei nº 890, de 1880, foi criado o Museu Escolar do Instituto dos Surdos-Mudos, com objetos oferecidos pelo Imperador D. Pedro II ao então diretor Dr. Tobias Leite.

Em 1880, após a realização do Congresso Mundial de Surdos, em Milão, ficou proibido o uso da Libras, alegando-se que esta impediria o desenvolvimento da fala e da leitura labial. Então, foi decidido que o método puro (oralização) deveria ser nomeado oficialmente (SOUZA, 2009).

Em 1911, seguindo a tendência da época, o INES estabeleceu o oralismo puro em suas disciplinas. A professora Ana Rímoli de Faria Dória assumiu, em 1951, a direção do Instituto Nacional de Surdos-Mudos e, com assessoria da professora Alpia Couto, proibiu oficialmente a língua de sinais em sala de aula. A utilização da língua de sinais fora das aulas continuou até aproximadamente 1957, quando foi proibido totalmente o seu uso.

Na gestão da professora Ana Rímoli, o Instituto assumiu a implantação do primeiro Curso Normal de Formação de Professores para Surdos, pioneiro no Brasil. A graduação durava três anos e era equivalente aos cursos de grau médio (SOARES, 1999).

No fim da década de 1970, chega ao Brasil a teoria da Comunicação Total, após visita de Ivete Vasconcelos, educadora de surdos na Universidade Gallaudet. Na década seguinte, o país começa a aplicar o bilinguismo, com base nas pesquisas sobre a Língua Brasileira de Sinais, realizadas pela professora linguista Lucinda Ferreira Brito (GOLDFELD, 2002).

Em 1991, em Belo Horizonte, a Libras foi regulamentada e, em 1999, foi elaborado um documento pela comunidade surda, a partir do Pré-Congresso ao V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em Porto Alegre. No texto, constam as políticas e práticas educativas para surdos, comunidade, cultura e identidade, além das diretrizes para a formação do profissional surdo.

No dia 24 de abril de 2002, foi sancionada a Lei federal nº 10.436, e o governador de Minas Gerais, Jorge Viana, sancionou a Lei 453, de 28 de Janeiro de 2003, as quais estabeleceram a Língua Brasileira de Sinais e outros recursos de expressão a ela associados como meio legal de comunicação e expressão. Em 22 de dezembro de 2005, através do Decreto nº 5.626, foi regulamentada a Lei nº 10.436, que dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras. Já a Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010, regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

Percebemos, ao longo da história da educação dos surdos, que três filosofias²⁷ apresentaram-se com métodos e visões diferenciadas sobre o atendimento educacional dos surdos. Sobre isso, Goldfeld (2002, p. 33) considera que essas três abordagens convivem atualmente no Brasil e que todas têm relevância e representatividade no trabalho com surdos.

Apesar disso, a educação de surdos no nosso país ainda apresenta várias lacunas, uma vez que muitos surdos não têm acesso a fonoaudiólogos especializados e, em alguns locais, ainda não existem comunidades surdas organizadas, espaços onde a Libras possa ser utilizada e divulgada.

2.1.3. Em Sergipe

A educação dos surdos em Sergipe se iniciou inspirada na filosofia educacional do oralismo, na visão clínica da surdez, e respaldada também na formação recebida pelas professoras sergipanas no INES, no Rio de Janeiro. Na época, o Instituto continuava com a meta de tornar cada surdo um falante da língua oral – ou seja, torná-lo “normal”.

Os surdos de Sergipe eram segregados e discriminados, diagnosticados nos processos de interdição e curatela²⁸ que os atestavam como deficientes mentais: “a concepção médica sobre o problema da surdez, ao refletir-se no imaginário social, afetava o processo educacional, consolidando a visão de que os surdos eram totalmente incapazes para o aprendizado e exercer a cidadania” (SOUZA, 2007, p. 164).

Em 1874, Sergipe possuía oficialmente apenas 19 surdos. Essa pequena quantidade deve-se ao fato de, nessa época, eles serem recolhidos às instâncias domésticas, aparecendo apenas nos processos de interdição e curatela para ficar sob a guarda de parentes ou de outros designados pela Justiça. Percebe-se aí que os surdos não eram expostos ao público, no intuito de se preservar a imagem da “família sadia” perante uma sociedade com costumes e hábitos burgueses (SOUZA, 2007).

Em 1921, o senador Antonio Manoel de Carvalho Neto defendeu a criação de escolas de aperfeiçoamento e classes especiais para atrasados, sendo autor do projeto “A educação dos Anormais”, de nº 480/1921. Foi em defesa desse projeto que ressaltou o ensino dos “anormais” como “[...] inscripto na legislação dos povos cultos, constitui, de presente,

²⁷ No próximo capítulo, retomaremos as três filosofias, especificando seus conceitos, objetivos e vertentes.

²⁸ Os aracajuanos surdos, nos processos de interdição e curatela, eram reconhecidos, pela Justiça e pela Medicina, como idiotas, imbecis, incapacitados para o exercício de seus direitos, permanecendo sempre vinculados à esfera doméstica de reprodução.

frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando elevado escopo social e econômico” (CARVALHO NETO, 1921, p. 42 *apud* SOUZA, 2007, p. 120). O projeto foi aprovado, mas não surtiu efeitos, e o estado permaneceu sem uma política para pessoas com deficiência.

Finalmente, no início da década de 1960, Sergipe foi contemplado com uma instituição voltada para o deficiente, surgida com a finalidade de assistir os deficientes motores e de sentidos.

O Centro de Reabilitação Ninota Garcia²⁹ foi uma instituição dirigida pela família Garcia³⁰, mantida através de convênios com a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, além de doações da União Sergipana de Assistência (USA)³¹. Funcionava como uma fundação e escola para atender alunos surdos, cegos e deficientes mentais. Foi inaugurada pelo governo de Antônio Garcia, no dia 24 de junho de 1962, com ampla divulgação na imprensa local, para desenvolver “uma proposta educacional [de] preparação para o trabalho, pioneiro na Educação Especial no estado e o terceiro no país” (LIMA, 2003, p. 32).

Para ingresso no Centro, os pacientes eram submetidos a uma triagem realizada por um grupo de médicos, composto de neurologistas, neuropediatras, ortopedistas, clínicos, alergologistas e angiologistas. Estes profissionais acompanhavam os pacientes até que os mesmos tivessem autonomia social parcial ou total.

De acordo com Souza (2000), a assistência era gratuita, dispondo de fisioterapia, reabilitação e educação para os cegos, surdos e mudos. Estes participavam de oficinas profissionais, como tapeçaria, marcenaria, datilografia, entre outras. Em 1964, o Centro atendia, na escola de surdos, a 16 alunos.

O Centro de Reabilitação Ninota Garcia tinha os seguintes objetivos:

Art. 1. O Centro de Reabilitação Ninota Garcia é um órgão de assistência especializado, idealizado e construído pelo Estado de Sergipe e pela União Sergipana de Assistência, que a manterá sob forma de convênio, e tem por finalidades:

- a. recuperação em geral dos deficitários físicos atingidos pelas seqüelas da paralisia infantil, acidentes de trabalho, acidentes vasculo-cerebrais ou defeitos congênitos que prejudiquem sua capacidade física, dentro das possibilidade da ciência e da vontade de DEUS.
- b. educar ou re-educar deficitários físicos, cegos e surdos-mudos.

²⁹ Nome em homenagem à esposa do governador Luiz Garcia, chamada Maria Emília Garcia, mas conhecida como “Ninota Garcia”. Ela foi presidente da instituição.

³⁰ Houve uma disputa pela direção do Centro, entre o filho de Antônio Garcia, Secretário de Educação e seu primeiro diretor, e seu primo, filho de Luiz Garcia, governador do estado na época.

³¹ Funcionou como uma espécie de fundação mantida especialmente por recursos públicos.

- c. reabilitação em geral dos deficitários físicos de qualquer idade, sexo, raça, religião, etc.; para reintegrá-los na sociedade, intelectual, moral, emocional e social, ensinando-o a viver de maneira independente e útil a si, aos seus e à sociedade, dentro das suas limitações físicas.
- d. criar e manter escolas de diferentes graus e tipos que visem à instrução, educação e re-educação, inclusive profissional.
- e. promover os meios de re-educação social e re-emprego para os deficitários reabilitados.
- f. manter os reabilitados em FOLLOW-UP³² orientado por setor especial.

Art. 2. Para o fiel cumprimento das suas finalidades, o C.R.N.G. terá ao seu encargo, além dos serviços de Reabilitação que lhe são específicos, setores de Educação pré-primária, primária, profissional e um Setor de Emprego e Apoio Social (GARCIA FILHO, 1966, p. 65 *apud* SOUZA, 2007, p.123-124).

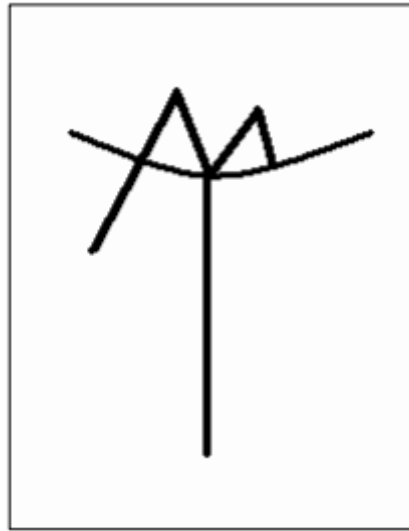
O programa da escola de surdos do Ninota Garcia compreendia o pré-primário (Educação Infantil) e a primeira e a segunda séries do primário (Ensino Fundamental). Nos itens do programa, constavam linguagem e conhecimentos gerais, orientação metodológica, compreensão da fala, Matemática e treinamento da fala (SOUZA, 2007).

No símbolo da instituição (ver figura 8), conforme explica Garcia Filho:

A linha reta simboliza os sãos, a curva os deficitários recuperáveis e a linha quebrada os irrecuperáveis de seus defeitos físicos, porém ajustáveis nas suas potencialidades restantes. Juntas, as linhas representam o convívio social numa distribuição de posição e forças que assegure um perfeito equilíbrio. Dispostos estão, em ofertório, para cima, melhor direi para o ALTO, ou, mais precisamente, para DEUS (GARCIA FILHO, 196, p. 57 *apud* SOUZA, 2007, p. 123).

³² Acompanhamento do processo de tratamento.

Figura 8 - Símbolo do Centro de Reabilitação Ninota Garcia



Fonte: SOUZA, 2007, p. 123.

No século XX, a metodologia adotada era o oralismo, os surdos eram alfabetizados pela silabação (na época ainda era vetado o ensino da Libras). O professor de linguagem articulada³³ Menezes Vieira ensinava os surdos por meio de fichas com figuras que possibilitavam a compreensão da fala. Para que o surdo percebesse as vibrações das cordas vocais, uma de suas mãos era colocada no pescoço do professor. No Ninota, as professoras apresentavam gravuras e ensinavam a pronúncia, sempre partindo dos vocábulos mais simples para os mais complexos (SOUZA, 2007).

O INES, considerado a primeira escola de surdos do Brasil, exerceu grande influência na metodologia e foi responsável pela formação de alguns professores do Centro. O Ninota desenvolveu um trabalho marcado pelo assistencialismo, desempenhando um importante papel na educação dos surdos, apesar de, no início da década de 80, ter sido desativado por conta de uma disputa política interna.

Atualmente, o prédio do Centro de Reabilitação Ninota Garcia encontra-se aos cuidados da Universidade Tiradentes (UNIT). Seu objetivo foi perdido e as instalações estão sendo utilizadas pelo curso de Fisioterapia desta instituição.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Sergipe foi fundada em 27 de agosto de 1968, por um grupo de cinco pais motivados pela discriminação sofrida por seus filhos no ensino regular. A instituição tem como objetivo defender a garantia de direitos

³³ Curso ministrado por leitura labial.

de pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e de suas famílias. Desenvolve serviços de proteção social de média complexidade, ou seja, oferece atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, por meio de serviços de habilitação e reabilitação na comunidade de pessoas com deficiência. Atualmente, atende a 200 usuários³⁴.

A educação especial, em âmbito nacional, passa a ser priorizada a partir da década de 70 do século XX. Com base na Lei nº 5.692/71, no Parecer nº 848/72 do Conselho Federal de Educação, na Lei Estadual nº 1.823/73 e nas diretrizes do recém-criado Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), a Secretaria de Educação começou a desenvolver ações para implantar classes especiais. Essa implantação deu-se através de uma equipe pedagógica composta por Maria das Graças Barreto (coordenadora), Iara Campelo e Maria Júlia Santos (ambas da área de Educação), Marilza Franco (terapeuta da palavra, o que corresponde hoje a fonoaudióloga) e Marbene Guedes (neurologista). Inicialmente, predominava, no atendimento educacional, o modelo médico, baseado em fichas de informações sobre a problemática de crianças com índices de reprovação e problemas de aprendizagem (SOUZA, 2000; SOUZA 2007).

Assim, outro grupo de professores sergipanos foi para o INES, fazer o curso de especialização na área da surdez. Eles iriam atuar nas classes especiais da Escola de Primeiro Grau 11 de Agosto³⁵, criada pelo Decreto nº 3.017, de 14 de janeiro de 1970³⁶. Essa escola foi fundada para atender às demandas de alunos excedentes das Escolas 15 de Outubro, Costa e Silva e John Kennedy (SOUZA, 2007).

Em 1979, surgiu a Sociedade de Ensino e Reabilitação Rosa Azul, com o objetivo de estimular o desenvolvimento e a socialização do deficiente. A instituição utiliza a teoria da Comunicação Total, trabalhando desde a alfabetização até o 6º ano na área curativa e de integração social.

Para Souza (2007), na década de 80, as duas filosofias educacionais – a oralista e a gestualista – disputavam espaço na educação dos surdos em Aracaju, mesmo após a introdução da Comunicação Total. O oralismo trabalhava com a leitura labial. Já o gestualismo trabalhava com a Libras e se dividia em duas vertentes: a inclusivista, que

³⁴ Não foram encontrados mais dados sobre a entidade desde a sua fundação. Informações retiradas do site da instituição. Disponível em: <<http://aracaju.apaebrasil.org.br/>>. Acesso em: 28 mar 2013.

³⁵ Regulamentada pelo Decreto nº 3.017/75, que autorizava o funcionamento da Escola de 1º Grau 11 de Agosto, no Ensino Fundamental, voltada à educação de jovens e adultos, de deficientes auditivos e de pessoas com deficiência de aprendizagem.

³⁶ Apesar de criada em 1970, só começou a funcionar em 1975, dirigida pela professora Leilah Coelho Leite. Localiza-se na Rua Gararu, 185, Bairro Getúlio Vargas.

educava os surdos em ambiente escolar regular, e a exclusivista, que acredita que a melhor educação se dá em um ambiente onde haja somente surdos.

Na década de 90, surgiu outra instituição, a Associação de Surdos de Sergipe (ASSE), com o objetivo de integrar o deficiente auditivo na sociedade e no mercado de trabalho. Já em 1991, surgiu a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos (APADA - SE), que busca orientar a família do surdo. É uma sociedade civil, filantrópica, assistencial e educativa, cuja meta é a reabilitação e a educação especial, com cursos profissionalizantes para crianças e adolescentes com deficiência auditiva. Oferece atendimento fonoaudiológico, recreação, cursos de alfabetização e de Libras.

De acordo com Silva (*apud* COSTA et al., 2013), atualmente, existem cinco instituições principais voltadas ao ensino de alunos surdos e/ou deficientes auditivos em Aracaju: Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos – APADA/SE; o Centro de Educação Especial João Cardoso Nascimento Júnior, atual Escola de Educação Especial João Cardoso Nascimento Júnior; Escola de 1º Grau 11 de Agosto, atual Escola Estadual 11 de Agosto; Instituto Pedagógico de Apoio à Educação dos Surdos – IPAESE; e a Sociedade de Ensino e Reabilitação CIRAS/Rosa Azul³⁷.

Já na Universidade Federal de Sergipe, os primeiros surdos ingressaram em 2010, em virtude da Resolução 80/2008 do Conselho do Ensino e da Pesquisa, que instituiu o sistema de cotas para pessoas com deficiência.

Diante do exposto, percebeu-se que houve várias fases históricas do processo educacional das pessoas com surdez. Muitas coisas foram feitas, mas ainda é difícil de serem encontradas na sua veracidade, pois falta consciência da sociedade para tornar realidade a perspectiva inclusiva: a educação para todos.

³⁷ O ensino adotado em todas as instituições é o bilinguismo.

3. INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR E O ENSINO DAS DISCIPLINAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA

Incluir significa promover e reconhecer o potencial inerente a todo ser humano em sua maior expressão: a diferença.

Francisco Gonçalves, Lara Gonçalves, Paulo Santos

3.1. Inclusão no Ensino Superior

A educação é o que move. É elemento constitutivo da pessoa, “deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal” (BRASIL, 2000). Assim, a universidade tem papel fundamental na vida dos sujeitos, buscando formar profissionais e visando à diversidade.

A inclusão escolar, independentemente do nível de escolaridade, vai além do atendimento ao deficiente e compromete-se com a educação de todos os alunos, no sentido de introduzir, no contexto acadêmico, uma cultura de respeito e de mudança de atitude, valorizando as diferenças culturais, sociais e individuais.

A inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior é um direito legal regulamentado pela Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999, revogada pela Portaria 3.284/2003, que assegura, às pessoas com deficiência, condições básicas de acessibilidade ao nível superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino. Também nesse sentido, a Resolução 80/2008 do CONEP (Conselho do Ensino e da Pesquisa) veio estabelecer a reserva de vagas na Universidade Federal de Sergipe. No entanto, há um abismo entre a lei e sua efetivação.

O acesso ao Ensino Superior é um direito de todos. De acordo com o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, entende-se por acessibilidade a condição para utilização dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

No entanto, apesar de o ingresso no Ensino Superior ser um direito, inúmeras são as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Entende-se como barreiras “qualquer

entreve ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação” (BRASIL, 2004).

No que diz respeito às pessoas surdas e/ou deficientes auditivas, as barreiras podem ser qualquer obstáculo que dificulte a expressão ou o recebimento de mensagens por dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (idem).

As barreiras pedagógicas são entraves para o desenvolvimento acadêmico do aluno com deficiência e, na maioria dos casos, o maior fator de evasão dos discentes nas universidades. Por isso, toda instituição deve atentar para a eliminação dessas barreiras e criar um núcleo de apoio à pessoa com deficiência, facilitando o processo de ensino-aprendizagem.

A legislação que versa sobre a inclusão de surdos e/ou deficientes auditivos em instituições de ensino regular (BRASIL, 2003) estabelece que se deve oferecer, sempre que necessário, um intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, e recomenda flexibilidade na correção das provas, de modo a valorizar o conteúdo semântico. Neste sentido, a formação do aluno surdo e/ou deficiente auditivo requer a compreensão do trânsito por duas línguas; no caso do Brasil, Libras e Língua Portuguesa.

O contexto universitário é desafiador para todos os jovens. Problemas de adaptação à vida acadêmica e às obrigações que ela impõe conduzem o estudante, muitas vezes, ao fracasso e ao abandono. Para conseguir assimilar as novas informações e os novos conhecimentos, ele precisa contornar as falhas da trajetória escolar anterior, como lacunas deixadas pelos ensinos Fundamental e Médio, inadequação das condições de estudo, falta de habilidades lógicas, problemas de compreensão em leitura e dificuldade de produção de textos (SAMPAIO e SANTOS, 2002 *apud* BISOL, 2010).

Assim sendo, para que haja inclusão de alunos com características diferentes em uma sala de aula, faz-se necessária a criação de mecanismos que permitam, com sucesso, que eles interajam educacional, social e emocionalmente com seus colegas e professores. No entanto, é comum encontrarmos alunos queixando-se da prática pedagógica de professores³⁸ universitários, ou a respeito da forma excludente, preconceituosa e seletiva do sistema universitário no que diz respeito a vários aspectos, como as avaliações, relação professor-aluno, relação entre professores etc.

³⁸ O professor é peça fundamental no processo educacional, mas não é único. Alguns aspectos como o número de alunos por professor e até mesmo o espaço físico das salas de aula influenciam no processo de aprendizagem.

Com isso, a inclusão no âmbito acadêmico requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante, de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos. Os profissionais do ensino devem buscar atender, de maneira adequada, à diversidade do alunado. Essa ação

[...] deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária; contrária a todos os tipos de discriminação [...] Os professores precisam tratar das relações entre os alunos. (ZOÍÁ, 2006, p. 23)

Conforme afirma Candau (2011), no âmbito da educação, as diferenças também se explicitam cada vez com maior força e desafiam visões e práticas profundamente arraigadas no cotidiano acadêmico. A cultura escolar dominante nas instituições educativas prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal. Sob esta óptica, as diferenças são ignoradas ou consideradas um “problema” a resolver.

Segundo Pimentel (2012), há estigmas que são atribuídos pelo preconceito com relação à diferença. Muitas vezes, por desconhecimento das peculiaridades e potencialidades da diferença, o próprio professor traz um olhar discriminatório/classificatório em relação ao estudante com alguma necessidade especial. No entanto, a ação do docente deve ser desconstruir ou favorecer a superação do estranhamento inicial, possibilitando aos educandos com deficiência mostrarem suas potencialidades.

No Ensino Superior, bem como em qualquer etapa da educação, a avaliação inclusiva precisa ser diversificada. Podem ser oferecidas oportunidades e formas diferentes de o educando mostrar seu desenvolvimento ao longo do processo educacional. Esta forma de avaliar permite que ocorra uma relação pedagógica entre aluno e professor, enriquecendo, então, suas experiências educacionais.

A proposta da inclusão estabelece a participação ativa de qualquer aluno nas atividades do processo de ensino-aprendizagem, principalmente em sala de aula. A inexistência dessa participação gera o fenômeno da falsa inclusão, ou seja, apenas da figuração do estudante com deficiência na escola regular, sem que ele esteja devidamente incluído no processo de aprender. Estar matriculado e frequentar a classe regular não significa estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo.

A comunidade acadêmica precisa rever e repensar suas ações atitudinais (ou culturais) e pedagógicas, no sentido de encontrar formas e soluções para que seus membros se preocupem em estabelecer uma cultura educacional inclusiva. A partir da mobilização de

todos que pertencem a essa comunidade, sem distinção de cargos, será possível vencer este desafio.

3.2. Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Sergipe – PAAF

O Programa de Ações Afirmativas (PAAF) é o conjunto de ações e procedimentos para o acesso e a permanência, na universidade, de alunos deficientes, alunos oriundos de escola pública e alunos pardos, pretos e indígenas. Fazem parte do Programa: a política de acesso propriamente dita, mediante o sistema de reserva de vagas para candidatos oriundos da rede pública de ensino, negros e indígenas; todas as políticas de permanência destinadas aos alunos cotistas na universidade; e as políticas de acompanhamento da vida universitária de tais alunos.

As ações afirmativas se definem como políticas públicas ou privadas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física (GOMES, 2002).

Neste sentido, com o intuito de oferecer equidade nas condições de acesso ao Ensino Superior público, combatendo as desigualdades de oportunidades para grupos histórica e presentemente discriminados, o PAAF foi criado em 2007, através da Portaria 1110/07. A Comissão do Programa passou a ser composta por representantes de cada um dos Centros, do sindicato dos professores, do sindicato dos funcionários e do DCE, sendo coordenada pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB).

Pensando em um ambiente de diversidade, onde os graduandos sejam preparados para uma sociedade cada vez mais sensível às diferenças, as ações afirmativas objetivam construir maior igualdade e possibilitar que se eleve a autoestima dos estudantes, a partir de suas referências culturais. Visam a permitir que o aumento de oportunidades no Ensino Superior público se combine com uma maior democratização econômica e étnico-racial no acesso e permanência a essa etapa do ensino³⁹.

O sistema de reserva de vagas foi delimitado através de 3 categorias:

³⁹ Desta forma, a UFS também tem como influir positivamente na superação de uma sociedade excludente e discriminatória, no sentido de promover maior equilíbrio social.

- a) Cota Social: reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas totais de todos os cursos de graduação para os candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio e pelo menos quatro anos do Ensino Fundamental em instituições públicas estaduais e municipais de ensino.
- b) Cota étnico-racial: reserva de 70% (setenta por cento) das vagas reservadas para os alunos da Cota Social de todos os cursos de graduação para os candidatos que se autodeclararem pardos, negros ou indígenas.
- c) Acesso diferenciado para portadores de necessidades especiais: reserva de 01 (uma) vaga por curso, conforme legislação em vigor, para portadores de deficiência que indiquem sua necessidade educacional especial e que optem por esta reserva.

Até 2009, o processo seletivo da UFS era realizado através do vestibular. As regras de ingresso relatadas acima passaram a valer a partir do processo seletivo de 2010. No entanto, foram aplicadas pela última vez em 2012, pois, a partir do ano seguinte, o critério de seleção passou a ser o desempenho dos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), sem utilização do Sistema de Seleção Unificada (SiSU).

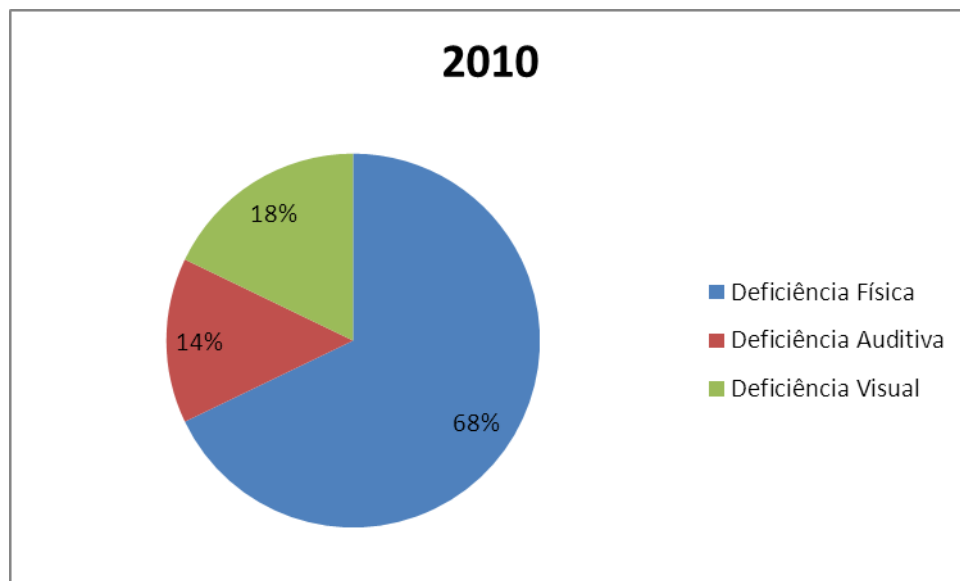
Tabela 3 - Alunos ingressantes pelo sistema de cotas - 2010

Sexo	Curso	Tipo de deficiência	Situação
Masculino	Design Gráfico	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	História	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Direito	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Direito	Deficiência Física	Matriculado
Feminino	Fonoaudiologia	Deficiência Física	Matriculada
Masculino	Engenharia de Petróleo	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Letras Português - Espanhol	Deficiência Física	Matriculado
Feminino	Engenharia de Pesca	Deficiência Física	Matriculada
Masculino	Física	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Engenharia Mecânica	Deficiência Física	Matriculado
Feminino	Nutrição	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Ciências Contábeis	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Serviço Social	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Ciências Econômicas	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Letras Português	Deficiência Física	Matriculada
Masculino	Geografia	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Ciência da Computação	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Administração	Deficiência Física	Matriculado
Feminino	Pedagogia	Deficiência Física	Matriculada
Masculino	Artes Visuais	Deficiência Visual	Matriculado
Feminino	Pedagogia	Deficiência Visual	Matriculada

Masculino	Arquitetura e Urbanismo (Laranjeiras)	Deficiência Visual	Matriculado
Masculino	Engenharia de Materiais	Deficiência Visual	Matriculado
Feminino	Medicina	Deficiência Visual	Matriculado
Masculino	Química Industrial	Deficiência Auditiva	Matriculado
Masculino	Engenharia de Produção	Deficiência Auditiva	Matriculado
Masculino	Educação Física	Deficiência Auditiva	Matriculado
Masculino	Psicologia	Deficiência Auditiva	Matriculado

Fonte: Departamento de Administração Acadêmica – DAA. Ano: 2013.

Gráfico 1 - Percentual das deficiências - 2010



Em 2010, 28 alunos ingressaram pelo sistema de cotas. Podemos perceber, pelo gráfico acima, a maior quantidade de pessoas com deficiência física – 19 alunos. Além desses, são 04 estudantes com deficiência auditiva e 05 com deficiência visual.

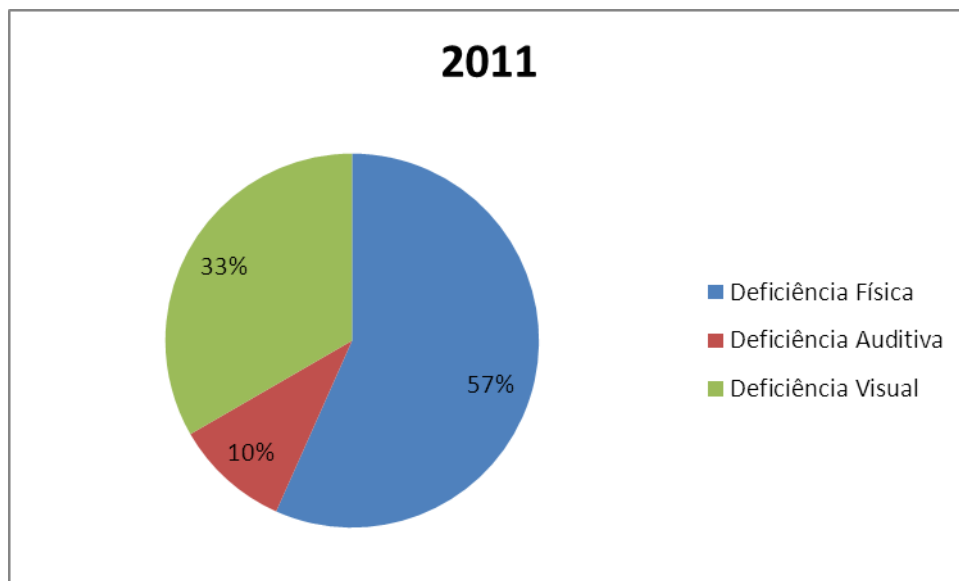
Tabela 4 - Alunos ingressantes pelo sistema de cotas - 2011

Sexo	Curso	Tipo de Deficiência	Situação
Masculino	Letras Português - Inglês	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Medicina	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Direito	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Ciências Econômicas	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Geologia	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	História	Deficiência Física	Pediu dispensa em 2012.1
Feminino	Nutrição	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Fonoaudiologia	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Serviço Social	Deficiência Física	Matriculada

Masculino	Administração	Deficiência Física	Abandono em 2011.2
Masculino	Ciências Econômicas	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Educação Física	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Arquitetura e Urbanismo (Laranjeiras)	Deficiência Física	Matriculado
Feminino	Odontologia	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Letras Português (Itabaiana)	Deficiência Física	Abandono em 2012.1
Masculino	Medicina Veterinária	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Filosofia	Deficiência Física	Abandono
Feminino	Pedagogia	Deficiência Visual	Matriculada
Masculino	Direito	Deficiência Visual	Matriculado
Feminino	Dança (Laranjeiras)	Deficiência Visual	Matriculada
Masculino	Música	Deficiência Visual	Matriculado
Masculino	Física Médica	Deficiência Visual	Matriculado
Feminino	Jornalismo	Deficiência Visual	Matriculado
Feminino	Engenharia Agrônoma	Deficiência Visual	Matriculada
Feminino	Fisioterapia	Deficiência Visual	Matriculada
Masculino	Relações Internacionais	Deficiência Visual	Matriculado
Feminino	Psicologia	Deficiência Visual	Matriculada
Feminino	Português Licenciatura	Deficiência Auditiva	Matriculada
Feminino	Pedagogia	Deficiência Auditiva	Matriculada
Feminino	Enfermagem	Deficiência Auditiva	Matriculada

Fonte: Departamento de Administração Acadêmica – DAA. Ano: 2013.

Gráfico 2 - Percentual das deficiências - 2011



Conforme o gráfico 2, em 2011, o percentual de alunos com deficiência física também foi maior: 17 pessoas. Houve, ainda, 03 estudantes com deficiência auditiva e 10 com

deficiência visual. Assim, tivemos um total de 30 alunos ingressando na universidade pelo sistema de cotas, quantitativo um pouco maior em relação ao ano de 2010.

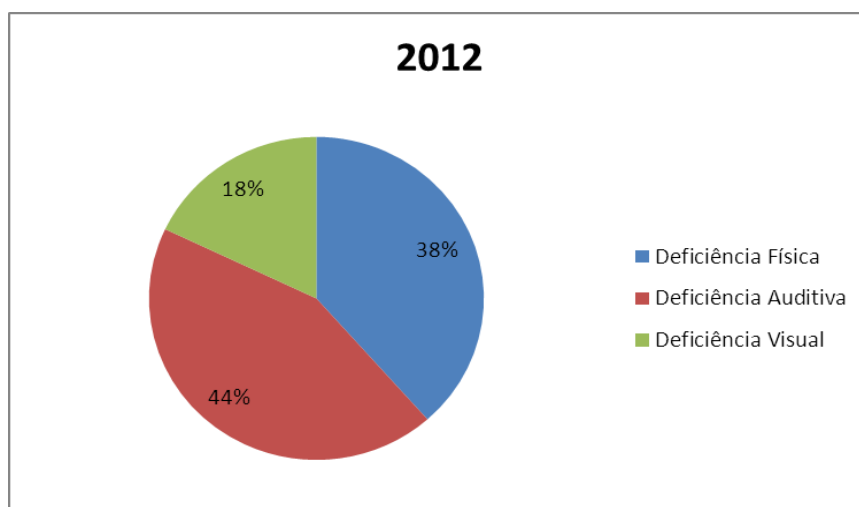
Tabela 5 - Alunos ingressantes pelo sistema de cotas - 2012

Sexo	Curso	Tipo de Deficiência	Situação
Masculino	Medicina (Lagarto)	Deficiência Física	Matriculado
Feminino	Letras Português	Deficiência Física	Matriculada
Masculino	Engenharia de Produção	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	História	Deficiência Física	Matriculado
Feminino	Terapia Ocupacional (Lagarto)	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Letras Português - Espanhol	Deficiência Física	Matriculada
Masculino	Letras Português - Espanhol	Deficiência Física	Matriculado
Feminino	Serviço Social	Deficiência Física	Matriculada
Masculino	Engenharia Mecânica	Deficiência Física	Matriculado
Feminino	Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Relações Internacionais	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Medicina	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Ciências Contábeis	Deficiência Física	Matriculada
Masculino	Sistemas de Informação	Deficiência Física	Matriculado
Feminino	Arquitetura e Urbanismo (Laranjeiras)	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Comunicação Social - Audiovisual	Deficiência Visual	Pediu dispensa
Masculino	Administração	Deficiência Visual	Matriculado
Masculino	Educação Física	Deficiência Visual	Matriculado
Masculino	Engenharia Civil	Deficiência Visual	Matriculado
Masculino	Ecologia	Deficiência Visual	Matriculado
Masculino	Direito	Deficiência Visual	Matriculado
Masculino	Geografia	Deficiência Visual	Matriculado
Feminino	Direito	Deficiência Auditiva	Matriculada
Feminino	Química	Deficiência Auditiva	Matriculada
Feminino	Odontologia	Deficiência Auditiva	Matriculada
Masculino	Engenharia Elétrica - Hab. Eletrotécnica	Deficiência Auditiva	Matriculado
Feminino	Psicologia	Deficiência Auditiva	Matriculada
Feminino	Engenharia de Petróleo	Deficiência Auditiva	Matriculada
Feminino	Fisioterapia	Deficiência Auditiva	Matriculada
Feminino	Design Gráfico	Deficiência Auditiva	Pediu dispensa em 2012.2
Masculino	Teatro (Laranjeiras)	Deficiência Auditiva	Matriculado
Masculino	Enfermagem (Lagarto)	Deficiência Auditiva	Pediu dispensa em

			2012.1
Feminino	Educação Física	Deficiência Auditiva	Matriculada
Feminino	Ciências Biológicas	Deficiência Auditiva	Matriculada
Feminino	Enfermagem	Deficiência Auditiva	Matriculada
Feminino	Ciência da Computação	Deficiência Auditiva	Matriculada
Feminino	Biblioteconomia	Deficiência Auditiva	Matriculada
Feminino	Pedagogia	Deficiência Auditiva	Matriculada
Feminino	Arquitetura e Urbanismo (Laranjeiras)	Deficiência Auditiva	Matriculada

Fonte: Departamento de Administração Acadêmica – DAA. Ano: 2013.

Gráfico 3 - Percentual das deficiências - 2012



Em 2012, ingressaram, pelo sistema de cotas, 39 alunos com deficiência. Neste ano, percebemos que o número de novos alunos com deficiência física diminuiu para 15. Foram 17 alunos com deficiência auditiva e 07 com deficiência visual.

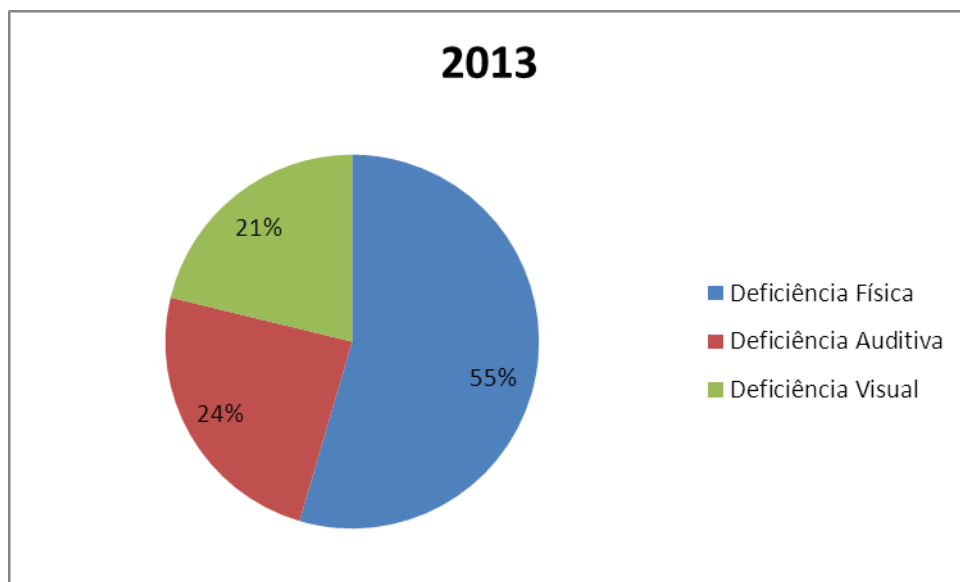
Tabela 6 - Alunos ingressantes pelo sistema de cotas – 2013

Sexo	Curso	Tipo de Deficiência	Situação
Masculino	Engenharia Civil	Deficiência Física	Matriculado
Feminino	Nutrição	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Ciências Biológicas	Deficiência Física	Matriculada
Masculino	Direito	Deficiência Física	Matriculado
Feminino	Serviço Social	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Medicina (Lagarto)	Deficiência Física	Matriculada
Masculino	Ciência da Computação	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Educação Física	Deficiência Física	Matriculado
Feminino	Letras Português - Espanhol	Deficiência Física	Matriculada
Masculino	Relações Internacionais	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Farmácia	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Ciências Econômicas	Deficiência Física	Matriculado

Feminino	Medicina Veterinária	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Educação Física	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Fonoaudiologia	Deficiência Física	Matriculada
Feminino	Comunic. Social - Jornalismo	Deficiência Física	Matriculada
Masculino	Engenharia Agrícola	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Administração	Deficiência Física	Matriculado
Masculino	Artes Visuais	Deficiência Visual	Matriculado
Feminino	Direito	Deficiência Visual	Matriculada
Masculino	Letras Português - Espanhol	Deficiência Visual	Matriculado
Feminino	Geografia	Deficiência Visual	Matriculada
Masculino	Fisioterapia	Deficiência Visual	Matriculado
Masculino	Ciências Biológicas	Deficiência Visual	Matriculado
Masculino	Engenharia Eletrônica	Deficiência Visual	Matriculado
Feminino	Terapia Ocupacional	Deficiência Visual	Matriculada
Masculino	Design	Deficiência Auditiva	Matriculado
Masculino	Medicina	Deficiência Auditiva	Matriculado
Masculino	Letras Português	Deficiência Auditiva	Matriculado
Feminino	História	Deficiência Auditiva	Matriculada
Masculino	Engenharia da Computação	Deficiência Auditiva	Matriculado
Feminino	Ciências Contábeis	Deficiência Auditiva	Matriculada
Feminino	Teatro (Laranjeiras)	Deficiência Auditiva	Matriculada

Fonte: Departamento de Administração Acadêmica – DAA. Ano: 2013.

Gráfico 4 - Percentual das deficiências - 2013



Em 2013 ingressaram, pelo sistema de cotas, 33 alunos com deficiência. O número de novos alunos com deficiência física aumentou para 18. Enquanto que entraram apenas 07 alunos com deficiência auditiva e 08 com deficiência visual.

Tabela 7 - Quantitativo dos alunos com deficiência

	2010	2011	2012	2013
Física	19	17	15	18
Auditiva	4	3	17	8
Visual	5	10	7	7
Total	28	30	39	33

Pelos dados da tabela 6, podemos perceber que houve uma oscilação no número de alunos ingressantes pelo sistema de cotas durante o período de 2010 a 2013. Com relação aos deficientes físicos, permaneceu quase o mesmo quantitativo; quanto aos estudantes com deficiência auditiva, houve acréscimo somente em 2012; já em relação aos deficientes visuais, também houve um aumento, mas somente em 2011.

3.3. Programa de Ações Inclusivas da Universidade Federal de Sergipe - PAI/UFS

O programa Incluir é uma política de acessibilidade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), criada em 2005 para assegurar, à pessoa com deficiência, o acesso a esta etapa de ensino. Foi implementado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior (SESu) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Este programa busca contribuir, através de recursos financeiros, para o estabelecimento de mudanças significativas, como a eliminação de barreiras físicas e pedagógicas nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos, promovendo, de fato, o processo de inclusão.

A coordenadora do programa, Prof.^a Dr.^a Vanessa, esclarece:

O Incluir é um programa do governo federal que disponibiliza recursos para a implementação da acessibilidade nas universidades. A partir desses recursos, nós implantamos o Programa de Ações Inclusivas da UFS, cuja sigla é PAI/UFS, para tentar melhorar as condições de acessibilidade na UFS. (PROF. VANESSA)

O Núcleo de Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência (NUPIEPED), criado em 2007, contribuiu para a elaboração e implantação do projeto, em que foram realizadas

inúmeras discussões de possíveis ações a serem tomadas em benefício dos estudantes com deficiência matriculados na UFS.

O Incluir envia verbas às IFES para realização de reformas e criação de núcleos de inclusão. Em 2006, a UFS recebeu recurso e apoio para melhoria das condições de acesso e permanência dos alunos com deficiência. Entretanto, esse recurso não foi aproveitado, tendo sua quantia devolvida. Nos anos de 2007 e 2008, os recursos também foram devolvidos por falta de aproveitamento. Em 2009, a UFS não conseguiu aprovação do seu projeto. Em 2010, o projeto não pôde ser realizado e o recurso não foi aproveitado (SANTOS, 2012)

Na UFS, o programa Incluir está localizado na Didática VI, em duas pequenas salas. O atendimento é realizado nos três turnos e está acessível a todos os alunos com deficiência que busquem apoio para locomoção ou necessidades educativas. Possui 1 bolsista e 1 intérprete de Libras em cada turno.

O Incluir também fornece equipamentos como cadeira de rodas elétrica e, para quando um aluno necessita fazer prova, o programa Dosvox ou intérprete. Presta, ainda, serviço de orientação a estudantes na busca por seus direitos e a professores que queiram saber mais sobre como trabalhar com alunos deficientes.

Durante todo o ano, são oferecidos diversos cursos com o objetivo de sensibilizar a comunidade acadêmica e contribuir para a acessibilidade dos alunos com deficiência. Em 2013, de acordo com a coordenadora do programa, foram realizados 4 cursos na área de deficiência visual e 2 cursos na área de deficiência auditiva.

Em 2012, foi realizado o “IV Encontro de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência: abordagens metodológicas” e o “II Simpósio Nacional de Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência”, no intuito de contribuir com pesquisas na área de formação de professores em educação especial, bem como analisar e entender as relações e representações construídas sobre a mesma. Houve também diversos minicursos e palestras sobre a temática da inclusão.

No início de dezembro de 2013, aconteceu a “I Semana de Ações Inclusivas”, com o objetivo de debater e discutir ações desenvolvidas na UFS a respeito da inclusão e acessibilidade dos alunos com deficiências, abrindo espaço para exposição dos alunos usuários dos serviços ofertados pela instituição. Foram realizados diversos cursos, como os de Dosvox, NVDA (*Non Visual Desktop Access*), Orientação e Mobilidade, Braille e Libras.

3.4. Centro de Ciências Exatas e Tecnologia - CCET

O Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da UFS é formado pelos Departamentos de Engenharia Civil, Engenharia Química, Química, Física, Matemática, Ciências da Computação, Engenharia Elétrica, e Estatística. É formado também pelos Núcleos de Engenharia de Alimentos, Engenharia de Materiais, Engenharia Mecânica, e Engenharia de Produção.

Compete ao CCET formular o plano setorial, integrando as atividades de ensino, pesquisa e extensão, implementar e coordenar as atividades dos departamentos, e promover estudos, seminários e simpósios com docentes e discentes dos seus departamentos.

Dentre as disciplinas do Centro, a Matemática é vista, pela maioria dos alunos, como maçante e difícil, opinião passada de geração a geração. Segundo Guilherme (1983 *apud* SILVA, 2004), a Matemática é ensinada através de uma série de exercícios artificiais e mecânicos que sequer têm vinculação com o dia a dia do aluno. Essa maneira mecanizada de se trabalhar com a Matemática pode ser um dos fatores que contribuem para as representações que hoje se têm a respeito dessa disciplina.

Esse ponto de vista precisa ser modificado a partir do momento em que a criança entra na escola. Deve-se mostrar a ela que a disciplina está inserida diretamente no nosso dia a dia. É necessário, desde as séries iniciais, que o professor leve em conta o raciocínio lógico e dedutivo do aluno para que os conhecimentos sejam assimilados como parte natural da linguagem e do pensar cotidiano, como algo importante para o desenvolvimento intelectual.

O conhecimento matemático é apresentado sob a forma de regras e fórmulas, execução de algoritmos, informações sobre definições, teoremas (resultados) e linguagem simbólica. Uma das consequências dessa forma de ensinar é a passividade, a insegurança do aluno e a dependência da palavra do professor para decidir se os resultados obtidos são corretos ou não. Aprender, nesse cenário, significa assistir a aulas, observar o que é apresentado, copiar, repetir e apresentar respostas às questões, mais ou menos próximas do que foi planejado. Na maioria das vezes o aluno é avaliado apenas pela sua capacidade de repetir procedimentos e de dar respostas já esperadas. Por isso é comum ele solicitar ao professor o gabarito dos problemas propostos, para que possa verificar se resolveu certo, sem analisar o próprio procedimento. Assim ele desenvolve dependência e não autonomia. (SOARES e SAUER, 2004, p. 245-246).

Neste sentido, a maioria dos estudantes apresenta baixa capacidade de abstração devido ao ensino “decoreba”, o qual é descontextualizado e não associado a conceitos e definições que o sustentem. Os alunos apenas memorizam o suficiente para conseguir a média

mínima para aprovação, não sendo, então, capazes de adquirir o conhecimento de forma sistematizada.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

*Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na
palavra, no trabalho, na ação-reflexão.*
Paulo Freire

Neste capítulo, é descrito o percurso metodológico utilizado para atingir os objetivos da pesquisa. Entende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Segundo Minayo (2008), a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pensador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).

Com o objetivo de analisar o processo de inclusão de alunos surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de Sergipe, campus de São Cristóvão, optou-se pela proposta do estudo de caso⁴⁰, por meio da pesquisa qualitativa e descritiva, sem depreciar a questão quantitativa.

Gressler (2007) afirma que a abordagem qualitativa é utilizada quando se busca descrever a complexidade de determinado problema levando-se em consideração todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas. A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a “tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.” (RICHARDSON, 2011, p. 90). Assim, preocupou-se, ao adotar essa abordagem, com a descrição e apresentação da realidade tal como é em sua essência.

A pesquisa em forma de estudo de caso dedica-se a estudos intensivos do passado, presente e de interações ambientais (socioeconômica, política, cultural) de uma unidade: indivíduo, grupo, instituição ou comunidade, selecionada por sua especificidade. Baseia-se em uma variedade de fontes de informação e procura englobar os diferentes pontos de vista presentes em uma situação (GRESSLER, 2007). Essa categoria de pesquisa foi escolhida devido ao seu caráter descritivo, à diversidade de fontes e à possibilidade de um estudo

⁴⁰ O estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico. (MERRIAM, 1988 *apud* BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 89).

aprofundado com os alunos surdos e/ou deficientes auditivos ingressantes a partir das ações afirmativas da UFS.

De acordo com Gressler (2007), a pesquisa descritiva descreve, sistematicamente, fatos e características presentes em uma determinada população ou área de interesse. É utilizada para descrever fenômenos existentes, situações presentes e eventos, identificar problemas e justificar condições, comparar e avaliar o que os outros estão desenvolvendo em situações e problemas similares, visando aclarar situações para futuros planos e decisões.

Neste contexto, almejamos retratar a realidade completa, interpretando os sentidos e as significações dos fenômenos ocorridos durante a pesquisa, através das técnicas abordadas, que serão apresentadas posteriormente.

4.1. Caracterização do campo empírico

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Sergipe, instituição de Ensino Superior de âmbito federal. Sua sede localiza-se na cidade de São Cristóvão e há mais três campi, situados em Itabaiana, Lagarto e Laranjeiras, todos com ensino presencial. A UFS possui também 15 polos de Educação a Distância, nos municípios de Arauá, Areia Branca, Brejo Grande, Estância, Japaratuba, Laranjeiras, Lagarto, Poço Verde, Porto da Folha, São Domingos, Carira, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Propriá e São Cristóvão⁴¹.

O Hospital Universitário (HU), situado em Aracaju, também pertence à instituição. É um hospital-escola que presta assistência médico-hospitalar e inclusão social por meio de parcerias com órgãos públicos, além de desenvolver atividades de natureza preventiva e extensiva, por meio de programas nacionais de saúde e educação oferecidos à população sergipana. A Universidade conta ainda com o Museu do Homem Sergipano, o Centro de Cultura e Arte (CULTART), o Campus Rural, o Campus Avançado do Crasto, e o Campus Avançado de Xingó.

A criação da Universidade ocorreu em 28 de fevereiro de 1967, por meio do Decreto-Lei nº 269, mas sua instalação sucedeu um ano depois, em 15 de maio de 1968, com a incorporação de 06 faculdades que ministravam 10 cursos administrados por 05 faculdades e 05 institutos.

⁴¹ Dados obtidos no site da Universidade Federal de Sergipe.

Na década de 1980, houve a transferência da Universidade para suas novas instalações no campus de São Cristóvão. A partir da instituição da Resolução nº 01/87, do Conselho Universitário (CONSU), o campus passou a ser chamado “Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos”.

O ingresso na instituição pelo processo seletivo é anual. Entretanto, outras formas de ingresso são possíveis, tais como a transferência externa (para estudantes de outras instituições de Ensino Superior), a readmissão (para ex-graduandos da UFS que precisaram abandonar seus cursos) e o ingresso como portador de diploma (para quem já concluiu algum curso de graduação).

A Cidade Universitária é composta pelos seguintes Centros: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) Centro de Educação a Distância (CESAD) e Centro de Inovação e Transferência de Tecnologia (CITT). Além disso, há também a Biblioteca Central (BICEN), a Reitoria, a Prefeitura do Campus, o Restaurante Universitário (RESUN), o Arquivo Central, o Centro Editorial e Audiovisual (CEAV), o Centro de Processamento de Dados (CPD), o Setor Esportivo e o Colégio de Aplicação (CODAP).

Para realização desta pesquisa, foi escolhida a Cidade Universitária devido ao maior índice de matrículas de pessoas surdas e/ou deficientes auditivas neste local. Pretendeu-se, no estudo, observar o cotidiano dos alunos envolvidos na pesquisa, através de visitas às salas de aula e aos diversos setores da instituição.

4.2. Os participantes da pesquisa

Participaram desta pesquisa 17 pessoas, as quais serão apresentadas por nomes fictícios para preservar suas identidades:

- a) 05 alunos;
- b) 07 professores que lecionam aos respectivos alunos;
- c) 04 intérpretes, sendo 03 intérpretes dos alunos e 01 que trabalha no Programa de Ações Inclusivas da UFS;
- d) 01 coordenadora do PAI/UFS⁴².

⁴² Entrevistou-se a coordenadora e orientadora deste trabalho para embasar o desenvolvimento da pesquisa e compreender as características e funções do Programa de Ações Inclusivas da Universidade Federal de Sergipe.

Os critérios para seleção dos alunos foram:

- a) ter ingressado na universidade pelo acesso diferenciado para portadores de necessidades especiais;
- b) ser surdo e/ou deficiente auditivo;
- c) cursar disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia;
- d) dispor-se a participar da pesquisa;
- e) assinar o Termo de Consentimento.

O critério para seleção dos professores foi:

- a) ser professor dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos selecionados;
- b) ser professor de disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia;
- c) dispor-se a participar da pesquisa;
- d) assinar o Termo de Consentimento.

4.3. Caracterização dos participantes da pesquisa

Alunos:

Patrícia – Tem 26 anos de idade e o nível de sua perda auditiva é profundo nos dois ouvidos. Nasceu surda devido ao fato de sua mãe ter sido acometida de rubéola durante a gravidez. Para se comunicar, prefere a Libras (Língua Brasileira de Sinais), utilizando-a principalmente na rua, na universidade e com os amigos surdos. No entanto, especialmente com sua família, vale-se do oralismo. Na universidade, em alguns momentos, usa a comunicação total, uma vez que os colegas e professores não sabem a Libras. Ingressou pelo sistema de cotas para pessoas com deficiência em 2012. Faz graduação no curso de Ciências da Computação e está no 4º período.

Alan – Tem 33 anos e o nível de sua perda auditiva é bilateral⁴³; no ouvido direito é profundo e no esquerdo é parcial, profundo moderado. Segundo os médicos, esse estudante já

⁴³ Quando possui a perda auditiva nos dois ouvidos.

nasceu com a audição bem desgastada e, de qualquer forma, estando ou não exposto a algum barulho, ele poderia perdê-la naturalmente. A causa da sua deficiência é neurosensorial e a exposição a barulhos intensos no antigo trabalho foi um fator complicador. Hoje, ele ainda se comunica através do Português, não dependendo da Libras por enquanto. Seu ingresso na universidade deu-se em 2010, no curso de Química Industrial. Atualmente, trancou o curso, pois foi aprovado em concurso público.

Fábio – Tem 30 anos e seu ouvido direito apresenta perda severa moderada; já o esquerdo apresenta perda severa profunda. Ao nascer, não possuía nenhuma perda auditiva, mas, aos 5 anos de idade, sua avó percebeu que ele não escutava direito e, desde os 6 anos, ele usa aparelho auditivo. Ingressou na Universidade também em 2010, no curso de Engenharia de Produção. Atualmente, está em período irregular, cursando disciplinas em que havia ficado reprovado.

Rita – Tem 21 anos e seu nível da perda auditiva é moderado. Não sabe a causa da deficiência, pois, sempre que indaga a mãe, não obtém respostas. Utiliza-se da Libras e do oralismo para se comunicar. Ingressou pelo sistema de cotas para pessoas com deficiência em 2013. Faz graduação no curso de Ciências Contábeis e está no 2º período.

Pedro – Tem 22 anos de idade e seu ouvido esquerdo apresenta nível de perda profundo; já o ouvido direito apresenta perda severa. Nasceu ouvinte, mas, com 01 ano de idade, teve meningite, perdendo a audição. Para se comunicar, utiliza a Libras com os surdos e a Língua Portuguesa na modalidade oral ou escrita com os ouvintes.

Professores:

João – Tem 37 anos, é bacharel em Matemática, tem mestrado em Matemática Pura e é professor substituto na Instituição há aproximadamente três anos.

Danilo – Tem 37 anos, é Cientista da Computação e exerce a função de professor efetivo há cinco meses.

Rafaela – Tem 25 anos, possui graduação e mestrado em Química e é professora substituta há 4 meses.

Marcos – Tem 58 anos, é bacharel em Física, possui especialização em Engenharia Nuclear, além de mestrado e doutorado em Física. É professor efetivo desde 1990.

Caio – Tem 30 anos e é Engenheiro da Computação desde 2007. Possui mestrado, doutorado e pós-doutorado na área. É professor efetivo da UFS há aproximadamente 4 anos.

Hugo – Tem 27 anos e é formado em Contabilidade. É professor efetivo da UFS desde 2007.

Lucas – Tem 24 anos e é licenciado em Matemática. Trabalha na UFS há cerca de 1 ano e 7 meses, como professor substituto.

Intérpretes:

Rosa – A intérprete tem 42 anos de idade, é bacharel em Letras-Libras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e tem 15 anos de experiência profissional. Sempre busca se atualizar, participando de cursos na área da Libras. Trabalha na UFS há mais de 1 ano.

Ana – Tem 38 anos, é formada em Pedagogia e possui pós-graduação em Libras. Fez curso desta língua e iniciou sua carreira na área como intérprete na igreja em que congrega. Tem 2 anos de experiência e trabalha na UFS há cerca de 1 ano e 10 meses. Atualmente, interpreta para a única professora surda da instituição.

Leonardo – Tem 32 anos, possui graduação em Letras e pós-graduação em Educação Inclusiva – Libras. Tem 3 anos de experiência na área da inclusão e trabalha na UFS há cerca de 1 ano.

Fernando – Tem 32 anos, possui licenciatura em Letras e pós-graduação em Educação Inclusiva – Libras. Trabalha na UFS há quase 2 anos, como intérprete na sala do Programa de Ações Inclusivas da UFS.

Inicialmente, o estudo contava com 08 alunos, mas, devido a alguns fatores, esse número foi reduzido para 05. Uma aluna não participou da pesquisa devido à mudança de instituição – de acordo com ela, não era o curso de que gostava, e passou de Design para Artes. Outra, segundo seu intérprete, teve dificuldade nas disciplinas e inúmeras ausências às aulas, o que gerou sua reprovação e saída da universidade⁴⁴. Por fim, a última aluna⁴⁵ não consentiu sua participação nesta pesquisa.

No que diz respeito aos professores, seriam foco desta pesquisa, inicialmente, 10 indivíduos. No entanto, 02 alunos possuíam os mesmos professores em 02 disciplinas. Outro

⁴⁴ A aluna decidiu abandonar o curso, uma vez que estava sendo aprovada em poucas matérias.

⁴⁵ A aluna entrou pelo sistema de cotas, mas relatou que, apesar disso, ouvia normalmente, falava ao celular e que ainda iria passar pelo conselho médico da universidade – por isso, não julgou interessante sua participação na pesquisa.

aluno, no decorrer do período, conseguiu a equivalência da disciplina Cálculo I, não precisando mais cursá-la. Assim, o quantitativo foi reduzido para 07 professores e, conseqüentemente, 07 entrevistas.

4.4. Instrumentos de coleta de dados

Para Yin (2010), o método do estudo de caso permite que a investigação retenha as características significativas dos eventos da vida real – como os ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, e o desempenho escolar.

Assim sendo, os instrumentos utilizados na coleta de dados foram embasados na realidade do tema pesquisado, o que é fundamentado por André (1984), quem ressalta que o conhecimento gerado através do estudo de caso tem um valor único, próprio e singular.

Yin (2010) destaca alguns exemplos de fontes que podem ser trabalhadas no estudo de caso, como documentos, entrevistas, observação direta e artefatos físicos. Para detectar as relações estabelecidas entre os alunos e os professores, as suas principais dificuldades relacionados ao ensino e aprendizagem, conhecer os métodos e as técnicas de ensino desenvolvido pelos professores e identificar as possíveis barreiras atitudinais e pedagógicas sofridas pelos alunos surdos do campus estudado, foram utilizados os seguintes instrumentos:

- Observação da metodologia do docente;
- Observação da realidade acadêmica dos alunos;
- Entrevista semiestruturada;
- Análise documental.

A análise dos dados constou das seguintes fases:

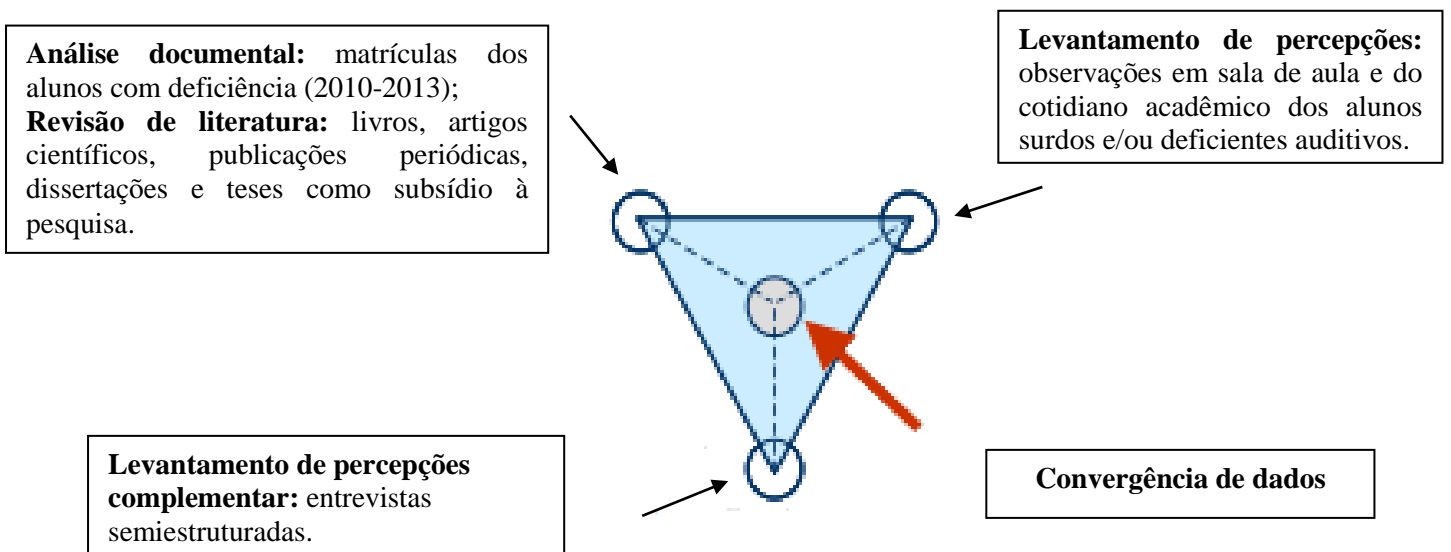
- Sistematização das observações das aulas e do cotidiano escolar dos alunos;
- Transcrição e análise da entrevista;
- Sistematização dos documentos.

Utilizou-se, na análise dos dados, o procedimento da triangulação (ver figura 9), apontado por alguns autores (YIN, 2010; GRESSLER, 2007; MARTINS, 2008) como

fundamental à validação de pesquisas em que se recorre a várias fontes de informações. A triangulação permite obter, então, de duas ou mais fontes, dados referente ao mesmo evento, no intuito de aumentar a confiabilidade da informação.

[...] a confiabilidade de um Estudo de Caso poderá ser garantida pela utilização de várias fontes de evidências, sendo que a significância dos achados terá mais qualidade ainda se as técnicas forem distintas. A convergência de resultados advindos de fontes distintas oferece um excelente grau de confiabilidade ao estudo, muito além de pesquisas orientadas por outras estratégias. O processo de triangulação garantirá que descobertas em um Estudo de Caso serão convincentes e acuradas, possibilitando um estilo corroborativo de pesquisa. (MARTINS, 2008, p. 80).

Figura 9 – Triangulação dos métodos



Fonte: Baseada no modelo de Yin (2010)

A seguir, apresentamos um quadro identificando os instrumentos utilizados, uma vez que a sistematização dos dados colhidos ajudou a compreensão e análise das informações.

Quadro 2 - Objetivos, instrumentos da pesquisa e fases de análise dos dados

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INSTRUMENTOS	ANÁLISE DOS DADOS
Desenvolver uma análise da realidade vivenciada pelos alunos surdos e/ou deficientes auditivos na universidade.	Observação e registro com diário de campo; Entrevista semiestruturada com os alunos participantes.	Sistematização das observações do cotidiano dos alunos na universidade; Transcrição e análise da entrevista.
Conhecer as principais dificuldades dos professores e alunos no que diz respeito ao ensino e aprendizagem das disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia.	Observação e registro com diário de campo; Entrevista semiestruturada com os alunos participantes.	Sistematização das observações das aulas; Transcrição e análise da entrevista.
Conhecer os métodos e as técnicas de ensino desenvolvidos pelos professores nessas disciplinas.	Observação e registro com diário de campo.	Sistematização das observações das aulas.
Identificar as possíveis barreiras atitudinais e pedagógicas sofridas pelos alunos surdos e/ou deficientes auditivos do campus estudado.	Observação e registro com diário de campo.	Sistematização das observações do cotidiano dos alunos na universidade.

Foram realizados alguns procedimentos antes da coleta de dados, tais como: comprometimento ético do pesquisador, por meio do Termo de Autorização e Consentimento; contato pessoal com os alunos, professores e intérpretes para participação na pesquisa; agendamento das entrevistas de acordo com a disponibilidade de cada sujeito.

A investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Sergipe – CEP, sob o protocolo 2012.7113.5.0000.5546, para que se pudessem obter informações respeitando-se a integridade dos participantes. Uma vez detalhadas as informações sobre os objetivos e a importância dos participantes da pesquisa, todos assinaram o termo.

Os alunos foram localizados a partir de pesquisa documental na Coordenação de Concurso Vestibular (CCV) e no Departamento de Administração Acadêmica (DAA). Foram selecionados os estudantes surdos e/ou deficientes auditivos que ingressaram nos cursos de Ciências Exatas e Tecnologia da UFS a partir do sistema de cotas, em 2010.

Os professores que participaram deste estudo foram escolhidos por lecionarem disciplinas matemáticas e por se disporem a contribuir com entrevistas. A intenção foi entrevistar e observar as aulas de 02 professores de cada aluno investigado.

Os intérpretes foram selecionados por acompanharem os alunos surdos e/ou deficientes auditivos participantes da pesquisa. Além disso, para melhor compreender a inclusão dos

surdos no ambiente destinado a atendê-los, o PAI/UFS, foi entrevistado um intérprete que trabalha nesse programa.

A análise documental deu-se através do manuseio das matrículas dos alunos, que foi obtido também no DAA, no intuito de saber e sistematizar o quantitativo de alunos surdos e/ou deficientes auditivos que ingressaram na UFS, desde o início do sistema de cotas (2010), até 2013.

4.4.1. Coleta de dados

Inicialmente, foram realizadas observações das aulas, que ocorriam nas Didáticas, nos Contêineres e nos Auditórios da instituição. Segundo Lakatos e Marconi (2010), a observação é uma técnica de coleta de dados para obter informações e utiliza os sentidos na aquisição de determinados aspectos da realidade. Não se resume em ver e ouvir, mas também, em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

[...] a observação [...] não se restringe absolutamente à simples percepção dos fatos, acontecimentos ou objetos [...]. Ela requer a intenção de conhecer e o interesse pelo que se quer observar; depois, uma consciência plena de que a própria mentalidade e estado de espírito do observador pode influenciar na observação. Em seguida, requer conhecimento teórico do que se está observando; isto é, exige que, além da percepção e intenção, haja uma interpretação ou compreensão intelectual do que está sendo observado. (VARGAS, 1985 *apud* GRESSLER, 2007, p. 170).

Além das aulas, os alunos foram observados também nos diversos ambientes da universidade, como auditórios, biblioteca, restaurante, lanchonetes, centro de vivência, entre outros, permitindo, assim, identificar a realidade acadêmica dos participantes e registrá-la no diário de campo.

As observações em sala de aula e nos diferentes espaços da universidade ocorreram durante os semestres 2012.2 e 2013.1. As observações nos espaços da instituição aconteceram paralelamente às aulas, bem como em turnos contrários, perfazendo um total de 150 horas. Com relação à sala de aula, a quantidade de horas deu-se devido à carga horária de cada disciplina, conforme explicitado na Tabela 8.

Tabela 8 - Quantitativo de horas observadas em sala de aula

DISCIPLINAS	CRÉDITOS	HORAS
Cálculo II	4	60
Lógica para Computação	4	60
Química I	4	60
Química I	4	60
Física A	4	60
Física A	4	60
Contabilidade Geral I	4	60
Matemática Básica	4	60
Fundamentos de Engenharia da Computação	2	20
Total	-	510

Desta maneira, foram obtidas maiores informações e houve participação ativa no cotidiano dos alunos, percebendo sua relação com os estudos, com os colegas e nos diversos espaços da instituição.

Realizaram-se também entrevistas para obtenção dos dados. Para Gressler (2007), a entrevista consiste em uma conversação envolvendo duas ou mais pessoas com o propósito de se obter informações para uma investigação. Não é somente uma simples conversa, mas, sim, uma conversa orientada para um objetivo definido.

A entrevista foi utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, que possibilitou desenvolver intuitivamente uma ideia sobre como ele interpreta a realidade acadêmica vivenciada pelos alunos surdos e/ou deficientes auditivos na Universidade e sobre as dificuldades dos sujeitos no que se refere ao ensino e aprendizagem das disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia.

Interessou nesta pesquisa, questionar aos professores sobre as dificuldades encontradas em sala de aula, métodos de ensino, relações estabelecidas em sala de aula, conhecimentos sobre surdez e sistema de cotas. Os alunos foram indagados sobre o processo escolar, as causas da surdez, dificuldades encontradas em sala de aula e nos diversos ambientes da instituição, metodologia de ensino, possíveis barreiras atitudinais e pedagógicas, relações estabelecidas em sala de aula, ingresso na UFS e aprendizagem da Matemática. Quanto aos

intérpretes, preocupou-se em saber a respeito também das dificuldades encontradas em sala de aula, dos métodos de ensino, do sistema de cotas e de seu papel em sala de aula.

Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (ou focalizadas), buscando explorar em profundidade as questões do processo de inclusão e seus desafios, reconhecendo, então, pontos significativos e evitando elementos tendenciosos. Minayo (2008) afirma que esse tipo de entrevista combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.

Essas entrevistas foram gravadas por meio de um aparelho celular⁴⁶ e armazenadas em um pen-drive⁴⁷. Após esta etapa, houve a de processamento das conversas, que compreendeu a passagem do depoimento da forma oral para a escrita, englobando os processos de transcrição e digitação dos textos.

⁴⁶ Foi utilizado o modelo LG Optimus L5.

⁴⁷ Dispositivo de memória constituído por memória flash, que permite a sua conexão a uma porta USB de um computador ou outro equipamento com uma entrada USB.

5. ANÁLISE DOS DADOS VERBAIS E VISUAIS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos no processo de levantamento dos dados nas observações e nas entrevistas. Para este estudo, foram realizadas observações junto aos alunos surdos e/ou deficientes auditivos nos diversos ambientes da instituição, bem como na sala de aula. Realizaram-se também entrevistas semiestruturadas com professores, alunos, intérpretes e a coordenadora do Programa Incluir da UFS.

Buscou-se mostrar o processo de inclusão quanto ao acesso e à permanência dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos nesta universidade. A pesquisa foi realizada durante dois semestres letivos: 2012.2 e 2013.1. Abaixo está sistematizados os participantes da pesquisa:

Tabela 9 - Participantes da pesquisa

CURSO / ANO	ALUNO / IDADE	PROFESSOR / DISCIPLINA	CAUSA / NÍVEL DE PERDA AUDITIVA	INTÉRPRETE / COMUNICAÇÃO
Ciências da Computação / 2012	Patrícia / 26	João / Cálculo II Danilo / Lógica para Computação	Rubéola na gravidez da mãe / Profundo nos dois ouvidos	Rosa / Libras, Oralismo e Comunicação Total
Química Industrial / 2010	Alan / 33	Rafaela / Química I Marcos / Física A	Desgaste da audição / Bilateral. Direito: profundo. Esquerdo: parcial, profundo moderado	Língua Portuguesa
Engenharia de Produção / 2010	Fábio / 30	Rafaela / Química I Marcos / Física A	Perda aos 6 anos / Direito: severo moderado. Esquerdo: severo profundo	Língua Portuguesa
Ciências Contábeis / 2013	Rita / 21	Hugo / Contabilidade Geral I Lucas / Matemática Básica	Não sabe / Moderado	Ana / Libras, Oralismo e Comunicação Total
Engenharia da Computação / 2013	Pedro / 22	Caio / Fundamentos de Engenharia da Computação	Meningite / Direito: severo. Esquerdo: profundo	Leonardo / Libras, Oralismo e Comunicação Total

Este estudo está estruturado em 3 categorias de análise: atitudes diante da surdez, as aulas e a aprendizagem matemática, e condições que favorecem os estudos do aluno surdo no Ensino Superior.

5.1. Atitudes diante da surdez

Esta categoria visa mostrar as reações das pessoas ao saber que existe um aluno surdo em sala de aula. Através das entrevistas realizadas, percebeu-se a dificuldade dos docentes e dos estudantes no que se refere à falta de conhecimento sobre os deficientes, pois os professores não sabiam que iriam receber alunos surdos e/ou deficientes auditivos, conhecendo-os somente no primeiro dia de aula.

Um professor soube que tinha um aluno com deficiência e apresentou para a turma, e a turma toda ficou de boca aberta [...]. No início, me trataram bem, aos pouquinhos foi diminuindo e me afastaram, me excluíram, e, depois, quando precisavam, vinham atrás de mim [...] “Ói, vou apresentar vocês, tem um aluno que tem deficiência auditiva, o nome dele é...” E todo mundo ficou de boca aberta, porque eu sou a primeira pessoa com deficiência fazendo o curso de Engenharia. (ALUNO FÁBIO)

Eles só sabem depois que me veem, quando veem o aparelho. Todo semestre eu falo aos professores, mas eu percebo pelos gestos do rosto, ficam gesticulando, é sinal de “não quero ajudar”, de “não quero atender”. É falta de consideração. (ALUNO FÁBIO)

A única coisa errada é que me parece que a maioria dos professores na universidade não sabe. Eles não têm, assim, na lista de chamada, a preocupação de quantos alunos deficientes têm. Eles nem sabem que tem aluno deficiente auditivo na sala. (ALUNO ALAN)

Só no dia. (PROF. RAFAELA)

Sinceramente, só soube que a intérprete apareceu. (PROF. LUCAS)

Eu soube no dia. (PROF. DANILO)

Não, só no dia mesmo. (PROF. JOÃO)

A maioria não tem conhecimento que existe um aluno surdo na sala de aula e não faz questão sequer de procurar o aluno e, muito menos, o intérprete. (PROF. RAQUEL)

Comumente, o aluno surdo se sente obrigado a procurar cada professor para apresentar-se, dizendo-lhe que é surdo e que precisa que ele assuma uma postura flexível diante de suas necessidades educacionais; às vezes, os próprios colegas de classe avisam o professor sobre a presença de um surdo na sala (CRUZ; DIAS, 2009).

A inserção do aluno surdo e/ou deficiente auditivo no meio acadêmico deve ser realizada com determinados cuidados, com o objetivo de garantir o acesso aos conhecimentos escolares e respeitar sua linguagem; ou seja, contemplando suas necessidades educacionais.

Um dos professores, que atualmente é chefe de departamento, soube antecipadamente que teria uma aluna surda. No entanto, não procurou formas de lidar com essa nova fase, deixando a cargo do intérprete a função de repassar os conteúdos.

Na verdade, essa aluna entrou em contato comigo no departamento de aquisição chefe. Ela teve problema de acesso... E foram lá para conversar se a gente podia ajudar ela. Aí, naquele momento, eu tomei conhecimento de que, como ela é ingressante, eu teria uma aluna com problemas de audição. [...] Na reunião que teve na reitoria, ficou bem claro que teria um tradutor, teria um intérprete na língua de Libras, sinais para a ajuda da compreensão deles. Essa seria a parte que a universidade deixa disponível. Então eu não, não me preocupei muito nesse aspecto. (PROF. HUGO)

No entanto, como sua aluna faltou a várias aulas, ele não pôde explicar claramente sobre o processo de inclusão dela na universidade.

Na verdade, eu não posso comentar muito, porque, na verdade, ela só veio em dez aulas, então isso dificultou um pouco [...], já que totalmente são trinta aulas e ela só frequentou um terço. Então é meio difícil dizer para você com profundidade essa relação aluno-professor no caso dela, que é portadora de necessidades especiais. (PROF. HUGO)

Apesar de alguns professores só tomarem ciência da existência de estudantes deficientes no primeiro contato em sala, um dos docentes soube que havia ensinado a 2 alunos com deficiência auditiva somente durante a realização da entrevista. Quando indagado se havia percebido o aparelho auditivo que seus alunos usavam, respondeu: “Não. Se fosse algum cego, eu teria visto.”

Fica evidente o convencionalismo revelado pelo professor. De acordo com Perlin (1998), o preconceito em relação a esses alunos e à sua cultura deve ser desfeito através de esclarecimentos e intervenções realizados pelo docente em sala de aula. Entretanto, esses procedimentos não puderam ocorrer porque o professor só soube da deficiência dos alunos no momento da entrevista.

Aqui cabe um questionamento importante: quem deve comunicar ao professor a presença de alunos com deficiência? Segundo a coordenadora do Programa de Ações Afirmativas da UFS, em todo início de semestre há reuniões para informar sobre o Programa Incluir, os tipos de deficiência, formas de se relacionar com estes alunos, bem como sua

disponibilidade para auxiliá-los no que seja necessário. No entanto, poucos são os professores que se interessam e participam de forma efetiva.

Assim, é uma incumbência do DAA informar a cada departamento, no início do ano letivo, o quantitativo de alunos com deficiência, uma vez que o setor tem acesso a esses dados logo após a matrícula institucional dos estudantes.

No que concerne ao relacionamento com colegas de classe, os alunos e intérpretes entrevistados relataram que não havia uma preocupação sobre os assentos, porque a turma não sabia, inicialmente, das demandas dos surdos e/ou deficientes auditivos. Logo, estes tinham que chegar com antecedência à sala de aula para reservar local na frente. Por outro lado, apontaram que há uma boa relação interpessoal e que alguns colegas, após saberem que os alunos com deficiência possuíam necessidades específicas, buscavam ajudá-los no que podiam.

Era bom, eu gostava. (ALUNA RITA)

É uma troca, é um grupo bom. [...] Na verdade, eu não conheço ninguém, eu não tenho amigos, eu só tenho um grupo que eu participo como aluno [...]. Quando eles percebem que existe uma pessoa surda na sala, muitas pessoas se aproximam pra nos auxiliar. Já chegou até a mim pessoas e me perguntaram: “por que você é tão calada, tão quietinha?” Aí eles ficam observando e deduz que “você é surda!”. Porque é diferente, nós somos diferentes. Aí ficam nessa coisa “é surda, não é surda, vamos ajudar, como vou me comunicar com ela?” (ALUNA PATRÍCIA)

Normal. (ALUNO ALAN)

Às vezes chego na sala e olho, já tem gente sentado na frente e principalmente em algumas didáticas, é bem pequenininha, aí não tem como eu ficar na frente, aí eu sou obrigado a sentar atrás. Isso me atrapalha, porque às vezes a pessoa senta na frente, porque a pessoa entende que sentando na frente aprende mais. Mas não tem nada a ver a distância. Mas pra mim tem a questão da distância. Quanto mais distante eu fico do professor, eu escuto a voz dele, mas as palavras ficam meio confusas e só consigo assimilar bem quando ele escreve no quadro. Aí eu sei o que ele está fazendo, mas na hora da explicação eu fico me batendo. Para evitar isso, eu chego cedo e já pego logo um lugar. (ALUNO ALAN)

No início do semestre era complicado porque eu percebia que P. era um pouco tímido para [...] poder fazer essa intervenção. Eu que tinha que tomar as atitudes de pedir licença e tal... Um ou outro já sabia que ele gostava, né, preferia... Talvez eu acho que eles achavam que ele gostava de sentar na frente, mas não sabiam o motivo da necessidade do aluno sentar ali na frente. Aí um ou outro não sentava naquela cadeira. [...] Agora, no final do semestre, sim, todos sabem! Mas no início, no início eu achava que o pessoal achava que eu era algum parente ou empregado da família dele, que acompanhava a aula. Não tinha essa visão que ele era um aluno com

necessidade especial e que eu era um funcionário da casa e que eu estava ali para facilitar as aulas. Geralmente, numa instituição particular, o coordenador da turma chega na turma nos primeiros dias, apresenta o intérprete, explica a necessidade daquele intérprete ali e que ele vai acompanhar todo o semestre aquele aluno. Aqui na UFS eu não vi isso, eu nem me apresentei. Eu acho que aqui tem alunos que nem sabem o meu nome na sala de aula, que nunca me deram um “oi”, nunca me deram um “bom dia”. Eu chego na sala e digo “bom dia, turma”; alguns respondiam “bom dia” e tal... (INTÉRP. LEONARDO)

Tem algumas pessoas que se aproximam mais dela, eu deixo ela, às vezes, só para ela poder interagir, porque não é bom ficar o tempo todo interpretando, em cima dela. Às vezes eu largo ela só, vou caminhando mais pra frente, para os colegas conseguirem se comunicar, se virar, pegar o celular, escrever qualquer coisa, ir no quadro. Ela se vira muito bem. Tem colegas aqui que se aproximam mais, brincam. Ela é muito simpática, é muito boa de lidar, ela gosta muito de mexer com um, mexer com outro. (INTÉRP. ROSA)

Ao serem questionados sobre o que sentiram ao saber que tinham alunos surdos e/ou deficientes auditivos em sala, os professores sentiram-se despreparados para lidar com a situação, devido aos possíveis problemas de comunicação.

Quando eu soube, me senti de mãos atadas, e até é como eu comentei, é quando eu dava aula e me sentia tipo que incapaz de dar aquela aula porque via que ela não estava... Estava ali só de corpo presente, mas estava totalmente “viajando” na aula, sem saber de nada. (PROF. LUCAS)

Eu senti que ia ser complicado porque não saberia como me reportar diante da situação. Como, por exemplo, me comunicar. (PROF. JOÃO)

Nesse contexto, os professores estão despreparados para lidar com a diversidade, pois geralmente não recebem formação para atender alunos com deficiência em seus cursos de graduação, de licenciatura ou em suas pós-graduações – assim, ficam acuados e com receio. Também não estão preparados para receber e aceitar as diferenças em relação à comunicação e ao déficit de conhecimentos básicos prévios dos alunos surdos que ingressam na universidade.

Qualquer diferença dentro do ambiente acadêmico torna o aluno surdo uma pessoa desconhecida. Assim, “as relações que serão estabelecidas em sala de aula não re-colocam algumas questões sobre ser aprendiz, sobre o professor e sobre si mesmo.” (TARTUCI, 2005 *apud* DAROQUE, 2001, p. 58).

Os alunos se queixam de professores que não têm informação sobre a surdez. Por outro lado, os entrevistados fazem menção a professores que se mostram abertos e interessados em compreender e dar apoio ao aluno surdo. A desinformação por parte dos

docentes e o desconhecimento sobre a surdez e os modos adequados de atendimento ao aluno surdo são frequentes, o que compromete o processo de inclusão.

Nada. (PROF. JOÃO)

Eu sempre tive interesse em aprender linguagem de sinais, mas eu nunca fui. (PROF. HUGO)

Sei que quem é deficiente auditivo, quem é surdo... Depois do curso que estou fazendo. (PROF. CAIO)

Eu sei que tem um aparelho que coloca. (PROF. MARCOS)

Muito pouco, quase nada... Sinceramente, o que eu sei é o básico... É aquela pessoa que não consegue escutar e se comunicar. Porque eu acho que a deficiência se dá pelo fato dela não conseguir comunicar ou ouvir. Eu não sei, acho que é assim... Pelo pouco que eu sei, pelo fato dela não conseguir ouvir, se dá essa tal deficiência. No máximo, é isso que eu sei. (PROF. LUCAS)

Eu sei que tem vários estágios de deficiências. Tem aqueles que precisam usar aparelho e tem aqueles em que é a surdez completa, que aí a gente precisa estar fazendo Libras, né?! Pra estar se comunicando. (PROF. RAFAELA)

Logo após saber que teria um aluno surdo em sua turma, um dos docentes procurou informações, na Universidade, sobre os cursos de Libras ofertados. Ao ser indagado sobre a razão de seu interesse em fazer esse curso, comentou que foi pelo fato de ensinar a esse aluno, pela necessidade de comunicação e por sua contribuição na área da Engenharia.

Porque na minha área de Engenharia da Computação tem muito a contribuir, né!? Nas diversas áreas sociais, não somente em IT... E acredito que essa é uma das áreas que a gente pode contribuir. Só que para contribuir eu preciso me inserir no meio, eu preciso entender, né... O contexto... Então esse foi o motivo de eu participar, fazer livros, e também ter muita motivação de ter um aluno na nossa disciplina. (PROF. CAIO)

Nos primeiros contatos em sala de aula, há um estranhamento por parte dos sujeitos que participam do processo de ensino-aprendizagem: o professor e o aluno. O docente não sabe o que fazer com o “estranho” na aula, que se utiliza de outra língua, se encontra em outra realidade escolar e, agora no Ensino Superior, precisa ter uma maior autonomia.

Entretanto, segundo Daroque (2011), aos poucos os professores vão compreendendo que podem contar com a presença do intérprete para que o aluno surdo se torne capaz de entender as informações transmitidas e dispor da possibilidade de comunicação mediada.

No que diz respeito à comunicação, os alunos não apresentavam dificuldades nos diversos ambientes da Universidade.

Problemas de comunicação, só às vezes... Agora, no primeiro semestre, aqui na UFS, eu nunca tive nenhum problema de comunicação, por enquanto... Com alguns professores eu tive alguns probleminhas e também com os alunos, mas sempre usavam estratégias e tinha como me comunicar. Só que com relação à aula é impossível aprender sem o intérprete. Aí o bloqueio da comunicação ia ser total. Se for um diálogo eu consigo usar uma estratégia para me comunicar, mas se for na hora da aula eu tenho que ter um intérprete. (ALUNO PEDRO)

Me comunico através de mensagem pelo celular, aí me compreendem. Mas geralmente vou acompanhada com algum aluno. Aí vê qual o livro, qual o local, como é o nome do livro, aí o aluno vai junto comigo, aí procura no computador, no sistema, me auxilia nisso. Mas quando vou sozinha, eu geralmente uso o celular para poder digitar a mensagem e poder me comunicar através dele e eles me respeitam tranquilamente. (ALUNA PATRÍCIA)

Sim. (ALUNO ALAN)

Por exemplo, na lanchonete, mais ou menos [...]. Se a pessoa falar rápido, eu não entendo. Mas se a pessoa falar diretamente pra mim, eu entendo. (ALUNA RITA)

Nós somos pagos para acompanhar o dia a dia do aluno, o horário do aluno. Fora de sala de aula, eu sempre acompanhei ele quando precisava em banco, biblioteca, reitoria, DAA, DEAP, sempre acompanhei ele. Mas mesmo sem um intérprete, os surdos aqui têm também essa independência. Aqui eles aprendem a serem muito independentes, eles aprendem a não depender do intérprete. Na comunicação, ele não tem problema porque ele adquire o português também, ele sabe oralizar e também sabe escrever. A dificuldade dele é só quando a pessoa não responde às perguntas dele olhando para ele, olhando pro lado. Aí ele tem dificuldade de captar o som. Mas quando a pessoa responde para ele de frente, ele consegue oralizar. (INTÉRP. LEONARDO)

No que diz respeito à comunicação em sala de aula, os alunos assinalaram diversas formas de dialogar com colegas e professores. Já os docentes tinham grandes dificuldades nesse processo, pois não sabiam Libras ou por não se esforçarem para conversar oralmente com os alunos.

Quando eu encontro um surdo, eu exclusivamente com a língua dos sinais, minha primeira língua, e depende da pessoa. Se a pessoa não souber, ouvinte surdo, se a pessoa não souber se comunicar bem, eu oralizo ou sinalizo, depende da pessoa. Se eu não conseguir me comunicar com essa pessoa, eu escrevo também. (ALUNO PEDRO)

Ou com a tradutora... Quando está a tradutora, é óbvio que... Mas quando está só a gente, basicamente escrita e uso de gestos. Mas a verdade é que não dá para acontecer a comunicação. [...] com ela eu não tenho como me comunicar. Acho que a maior dificuldade é que eu não sei Libras e não tem o que fazer. Eu não posso, toda vez que for tirar alguma dúvida, ficar escrevendo, senão passo a aula toda fazendo isso, e tenho um cronograma a cumprir. (PROF. JOÃO)

Por gestos, oral também. Mas é mais por gestos. (PROF. DANILO)

Através do intérprete, e também com alguns sinais. Porque quando eu comecei a fazer aula de Libras, então, eu também comecei a interagir com alunos... Saudar, saudação, “bom dia”, “boa tarde”, perguntas “tem algum problema?”, “não se preocupe” em Libras... Então ele às vezes entra na aula falando em Libras, e com conversas mais extensas através do intérprete... Não foi muito tempo que passou, porque, na verdade, o curso de Libras iniciou e a disciplina já tinha começado também. Então acho que depois de umas duas ou três semanas pra isso que começou a operação. (PROF. CAIO)

Sinceramente, era quase nenhuma, praticamente eram gestos improvisados. Eram gestos improvisados, nada além disso. (PROF. LUCAS)

O professor não sabe como agir quando se defronta com essas situações e, pelo fato de haver um intérprete, não se preocupa com tentar se comunicar.

Apesar de conseguirem a comunicação de forma satisfatória, os alunos e os professores fizeram menção à importância do intérprete em sala de aula. Contudo, os docentes confundiam a função do intérprete com a de professor, eximindo-se de sua responsabilidade para com os alunos deficientes.

Ter um intérprete dentro de sala de aula é indispensável para poder adquirir o conhecimento. Eu visualizando a interpretação, pela língua de sinais, eu consigo interagir e aprender normalmente. (ALUNO PEDRO)

É muito importante, sim. Se não tem intérprete pra nós, é incompreensível essa questão toda. Então é importante. O intérprete pode acompanhar toda aula ou eu visualizar. Eu tenho que dar atenção à questão do visual, não posso ficar só na visão do intérprete. Então, temos que saber resolver essa questão, porque, se o professor fica só na teoria, teoria, o que faço nessa hora? Tem professores que têm que ter intérpretes para poder passar tudo pra mim. Quando começarem as aulas, nós vamos sofrer... (ALUNA PATRÍCIA)

Sim. Porque na Libras eu entendo. O professor fica lá falando e o ouvinte aprende normalmente, e eu não entendo nada. (ALUNA RITA)

Eu tento. Sempre deixo claro para o professor e para o aluno que eu sou o mediador. Quem vai avaliar o aluno é o professor. E quando o aluno deseja tirar alguma dúvida, eu sempre deixo claro que é para ser tirada com o professor. Sempre tem uma aula que “professor, dá uma ajuda aqui, por

favor”. Por mais que eu saiba, por mais que eu entenda do conteúdo, eu sempre direciono ao professor. (INTÉR.P. LEONARDO)

Assim, o intérprete deve atuar como mediador no processo de comunicação, utilizando as duas línguas e possibilitando ao aluno o acesso às informações. A presença de um intérprete não extingue o papel do professor, a quem cabem todas as outras obrigações no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem.

Quando o intérprete se coloca como um mediador e se propõe a atuar nestes contatos, explicando aos professores, mostrando seu papel, mantendo uma interação com todos, fica mais fácil para que esses encontros aconteçam. À medida que as relações vão se efetivando, o professor começa a perceber que este aluno surdo pode ser mais autônomo e que, com a interpretação entre as duas línguas, pode se manter ativo quanto à participação em classe. (DAROQUE, 2011, p. 48)

Os professores alegaram que, quando o intérprete faltava ao trabalho, não havia comunicação, pois não sabiam como lidar com a situação. Outros conseguiam, de alguma forma, o diálogo para passar as informações básicas. Os alunos mostraram a falta que o intérprete fazia no seu cotidiano escolar.

Depende do professor. Se for uma aula teórica, eu não consigo aprender nada sem a presença do intérprete, e se for aula expositiva, ou de onde ele vai expor o conteúdo no quadro, eu consigo aprender. Mas se o intérprete falta, pra mim é ruim. (ALUNO PEDRO)

Eu vou até o professor e falo: “professor, repita aí, faça aqui o desenho”. (ALUNA PATRÍCIA)

Nada, ia pra casa. (ALUNA RITA)

Não tem estratégia nenhuma porque não dá. Porque não tenho como me comunicar. (PROF. JOÃO)

Escrevo no quadro. (PROF. DANILO)

Segundo Gurgel (2010), a ausência de uma língua comum entre o professor ouvinte e o aluno surdo traz dificuldades na interação que ocorre na sala de aula: o aluno surdo muitas vezes fica desmotivado, o que prejudica seu processo de aprendizagem e, portanto, de elaboração conceitual. Quando há a presença de um intérprete educacional, embora as barreiras continuem presentes, acontecem importantes alterações que beneficiam o aluno surdo.

A presença do intérprete de Libras nos espaços educacionais dos diferentes níveis de ensino foi prevista pela legislação a partir de dezembro de 2005, quando da promulgação do Decreto 5.626/05, pela necessidade linguística e de comunicação específica do aluno surdo em utilizar a língua de sinais. No entanto, no Brasil, a profissão de tradutor e intérprete de língua de sinais passou a ser oficial em 2010, com a Lei 12.319. (BRASIL, 2005; 2010).

O artigo 21 da Lei afirma que:

As instituições federais de ensino – desde a educação básica até a educação superior – devem incluir, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, viabilizando o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos (BRASIL, 2005).

Também no parágrafo 2º, lê-se que:

As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2005).

No que se refere às barreiras atitudinais, os participantes da pesquisa afirmaram não ter presenciado formas explícitas de preconceito.

Nunca me fizeram nada, essa questão de *bullying*, nem preconceito, quando existe uma falta de comunicação ou uma barreira, a gente tentar através de escrita, mas nunca me discriminaram não [...]. Existe uma menina que é calada, não conversa com ninguém, pode existir preconceito com ela, talvez. É preciso haver essa interação, comunicação [...]. Existe essa questão de falta de conhecimento, aí vem até a mim. No início das aulas, teve uma pessoa que chegou perto de mim enquanto muitos ficavam com receio. Já existem outras pessoas que não falam comigo, cada um tem seu jeito. Mas a maioria deles todos falam, interagem comigo de um jeito ou de outro. (ALUNA PATRÍCIA)

Fora sim, mas por parte dos universitários, não. Quer dizer, por algumas pessoas, não todas, algumas. Assim, olha pra mim e não quer falar porque estou usando aparelho auditivo. Teve até uma pessoa que ia falar comigo, mas olhou, viu o aparelho e saiu. (ALUNO FÁBIO)

Eu não presenciei. (PROF. DANILO)

Não, nenhum. (PROF. JOÃO)

Nenhum. (PROF. CAIO)

Não, nunca presenciei. Pelo contrário, uma vez um aluno chegou pra mim e me perguntou como é que eu me sentia dando aula, porque ele disse que ali,

pra ele, que ouvia tudo certinho e tentava entender, já era complicado. Ele ficava se colocando no lugar dela, e ele dizia: “Meu Deus do céu, como é que essa menina faz para tentar entender alguma coisa?” Que até ele disse que, se fosse ele, acha que não estaria ali, seria um cara mais acomodado. (PROF. LUCAS)

Preconceito é algo que todo mundo tem, e que ninguém admite que tem. Existe muito preconceito explícito e implícito [...]. (COORDENADORA)

Não, eu não percebi ainda nenhum preconceito. Mas particularmente falando, a minha foi bem aceita. Bem aceita e fazendo com que até outras pessoas que se depararam com aluno com deficiência eles se interessaram na Libras. Então isso é um ponto positivo. (INTÉR.P. ANA)

Preconceito eu ainda não tive a sorte de ver, porque se um dia eu tiver essa sorte de ver, coitada da pessoa... Mas às vezes as pessoas ficam assim olhando nós dois sinalizando, alguns passam e falam, “pô, que legal!”, “que bonito”. No RESUN mesmo, no restaurante, às vezes eles almoçavam no mesmo horário, sinalizando tal... E todo mundo quando passava ficava assim olhando e fala assim: “ó pra lá”. Mas nenhum preconceito. Já está na consciência do povo que aqui é uma universidade né!? Que está aberta para todas as pessoas. (INTÉR.P. LEONARDO)

Eu acho que sempre tem, principalmente porque eles se questionam: “Como ela consegue?” [...]. As pessoas subestimam muito os surdos, acham que eles não têm capacidade, ficam o tempo todo perguntando a ela: “Você estudou? Você fez o trabalho?” (INTÉR.P. ROSA)

A discriminação da pessoa com deficiência pode levá-la a uma baixa autoestima e a não se considerar capaz de fazer parte da sociedade, abrindo mão de seus direitos, função social, e resignando-se à exclusão. Para que isso não aconteça, são imprescindíveis a conscientização das pessoas e o combate a todas as formas de preconceito. Os deficientes têm o direito à não discriminação (GARCIA, 1999 *apud* BARBOSA e DUARTE, 2009).

A Convenção de Guatemala afirma que:

[...] as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano. (GUATEMALA, 1999, p. 1)

Alguns alunos não se aceitam surdos e/ou deficientes auditivos, tentando disfarçar sua deficiência.

Logo no primeiro semestre você não pode selecionar matéria, você tem que pegar tudo, aí eu não consegui conciliar, foi só o fator tempo. Eu vinha pra cá e meio-dia tinha que ir pra Itaporanga. Eu trabalhava em uma indústria lá,

eu era técnico químico. Eu entrava 2 da tarde e saía 10:30 da noite, e no outro dia tinha que vir de novo. Isso de sábado a sábado, e só tinha o domingo pra estudar, 6 matérias de uma vez. Aí eu fui reprovando em algumas matérias, não pela deficiência auditiva, mas fator tempo. (ALUNO ALAN)

Até o momento eu não uso aparelho, mas vai ter um momento que eu vou ter que usar e também eu me envergonho um pouco do meu problema. Eu não uso aparelho porque eu não gosto de ser visto como deficiente... Eu acho que se as pessoas me virem com o aparelho, vão me olhar diferente, principalmente nas entrevistas de emprego, olham você com aparelho e eliminam logo você [...]. Eu tenho capacidade pra assimilar conhecimentos. Por isso que eu não gosto de me ver como deficiente, porque a partir do momento que eu começar a me ver como deficiente, vou me acomodar e as pessoas não vão me olhar como uma pessoa capacitada. Então eu procuro tirar essa visão das pessoas. Eu tenho capacidade, tenho inteligência, sou limitado a uma deficiência na minha vida, mas não impede de eu atuar em qualquer área não. (ALUNO ALAN)

Eu tenho que obedecer à mesma base de uma pessoa normal, eu tenho que aprender a viver isso [...] Se houver muita dificuldade, eu tenho que conversar e entrar num acordo com o professor, mas tenho que ser igual a todo mundo, igual à base. (ALUNO FÁBIO)

É notável a ênfase que o aluno Alan dá à vergonha de ser deficiente, com receio do que as pessoas irão falar a seu respeito. O aluno Fábio, quando sente dificuldades, recorre aos professores para amenizar sua situação; ou seja, percebe-se aí um autopreconceito, pois ele não se aceita como diferente e como pertencente a uma cultura.

O preconceito é formado com base em julgamentos a respeito de outrem. É quando pessoas são discriminadas e tratadas com indiferença por aqueles que têm essa opinião preestabelecida. No autopreconceito, esse conceito negativo parte da própria pessoa, pois a mesma procura o padrão para ser aceita na sociedade, já que é criada em uma cultura excludente.

Os relatos e observações mostraram, quanto às atitudes diante da surdez, que há insatisfação por parte dos alunos entrevistados, pois eles sentem que os professores não se preocupam com suas necessidades e os deixam deslocados no que diz respeito à comunicação, às possibilidades de interação e ao acesso à informação. Apesar disso, por vezes foi apontado o esforço de alguns professores que tentam relacionar-se com o aluno para, de alguma forma, compreendê-lo e apoiar seus estudos. Entretanto, isso parece ocorrer pouco frequentemente e de modo insuficiente.

A maior dificuldade encontrada pelos surdos e/ou deficientes auditivos refere-se à comunicação em sala de aula, à relação professor-aluno. Pelo fato de não haver uma língua comum entre eles, a interlocução acaba sendo quase impraticável, intensificando, desta forma,

os problemas no desempenho acadêmico. Por outro lado, o professor não possui experiência para perceber as dificuldades dos estudantes.

Os alunos entrevistados afirmaram que os docentes se eximem de seu papel em sala, devido à presença do intérprete. Porém, cabe ao professor ter a responsabilidade pela aprendizagem do aluno surdo. Concomitantemente, é imprescindível que o professor encontre formas de se comunicar com o surdo e/ou deficiente auditivo, restando ao intérprete o papel de ser somente o mediador no processo de comunicação e educação do aluno.

O intérprete irá atuar nas relações comunicativas entre professor-aluno e nos processos de ensino-aprendizagem por ter uma língua em comum com o aluno surdo. É um agente de grande responsabilidade, mas não pode ser considerado professor. Por isso, com a ausência do intérprete, o desenvolvimento dos alunos surdos ficará prejudicado, pois estes perderão as informações passadas em sala de aula pelo professor (DAROQUE, 2011).

Mesmo que o professor tenha noções sobre a Libras e saiba se comunicar, a presença do intérprete faz-se necessária. O profissional da Libras é fundamental uma vez que o professor não conseguirá ministrar a aula e interpretar ao mesmo tempo. Deste modo, quando o aluno surdo e/ou deficiente auditivo não compreender algo específico, deve pedir orientações ao professor. O profissional intérprete não deve medir conhecimentos com o docente, mas garantir uma comunicação eficaz entre este e o aluno.

Os participantes da pesquisa alegaram que não sofreram e/ou não presenciaram nenhuma forma de preconceito, mas que, se existisse, seria implicitamente. Contudo, houve alunos surdos e/ou deficientes auditivos que tentavam disfarçar a deficiência, não aceitando suas diferenças.

5. 2. As aulas e a aprendizagem matemática

Nesta categoria, pretende-se apresentar o processo de ensino-aprendizagem nas aulas, bem como a construção de conhecimentos matemáticos dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos.

Quanto a esta unidade, os alunos afirmaram que, quando possuíam dúvidas nas aulas, pediam auxílio ao professor ou aos colegas, interrompendo-os no momento em que necessitavam de esclarecimentos. Pelos relatos, alguns professores auxiliavam os alunos no que precisavam. Em contrapartida, alguns alunos e intérpretes queixaram-se da rapidez e desorganização da prática da escrita no quadro. Isso dificultava a aprendizagem, pois era

necessário mais tempo para copiar o assunto e atenção redobrada do intérprete e do aluno, já que as traduções são rápidas. Os professores alegaram que sentiam dificuldades por serem sempre interrompidos pelos intérpretes e por precisarem ter mais cuidado ao explicar o conteúdo.

O professor de ICC, ele tinha essa preocupação de me chamar no quadro, me mostrar, e ele queria muito que eu passasse, eu percebia isso nele, então, nessa questão da visualização, quando eu não entendia. E algumas vezes ele esquecia e começava a ensinar muito rápido e aí eu pedia a ele: “professor, por favor, mais devagar”. [...] Eles copiam tudo e depois apagam e a gente tem que tá lá: “perai, deixa eu terminar de copiar” [...] Quando eu tinha dúvidas, aí eu: “posso perguntar?”. Aí o professor: “Pode! Você tem que perguntar, não pode ficar com dúvida, não”. Aí novamente o professor dizia: “quando terminar a aula, senta nós três e eu te explico”. Até porque o professor não tem o tempo todo para tá explicando... Uma vez mesmo eu fiquei muito, muito cheia de dúvidas, terminou a aula e todos os alunos saíram e eu agarrei o professor: “professor, continuei com a dúvida, o que é isso mesmo? Me explique! Eu não estou entendendo, por que essa organização toda?” [...] O professor de Cálculo I, que é um pouco mais complicado, a cara que ele faz quando a intérprete interrompe ou eu também, parece que ele não gosta que eu pergunte. Os professores às vezes começam, se atrapalham, eles mesmo apagam e aí confunde a gente também. (ALUNA PATRÍCIA)

Quando eu tenho dúvidas, peço ao professor, mas não é com relação à audição não, é entendimento mesmo. Às vezes peço ajuda alguns colegas: “o que foi que ele disse mesmo?” [...] Mas, às vezes dificulta, o professor tá com pressa de dar aula e não quer interromper e não dá um tempozinho pra ninguém perguntar. Geralmente os professores ficam apressados pra dar a aula, dá o conteúdo rapidamente, principalmente os da noite. (ALUNO ALAN)

Alguns professores perguntavam se ela tinha dúvida, e auxiliavam no que precisava, outros não. (ALUNA RITA)

No final da aula eu peço para o professor me ajudar, sento na frente, às vezes, porque na frente eu não me sinto bem, eu tenho que ficar na 4ª cadeira da fila, porque fica melhor pra mim, eu consigo fazer a leitura labial, ver os gestos dos professores e entender [...], porque é difícil e os professores não querem me ajudar e também pela dificuldade de encontrar monitor. [...] Eu tenho muita dificuldade em sala de aula com os professores que não dão atenção a mim. Eu tive grandes professores em outras disciplinas que explicavam bem, mas eu tive outro que eu reprovei na mão dele. (ALUNO FÁBIO)

O problema aqui é que os professores se movimentam muito, são desorganizados, escrevem as coisas muito bagunçadas, falam muito rápido, uma linguagem muito técnica. O outro professor também é muito complicado, ele se perdia com a gente, quando a gente perguntava algo, ele se perdia e ficava “hã? hã?”, ele perdia um pouco o raciocínio. Dava mais certo quando a gente ia pra sala dele. Algumas vezes nós fomos e o entendimento dela era muito melhor que na sala de aula. Acho que é isso que

falta aqui, os professores não sabem lidar com os alunos. Eles perdem a linha de raciocínio, como aconteceu várias vezes e isso dificulta meu trabalho porque eu fico parando toda hora eles. Eu ouvi o professor falar que a aula está atrasada pelo fato de ter a aluna e conseqüentemente eu não, porque eu que paro a aula, o que eu não entendo eu pergunto, porque eu não quero passar nada daquilo que eu não sei. É difícil a gente se posicionar, porque é um incômodo, a gente percebe. (INTÉR.P. ROSA)

No início era questão da rapidez, na velocidade de passar o conteúdo e falar rápido. Alguns se preocuparam e chegavam, “Está entendendo?”, e aí eu sempre dizia “sim, estou entendendo”. Mas na verdade a gente não está vendo se está entendendo ou não, a rapidez de passar das informações, devido ao atraso do início do semestre, eu não sei se foi isso. (INTÉR.P. LEONARDO)

A única coisa que posso fazer, já que não sei Libras, é tirar as dúvidas que tiver no final da aula, meia hora, uma hora, é isso que posso fazer. [...] Quando ela não entende, a intérprete me diz que ela não está entendendo, aí eu paro e explico. [...] Eu acho um pouco chato. Mas isso não tem nada a ver. É obrigação de todo professor tirar as dúvidas dos alunos. Eu nunca senti essa necessidade, eu nunca tinha pensado nisso. Mas agora, se eu soubesse de algum curso, que fosse acessível e desse pra fazer, eu faria, pensando nisso, porque foi difícil o período, foi difícil porque eu não sei o que fazer. Eu entendo a dificuldade dela, mas eu não posso ajudar muito. (PROF. JOÃO)

Eu sinto certa dificuldade, porque eu estou explicando uma coisa, aí ela tenta me interromper, aí eu digo: “Espere só um pouquinho”. Eu deveria ter um pouco mais de cuidado com isso. Ela não interrompe com muita frequência, acho que ela deveria interromper mais vezes, porque tem vezes dela não entender e não interromper. (PROF. DANILO)

Logo no primeiro dia de aula, fiquei surpreso porque, com 64 alunos, me perguntaram cinco ou seis alunos e um deles foi justamente o... (PROF. CAIO)

Até que eu sempre comentava com a intérprete que sempre que tiver uma dúvida, se tiver muito rápido, a senhora pode me falar que aí eu mudo o jeito de explicar, tento fazer algo diferente. (PROF. LUCAS)

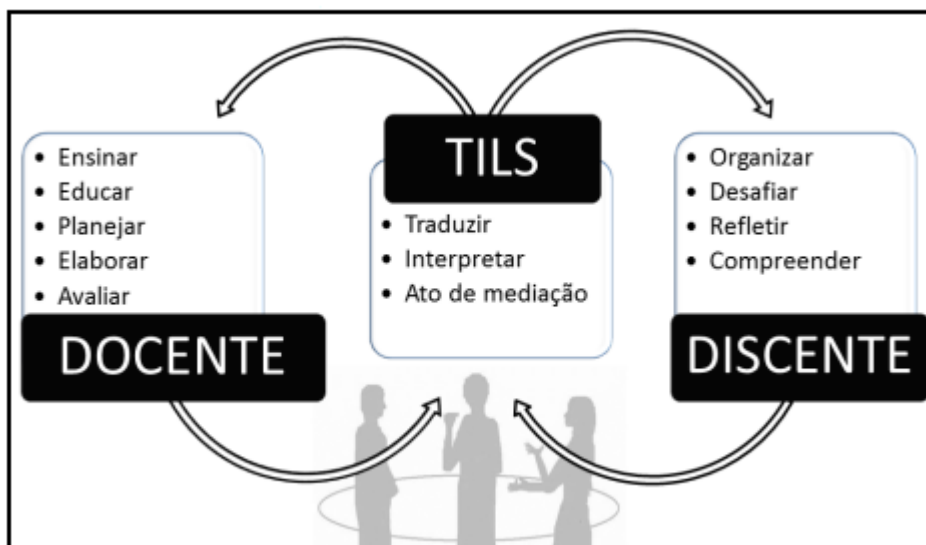
Em alguns trechos dos depoimentos dos alunos e de um intérprete, é possível perceber as dificuldades encontradas nas aulas, no que diz respeito à estrutura do conteúdo escrito no quadro, às pausas para dúvidas e ao tempo disponibilizado para copiar a matéria no caderno. No entanto, não se trata de um fator exclusivo aos alunos surdos e/ou deficientes auditivos, pois a maioria dos demais estudantes também critica esse método de ensino.

Sabe-se que o professor precisa cumprir a carga horária exigida em cada disciplina, o que dificulta o processo de ensino e aprendizagem. Contudo, na presença de alunos com deficiência, é importante tomar alguns cuidados, como evitar iniciar ou concluir uma explicação, no quadro, virado de costas, pois isso dificultará ao aluno a leitura labial, mesmo

com a presença do intérprete. Aconselha-se registrar todo o conteúdo no quadro e, em seguida, explicar apontando para o que escreveu, com uma régua ou seu próprio braço.

Nesse contexto, Lacerda (2010) comenta sobre a importância do intérprete de Libras estar preparado para atuar no ambiente acadêmico, mediando e favorecendo a construção dos conhecimentos do aluno. O Quadro 3 apresenta os três personagens (professor, intérprete de Libras e o aluno surdo e/ou deficiente auditivo) envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Quadro 3 – Relação interpessoal



Fonte: <http://www2.td.utfpr.edu.br/semat/Artigos/CO13389193855.pdf> Acesso em: 13 fev. 2014

Na maioria das vezes, mesmo com a interpretação simultânea feita pelo intérprete, o aluno surdo e/ou deficiente auditivo fica um pouco atrasado em relação aos colegas, devido ao tempo utilizado para tradução. Entretanto, o contrário também acontece quando um aluno surdo e/ou deficiente auditivo faz um questionamento, já que, neste caso, o intérprete traduz para o professor e para toda turma.

Aqueles que se propõem a trabalhar na educação de sujeitos surdos devem fazê-lo a partir de uma visão da heterogeneidade constitutiva das relações sociais e linguísticas e, para tanto, é fundamental que uma política educacional voltada para a diversidade social e cultural seja delineada. Apenas o respeito pela diversidade pode fazer com que os professores compreendam seus alunos a partir dos aspectos próprios do grupo social ao qual eles pertencem e, dessa forma, possam reconhecer como e por que os mecanismos de resistência são construídos (tanto pelos alunos como por eles próprios). Esse olhar para o outro propicia uma parceria, uma atuação

conjunta frente à multiplicidade de forças sociais existentes (LODI, 2005, p.40).

No que diz respeito ao atendimento extraclasse, os alunos relataram que os professores não disponibilizavam horário adicional para sanar dúvidas referentes à disciplina. No entanto, a partir das observações e dos relatos dos professores, foi possível perceber que a maioria dos docentes recebia os alunos nos turnos contrários.

O de Cálculo I, às vezes sim também. O de ICC deixa um tempo reservado para dúvidas na sala dele. (ALUNA PATRÍCIA)

Não, fora da classe eu não tinha esse contato com o professor. Só dentro da classe, todos os professores conseguiam tirar minhas dúvidas e tornar claro os conteúdos. (ALUNO PEDRO)

Pedi, mas ele falou “vá no departamento e fale com o monitor”, e pronto. Aí eu fui no Departamento, falei com o coordenador e ele disse: “Olhe, não posso fazer nada não, vá lá no DAA, procure o responsável para poder conseguir uma pessoa para você”. [...] Eu fui no Departamento de Matemática falar com o monitor, marcamos, mas quando foi no dia ele faltou, em 3 semanas, 3 dias ele faltou. Aí fui no Departamento, falei, mas aí mandaram eu ir à junta médica para poder pedir uma pessoa para me acompanhar... Procurei mais de um professor e nenhum deles quis me ajudar. Minha deficiência não ajuda, e os professores também não. (ALUNO FÁBIO)

Já disse que quando tivessem dúvidas, após a aula tirassem as dúvidas. (PROF. JOÃO)

Como ela só veio dez aulas, ela não me procurou nesse aspecto de tirar dúvida do que ela solicitou minha ajuda. Nesse aspecto ela não solicitou e, acho que depende de ônibus para ir, porque ela mora no interior, né... Então ela geralmente saía antes da aula, então eu não tinha oportunidade de falar com ela depois da aula. Porque acho que lá para as quinze pras dez e ela precisava pegar o ônibus, então acho que não tinha esse contato depois da aula para tirar certas dúvidas ou não. (PROF. HUGO)

Eu fico alguns horários aqui na minha sala. Quando a intérprete não vem, eu escrevo e a gente se comunica. Percebo que ela tem dificuldades com o Português. Eu tive uma colega, quando eu trabalhava em um colégio, surda. (PROF. DANILO)

Nunca chegou para tirar dúvidas. Atividades, eu lembro que passei umas, uma ela fez, outras não, mas em relação a tirar dúvidas comigo, ela nunca. (PROF. LUCAS)

Para os alunos, o professor precisa ajudá-los mais. No entanto, esse apoio cobrado principalmente pelo aluno Fábio demonstra falta de interesse nos estudos, pois há indícios, nas observações em sala de aula, de que ele não quer condições de acesso ao conhecimento,

mas a aprovação facilitada, sem aprendizagem. Em certa ocasião, foi disponibilizado um intérprete para este aluno, que o recusou, alegando que conseguia ouvir e não se utilizava da Libras para comunicar-se; solicitou, então, um monitor para acompanhá-lo nas aulas, mas não obteve êxito nesta empreitada. A universidade dispõe de monitores para cada disciplina ofertada, não existindo exclusividade para surdos e/ou deficientes auditivos.

A propósito da aprendizagem e dificuldades matemáticas, os alunos narraram que tudo depende da metodologia do professor. Os intérpretes declararam que os surdos e/ou deficientes auditivos são ótimos em Matemática por ser uma disciplina visual, porém, devido ao desenvolvimento escolar anterior ao Ensino Superior, alguns alunos possuem dificuldade e precisam somente estudar mais. Os professores mencionaram que a dificuldade na Matemática não é decorrente da deficiência, já que o índice de reprovação é alto e a disciplina é difícil para todas as pessoas. Entretanto, outros professores citaram o intérprete como sendo o ponto-chave do processo de aprendizagem do aluno.

Por eu ter muita afinidade com o curso, para mim não teve dificuldade, foi tranquilo pra mim, por isso não tive dificuldade, e também acompanhado com um intérprete, mas alguns professores também respeitavam a minha condição, a minha limitação, e outros professores mantinham a atenção pra mim. [...] Depende muito do professor, depende muito da metodologia do professor, principalmente da metodologia... (ALUNO PEDRO)

Não, não sinto dificuldade. (ALUNO ALAN)

Como eu gosto muito de cálculo, Matemática, Cálculo I, Cálculo II, Cálculo III, Álgebra Linear, Física A, Física B, Física C, tudo é cálculo. Mas isso aí é devido a vários problemas que dificulta, é difícil, mas eu gosto de cálculo. Eu reprovei 3 ou 4 vezes, mas devido ao professor. Ele passava para fazer exercícios, eu fazia. Quando não sabia, pedia ajuda aos colegas e quando não ajudavam eu me virava. (ALUNO FÁBIO)

Sempre vai estar por conta do histórico do surdo. Eles não tiveram um intérprete que pudesse passar aquele conteúdo pra ele e muitos deles a educação foi muito debilitada, muitos deles em colégio estadual e com deficiência mesmo em matemática. Porque hoje um aluno surdo muitos deles mal sabem conta de multiplicar ou dividir, e aí quando eles chegam aqui na universidade eles veem outra realidade. Eles veem que todas aquelas regras elas são obtidas somente dentro de um problema, apresentado pelo professor, então ele não consegue acompanhar, no caso eles teriam que rever tudo novamente para poder aprender... A dificuldade deles na matemática não é devido à surdez e sim devido ao seu processo até a universidade... (INTÉRPE. ANA)

É comprovado que o surdo tem mais habilidade na área de exatas do que na de humanas. Muitos surdos são feras em matemática por ser uma disciplina visual que não depende da interpretação, muitas vezes o intérprete não precisa nem precisa sinalizar, muitas vezes eles preferem olhar para o

resultado da questão no quadro, que eles conseguem captar melhor do que com a interpretação. A interpretação só entra quando o professor vai contar algum problema envolvendo aquela... Aquele cálculo para poder interpretar onde encaixar aquelas funções daquele cálculo. (INTÉR.P. LEONARDO)

As dificuldades dela é a questão de estudar mesmo, eu acho que ela devia estudar mais mesmo, ela deixa para estudar de última hora. Ela é uma menina muito inteligente, o problema é que ela é desorganizada. (INTÉR.P. ROSA)

Bem, eu acho que é natural porque tem o fato de eu não saber me comunicar com ela e eu acho que o aprendizado, pelo estou vendo, é um pouco diferente, demora mais para conseguir entender. O raciocínio é diferente. (PROF. JOÃO)

Bom, vamos lá. Pensando no mundo “maravilhoso”, eu acho que aí sim a UFS tem que criar um curso de treinamento para o professor específico para tratar essa necessidade especial. Ter uma preparação especial só para os professores que vão ensinar portadores de necessidades especiais. Agora como a gente não tem como chegar nesse mundo ideal, e na verdade toda a nossa relação, porque na verdade diferente dos alunos que não têm deficiência a relação do professor é direto, é você com o aluno e o aluno com você. E no caso dela ela tem um intermédio exatamente o intérprete [...]. O intérprete tem que entender um pouquinho do que a gente está transmitindo, tem de ter uma leitura prévia para poder traduzir de forma mais digna o que tem na aula. Eu acho que esse trabalho precisa ser feito. [...] Tudo vai depender do componente chave, o intérprete. Eu acho que esse é o ponto fundamental. Como vai ser meio difícil a gente chegar no mundo ideal, ou seja a UFS preparar os professores para essa tarefa, realmente o foco vai ser o treinamento e o aperfeiçoamento dos intérpretes. (PROF. HUGO)

Isso não tem nada a ver com o fato da pessoa ser deficiente. Cálculo é difícil para todos, se é difícil para um, é difícil para o surdo, se é fácil para outro, é fácil para o surdo. Não sei por que seria mais difícil para eles. Mas isso é preconceito com as Ciências Exatas. A Matemática está num nível de abstração que as pessoas “normais” não conseguem entender, olhando por esse lado, podemos dizer que a Matemática é difícil. (PROF. DANILO)

Olha o que eu percebi, são alguns termos novos que a gente colocava, então assim que eu percebia que ele colocava com rosto de “não entendi” ou ele perguntava “o senhor é intérprete?” Às vezes eu repetia, ou às vezes eu colocava na lousa, certo!?! Então para deixar mais explícito. (PROF. CAIO)

Muita dificuldade. [...] Ela estava ali, mas não estava entendendo nada, eu percebia da parte dela até comprometimento, até porque ela não faltava, ela ia em todas as aulas. Ela copiava o conteúdo. [...] Por exemplo: a disparidade é tão grande, ela estava ali só de corpo presente, porque quando a gente pegava a prova não tinha nada, nada, nada. A prova praticamente ela rabiscava alguma coisa, eu acho que ela própria entendia. Porque eu não posso dizer que o que ela entendeu é mérito meu. Eu acho que é mérito dela. Porque dizem que a matemática por si só já é difícil e ainda mais com essa... Esse fato dela ser especial, eu acho que complica mais ainda. Mas sinceramente eu não pude fazer nada para ajudá-la. (PROF. LUCAS)

A gente não pode generalizar porque cada caso é um caso, mas normalmente são os alunos de exatas que sentem dificuldades nas disciplinas. O nível de aprovação é muito baixo, muitos reprovam, então a gente não pode generalizar, então tem que estudar mais profundamente. No caso dos surdos, os intérpretes não são da área de exatas, sentem dificuldades, mesmo na área de humanas a dificuldade é grande, pra que você possa traduzir uma aula você tem que ser conhecedor profundo daquele assunto. Não se pode fazer uma tradução ao pé da letra. Quando a gente vê assim uma tradução feita pelo computador da língua inglesa, da língua francesa, sai cada aberração e na maioria das vezes essas traduções de Libras são assim, ao pé da letra. Não se entende o texto e aí o surdo vai ter um acesso a um conhecimento que não é verdadeiro, não tem acessibilidade total ao conhecimento. (PROF. VANESSA)

Segundo Soares e Sauer:

O conhecimento matemático é apresentado sob a forma de regras e fórmulas, execução de algoritmos, informações sobre definições, teoremas (resultados) e linguagem simbólica. Uma das consequências dessa forma de ensinar é a passividade, a insegurança do aluno e a dependência da palavra do professor para decidir se os resultados obtidos são corretos ou não. Aprender, nesse cenário, significa assistir a aulas, observar o que é apresentado, copiar, repetir e apresentar respostas às questões, mais ou menos próximas do que foi planejado. Na maioria das vezes o aluno é avaliado apenas, pela sua capacidade de repetir procedimentos e de dar respostas já esperadas. Por isso é comum ele solicitar ao professor o gabarito dos problemas propostos, para que possa verificar se resolveu certo, sem analisar o próprio procedimento. Assim ele desenvolve dependência e não autonomia. (SOARES e SAUER, 2004, p. 245-246)

Os alunos e os intérpretes, em seus discursos, criticaram a metodologia do professor. Eles sentiram falta de recursos visuais para especificar os conteúdos teóricos, não apenas para inseri-los, a fim de compreenderem e aprenderem melhor. Os relatos dos professores concernem à falta de preparação no processo de formação para a área da inclusão. Outros professores trabalhavam visando à mediação do intérprete, facilitando assim a docência.

Eu acho que alguns professores deveriam ter uma metodologia melhor, mais acessível. O que pra mim seria bom aprendizado pra mim e pros alunos, também usando mais recursos visuais, porque você também sabe que o surdo é mais para as coisas que são visualizadas, poderia ter também o principal pra mim, hoje em dia seria a metodologia [...]. Teve alguns professores que tiveram algumas estratégias para fazer com que o conteúdo se tornasse claro para os alunos e aí os alunos davam para aprenderem, inclusive eu. Alguns professores tradicionais complicavam, às vezes. (ALUNO PEDRO)

A metodologia do professor, ele não passa, assim, o assunto muito detalhado, passa alguns resumos e é aí onde eu passo um pouco de

dificuldade. Mas a professora de Química, ela é ótima. Quando preciso, ela me ajuda, ela é boazinha. (ALUNO FÁBIO)

Conhecer um pouco o aluno que está com ele, um pouco do problema. Quem é o aluno surdo? Quais as dificuldades dele? Como eu poderia fazer para ajudá-lo? Adaptar o conteúdo programado para que ele possa também se inteirar. E ter prazer de dar aula. (INTÉR.P. ANA)

Assim, eles não podem facilitar para os surdos, porque é igual a todos. E também em relação à metodologia [...] é assim, muito rápida, eles poderiam ter uma metodologia mais visual para atender ao aluno surdo, sabe!?. Especificar mais aquele determinado conteúdo, não apenas jogar a parte teórica no quadro. Eu acho que essas coisas poderiam ser adaptadas, talvez pela inexperiência de alguns professores nunca terem ensinado a um aluno surdo. (INTÉR.P. LEONARDO)

Ele pode ajudar escrevendo mais no quadro, usando de figuras, quando estiver falando não ficar de costas, não ficar caminhando enquanto explica o assunto. [...] Ele pode trabalhar com mais figuras, dando uma atenção a mais ao aluno que está ali presente, tentando em parceria com o intérprete, colocando mais figuras que facilitem a ligação e conexão para a interpretação. (INTÉR.P. FERNANDO)

Se você for olhar assim, a nossa preparação de docência não tem um tópico disso. Quando você faz graduação fora da área de educação, não existe um tópico especial. Como vamos... Existe assim uma metodologia de ensino, mas é só para o pessoal que não tem deficiência. Em nenhum momento é abordada a questão do deficiente. E aí se aparecer um aluno que tem deficiência, como vamos resolver esse problema? Principalmente não é discutido, ao menos na minha área, na formação de mestre, não tem essa discussão. Porque a gente sempre vai para a maioria, as exceções é melhor deixar de lado. Então se você perguntar o que eu posso melhorar nisso, eu não posso responder, porque realmente eu nunca tive formação, eu não tenho estudos sobre esse aspecto... O que acontece, eu poderia ir atrás, mas é muito específico pra ela, não seria um método que poderia ser aplicado, seria muito... Pra ela, dependendo do grau de deficiência que ela tem, então realmente é muito questionado. Eu acho que só serviria para ela, no caso. (PROF. HUGO)

Olha, a minha metodologia ela já envolvia a participação do aluno, então como ele tem um intérprete sempre estão abertos a perguntas, então através do intérprete ele fazia as perguntas. Em relação à aula ao aparecer alguma dúvida eu tentava escrever ou na lousa, ou seja, com slides, colocar no possível as imagens. (PROF. CAIO)

Eu comecei normal, e daí como eles foram respondendo tudo que eu falava, eu percebia que eles estavam escutando muito bem o que eu estava falando, porque eu deixei tudo normal como seria para as outras pessoas sem deficiência. (PROF. RAFAELA)

De acordo com Carvalho (2010), para que o processo ensino-aprendizagem de matemática para alunos surdos e/ou deficientes auditivos aconteça de forma efetiva é

necessário elaborar conceitos, estratégias e teorias compatíveis com a especificidade educacional do saber matemático e de viso-especialidade surda, ou seja matemática visual-espacial.

Para tanto, são necessárias recursos essenciais para possibilitar a eficácia do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, algumas adaptações nas exposições das aulas, como a interação do professor com um pouco de conhecimento sobre Libras, a presença do intérprete mediando a comunicação, a utilização de recursos visuais e atividades práticas.

Mesmo expondo a falta de preparo e de informações para lidar com os alunos surdos e/ou deficientes auditivos, os professores procuraram compreender as necessidades dos mesmos nas relações diárias, na prática em sala de aula e nos contatos, ainda que poucos, com os intérpretes. No cotidiano, os docentes observavam algumas formas de lidar com estes estudantes, tentando adaptar-se e ajustar-se à dinâmica de trabalho junto com o intérprete. Apenas um professor, por meio das observações realizadas e do seu discurso, mostrou-se realmente interessado em sanar as peculiaridades e necessidades do aluno surdo e/ou deficiente auditivo. Utilizava-se de recursos visuais, para lecionar, facilitando assim, o processo de aprendizagem desse aluno, tornado assim, o conteúdo acessível.

No que se refere ao relacionamento professor-aluno, os professores e um dos alunos entrevistados mencionaram que tinham uma boa relação (afetiva), por meio de brincadeiras, em determinados momentos de descontração, ou mesmo para sanar dúvidas do conteúdo.

Alguns professores tive um relacionamento perfeito, ótimo, e outros professores eu não tive essa abertura. Se o professor tiver interesse em se relacionar comigo, é claro que eu vou me relacionar com ele, em relação ao respeito que eu tenho. Se eu vir que o professor não tinha um interesse em relação a minha pessoa, eu também não apresentasse esse interesse. (ALUNO PEDRO)

Sempre digo para eles se tem alguma dúvida me procure, ou podemos combinar um horário com o seu intérprete, um que eu ficasse em disposição, pode combinar por e-mail. Às vezes perguntava como foram os exercícios que eu deixava, se foi muito complicado, se não... Às vezes ele em dias durante a semana enviava e-mail do retorno. Então era algo via e-mail ou até mesmo às vezes na própria aula, e sempre voltava a perguntar. (PROF. CAIO)

Não sei se você percebeu, eu sempre dou aula, mas eu sempre gosto de brincar muito, trazer o aluno para próximo do professor. (PROF. LUCAS)

Os apontamentos desta categoria, sobre as aulas e a aprendizagem matemática, mostram que os alunos criticam a didática dos professores na transmissão dos conteúdos, pois

não conseguiam acompanhar e absorver o que era ministrado em sala. As práticas pedagógicas dos professores acabavam dificultando a compreensão dos conhecimentos matemáticos, bloqueando o acesso, pois eram realizadas de forma mecânica, sem utilização de recursos visuais. No entanto, algumas vezes, de acordo com as observações feitas, certos professores aceitavam as sugestões dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos e flexibilizavam suas ações no intuito de oferecer uma boa aprendizagem a estes estudantes.

Os professores agiam como se o intérprete fosse o professor dos alunos deficientes, colocando a responsabilidade no aprendizado desses alunos e confundindo seu papel. Devido à aproximação que o intérprete tinha, por entender melhor e conversar em diferentes momentos com os surdos e/ou deficientes auditivos, os professores sentiam-se despreocupados com as necessidades destes estudantes.

5.3. Processo de inclusão e condições que favorecem os estudos do aluno surdo e/ou deficiente auditivo no Ensino Superior

Esta unidade tem como objetivo explicar sobre o processo de inclusão dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos na universidade, sua educação escolar e os fatores que contribuem para o seu desenvolvimento acadêmico, como também elencar os motivos que colaboraram para seu ingresso no Ensino Superior.

Sobre esta categoria, a maioria dos alunos não teve acompanhamento de profissional de Libras, aprendendo com os colegas ouvintes. A respeito dos textos, os estudantes não possuem dificuldade em lê-los, porém acham difícil interpretá-los.

A partir dos dados obtidos, verificamos que os alunos optaram em estudar na UFS por diversos fatores, tais como condições financeiras, família, formação profissional, entre outros. O processo do vestibular ou do Enem foi apontado de forma positiva pelos estudantes, pois houve compreensão dos professores no momento de correção da redação, obedecendo assim à legislação referente à surdez.

O ingresso dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos no Ensino Superior foi facilitado pelo sistema de cotas. A experiência em estudar na UFS foi apontada como diferente do Ensino Básico, bem como a falta de acesso ao conhecimento pelo professor, devido ao seu método de ensino.

No que concerne às cotas, os relatos apresentam disparidades. Já sobre o processo de inclusão na UFS, foram apresentados pontos positivos, como a demanda de intérpretes, e

pontos negativos, como a metodologia do professor. Com relação às consequências positivas ou negativas para a profissão dos professores, estas foram apontados como um desafio, refletindo sobre possíveis cursos de aperfeiçoamento.

O Programa PAI/UFS foi indicado como um núcleo importante de apoio aos alunos e professores, apesar de alguns docentes não o conhecerem. É necessária, então, sua divulgação através de palestras ou cursos de formação.

Os fatores apresentados pelos alunos surdos e/ou deficientes auditivos, para que sejam melhor atendidos, foram: o vestibular próprio para surdos; barreiras atitudinais; metodologia do professor; conhecimento da língua de sinais; postura do professor em sala de aula; estrutura da universidade.

No que diz respeito ao processo escolar, os alunos apresentam diferentes perspectivas. Dois deles estudaram em instituições de escola pública, enquanto outro sempre estudou em escola particular. Porém, a aluna era a única surda da escola, e um dos alunos estudava em um ambiente onde havia vários alunos com deficiência, que tinham apoio de seus professores.

Sempre com ouvintes, a única surda dentro de uma escola ouvinte. Eu só de surda, não tinha nenhum surdo para ficar comigo, interior pequeno, aí geralmente são poucos surdos. [...] Eu tinha o sentimento que eu não aprendia realmente. Os professores, existia aquele *bullying*, sempre dando risadas e eu não aprendia nada, era discriminada na verdade. Aí eu fui pra uma outra escola, porque na escola gratuita eu não estava me adaptando por causa da questão do *bullying*. [...] Na comunicação era realmente os alunos que me auxiliavam. Tinha professores que eu gostava, mas muitas vezes eu pedia o apoio e eles meio sem jeito, na verdade, parecia que existia pena, muitos lutavam pela igualdade no ensino, iam no coordenador e falavam: “nós precisamos de um auxílio, de um intérprete”, porque no interior não existia essa questão de intérprete profissional. (ALUNA PATRÍCIA)

Era ensino regular. Mas só que dentro era misturado, tinha deficientes mentais, tinha pessoas comuns, tinham surdos, deficientes em geral. Era uma classe misturada. Eu não sei se era uma escola especial ou não, a metodologia também era bem misturada por atender várias especificidades. [...] Tive a professora de português, porque eu tive aula de português particular, também tive o apoio na época do ensino médio, como professores de matemática, professores de português, algumas disciplinas que me dava sempre um suporte, me dava um apoio e eu sempre conseguia aproveitar, porque alguns eram formados e passavam as informações pra mim. (ALUNO PEDRO)

Eu sempre estudei em escola particular, desde a alfabetização. [...] Nunca tive suporte na minha vida, eu tive suporte através da psicopedagoga, eu ia para o médico toda tarde. Na escola não tinha suporte, só apoio, que a professora ia dizendo “assim, assim...”. (ALUNO FÁBIO)

A propósito do intérprete de Libras, a maioria dos alunos não teve acompanhamento, aprendendo com os colegas ouvintes. No entanto, uma aluna, no decorrer do processo escolar, teve o apoio de oito profissionais.

Tive oito intérpretes, assim a gente teve acompanhamento. (ALUNA PATRÍCIA)

Não, não, não. Logo no início quando eu comecei a estudar, não. Quando eu comecei a estudar na escola especial... Aí sim eu tive contato com um intérprete. (ALUNO PEDRO)

Não. Não tive. [...] Aprendia pouquinho. [...] Aprender, aprender, aprendia do ouvinte. (ALUNA RITA)

Quanto à leitura e interpretação de textos, os alunos afirmaram não possuir dificuldade em ler. Quando não sabem o significado de alguma palavra, pesquisam na internet ou no dicionário, mas acham difícil interpretar. Quando sentem alguma dificuldade, buscam auxílio.

Depende do texto, tem textos que é fácil, tem textos que é difícil, aí eu peço auxílio de alguém. Quando é fácil, eu vou só, pesquiso, procuro, mas quando tenho muitas dúvidas, eu sempre peço alguém pra me auxiliar, como é essa palavra, eu não conheço, por exemplo, me dê um exemplo, um significado [...], mas depende do texto. (ALUNA PATRÍCIA)

Não. (ALUNO ALAN)

Hoje eu já aprendi. Porque aprendi o português. Só que eu não me sinto ainda por completo assim... É importante o português, só que eu não consigo entender de forma clara, eu tenho algumas dificuldades e pra redigir texto as regras gramaticais sobre concordância nominal, concordância verbal, eu tenho essa dificuldade com essa regra gramatical da língua portuguesa, preposição, algumas regras gramaticais. Eu não consegui aprender completo, mas eu me esforço e estudo para vencer essa dificuldade e também algumas palavras que não conheço, procuro a referência no dicionário para poder ter esse suporte. (ALUNO PEDRO)

Não conheço todas as palavras. Algumas sim. (ALUNA RITA)

Não tenho dificuldade em ler, mas sim em interpretar e criar um texto. Na Redação aprendi introdução, desenvolvimento e conclusão, através de coesão, coerência, essas coisas todas, isso daí eu já sei, mas na hora de produzir. Eu preciso de uma pessoa que entenda de redação. Fiz dois concursos e teve redação e por isso não consegui passar... Eu leio muito, leio jornal, gravo muito vocabulário, mas acredito que devido a meus problemas com a família, atrapalha muito... (ALUNO FÁBIO)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1997) ressaltam que a leitura fornece matéria-prima para a escrita, ou seja, é a leitura que proporciona subsídios para

o que escrever. Um leitor, no ato da leitura, percebe que ele não está apenas decodificando as letras, mas atribui sentido ao texto lido, isto é, consegue identificar a essência do texto que o tema propõe. Na educação escolar dos surdos, deve haver a preocupação com a leitura, pois este é o processo fundamental para a prática da escrita.

Neste sentido, se o objetivo principal do professor é melhorar o uso da Língua Portuguesa pelos alunos, as situações didáticas devem centrar-se na reflexão sobre a língua em situações de produção e interpretação, e não em atividades completamente desvinculadas do uso.

Ainda hoje, encontramos escolas que realizam leituras descontextualizadas do cotidiano da criança. A leitura precisa ter significado para que o aluno possa fazer relações com as experiências da realidade em que vive. É nessas práticas que o educando compreende a necessidade do ato de ler e pode diferenciar o objetivo de cada tipo de texto, isto é, diferenciar entre a função de um texto informativo e um divertido.

As dificuldades atuais dos surdos e/ou deficientes auditivos quanto à leitura e interpretação de textos são reflexos de sua educação escolar, pautada em uma aprendizagem mecanicista. A abordagem deveria ser significativa, voltada para os usos sociais da leitura, da escrita e da matemática. Para que haja a compreensão de um texto, o leitor utiliza-se do conhecimento adquirido ao longo de sua vida, seu conhecimento prévio. Através da interação de diversos níveis de conhecimento, como o linguístico, o textual e o de mundo, o leitor consegue construir o sentido do texto.

Para Kleiman (2004), o conhecimento linguístico é aquele sobre como pronunciar as palavras em português, passando pelo vocabulário, regras e até o uso da língua. O conjunto de noções e conceitos sobre o texto chama-se conhecimento textual. Já o conhecimento de mundo envolve aquele adquirido nas experiências e convívio na sociedade, bem como sobre o assunto do texto.

Vários foram os motivos elencados pelos alunos para estudar na Universidade Federal de Sergipe: condições financeiras, família, formação profissional, entre outros.

Porque no interior não tem curso de Ciência da Computação, só cursos básicos de informática, aí foi quando eu resolvi mesmo com toda dificuldade vir até aqui. Aqui na UFS é bem melhor, faculdade respeitada. Eu lá eu ia fazer o quê? Já tinha feito todos os cursos da cidade, não tinha mais como seguir. (ALUNA PATRÍCIA)

Porque futuramente formado eu teria uma condição melhor profissional e também financeira. E também com o objetivo de passar em algum curso...

Eu tenho o objetivo futuramente de me formar profissionalmente e viajar na área de tecnologia. (ALUNO PEDRO)

A família. (ALUNA RITA)

Porque a UFS abriu vagas para deficientes e ia facilitar mais ainda a minha entrada na universidade, porque a concorrência seria menor e também eu não estava totalmente preparado pro vestibular, eu estudei sozinho, mas as matérias de peso eu me destacava e em outras matérias não. Mas como eu concorri comigo mesmo, então não tive nenhum problema, fui o único inscrito, então não precisava estudar tanto as outras matérias. Estudei bastante Química, Física e Matemática, as outras matérias, como História, Geografia eu não estudei muito não. (ALUNO ALAN)

Bom, minha força de vontade e pela tranquilidade, porque instituição particular devido minha condições financeiras. (ALUNO FÁBIO)

Sobre o processo do vestibular ou do Enem, os alunos apontaram a compreensão dos professores na correção das provas de redação, atendendo à legislação referente à surdez. Por outro lado, disseram que foram aprovados porque estudaram e estavam preparados, mas acharam a prova difícil.

Eu acho que o importante foi o contexto, os professores compreenderam, parece que os professores na hora de corrigir tiveram que respeitar a gramática, como a leitura, então os professores entenderam que era surda e compreenderam, parece que “P” entendeu o tema e desenvolveu. Eu pude perceber que mesmo existindo essa troca de palavras, houve uma compreensão e é importante essa compreensão, então acabei passando por isso. (ALUNA PATRÍCIA)

O Enem, por ter feito duas vezes, eu achei bom porque eles passaram a obedecer à legislação em relação à surdez, eu achei positivo. (ALUNO PEDRO)

É, estudar, aprender. (ALUNA RITA)

Foi um pouco pesado, pra quem estudou muito não foi muito profundo, a prova foi razoável. Pra mim foi fácil porque eu estudei, mas tive dificuldade em Redação. (ALUNO FÁBIO)

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu artigo 27, enfatiza que “as instituições de Ensino Superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência”.

Neste contexto, tanto nas provas do processo seletivo da UFS⁴⁸ como no Enem, alunos com deficiência têm um acréscimo de 01 hora para realização do exame, desde que o solicitem antecipadamente.

Quanto à escolha do curso, os alunos alegaram que gostam da área e também o fato de conciliar a teoria com a prática.

Desde pequena eu cutuco toda essa parte, eu mexo com essa parte de manutenção, aí escolhi porque é uma área que eu gosto, procurei, busquei outras, mas não tive essa afinidade, pra mim é assim, um sentimento. (ALUNA PATRÍCIA)

Porque antes, quando eu estudava na UNIT, eu fazia sistema da informação. Estudei, gostei. Só que depois que eu passei na Engenharia da Computação eu gostava, eu me identifiquei com a questão profissional e pela prática também. Engenharia da Computação por trabalhar com manutenção de computadores e também com algumas coisas de elétrica. Gostei mais por causa da prática. (ALUNO PEDRO)

Antes, minha profissão era ótico, técnico ótico, eu fazia lente de óculos e isso é comércio, a tecnologia nesse ramo me tirou do mercado, a mão de obra de técnico já ficou desqualificado, não era contratado, eles pegavam qualquer um, qualquer pessoa para operar máquinas. Algumas pessoas operavam máquina sem ser técnico, então era mais barato, aí nisso fui obrigado a criar outra profissão, fui estudar o curso técnico de Química, me formei e entrei na Universidade pra conciliar meu curso superior com meu curso técnico. (ALUNO ALAN)

Os fatores que contribuíram para o ingresso dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos no Ensino Superior, de acordo com os próprios estudantes, foram as cotas. Eles alegaram que, se não houvesse esse sistema, não conseguiriam o acesso à UFS, devido ao número limitado de vagas para pessoas com deficiência – somente uma por curso.

Eu não ia conseguir passar, pela questão dos ouvintes terem mais desenvolvimento de Português, eu perderia com certeza. Lá no interior eu conseguiria sim, porque lá não tem essa questão de cotas. A primeira vez que eu fiz vestibular em Paulo Afonso não existia essa questão de cotas, era tudo misturado, eu fiz e passei normal, porque foram poucos concorrentes também. Mas se fosse muita gente como é aqui eu não passaria não. (ALUNA PATRÍCIA)

Porque facilitou o meu acesso. (ALUNO FÁBIO)

⁴⁸ O ingresso dos alunos passou a ocorrer por meio do Enem a partir de 2013.

As cotas. As cotas me ajudou [...]. Ajudou assim, de facilitar a concorrência, mas mesmo que eu tivesse uma audição perfeita, fosse normal, sadio, eu teria estudado mais pra entrar, mas facilitou. As cotas facilitou nesse parâmetro aí, como eu não estava bem preparado, a primeira vez que eu ia fazer vestibular, a concorrência só foi minha mesmo. (ALUNO ALAN)

Não, porque quem é responsável por elaborar o Enem? É o MEC, não é isso?! Quando eu fiz o primeiro processo seletivo eu perdi por causa da redação, eu não fui aprovado na redação. Eu acho que o MEC respeitou a legislação quanto à minha escrita do português como segunda língua. [...] Aí eu acho que o MEC já abriu a mente e passou a ter uma correção especial para surdos. E aqui na UFS, provavelmente deve fazer uma análise dos classificados do Enem ou não... E eu acho que também eu fui o único deficiente auditivo a concorrer pra esse curso. E também eu acredito também que pode existir pessoas com deficiência que pode superar qualquer ouvinte em relação à nota no processo seletivo, depende da pessoa. Então por isso que eu fui aprovado, se não fosse pelo Enem, se eu fizesse o processo seletivo que era antes do Enem, o vestibular, talvez eu acho que eu não teria essa condição de passar. Mas por ser pelo Enem eu passei no processo. (ALUNO PEDRO)

A experiência em estudar na UFS, de acordo com os alunos, apresenta algumas diferenças com relação à educação básica, o Ensino Médio. Outra questão apontada foi a metodologia dos professores, como já foi mencionado na categoria 2, que deveria ser mais acessível, através de recursos visuais ou outros, no intuito de facilitar o conhecimento dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos.

Foi um começo meio difícil e agora com essa greve. Eu acho que é uma experiência positiva, estudar, interagir. A questão toda é que aqui é uma realidade completamente diferente de um segundo grau, quando você chega aqui é mais profundo, não é a mesma coisa, então fico muito preocupada, muito receio, a questão das dificuldades, a troca de experiência de alunos que não entendo uma palavra e a gente precisa interagir através de gestos, minha irmã é que socorre com essa questão de palavras da escrita, na internet também, o tradutor, existem muitas palavras que não conheço, então existe essa tradução, aí vou interagindo e vou entendendo para compreender melhor a leitura de um texto. (ALUNA PATRÍCIA)

Eu penso que é bom porque... Eu acho que alguns professores deveriam ter uma metodologia melhor, mais acessível. O que pra mim seria bom aprendizado pra mim e pros alunos, também usando mais recursos visuais, porque você também sabe que o surdo é mais para as coisas que são visualizadas, poderia ter também o principal pra mim, hoje em dia seria a metodologia. (ALUNO PEDRO)

Acho um pouquinho difícil, porque é muito diferente do Ensino Médio. (ALUNA RITA)

No Ensino Básico, os alunos estão acostumados aos cuidados da família e dos professores. Os docentes, por vezes, sob o pretexto de dar apoio ou na tentativa de não ter mais trabalho e também por não saber lidar com o aluno o aprovam, sem que os alunos tenham condições. Após a entrada no Ensino Superior, os alunos sentem bastantes dificuldades com relação ao ambiente, às amizades e aos professores, os quais, apesar de não estarem também preparados, não aprovam os estudantes.

Sobre o acesso à universidade pelo sistema de cotas, os intérpretes relataram que são contrários, pois o governo teria que oferecer uma educação básica de qualidade. Assim, as pessoas com deficiência, como os surdos e/ou deficientes auditivos, conseguiriam concorrer com as mesmas oportunidades que os demais alunos.

As cotas... Eu não sou a favor das cotas. Devido ao histórico e à dificuldade, eu concordo. Não acho que é ruim para a universidade ter pessoas com deficiência, pois a quantidade é muito pouca. A quantidade de vaga é muito pouca... O andar da disciplina não atrapalha. Até porque, até agora, o professor não teve esse olhar para o aluno, e ele continua no mesmo ritmo e o aluno que acompanhe. (INTÉRP. ANA)

As cotas são necessárias para equiparar a dicotomia entre os deficientes, nesses casos os surdos e os outros candidatos, vejo como uma compensação, por exemplo, se eu sei que você não pode correr 10 quilômetros mas sei que você pode correr 5 então eu lhe darei 5 km de vantagens para que assim possamos chegar igualmente, a cota para os deficientes chegou para equilibrar e dar um suporte àqueles que tinham pouquíssimas oportunidades ou nenhuma, por diversas situações entre elas a falta de qualidade do ensino, suporte pedagógico e outras. (INTÉRP. FERNANDO)

Se o governo não se preocupou há alguns anos atrás em dar uma educação, até hoje?! Infelizmente! Em dar uma educação básica para essas pessoas, para os surdos garantir essa acessibilidade. Eles têm esse atraso na escolaridade deles, muitos com mais de 18 anos que ainda estão no Ensino Fundamental. Se eles não se preocuparam com esse ensino de qualidade, hoje em dia, não por ser surdo, porque eu não vejo um surdo como uma apologia, mas pelo atraso que eles tiveram na carreira deles escolar, eu acho justo sim, essa cota para o surdo. (INTÉRP. LEONARDO)

O posicionamento dos professores sobre as cotas foi variado. Alguns professores são contra, pois alegam que o nível de conhecimento cai e que o problema está na qualidade ensino público, que precisa ser bom para todas as pessoas, sem desigualdade social.

Os professores que se posicionaram de forma neutra declararam que são a favor e contra ao mesmo tempo. Segundo eles, os alunos com deficiência entram sem base alguma, devido ao seu déficit no processo de escolarização. Por outro lado, alegam que pessoas com

deficiência, sem dúvida, devem ser incluídas e devem ter mais apoio, pois há muita gente que estuda sozinho e se esforça.

Os favoráveis ao sistema de cotas afirmam que é injusto um aluno de uma boa escola particular, que obteve uma preparação de qualidade, disputar vaga com um aluno de escola pública. As cotas, para estes professores, permitem um equilíbrio, uma vez que metade delas é destinada a originários de escolas particulares e a outra metade à de escolas públicas, e as duas concorrências não se misturam. Os docentes alegam também que os estudantes se desenvolvem, possuem habilidades e conseguem aprender. Ainda que não seja no mesmo ritmo, são capazes de obter os mesmos conhecimentos.

Sou completamente contra cotas. Fui professor antes das cotas e sou agora e diminuí bastante o nível aqui na universidade a partir das cotas. Eu percebi um determinado nível quando fui professor aqui a primeira vez e esse nível caiu bastante, estou tendo muito mais trabalho por causa dessas cotas. Acredito que seja por causa das cotas, porque não é em uma turma só, é no geral, por isso sou contra as cotas. Ou, como em outras universidades, que as cotas têm um estágio probatório, você não pode reprovar, se reprovar duas vezes durante o estágio probatório, que são nos três primeiros períodos, perde a vaga e a pessoa que está melhor pontuada que não entrou, entra no seu lugar... Se entra por cotas, beleza, mas tem que mostrar que é bom para estar ali, correr contra o tempo perdido, porque senão está tomando a vaga de uma pessoa que seria produtiva para estar ali. (PROF. JOÃO)

Mas isso é uma verdade que vai ser na universidade e vai ser assim, então acho que nesse ponto não adianta ter questionamento específico já que as políticas educacionais do nosso país tratam nesse sentido, exatamente para corrigir a injustiça em relação à escola de segundo grau. Como é muito mais fácil criar cotas do que corrigir a educação básica, então fazem pelo método mais simples. Mas particularmente eu acho importante o seguinte, porque estão deixando às vezes o aluno mais preparado não está entrando nas universidades federais justamente por questão de cotas, então essa é a parte chata, a parte cruel da história, mas por outro lado é uma forma de tratar os desiguais de forma desigual, ou seja, não é justo um cara que sempre estudou na escola particular concorrer com uma pessoa que não teve essa mesma condição, é por esse outro lado que a gente tem que olhar. Então realmente minha petição sobre esse assunto é neutro, tenho esse lado positivo e negativo. (PROF. HUGO)

Então, cegos e surdos são deficientes, mas pessoas que não têm nota para entrar no vestibular não são. Eu sou a favor da inclusão de deficientes. Mas a inclusão, a política de cotas, acho uma demagogia do governo, é simplesmente uma maneira de satisfazer a população, uma parcela da população, deixar o pessoal feliz e tapar o sol com a peneira e deixar a educação do jeito que está. Então, eu acho que é simplesmente demagogia. Pessoas com deficiência, sem dúvida, devem ser incluídas e devem ter mais apoio. Eu sinto falta de uma orientação de como lidar com essas pessoas. (PROF. DANILO)

Apóio. Ser surdo não é uma enfermidade, é uma condição. Então... Isso foi o que o aluno deixou bem claro pra todos na turma e acredito que ele está certo, senão ele não estaria ali, então é uma condição. Ele desenvolve, ele tem as habilidades, ele aprende. Talvez não com a mesma velocidade, mas ele tem essa capacidade. Então eu sou a favor, porque eles podem ter bastante... Um bom desenvolvimento dentro do curso. (PROF. CAIO)

Esse negócio de entrar por cotas, eu estava lembrando aqui que um paliativo pra cota lá no segundo grau, um paliativo é o que teve aqui antes quando o João Alves, antes de Déda entrar, [...] criou um programa interessante que era um pré-vestibular para escola pública, então isso pode ser um paliativo importante. De fazer um pré-vestibular, assim um cursinho, para os alunos da escola pública. Você tem de melhorar de alguma forma o ensino pra o aluno entrar com iguais condições com todo mundo. Ele vai ser deficiente, não sabemos quando vai melhorar e é preciso entrar de qualquer jeito e aí não termina resolvendo nunca o problema da escola pública, isso é um paliativo permanente que fica depois e nunca se resolve o problema da escola pública. [...] Eu acho que o nível cai, e é problema. E aí fica uma coisa permanente depois não se resolve nunca o problema da secretaria da educação dos estados, e eu acho que incentiva a secretaria da educação não resolverem nada, não melhorarem nada. Jogam lá para as universidades, o cara entra de qualquer jeito, aí depois não termina. (PROF. MARCOS)

Eu aprovo, não sou contra não, eu acho porque quando a gente fala, por exemplo, de destinar 50% para escola pública e 50% para escola particular eu acho justo, por quê? [...] A gente sabe que o colégio público hoje ele tem toda essa deficiência, a situação da educação não está nada bem, então, eu acho meio que injusto você pegar um aluno que tenha toda uma preparação em um colégio particular de boa qualidade, e disputar uma vaga com um aluno de escola pública. Eu estou separando? Não, eu estou dizendo que o cara da particular é mais capaz? Não, mas a preparação dele foi melhor, então. E também não pode excluir o da escola particular, porque a universidade ela é pública, todo mundo tem direito então de certa forma, 50% de escola particular e 50% pra pública, onde o público concorre com o público e o particular com o particular, é justo. Porque estaria ambos em uma balança em equilíbrio. Você está disputando com concorrentes que teve a mesma preparação, e o da escola pública também. Porque de certa forma se fosse pra... Não que a escola pública não tenha alunos bons, mas, por exemplo, de 10 vagas que fosse disputar particular e pública, provavelmente seriam 7 da escola particular e 3 da escola pública. E aí estaria excluindo a escola pública de certa forma. Então, de certa forma eu acho justo. (PROF. LUCAS)

Pra deficiência e pra escola pública eu sou a favor. Mais para deficiência, pra escola pública nem tanto. Porque o que nós estamos observando, quando a gente é aluno, a gente tem outra visão. A gente está visando como professor, que tem muita gente [...]. Mas tem muito aluno chegando sem base nenhuma, então está complicado, porque passar, passa, mas ir adiante está... é muito complicado. Aí é muito complicado você fazer uma prova e você saber que já 50% a 60% não vai conseguir continuar na disciplina por falta de base. Eu acho que precisaria estar modificando... Ou então faria essa inclusão, faria essas cotas e traria disciplinas de base para que eles pudessem acompanhar, mas a gente fica em cima do muro na verdade. Claro que a gente sabe que é necessário porque é muito difícil, e o ensino público do jeito que está pra ter acesso à universidade. Agora por outro lado a gente

acha ruim, porque não tem base, a grande maioria né... Não vou generalizar, claro que tem muita gente que estudou sozinho, e tem escolas públicas boas, mas a gente sabe que é uma exceção, não vamos dizer tudo topicamente. É uma faca de dois gumes na verdade, você é a favor e é contra ao mesmo tempo. (PROF. RAFAELA)

As cotas, elas visam reparar uma desigualdade social. Eu não posso me colocar contrária às cotas, mas também acho que as cotas não vai resolver o problema do país. Enquanto não houver um ensino de qualidade, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio para que todos os alunos concorram... Para que todos tenham um ensino de qualidade. Isso para a pessoa com deficiência, isso para as pessoas que vêm de escola pública, o ensino é de qualidade para todas as pessoas. E quando eu falo de ensino de qualidade pode parecer uma coisa muito vaga. O que é ensino de qualidade? É que o aluno aprenda a ler e escrever muito bem, que saiba se expressar na sua língua, que chegue na universidade preparado para ler e para entender textos, sabendo calcular, e chegue na universidade sabendo estudar. Porque a maioria chega aqui sem saber, e muitas vezes saem da universidade sem saber estudar, sem saber escrever e sem saber fazer pesquisa. E volta esse profissional para o mercado de trabalho, então fica um círculo vicioso. (COORDENADORA)

Diante desse quadro, fica evidente que o sistema de cotas, embora seja uma iniciativa que certamente contribui para a inserção no Ensino Superior, não soluciona o problema da dificuldade de acesso. Ainda é muito pequeno o número de estudantes que se beneficiam desse sistema.

Percebe-se que existem obstáculos anteriores ao sistema do vestibular, atualmente realizado pelo Enem, que precisam ser eliminados. É imprescindível refletir sobre a qualidade do ensino nos níveis Fundamental e Médio, primeiras barreiras na escolarização das pessoas com deficiência. Faz-se necessário, também, formar professores e elaborar políticas educacionais que promovam a eliminação das barreiras atitudinais por parte de toda a sociedade.

Há também outros problemas com os quais a pessoa com deficiência se depara, como a falta de acesso aos ambientes da universidade, a ausência de elevadores⁴⁹ ou rampas, a inadequação dos banheiros e a falta de acesso ao conteúdo do ensino. Com a oportunidade de entrada dessas pessoas no Ensino Superior, torna-se indispensável a adequação dos espaços de ensino e dos diversos ambientes da universidade, para que não ocorra todo um processo de exclusão. Outro fator é a descrença na capacidade de desenvolvimento dos alunos que têm necessidades educativas especiais.

⁴⁹ Há plataformas elevatórias na UFS mas, até o momento, não estão funcionando.

Sobre o processo de inclusão na UFS, os intérpretes veem pontos positivos, como a demanda destes profissionais. Entretanto, disponibilizá-los não significa que exista inclusão; proporciona, aos alunos, acesso ao conhecimento. Os entrevistados apresentaram alguns pontos negativos, como a metodologia do professor, que não tem a preocupação em falar devagar por haver uma interpretação sendo realizada.

Outro ponto exposto foi a falta de atenção e apoio das pessoas responsáveis pelo processo de inclusão na UFS, que não vão às salas de aula nem aos departamentos saber de que os professores, intérpretes e respectivos alunos estão precisando. Relatou-se também sobre falta de comunicação dentro da instituição, já que, nos diversos ambientes, as pessoas não sabem Libras, o que dificulta ainda mais o processo de inclusão.

Com relação à surdez, pra mim eu fiquei surpreso com a demanda do intérprete para cada surdo, eu achei bem positivo. Não sei a qualidade de interpretação dos meus colegas, para dizer se é um bom ou não intérprete, mas a iniciativa é muito boa, está incluindo, não é só colocar o intérprete na sala de aula, vai significar que vai ter essa acessibilidade total, mas ao menos é uma proposta muito positiva, é um bom caminho, eu acho que o ponto principal é esse, e a partir daí políticas públicas de conscientização para professor, coordenação em relação não a uma avaliação diferenciada, não é isso! Mas eu digo em relação à cultura surda para eles conhecerem como é o ambiente do surdo em sala de aula, eu acho que às vezes falta isso. Os professores falam rápido, alunos interrompendo a aula para fazerem comentários e não se preocupam que ali na sala está havendo uma interpretação de uma língua para outra. Se eu não colocar o freio neles, eles atropelam mesmo. As informações vão passando, vão passando, vão passando e eu não vou conseguir passar para o aluno, daí eu sempre coloco um freio. “Falaram o que ali professor?” “O senhor poderia explicar de novo?” Até mesmo para o aluno, “falaram o que ali que eu não ouvi?”. Eu tenho que colocar esse freio, porque senão... (INTÉR.P. LEONARDO)

É uma proposta boa, um projeto bom em relação ao deficiente auditivo, é algo muito bom [...] tomando como base outros estados do Nordeste o nosso já está avançando, mas ainda precisamos ir mais além, pois a UFS está no meio desse dilema, por um lado falta muito, mas por outro já começou enquanto muitas universidades ainda estão no papel, até mesmo porque dentro de um contexto histórico os surdos vêm lutando, brigando por seus direitos, têm marcado presença e adquirindo voz e voto. (INTÉR.P. FERNANDO)

Eu não vejo nada, sabe por quê? Dia 26 de setembro é o Dia Nacional do Surdo, e eu tive na sala e não vi nenhum cartaz parabenizando o surdo pelo seu dia, ninguém nem sabia. Não vejo ninguém passar por aqui para saber se está tudo bem, para saber se está precisando de algum auxílio... Se eu, que trabalho na área, não respeito o surdo, como posso dizer que abracei a causa? [...] Se chega um surdo perto de mim, você não se atenta que ele chegou e continua conversando em Português. A gente, por mais que esteja trabalhando na área, a gente nunca tem essa preocupação com os surdos e eles observam isso, essa dificuldade, esse respeito, essa coisa de tá falando

mal, eles sabem quando a pessoa tá falando mal deles, eles percebem na hora. [...] Tinha que ter pelo menos uma pessoa para estar indo nos departamentos, de Matemática, de Química, de Física, conversar e fazer uma reunião, fazer comunicado como deve se dirigir pra um surdo. [...] Quem sabe Libras aqui? Pergunte na biblioteca se alguém sabe se comunicar. Mas ninguém sabe Libras, pergunte quem é que sabe Libras nos departamentos todos da UFS. Não existe inclusão aqui não, intérprete na sala de aula não é inclusão também não. Na realidade, a gente está assumindo uma responsabilidade sobrecarregada do que o professor tinha que fazer aqui, eles tinham que ter uma metodologia diferente. (INTÉRP. ROSA)

É precária né!? Já teve aluno que eu tomei conhecimento que quando eu era aluna, ainda não era professora, que ele teve que abandonar o curso porque não tinha como se adaptar. (PROF. RAFAELA)

Eu acho correto, de certa forma é correto. Não é porque ela tem uma necessidade que vai tirar o direito dela se sentir normal a todo mundo, assistir uma aula. Mas é como eu falei, onde é que está o erro? A intérprete ajuda? Ajuda, mas a formação... O uso da intérprete está sendo errado, por exemplo: pelo que eu conversei com a intérprete ela é formada em Pedagogia eu acho, eu não lembro, então eu acho [...] que a intérprete teria que se ela vai se deparar com alunos surdos ela deveria trabalhar na área de Pedagogia que é o que ela tem formação que ela pode explicar. Como ela estava numa aula de Matemática Básica, teria que ter no departamento algum intérprete com formação em Matemática para lecionar essa disciplina ou então pra ser intérprete naquele momento. Porque aí sim a intérprete teria conhecimento do que estaria falando e aí estaria fazendo o trabalho do professor, porque eu acho que de certa forma o intérprete ele tem de fazer o trabalho do professor, ele tem de incorporar, e às vezes quando ele não tem preparação ele está só passando sinais, e praticamente sem saber o que está falando... Já aspecto positivo, acho que precisa mostrar que a universidade é um universo, tem que se deparar com todas as situações. Ela não é tipo, só vai incluir pessoas, tipo, capacitadas para isso, não que ela não seja, mas entre aspas, normais, não é um ambiente para todo mundo, todo mundo tem o direito de cursar um nível superior. Outra coisa pra ela também, para a pessoa que tem a necessidade especial se sentir igual a todo mundo, está num ambiente que todo mundo frequenta, eu acho que pra pessoa que tem a necessidade especial aquilo ali é muito importante, para ela se sentir motivada, eu acho que isso é uma coisa que se deve destacar, é um ponto positivo. (PROF. LUCAS)

Eu acho que é uma boa né!? Como qualquer outro lugar, agora nem sei como é feita essa inclusão. (PROF. MARCOS)

Eu sinto falta dessa informação, eu não sei. Eu acho que a universidade não divulga esse tipo de informação para o campus. Até eu gostaria de saber, mas eu não sei. Somente conheço esse meu aluno e eu sei que também tenho mais alunos de computação que também veio participar de uma entrevista, mas eu não conheço mais outras pessoas da universidade... É positiva, com certeza. Positiva. Eles têm muita capacidade. (PROF. CAIO)

Estamos engatinhando ainda. [...] Claro que todo mundo tem direito ao ensino público, mas acho que está muito longe de realmente haver inclusão, porque do jeito que está acontecendo, eles estão abandonados. Eu não tenho

condições de dar o que eles necessitam, eu não estou achando que isso é inclusão, simplesmente eles estão na universidade. (PROF. JOÃO)

Cabe um destaque à fala da intérprete Rosa sobre o descaso com o surdo e/ou deficiente auditivo. Ela menciona o fato de não haver cartazes de parabenização ou comemoração no Dia Nacional do Surdo (26 de setembro). Porém, a existência de cartazes não muda a situação, não significa “abraçar” a causa. Outras atitudes precisam ser repensadas e realizadas no intuito de oferecer condições favoráveis aos alunos surdos e/ou deficientes auditivos, para que concluam seus estudos no Ensino Superior.

Outro ponto que merece ênfase diz respeito à falta de profissionais para auxiliar os alunos, professores e intérpretes em sala de aula, o que prejudica o levantamento das suas dificuldades e necessidades. Os problemas estruturais da universidade não são resolvidos, mesmo com inúmeras obras sendo realizadas; muito menos os problemas advindos de minorias culturais e sociais.

Apesar das falhas existentes, a universidade apresenta avanços significativos, como a disponibilidade de intérpretes, a oferta de cursos na área da inclusão, pesquisas sobre a temática, eventos sobre ações inclusivas, dentre outros.

Com relação às consequências, para o desenvolvimento profissional dos professores, decorrentes da experiência de inclusão dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos, os docentes relataram ter sido positivas, pois houve novas dificuldades e novos desafios. Relataram também que tiveram que adequar as estratégias e que a inserção desses alunos influenciou-os na busca por fazer cursos de Libras, para haver mais contato e comunicação. É válido destacar também, a atitude do professor Caio, uma vez que buscou informações sobre os possíveis cursos na área da surdez, no intuito de encontrar formas de comunicação e colaborar na área que atua, a Engenharia.

Quanto aos aspectos negativos, os professores disseram não possuir informações sobre como agir com os alunos e como ter suporte e instrumentos necessários para atendê-los. Além disso, mencionaram a extensão do tempo destinado às explicações, devido à necessidade de interpretação entre a Língua Portuguesa e a língua de sinais.

Acho que positivamente vai influenciar, porque pretendo fazer o curso de Libras, para aprender a linguagem, porque foi difícil, não estou falando só pra ela, foi difícil pra mim mesmo, foi complicado. No aspecto negativo, é sobre o assunto, demora mais para dar o assunto. Na outra turma, estavam umas 3 ou 4 aulas adiantadas. Inclusive, eu falo muito rápido quando estou dando aula, isso é natural meu. (PROF. JOÃO)

Acho que o ponto mais importante é o seguinte: a universidade é para todos e eu estou começando a perceber que realmente possa existir essa possibilidade... A entrada de um aluno, eu acho que é positivo, positivo no ponto do meu lado, da sociedade, afinal todo mundo sustenta essa universidade [...] O que acontece, como a gente tem certo tempo direcionado para as pessoas que não têm essa necessidade, a gente acaba fazendo de um modo operante bem similar de um período pro outro. E quando a gente tem esses elementos novos, é na verdade faz a gente pensar um pouco mais em como ajudar esse pessoal. Esse é o ponto positivo de ter elementos novos, como novas dificuldades e novos desafios. (PROF. HUGO)

Positiva porque a gente começa a questionar nossa prática de ensino [...] Por exemplo: na minha grade tinha Libras, mas como mudou a grade na época não tinha e daí passou a ter, então essa disciplina eu ganhei pra eu poder me formar no tempo hábil, era direito que eu tinha, ter que ganhar essa disciplina. Mas, está lá no meu currículo só que eu não sei falar nada, então a gente começa a questionar, poxa será se eu não deveria ter pegado na época para eu poder me comunicar melhor, no caso se eu tiver outro aluno com uma deficiência mais grave. Mas, aí tem outros questionamentos que eu também não poderia estar atrapalhando as outras disciplinas e em 4 meses a gente não consegue aprender muita coisa. Mas eu vejo necessidade hoje em dia, eu queria saber falar em Libras. (PROF. RAFAELA)

Uma coisa ficou, depois que eu me deparei com essa situação eu pensei em fazer algum curso de Libras, por mais que seja básico, nem que seja para eu ter contato, poder conversar, saber como ela está, porque nem isso eu conseguia fazer... Por não saber praticamente nada em Libras. (PROF. LUCAS)

Positiva, com certeza, positiva! A gente adéqua as nossas estratégias para incluir esse tipo de aluno, que com certeza são bem-vindos. (PROF. CAIO)

Sim. Acho interessante, tentar descobrir maneiras de explicar uma mesma coisa, é desafiador. Também acho que é falta de informação, não tenho acesso às pessoas, falta instrumento. Precisaria de mais apoio. Isso é política, existe alguma política de inclusão ou coisa assim? Se existe uma política do governo de incluir, tem que incluir mesmo. Sem dúvida deveria ter um apoio, talvez, ao depender da quantidade de recursos, ter um centro de formação, ou se não for possível, ao menos uma pessoa numa sala, para dar um apoio, uma orientação. (PROF. DANILO)

Para os professores, não é necessária a proficiência em Libras, mas é imprescindível saber como esta língua funciona e quais as estratégias que facilitam o acesso ao conhecimento.

Na questão do currículo, ao serem indagados sobre a necessidade de adaptação curricular para atender os alunos surdos e/ou deficientes auditivos, a maioria dos professores relatou que é a favor dessa adequação, mas não sabe como poderia ocorrer. Os docentes acreditam que os intérpretes precisam possuir maior domínio sobre o conteúdo, ou seja, formação na área em que atua como profissional da interpretação.

Por outro lado, há professores que não sentem essa necessidade. Eles acreditam que deve haver maior apoio para atender a suas especificidades, bem como a aprendizagem da Libras no início da escolarização.

O que eu acho é que não deveria haver mudança curricular aqui. Acho que deveria ser obrigatório as crianças aprenderem Libras desde pequeninhos. Aqui é pra outra coisa, não é pra isso. Todo mundo deveria, para suprir essa necessidade que temos de conversar, deveria lá do maternal, já começar, como tem inglês e outras línguas. (PROF. JOÃO)

Acho que não tem nenhuma necessidade de adaptação curricular. Na verdade, os deficientes têm que ser tratados com igualdade, tem que dar o suporte pra eles para atender às necessidades, mas não deve ser alterado o conteúdo para facilitar. (PROF. DANILO)

Olha... Para nossa área não! Agora, de área para área, aí é uma questão diferente. Pra área de saúde acredito que tem outros né!? Outras é... habilidades que são exigidas. Na nossa área de computação, acredito que não. (PROF. CAIO)

Eu acho o seguinte, eu acho que poderia ajudar um pouco porque eu não sei qual que é o conhecimento que o intérprete tem sobre contabilidade, na parte que usemos uns termos mais técnicos o intérprete não tem condições de traduzir. Eu nem sei se existe isso na linguagem de sinal. Alguns termos bem técnicos tipo razonete eu acho que não tem como... O que acontece que não existe alguns termos técnicos na linguagem de sinais em alguma tecnicidade da contabilidade, então acho que isso dificulta um pouco ela entender com dificuldade alguns conceitos contábeis. Já que na linguagem dela não existe correspondência e é por isso que acaba dificultando um pouco. E não tem como eu verificar se a tradução está de acordo com o que eu gostaria de transmitir. (PROF. HUGO)

Deveria, deveria. Agora eu não sei como. Eu não poderia dizer assim, um caminho, mas deveria porque assim, se a gente fala o seguinte: excluir, montar uma turma só com pessoas na situação dela de certa forma estaria excluindo do meio, não é isso!? Mas tem aquela historinha “que damos um passo atrás para dar dois pra frente” e eu acho que isso seria um caminho montar turma só com 5 pessoas que tenham a mesma situação dela com professores preparados para lidar com aquela situação, e eu acho que conseguiria mais sucesso. Porque a gente sabe que quando é uma disciplina de leitura, de interpretação, tudo bem... Mas a Matemática, na área de exatas, exige muito da explicação do professor. Exige muito daquela parte de você pegar um exercício e responder que depende muito da explicação do professor, e é aí que está o problema que às vezes a intérprete não tem formação na área e aí acaba tendo essa disparidade, da distância do professor para o aluno, e isso foi o que aconteceu, eu senti muito isso. (PROF. LUCAS)

Acho que sim, viu... Com certeza. Precisa sim! Porque principalmente eles não, porque eles conseguem ouvir tudo que estou falando, mas aqueles que não ouvem nada, pra eles terem um poder de interpretação só com Libras eu acho que precisaria sim. (PROF. RAFAELA)

O currículo das instituições é subordinado ao ensino da oralidade. Ou seja, há uma imposição de pré-requisitos orais para um hipotético progresso na escolarização. Há ainda a desatenção de um processo significativo para o acesso dos surdos à alfabetização e ao letramento, exclusão dos adultos surdos e/ou deficientes auditivos do ambiente educacional e desprofissionalização (SKLIAR, 1999).

Deste modo, não é necessária a mudança de um currículo por outro, abstando o aluno de conteúdos relevantes à sua formação ou facilitando sua trajetória acadêmica. É preciso adaptar o currículo e torná-lo mais flexível e compatível com as peculiaridades dos alunos com deficiência.

Com relação às possíveis dificuldades para terminar o curso, os alunos afirmaram que irão enfrentar barreiras, encontradas ainda hoje em dia, mas que, com esforço, dedicação e muito estudo, conseguirão terminar, formando-se em seus respectivos cursos.

Eu não sei, mas deve existir, nunca foi fácil pra nós essa questão de formação, tem muitas barreiras, eu sei que eu vou tentar chegar até o fim, agora como o futuro só Deus que sabe, como é que vou saber? (ALUNA PATRÍCIA)

Primeiro, em relação ao curso Engenharia da Computação, pretendo mudar de curso, não tenho certeza ainda, estou com dúvida, ainda estou tentando resolver a aptidão do curso. São 3 situações: Engenharia da Computação eu percebi que eu não tenho essa habilidade porque Engenharia da Computação entra muito a fundo com Matemática, depende muito da Matemática e eu não tenho esse foco assim com a Matemática. [...] O outro ponto é referente aos alunos, eu acho que eles deveriam conhecer mais em relação da acessibilidade, deveriam respeitar as pessoas com necessidades especiais. Outro ponto também são alguns professores que precisam respeitar, por exemplo: que nem os alunos, do que antes eu me referi aos alunos. Os professores também deviam conhecer mais a acessibilidade, os professores ignoram a presença do surdo, e isso causa diversos tipos de barreiras e dificuldades. (ALUNO PEDRO)

Eu tô correndo atrás enquanto tenho tempo porque eu sei que um dia vou tá limitado, então, tô correndo atrás da formação superior pra que fique mais fácil minha vida profissional lá fora, eu tenho esse prisma de visão. [...] Eu tenho capacidade pra assimilar conhecimentos. Por isso que eu não gosto de me ver como deficiente, porque a partir do momento que eu começar a me ver como deficiente vou me acomodar e as pessoas não vão me olhar como uma pessoa capacitada. Então eu procuro tirar essa visão das pessoas, eu tenho capacidade, tenho inteligência, sou limitado a uma deficiência na minha vida, mas não impede de eu atuar em qualquer área não. (ALUNO ALAN)

Lutando, lutando, lutando, até me formar. Eu creio que vou sofrer daqui pra frente desses mesmos problemas, fazer o quê, não é? [...]. A única coisa é

estudar e seguir pra frente, a Universidade continua do mesmo jeito, sem um suporte, sem nada. Vou continuar sozinho, pedindo aos colegas ajuda e procurar os professores e mais nada. A UFS é 100% problema. Quando entrei aqui, pensei que ia ter ajuda, mas não tenho. De 2010 pra cá, nada teve, precisa de melhoria. (ALUNO FÁBIO)

Após vencer o obstáculo do vestibular, os próximos problemas encontrados pelos alunos são a permanência e a conclusão de seus cursos.

No que se refere ao Programa de Inclusão da UFS (Incluir) e suas possíveis melhorias, os intérpretes mencionaram que o mesmo é importante e indispensável nas instituições federais, por ser um núcleo de apoio a alunos e professores. Porém, devido à demanda da clientela, que está cada vez maior, a universidade não valoriza o Programa e suas ações, deixando obras e acessibilidade pedagógica em segundo plano.

Acho interessante. É importante, é um ponto de apoio que aqui acaba sendo um laboratório para as deficiências e o núcleo que pode dar um suporte para eles. (INTÉRP. ANA)

O programa Incluir é indispensável numa instituição federal, só que na área da surdez eu acredito que poderia investir mais. Nas outras áreas eu ainda não tenho conhecimento como é o projeto aqui, mas na área da surdez eu acho que poderia investir mais. (INTÉRP. LEONARDO)

O Incluir é um programa de ação inclusiva desenvolvido aqui na universidade, encabeçado pela professora Verônica, [...] é para atender essa clientela específica que tenha qualquer tipo de deficiência, no que se refere à inclusão. O que acho é um programa necessário, até porque tem tido muita demanda, mas que infelizmente não tem sido valorizado pela instituição, pois a demanda aumenta a cada dia, hoje o deficiente tem, no Incluir, um farol. (INTÉRP. FERNANDO)

Os docentes entrevistados afirmaram nunca ter ouvido falar no programa, o que evidencia a necessidade de divulgação do núcleo, a fim de motivar os professores a conhecer mais seus alunos, bem como a participar dos cursos que são ofertados⁵⁰. Um dos professores ouvidos, chefe de departamento, participou de uma palestra na universidade, ministrada pela coordenadora do Programa. O objetivo da palestra era saber como lidar com as pessoas com deficiência.

⁵⁰ Faz necessária uma adequação à realidade do professor, pois a grande preocupação com a produção científica e o envolvimento com pesquisa e pós-graduação acabam consumindo a maior parte do tempo e do interesse do corpo docente. Devido a essa intensa carga horária de trabalho, acaba-se dificultando sua participação nos cursos.

Não, nunca ouvir falar. (PROF. JOÃO)

Já, mas não lembro o nome agora. Mas, é vocês quem fazem as cartilhas não é? Eu só conheci vocês através dessas cartilhas que foram distribuídas entre os professores da UFS. Foi de visual, na capinha tem um cara de óculos escuros e tal... Acho importante esse projeto, dei uma lida antes de falar com a aluna. Antes de entrar em contato com a aluna eu realmente dei uma lida na cartilha e ver como eu me comportava e foi importante sim a cartilha. No entanto, a cartilha é para cegos e a aluna é surda. (PROF. HUGO)

Não, nunca ouvi falar. (PROF. MARCOS)

Não, não. (PROF. LUCAS)

Não, nunca ouvi falar... Então, acho que o grupo precisaria estar divulgando mais, por exemplo: no meu e-mail, desde que eu comecei a ser professora eu nunca recebi nada por e-mail, e mesmo quando aluna, que eu já fui aluna daqui da instituição, eu nunca soube nada desse tipo. A única coisa que eu sei é que alunos cegos, eles têm o direito de terem os livros em Braille, isso sim, agora o resto... (PROF. RAFAELA)

Com relação às possíveis melhorias que o programa pode sofrer para atender os professores e seus alunos, os intérpretes discutiram sobre a estrutura do Incluir, cujo espaço está se tornando cada vez menor para atender à demanda. Outro ponto destacado foi a relevância de apresentar os novos alunos aos professores, por meio de reuniões com fotos e testemunhas. Por fim, foi sugerido realizar oficinas inclusivas, no intuito de envolver a comunidade universitária e proporcionar alguns encontros entre profissionais da área, que possam auxiliar professores e alunos. A partir disso, os docentes terão maior atenção com seus alunos, pois a universidade estará mostrando as necessidades e possibilidades ao se trabalhar com esses estudantes.

Todos os departamentos, nos anos de 2010 a 2013, foram informados da existência do PAI/UFS, através de circular interna do DEAP.

Como se fosse apresentar aos professores esse novo grupo que está chegando. Então se existe aluno com deficiência no curso de Pedagogia, por exemplo, reunia os professores desse curso, do Departamento e [...] explanarem mais, uma reunião com fotos, com figuras, com testemunhas, com tudo... A gente só sente quando chega na sala. Porque enquanto não chega, está tudo bem. E quando chega, quando você ver, é onde você tem uma noção do grau de dificuldade. Ou seja, somente com o aluno surdo e um intérprete não vai chegar no professor essa dificuldade, mas se a universidade entrar com esse recurso, aí clareia. Os professores vão ter uma atenção maior, porque não vai ser uma coisa específica e um intérprete que está falando do problema do aluno, mas sim a universidade que está colocando, pontuando essa diferenciação. (INTÉRPE. ANA)

Primeiro o espaço, se percebe a luta da professora Verônica, mas se fala muito da inclusão mas a instituição em si não tem demonstrado tanto interesse, tem se falado muito da inclusão mas pouco se tem feito. (INTÉR.P. FERNANDO)

Um das oficinas assim, intensa mesmo para mostrar a língua de sinais para a comunidade universitária, poderia também para cada semestre ou bimestre poderia ter alguns encontros entre os profissionais da área, para auxiliar, acho que o ideal seria os professores e os alunos. Eu particularmente nunca participei das reuniões dos professores para poder colocar meu ponto de vista. Em sala de aula sempre eu estou sendo a voz do aluno, mas em particular o aluno sempre pede minha opinião aí eu coloco meu ponto de vista pra ele, mas eu não tenho liberdade para colocar meu ponto de vista para o professor, a não ser é claro, quando o professor pergunta minha opinião. Então eu acho que em relação à surdez a gente poderia ter essa força, esse ganho, se tivéssemos esse espaço aqui, eu acho que tem condição de ter, mas ainda... Talvez pelo tempo. (INTÉR.P. LEONARDO)

A fala dos alunos, ainda no que diz respeito às possíveis melhorias que a universidade pode sofrer para atender estudantes surdos e/ou deficientes auditivos, evidencia várias questões: vestibular próprio para surdos, barreiras atitudinais, metodologia do professor, conhecimento da língua de sinais, postura do professor em sala de aula e estrutura da universidade para atendê-los.

Eu queria vestibular próprio pros surdos, eu tenho esse sonho. Meu sonho é que tivesse um curso que tivesse material para surdos, porque a gente acaba ficando muito preso, dependente. Quando é um curso voltado para os jovens surdos, tem a maior liberdade de interação, é uma coisa mais leve, sem precisar de um ouvinte, mas intérprete é muito bom. (ALUNA PATRÍCIA)

O que precisa melhorar, a inclusão [...]. A sociedade em geral não conhece essa acessibilidade, muitos desconhecem essa acessibilidade e muitos desrespeitam o surdo. Um exemplo simples: sempre que eu chegava em sala de aula, assim no início do semestre, sempre eu me posicionava nas primeiras cadeiras só que repetidas vezes eu chegava em sala de aula e estava completa, estava cheia a sala, e os alunos não se optavam que eu precisava sentar nas primeiras cadeiras. Por isso que eu acho que as pessoas desconhecem a questão da necessidade. Outro ponto também, é que a maioria dos professores, pouquíssimos professores eram atentos a isso, a maioria dos professores não respeitam. Por exemplo: Ah, é um surdo? Passou porque é igual a qualquer um, daí passa os conteúdos da forma dele, sem se preocupar com o aprendizado daquele aluno. Mas, muitas vezes despreza e ignora que tem um aluno surdo e que tem de ter uma metodologia adaptada. (ALUNO PEDRO)

Seria bom se os professores tivessem conhecimento da Libras. (ALUNA RITA)

Essa parte dos professores primeiro tomar conhecimento de quantos alunos têm deficiência, os auditivos, os cadeirantes e prestar atendimento, eles se

planejarem um tempo disponível pra essas pessoas. Na sala de aula, eles souberem que alguém tem uma deficiência, deixar um assento preferencial. Antes de começar a aula, perguntar se tem deficiente auditivo, problema de audição, aí falar pro aluno sentar na frente, a estrutura também que já tá melhorando. (ALUNO ALAN)

A Universidade Federal de Sergipe precisa abraçar e botar um suporte para pessoas com deficiência, para atender e saber qual a dificuldade que o aluno tá. [...] Precisa melhorar o suporte, não tem suporte. Precisa de pessoas especializadas, preparadas para atender as pessoas com deficiência, precisa saber o tipo de deficiência precisa ser atendida, ver a estrutura, tudo isso a Universidade precisa... (ALUNO FÁBIO)

Os intérpretes, por sua vez, apontaram a sensibilização dos professores sobre as especificidades dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos, através de mudanças ou adaptações dos métodos de ensino. Assinalaram também a realização de mais palestras e mais informativos, por meio de cartazes ou do programa de rádio da universidade.

Eu acredito que o esclarecimento mesmo, o esclarecimento para alguns professores. Que eles olham o aluno como um todo. E eles não conhecem a necessidade desse aluno que está chegando, seja ele cego, seja ele surdo, seja ele com algum déficit de atenção. Os professores não estão preparados pra esse tipo de situação. Eles veem que tem uma pessoa que está acompanhando, mas pra ele é tudo uma coisa só, ele não tem a sensibilidade de saber se tem alguma coisa que precisa acrescentar pra facilitar, ele não apropria o conteúdo dele que já está programado pra o aluno com deficiência que tem na sala dele. A metodologia ela permanece a mesma pra o aluno que está com a deficiência. (INTÉRP. ANA)

Já que existe um departamento específico aqui na universidade para isso e já que existe uma professora surda, eu acho que deveria existir mais palestras, mais informativos, mais cartazes, mais rádio, como existe um programa de rádio aqui. (INTÉRP. ROSA)

Os professores indicaram que o Programa Incluir precisa ser mais divulgado, seja através de palestras ou cursos de formação, pois nem todos os docentes conhecem. Sugeriram ainda a informação prévia sobre alunos com deficiência que irão receber. Assim, poderão pesquisar e ler sobre as deficiências, dificuldades e, então, fazer o planejamento das aulas visando às peculiaridades dos estudantes.

Para eles não faço ideia, mas para professores [...] acho interessante curso, a cada período, de linguagem, para podermos nos comunicar. Não sei o que é necessário, mas pra mim, seria o curso, para aprender e conseguir melhorar, mesmo com intérprete, mas é bom para conseguir pelo menos entender o que ela está falando e poder ajudar de alguma forma. (PROF. JOÃO)

Agora, realmente essa entidade Incluir, poderia ser um pouco melhor divulgada. Também, como tem muita gente que nem sabe também então temos várias entidades dentro da UFS que trabalham, só que poucas pessoas conhecem. Mas, às vezes não é por causa dessas entidades, às vezes o professor não procura saber que existem essas entidades. (PROF. HUGO)

Assim... Do programa Incluir eu só fiquei sabendo na palestra da área de saúde que eu participei também. Quem foi ministrar a palestra foi a professora Verônica, naquele tempo, na verdade eu não sabia do programa Incluir. Mas, eu sabia que existia um local aqui na universidade. Já através do aluno e seu intérprete fui encontrando, onde que era o local específico do programa... Nós precisamos de todos vocês, porque o Incluir existe né!? E convidar os professores para participar de palestras. Talvez nos próprios departamentos e auditórios realizar palestras que seja uma coisa bem mais próxima pra os... Às vezes quando marca uma palestra no auditório do campus, às vezes alguns professores esquecem e não chegam lá, outros têm outras atividades, mas se for bem próximo do local onde eles trabalham, existe maior probabilidade de eles participarem se envolverem mais. Dessa forma, o Incluir também vai estar espalhando o esforço que estão realizando na universidade. Portanto, o professor também que participa dessas palestras talvez tenha aquele compromisso para aprender e também participar. (PROF. CAIO)

O problema todo da universidade é que ela está sobrecarregada com tudo, aí ela não tem um tempo pra tratar disso, isso é um problema anterior à entrada na universidade... (PROF. MARCOS)

É interessante palestras, alguns cursos de formação [...]. Se tivesse um curso fornecido pela UFS, destinado aos professores, pra ensinar o básico de Libras, para não acontecer aquela coisa que eu me deparei de ficar bem distante sem falar um “oi”, praticamente não poder conversar com ela, então um curso básico para preparar os professores... Eu sei que muitos não irão, muitos, mas... Mas eu acho que uma coisa que poderia ser feita, eu não sei se acontece, eu nunca soube, sinceramente eu não tive contato, são esses cursos, palestras são interessantes... Os professores precisam ser avisados com antecedência, para não deparar... Então talvez isso fosse de suma importância, porque o cara se prepararia antes, não tomaria aquele choque, aquela surpresa. Porque às vezes o cara faz aquela preparação, e de repente tem de mudar tudo, porque se deparou com aquela situação, então eu acho que seria de suma importância, que os departamentos, por exemplo: quando o aluno está matriculado, já soubesse com antecedência, o chefe do departamento, o responsável avisasse ao professor: “Olha, você vai se deparar com um aluno que tem uma certa necessidade especial, então se der para você poder se preparar um pouquinho mais, é, pesquisar, ler sobre formas de trazer o aluno para aula, eu acho que isso daí ajudaria bastante”. (PROF. LUCAS)

No final de 2013, ocorreu a Semana de Acessibilidade, com oficinas inclusivas, divulgada em todos os departamentos, e não houve participação significativa de professores⁵¹.

⁵¹ Ver nota 51.

O programa PAI/UFS realizou também 4 encontros de inclusão, igualmente divulgados, havendo reduzida participação dos docentes.

A partir das observações realizadas, notou-se que a maioria dos professores não lançava mão de estratégias para ensinar aos alunos surdos e/ou deficientes auditivos. No caso de estudantes que utilizavam a Libras, os docentes deixavam a cargo do intérprete repassar o conteúdo ensinado. Os alunos que faziam uso da Língua Portuguesa, na modalidade oral ou escrita, eram vistos como ouvintes, pois conseguiam acesso ao conhecimento através da audição, de forma normal. No entanto, esses alunos tentavam ocultar sua deficiência, manifestando-se somente quando precisavam de auxílio.

Merece destaque nesta pesquisa, as atitudes do professor Caio, a partir das observações e dos relatos, mostrou-se aberto as adequações necessárias no processo de inclusão. Utilizando-se de estratégias metodológicas para desenvolver em sala de aula, bem como grande interesse na área da surdez, inscrevendo-se num curso de Libras ofertado pelo Programa Incluir, visando comunicar-se com seu aluno, como também, preparar-se para atender aos próximos alunos surdos e/ou deficientes auditivos que venham estar presentes em sala de aula.

Esse professor, juntamente com outra docente, estão promovendo um Curso de Informática, que está sendo desenvolvido dentro de um projeto de extensão. Esse curso tem o objetivo de promover habilidade de informática básica de pessoas com deficiência auditiva da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Este curso de extensão pretende contribuir com o desenvolvimento e aprimoramento de habilidades em informática das pessoas surdas e/ou deficientes auditivas para oportunizar a construção de relatórios, planilhas e gráficos (componentes do BrOffice agora denominado LibreOffice) utilizadas atualmente em várias atividades de trabalho profissional ou acadêmico. Este curso propõe um planejamento considerando uma parceria do Departamento de Computação com o Departamento de Educação da UFS para levar este curso de extensão à comunidade universitária (alunos e funcionários), assim como comunidade externa sergipana.

Pode-se perceber, então, o interesse e motivação desse professor sobre o processo de inclusão. Dentre os professores participantes da pesquisa, ele foi o único que buscou e mostrou-se engajado com a surdez.

Os alunos com deficiência interagem de forma positiva com os colegas e nos diversos espaços da universidade. Contudo, possuíam dificuldades para relacionar-se com alguns professores, por se utilizarem da língua de sinais ou pelo fato de o docente não saber da existência do aluno nem de suas necessidades em sala de aula.

Ao tomarem conhecimento, no primeiro dia de aula, de que iriam ter um aluno com necessidades educativas especiais, os professores apresentaram grandes dificuldades, como na comunicação e no método de ensino a utilizar, vendo o processo de inclusão como um aspecto positivo e como um grande desafio.

Através das observações, foi possível perceber as dificuldades dos alunos com relação à sua permanência na instituição, como a falta de apoio dos professores, a desinformação e desconhecimento sobre a surdez, o método adequado para atendê-los e a falta de sinais específicos da área. Contudo, a persistência, o foco e a vontade de construir uma carreira profissional foram motivos que os alunos encontraram a fim de concluir seus estudos no Ensino Superior. Assim, as disciplinas matemáticas não eram empecilhos para eles, pois os cursos escolhidos envolviam cálculos, o que já sabiam antes de ingressar na UFS. Somente uma aluna não sabia sobre o curso selecionado, pois foi sua intérprete quem indicara e, então, incentivada pela família, decidiu realizar o Enem.

A presença de um aluno surdo e/ou deficiente auditivo deveria alterar a prática do professor em sala de aula; no entanto, não foi possível perceber isso. Os professores equivocavam-se com relação ao papel do intérprete, acreditando que este profissional deveria fazer o trabalho de docente. Alegavam a necessidade de o intérprete ser da área de cálculo, pois desta forma conheceria mais os conteúdos específicos e, então, transmitiria da melhor maneira os conhecimentos necessários aos alunos, já que há também grande dificuldade na falta de sinais próprios da área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à insuficiência de estudos relacionados ao tema abordado neste trabalho, almejou-se contribuir com uma pesquisa que teve o objetivo de analisar o processo de inclusão de alunos surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de Sergipe, no campus de São Cristóvão.

O processo de inclusão educacional dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos no Ensino Superior implica refletir sobre as condições da escolarização desses alunos na Educação Básica. Apesar do suporte legislativo que ampara a educação das pessoas com deficiência –especificamente, nesta pesquisa, os surdos e/ou deficientes auditivos –, as ações não são efetivadas de forma suficiente para atendê-los, devido à falta de preparo e estrutura da universidade para lidar com a inclusão desses alunos.

Assim, os resultados mostram que a maioria dos professores não se utilizavam de estratégias no ensino dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos. No caso dos alunos que se comunicavam por meio da Libras, o intérprete era o responsável pela transmissão do conteúdo proporcionado pelo professor. Já os alunos que se comunicavam através da Língua Portuguesa eram tratados como ouvintes, uma vez que ouviam de forma normal.

Um professor destacou-se através das atitudes no que diz respeito tanto à surdez como ao interesse na inclusão. Utilizou-se de métodos de ensino necessários para o acesso ao conhecimento do seu aluno surdo e/ou deficiente auditivo em sala de aula. Buscou também formas de comunicação, matriculando-se em um curso de Libras ofertado pelo PAI/UFS.

Nos relatos concernentes ao atendimento extraclasse, verificamos que houve disparidade entre a teoria e a prática. Os alunos afirmaram que os professores não tinham tempo disponível para tirar dúvidas sobre a disciplina, porém percebeu-se que a maioria dos professores atendia aos alunos em turnos contrários.

A metodologia dos professores foi criticada, tanto pelos alunos quanto pelos intérpretes, que apontaram a falta de recursos visuais que especificassem os conteúdos teóricos no intuito de uma melhor aprendizagem. Os professores, por sua vez, alegaram falta de preparação no processo de formação para a área da inclusão. Apesar disso, alguns docentes tentaram compreender as peculiaridades dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos com os intérpretes em sala de aula.

A interação destes alunos com as outras pessoas no ambiente em que estudavam ocorria de forma satisfatória. Todavia, apresentavam dificuldades na relação professor-aluno, devido ao uso da língua de sinais ou pelo fato de o professor não saber de sua presença e

tampouco conhecer suas particularidades em sala de aula. Por outro lado, alguns alunos mantinham uma relação amistosa com seus professores, através de brincadeiras em alguns momentos e do esclarecimento de dúvidas referentes ao conteúdo abordado.

No que se refere ao relacionamento com colegas de classe, era necessário, no início dos semestres, a persistência dos alunos e/ou dos intérpretes em relação ao seu posicionamento em sala de aula, o que não chegou a afetar as relações interpessoais. Alguns colegas procuravam auxiliá-los em suas necessidades.

As dificuldades encontradas pelos docentes ao se defrontarem com alunos surdos e/ou deficientes auditivos na sala de aula foram grandes, a exemplo da forma de comunicação e da metodologia a ser utilizada. Porém, a maioria desses professores soube apenas no primeiro dia de aula sobre a presença dos alunos com deficiência.

As dificuldades dos alunos quanto à permanência na instituição foram a desinformação e desconhecimento sobre a surdez, a falta de apoio dos docentes, a falta de uma prática de ensino adequada para atendê-los, e a falta de sinais específicos da área. Apesar disso, a perseverança e o objetivo de estabelecerem-se como profissionais foram as razões encontradas na busca pela conclusão de seus estudos no Ensino Superior.

No que concerne à comunicação, os alunos não apresentaram dificuldades nos ambientes fora da sala de aula. No entanto, em sala, essa comunicação era minimizada devido ao fato de o professor não se comunicar na língua de sinais ou não encontrar formas de dialogar com os alunos e/ou deficientes auditivos. Os professores não se preocupavam com essa comunicação devido à presença do intérprete, mas acabavam confundindo a função do profissional da Libras com seu próprio papel, eximindo-se de sua responsabilidade para com os alunos deficientes.

A respeito da aprendizagem e das dificuldades em disciplinas matemáticas, a metodologia do professor foi a principal crítica feita pelos alunos e pelos intérpretes, uma vez que não conseguiam compreender porque a transmissão dos conteúdos era feita mecanicamente, sem uso de recursos visuais. Apesar disso, alguns professores flexibilizavam suas atitudes a fim de proporcionar uma boa aprendizagem aos alunos surdos e/ou deficientes auditivos.

A Matemática foi vista como difícil por todos os alunos, não somente pelos com deficiência. No entanto, o fato de ser uma disciplina visual foi apontado como aspecto positivo pelos alunos com deficiência. Os intérpretes afirmaram que as dificuldades encontradas por alguns surdos e/ou deficientes auditivos são decorrentes do processo escolar

precedente à universidade, mas que os alunos precisam apenas estudar mais. O surdo chega à UFS com a dificuldade de leitura, pois falta a proficiência na Língua Portuguesa.

Não foi possível perceber alterações na prática dos professores devido à presença dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos em sala de aula. Como já mencionado, os docentes eximiam-se de seu papel, esperando que o intérprete fizesse o trabalho de professor. Sentiam também a necessidade de o profissional de Libras ser da área de cálculo, porque assim conseguiria transmitir melhor aos alunos os conteúdos trabalhados.

As barreiras atitudinais encontradas dizem respeito às formas implícitas de preconceito, já que alguns alunos não se consideravam surdos e/ou deficientes auditivos, tentando disfarçar a deficiência. Contudo, os outros participantes da pesquisa não sofreram e/ou não presenciaram nenhuma forma de preconceito.

Alguns fatores influenciaram os alunos investigados para estudar na UFS, como condições financeiras, família e formação profissional. O processo do vestibular ou do Enem pelo sistema de cotas foi apontado de forma positiva pelos estudantes. Segundo eles, facilitou seu ingresso a compreensão dos professores no momento de correção da redação, que obedeceu à legislação referente à surdez.

Com relação ao processo de inclusão na UFS, os aspectos negativos apontados pelos alunos e intérpretes participantes da pesquisa foram a prática pedagógica do professor, o vestibular próprio para surdos, barreiras atitudinais, a falta de conhecimento da língua de sinais, a postura do professor em sala de aula e a estrutura da universidade. Apresentaram-se também aspectos positivos, como a demanda de intérpretes e o Programa PAI/UFS, considerado como um núcleo fundamental de apoio aos alunos e professores, apesar de alguns docentes não terem conhecimento acerca do programa. Faz-se necessária, assim, sua divulgação por meio de palestras, oficinas inclusivas ou cursos de formação, como também a apresentação dos futuros alunos, que pode se dar em reuniões com fotografias e testemunhas.

Embora existam inúmeras falhas, a universidade apresenta progressos expressivos, como o Programa PAI/UFS, a oferta de intérpretes, os cursos na área da inclusão, estudos sobre este tema, eventos sobre ações inclusivas e o crescimento do número de alunos com deficiência.

Esta pesquisa permitiu, por meio do acompanhamento dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos na universidade, atender aos objetivos elencados. Em trabalhos futuros, espera-se que as lacunas que foram detectadas sejam avaliadas e aprofundadas a fim de serem investigadas e preenchidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 29 maio 2012.

_____. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

_____. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: A educação dos surdos**. vol. II. Brasília: MEC/SEESP, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2000.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Incluir: Acessibilidade na educação superior**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____. Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999, revogada pela Portaria 3.284/2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

_____. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

_____. **Saberes e práticas de inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa /Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: 1997.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso: seu potencial na educação**. Cad. Pesq., (49): 51-54, maio, 1984.

ANSAY, N. N. **A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no Ensino Superior.** Dissertação. Universidade Federal do Paraná. 2009.

BARBOSA, A. S.; DUARTE, A. C. S. **Educação superior para pessoas com deficiência:** com a palavra estudantes universitários da cidade de Jequié – Ba. Revista FAGED, Salvador, n.15, jan./jul. 2009.

BARBOSA, J. S. L. **A Tecnologia Assistiva Digital na Alfabetização de Crianças Surdas.** Dissertação. Universidade Federal de Sergipe. 2011.

BARBOSA, M. de G. S. **O mecanismo da coerência na produção de surdos:** foco no vestibular 2011 da UFS. Dissertação. Universidade Federal de Sergipe, 2011.

BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.** Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>>.

BISOL et al. **Estudantes surdos no Ensino Superior:** reflexões sobre a inclusão. Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 139, p.147-172, jan./abr. 2010.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora, 1994.

BRUNO, M. M. G. **Políticas afirmativas para a inclusão do surdo no Ensino Superior:** algumas reflexões sobre o acesso, a permanência e a cultura universitária. Rev. Bras. Est. pedag., Brasília, v. 92, n. 232, p. 542-556, set./dez. 2011.

CIRANDA DA INCLUSÃO: A REVISTA DO EDUCADOR. São Paulo: Ano I - n. 1, Nov. 2009, ISSN 2175-9634.

BUENO, J. G. **Surdez, linguagem e cultura.** In: Cadernos CEDES, São Paulo, n. 46, 1998.

CAMARA, N.; VIDAL, V. L. **Como lidar com as pessoas com deficiência auditiva e/ou surdez.** 2011. Disponível em: <http://www.paralamasforever.com/NaLuta/cartilha_surdos.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

CANDAU, V. M. **Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas.** Revista Currículo sem Fronteiras. v.11, 2011.

CAPES. **Banco de Teses e Dissertações da Capes** – Portal de Periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

CARVALHO, D. J. **Problematizando a multiplicação matemática com alunos surdos.** In: VICTOR, S.L. et. al (orgs) **Práticas Bilíngues:** Caminhos possíveis na educação de surdos. Vitória, ES: GM, 2010. p. 71 - 81.

CECHINEL, L. C. **Inclusão do aluno surdo no Ensino Superior: um estudo do uso de língua brasileira de sinais (LIBRAS) como meio de acesso ao conhecimento científico.** Dissertação. Universidade do Vale do Itajaí. 2005.

CICCONI, M. **Comunicação Total**. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

CONVENÇÃO DA GUATEMALA. **Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**. 28 de maio de 1999. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/deficiencia/Convencao_da_Guatemala.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

CRUZ, J. I. G. da C. **Consolidação de uma trajetória escolar**: o olhar do surdo universitário sobre o Ensino Superior. Dissertação. Centro Universitário Moura Lacerda. 2007.

CRUZ, J. I. G. da; DIAS, T. R. da S. **Trajetoária escolar do surdo**: condições e possibilidades. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.15, n.1, p.65-80, jan.-abr. 2009.

D'AMORE, B. **Epistemologia e didática da matemática**. São Paulo: Escrituras Editora, 2007.

DAROQUE, S. C. **Alunos surdos no Ensino Superior**: uma discussão necessária. Dissertação. Universidade Metodista de Piracicaba. 2011.

DIAS, C. P. **Inclusão dos Surdos no Ensino Regular**: Uma Análise da Rede Pública Municipal de Aracaju / SE. Monografia. 2008.

FALCÃO, L. A. **Surdez, cognição visual e Libras**: estabelecendo novos diálogos. 3ª ed. Recife, PE: Ed. do Autor, 2012.

FRANCO, M. **Educação superior bilíngue para surdos**: o sentido da política inclusiva como espaço da liberdade: primeiras aproximações. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.15, n.1, p.15-30, jan.-abr. 2009.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, M. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. 2ª ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GOMES, J. B. Ações afirmativas: aspectos jurídicos. In: **Racismo no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2012.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GUARINELLO et al. **Surdez e letramento**: pesquisa com surdos universitários de Curitiba e Florianópolis”, Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.15, n.1, p.99-120, jan.-abr. 2009.

GURGEL, T. M. A. **Práticas e Formação de Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais no Ensino Superior**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba-SP, 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010.

IMPLANTE COCLEAR. Disponível em: <<http://www.hospitalflaviosantos.com.br/implante.php?id=319>>. Acesso em: 05 jun 2013.

INES. **Instituto Nacional de Educação de Surdos.** Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/default.aspx>>. Acesso em: 17 ago. 2012.

KLEIMAN, A. **Texto e leitor:** aspectos cognitivos da leitura. 9ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de libras:** atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: 7ª ed. Atlas, 2010.

LIMA, P. S. N. **O Centro de Reabilitação Ninota Garcia e a educação especial em Aracaju (1962 – 1996).** Monografia. Universidade Federal de Sergipe, 2003.

LODI, A. C. B. **Plurilinguíssimo e surdez:** uma leitura bakhtiniana da história da educação dos surdos. Universidade Metodista de Piracicaba: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 409-424, set./dez. 2005.

LOPES, F. A. S. de M. **Educação e Acessibilidade:** Um Estudo sobre Estudantes com Deficiência em Universidade Pública do Estado de Sergipe. Dissertação. Universidade Federal de Sergipe. 2011.

LUCHESE, M. R. C. **Educação de pessoas surdas:** experiências vividas, histórias narradas. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

LÜDKE, M. **O professor e a pesquisa.** Campinas: Papyrus, 2001.

MANENTE et al. **Deficientes auditivos e escolaridade:** fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao Ensino Superior. Rev. bras. educ. espec. 2007, vol.13, n.1.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso:** uma estratégia de pesquisa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, F. A. S. de. **Acesso e permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior:** perspectivas, limites e possibilidades na Universidade Federal de Sergipe. Monografia. Universidade Federal de Sergipe, 2008.

MIRANDA, C. J. de. A.; MIRANDA, T. L. de. **O Ensino de Matemática para Alunos Surdos:** Quais os Desafios que o Professor Enfrenta? Revemat: R. Eletr. de Edu. Matem. Florianópolis, v. 06, n. 1, p.31-46, 2011.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOURA, M.C. **O surdo:** caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Reiventer, 2000.

NASCIMENTO, P. R. do. **Uma proposta de formação do professor de Matemática para a educação de surdos.** Dissertação. 2009.

OMS. **Organização Mundial de Saúde.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=OMS>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

PERLIN, G. Identidade Surda e Currículo. In: LACERDA, C. B. F. & GÓES, M. C. R. de. **Surdez:** processos educativos e subjetividade. São Paulo: Editora Lovise, 2000. p. 23- 28.

_____. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PIMENTEL, S. C. Formação de professores para a inclusão. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A.G. (Org). **O professor e a educação inclusiva:** formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 139-155.

QUADROS, R. M. de. O bi do bilinguismo na educação de surdos. In: **Surdez e bilinguismo.** Eulália Fernandes (org.). Editora Mediação: Porto Alegre. 2012.

_____. **A educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

_____. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. Revista Ponto de Vista. n.º.5. 81-112. NUP. Florianópolis. 2003.

REDONDO, M. C.; CARVALHO, J. M. **Deficiência auditiva.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação a Distância, 2000. (Cadernos da TV Escola)

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SÁ, L. R. L. de. **Educação de Surdos:** a caminho do bilinguismo. Niterói: EDUFF, 1999.

SACKS, O. W. **Vendo vozes:** uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: companhia das letras, 2010.

SANTOS, A. C. N. **Acessibilidade da pessoa com deficiência física:** o caso da Universidade Federal de Sergipe. Dissertação. São Cristóvão, 2012.

SILVA, V. L. R. da. **A Contextualização e a valorização da Matemática:** representações sociais de alunos do ensino médio. Disponível em: <<http://www.sbem.com.br/files/viii/pdf/03/CC52299708804.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: **Educação e Exclusão:** abordagens sócio-antropológicas em educação especial. (Org. Carlos Skliar) Porto Alegre: Editora Mediação. 2004. p. 75-110.

_____. **Atualidade da Educação bilíngue para surdos.** Porto Alegre. Mediação, 1999.

SOARES, E. M. do S.; SAUER, L. Z. Um novo olhar sobre a aprendizagem de matemática para a engenharia. In: CURY, H. N. (org). **Disciplinas matemáticas em cursos superiores.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SOARES, M. A. L. **A educação do Surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.

SOUZA, R. de C. S. **Educação especial em Sergipe do século XIX o início do século XX: cuidar e educar para civilizar**. Tese. Universidade Federal da Bahia. 2009.

SOUZA, V. dos R. M. **Gênese da educação dos surdos em Aracaju**. Tese. Universidade Federal da Bahia. 2007.

_____. **Vivência de inclusão**. Dissertação. Universidade Federal de Sergipe, 2000.

TELES, M. M. **A Dança das Mãos na Significação da História: A Língua Brasileira de Sinais na Comunidade de Pessoas Surdas de Aracaju/Sergipe (1960-2002)**. Dissertação. Universidade Federal de Sergipe, 2013.

VEIGA, I. P. A. Alternativas pedagógicas para formação do professor da educação superior. In: VEIGA, I. P. A; VIANA, C. M. Q. Q. (org.). **Docentes para a educação superior: processos formativos**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico, Campinas: Papyrus, 2010.

VILELA, A. L. M. **Audição: Anatomia da orelha**. Disponível em: <<http://www.afh.bio.br/sentidos/Sentidos3.asp>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

YIN, R. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4ª ed. 2010.

ZAMPIERI, M. A. **Professor ouvinte e aluno surdo: possibilidades de relação pedagógica na sala de aula com intérprete de libras – Língua Portuguesa**. Dissertação. Universidade Metodista de Piracicaba, 2006.

ZOÍÁ, A. Todos iguais, todos desiguais. In: ALMEIDA, D. B. de (Org). **Educação: diversidade e inclusão em debate**. Goiânia: Descubra, 2006. p. 13-25.

APÊNDICES

APÊNDICE A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA**

Pesquisa: Inclusão de Surdos no Ensino Superior nas Disciplinas de Exatas
 Autora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O ALUNO

Dados sobre a pesquisa científica

Título: Inclusão no Ensino Superior: Estudo de caso com alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

Termo de Consentimento

Prezado(a) Aluno(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem o objetivo de identificar como ocorre o processo de inclusão de alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe (UFS), nas disciplinas de exatas.

O estudo será realizado por meio de entrevista semi-estruturada e coleta de dados através de observações em sala de aula e nos diversos ambientes da universidade, que será em diários de campo, não oferecendo qualquer risco, desconforto e despesas financeiras a vossa senhoria. Sua participação é voluntária, não afetando suas atividades. Além de que o senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Os resultados do estudo serão importantes porque oferecerão subsídios para à adoção de medidas que possam contribuir para a formação universitária dos alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe.

As informações obtidas nesta entrevista serão confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, os mesmos têm como objetivo verificar o conhecimento do mestrando (a) sobre processo de formação do estudante de graduação com deficiência auditiva nesta Instituição de Ensino Superior. Além disso, o (a) senhor (a) poderá ter acesso, a qualquer tempo, às informações sobre a pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

IV – Informações dos nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.

1. Priscila Dantas Fernandes. Estudante de Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Rua Laranjeiras, 436 - Bairro: Centro – Aracaju/Se. Telefones: (79) 3222-3658 (residencial), (79) 99146724(celular).

2. Verônica dos Reis Mariano Souza - Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Av. Beira mar, SN – Bairro: 13 de Julho – Aracaju/Se. Telefones (79) 2105-6757 (comercial).

VI – Consentimento pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, e, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

Aracaju/Se, 04 de Agosto de 2012.

Assinatura do pesquisador


Assinatura do Sujeito da Pesquisa

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Pesquisa: Inclusão de Surdos no Ensino Superior nas Disciplinas de Exatas
 Autora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O ALUNO

Dados sobre a pesquisa científica

Título: Inclusão no Ensino Superior: Estudo de caso com alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

Termo de Consentimento

Prezado(a) Aluno(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem o objetivo de identificar como ocorre o processo de inclusão de alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe (UFS), nas disciplinas de exatas.

O estudo será realizado por meio de entrevista semi-estruturada e coleta de dados através de observações em sala de aula e nos diversos ambientes da universidade, que será em diários de campo, não oferecendo qualquer risco, desconforto e despesas financeiras a vossa senhoria. Sua participação é voluntária, não afetando suas atividades. Além de que o senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Os resultados do estudo serão importantes porque oferecerão subsídios para à adoção de medidas que possam contribuir para a formação universitária dos alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe.

As informações obtidas nesta entrevista serão confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, os mesmos têm como objetivo verificar o conhecimento do mestrando (a) sobre processo de formação do estudante de graduação com deficiência auditiva nesta Instituição de Ensino Superior. Além disso, o (a) senhor (a) poderá ter acesso, a qualquer tempo, às informações sobre a pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

IV – Informações dos nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.

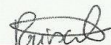
1. Priscila Dantas Fernandes. Estudante de Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Rua Laranjeiras, 436 - Bairro: Centro – Aracaju/Se. Telefones: (79) 3222-3658 (residencial), (79) 99146724(celular).

2. Verônica dos Reis Mariano Souza - Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Av. Beira mar, SN – Bairro: 13 de Julho – Aracaju/Se. Telefones (79) 2105-6757 (comercial).

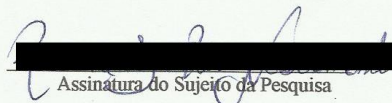
VI – Consentimento pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, e, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

Aracaju/Se, 25 de Novembro de 2013.



Assinatura do pesquisador



Assinatura do Sujeito da Pesquisa

APÊNDICE C

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA**

Pesquisa: Inclusão de Alunos com Deficiência Auditiva no Ensino Superior nas Disciplinas de Exatas
 Autora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O ALUNO

Dados sobre a pesquisa científica

Título: Inclusão no Ensino Superior: Estudo de Caso com Alunos Deficientes Auditivos na Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

Termo de Consentimento

Prezado(a) Aluno(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem o objetivo de identificar como ocorre o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe (UFS), nas disciplinas de exatas.

O estudo será realizado por meio de entrevista semi-estruturada e coleta de dados através de observações em sala de aula e nos diversos ambientes da universidade, que será em diários de campo, não oferecendo qualquer risco, desconforto e despesas financeiras a vossa senhoria. Sua participação é voluntária, não afetando suas atividades. Além de que o senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Os resultados do estudo serão importantes porque oferecerão subsídios para à adoção de medidas que possam contribuir para a formação universitária dos alunos com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe.

As informações obtidas nesta entrevista serão confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, os mesmos têm como objetivo verificar o conhecimento do mestrando (a) sobre processo de formação do estudante de graduação com deficiência auditiva nesta Instituição de Ensino Superior. Além disso, o (a) senhor (a) poderá ter acesso, a qualquer tempo, às informações sobre a pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

IV – Informações dos nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.


1. Priscila Dantas Fernandes. Estudante de Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Rua Laranjeiras, 436 - Bairro: Centro – Aracaju/Se. Telefones: (79) 3222-3658 (residencial), (79) 99146724(celular).

2. Verônica dos Reis Mariano Souza - Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Av. Beira mar, SN – Bairro: 13 de Julho – Aracaju/Se. Telefones (79) 2105-6757 (comercial).


VI – Consentimento pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, e, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

Aracaju/Se, 02 de Agosto de 2012.



 Assinatura do pesquisador



 Assinatura do Sujeito da Pesquisa

APÊNDICE D

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Pesquisa: Inclusão de Surdos no Ensino Superior nas Disciplinas de Exatas
 Autora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O ALUNO

Dados sobre a pesquisa científica

Título: Inclusão no Ensino Superior: Estudo de caso com alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

Termo de Consentimento

Prezado(a) Aluno(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem o objetivo de identificar como ocorre o processo de inclusão de alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe (UFS), nas disciplinas de exatas.

O estudo será realizado por meio de entrevista semi-estruturada e coleta de dados através de observações em sala de aula e nos diversos ambientes da universidade, que será em diários de campo, não oferecendo qualquer risco, desconforto e despesas financeiras a vossa senhoria. Sua participação é voluntária, não afetando suas atividades. Além de que o senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Os resultados do estudo serão importantes porque oferecerão subsídios para a adoção de medidas que possam contribuir para a formação universitária dos alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe.

As informações obtidas nesta entrevista serão confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, os mesmos têm como objetivo verificar o conhecimento do mestrando (a) sobre processo de formação do estudante de graduação com deficiência auditiva nesta Instituição de Ensino Superior. Além disso, o (a) senhor (a) poderá ter acesso, a qualquer tempo, às informações sobre a pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

IV – Informações dos nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.


1. Priscila Dantas Fernandes, Estudante de Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe, Rua Laranjeiras, 436 - Bairro: Centro – Aracaju/Se. Telefones: (79) 3222-3658 (residencial), (79) 99146724(celular).

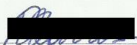
2. Verônica dos Reis Mariano Souza - Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, Av. Beira mar, SN – Bairro: 13 de Julho – Aracaju Se. Telefones (79) 2105-6757 (comercial).

VI – Consentimento pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, e, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

Aracaju/Se. 03 de outubro de 2013.


Assinatura do pesquisador


Assinatura do Sujeito da Pesquisa

APÊNDICE E

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA**

Pesquisa: Inclusão de Alunos com Deficiência Auditiva no Ensino Superior nas Disciplinas de Exatas
 Autora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O ALUNO

Dados sobre a pesquisa científica

Título: Inclusão no Ensino Superior: Estudo de Caso com Alunos Deficientes Auditivos na Universidade Federal de Sergipe
 Pesquisadora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

Termo de Consentimento

Prezado(a) Aluno(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem o objetivo de identificar como ocorre o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe (UFS), nas disciplinas de exatas.

O estudo será realizado por meio de entrevista semi-estruturada e coleta de dados através de observações em sala de aula e nos diversos ambientes da universidade, que será em diários de campo, não oferecendo qualquer risco, desconforto e despesas financeiras a vossa senhoria. Sua participação é voluntária, não afetando suas atividades. Além de que o senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Os resultados do estudo serão importantes porque oferecerão subsídios para à adoção de medidas que possam contribuir para a formação universitária dos alunos com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe.

As informações obtidas nesta entrevista serão confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, os mesmos têm como objetivo verificar o conhecimento do mestrando (a) sobre processo de formação do estudante de graduação com deficiência auditiva nesta Instituição de Ensino Superior. Além disso, o (a) senhor (a) poderá ter acesso, a qualquer tempo, às informações sobre a pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

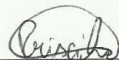
IV – Informações dos nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.

1. Priscila Dantas Fernandes. Estudante de Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Rua Laranjeiras, 436 - Bairro: Centro – Aracaju/Se. Telefones: (79) 3222-3658 (residencial), (79) 99146724(celular).
2. Verônica dos Reis Mariano Souza - Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Av. Beira mar, SN – Bairro: 13 de Julho – Aracaju/Se. Telefones (79) 2105-6757 (comercial).

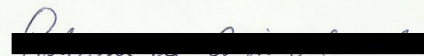
VI – Consentimento pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, e, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

Aracaju/Se, 16 de Agosto de 2012.



Assinatura do pesquisador



Assinatura do Sujeito da Pesquisa

APÊNDICE F

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA**

Pesquisa: Inclusão de Surdos no Ensino Superior nas Disciplinas de Exatas
 Autora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O ALUNO

Dados sobre a pesquisa científica

Título: Inclusão no Ensino Superior: Estudo de caso com alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

Termo de Consentimento

Prezado(a) Aluno(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem o objetivo de identificar como ocorre o processo de inclusão de alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe (UFS), nas disciplinas de exatas.

O estudo será realizado por meio de entrevista semi-estruturada e coleta de dados através de observações em sala de aula e nos diversos ambientes da universidade, que será em diários de campo, não oferecendo qualquer risco, desconforto e despesas financeiras a vossa senhoria. Sua participação é voluntária, não afetando suas atividades. Além de que o senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Os resultados do estudo serão importantes porque oferecerão subsídios para à adoção de medidas que possam contribuir para a formação universitária dos alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe.

As informações obtidas nesta entrevista serão confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, os mesmos têm como objetivo verificar o conhecimento do mestrando (a) sobre processo de formação do estudante de graduação com deficiência auditiva nesta Instituição de Ensino Superior. Além disso, o (a) senhor (a) poderá ter acesso, a qualquer tempo, às informações sobre a pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

IV – Informações dos nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.

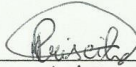
1. Priscila Dantas Fernandes. Estudante de Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Rua Laranjeiras, 436 - Bairro: Centro – Aracaju/Se. Telefones: (79) 3222-3658 (residencial), (79) 99146724(celular).

2. Verônica dos Reis Mariano Souza - Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Av. Beira mar, SN – Bairro: 13 de Julho – Aracaju/Se. Telefones (79) 2105-6757 (comercial).

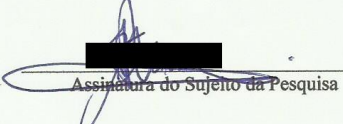
VI – Consentimento pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, e, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

Aracaju/Se, 04 de Agosto de 2012.



 Assinatura do pesquisador



 Assinatura do Sujeito da Pesquisa

APÊNDICE G

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Pesquisa: Inclusão de Surdos no Ensino Superior nas Disciplinas de Exatas
 Autora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O PROFESSOR

Dados sobre a pesquisa científica

Título: Inclusão no Ensino Superior: Estudo de caso com alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

Termo de Consentimento

Prezado(a) Professor(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem o objetivo de identificar como ocorre o processo de inclusão de pessoas com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe

O estudo será realizado por meio de entrevista com aplicação de questionário e coleta de dados em diários de campo, não oferecendo qualquer risco, desconforto e despesas financeiras a vossa senhoria. Sua participação é voluntária, não afetando suas atividades. Além de que o senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Os resultados do estudo serão importantes porque oferecerão subsídios para à adoção de medidas que possam contribuir para a formação universitária dos alunos com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe.

As informações obtidas nos questionários serão confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, os mesmos têm como objetivo verificar o conhecimento do mestrando (a) sobre processo de formação do estudante de graduação com deficiência auditiva nesta Instituição de Ensino Superior. Além disso, o (a) senhor(a) poderá ter acesso, a qualquer tempo, às informações sobre a pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

IV – Informações dos nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.

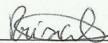
1. Priscila Dantas Fernandes. Estudante de Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Rua Laranjeiras, 436 - Bairro: Centro – Aracaju/Se. Telefones: (79) 3222-3658 (residencial), (79) 99146724(celular).

2. Verônica dos Reis Mariano Souza - Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Av. Beira mar, SN – Bairro: 13 de Julho – Aracaju/Se. Telefones (79) 2105-6757 (comercial).


VI – Consentimento pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, e, tendo entendido o que me foi explicado, concordo em participar da presente pesquisa.

Aracaju/Se, 27 de novembro de 2013.



Assinatura do pesquisador


Assinatura do Sujeito da Pesquisa (professor)

APÊNDICE H

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Pesquisa: Inclusão de Surdos no Ensino Superior nas Disciplinas de Exatas
 Autora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O PROFESSOR

II – Dados sobre a pesquisa científica

Título: Inclusão no Ensino Superior: Estudo de caso com alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

III – Termo de Consentimento

Prezado(a) Professor(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem o objetivo de identificar como ocorre o processo de inclusão de pessoas com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe

O estudo será realizado por meio de entrevista com aplicação de questionário e coleta de dados em diários de campo, não oferecendo qualquer risco, desconforto e despesas financeiras a vossa senhoria. Sua participação é voluntária, não afetando suas atividades. Além de que o senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Os resultados do estudo serão importantes porque oferecerão subsídios para a adoção de medidas que possam contribuir para a formação universitária dos alunos com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe.

As informações obtidas nos questionários serão confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, os mesmos têm como objetivo verificar o conhecimento do mestrando (a) sobre processo de formação do estudante de graduação com deficiência auditiva nesta Instituição de Ensino Superior. Além disso, o (a) senhor(a) poderá ter acesso, a qualquer tempo, às informações sobre a pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

IV – Informações dos nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.

1. Priscila Dantas Fernandes. Estudante de Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Rua Laranjeiras, 436 - Bairro: Centro – Aracaju/Se. Telefones: (79) 3222-3658 (residencial), (79) 99146724(celular).
2. Verônica dos Reis Mariano Souza - Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Av. Beira mar, SN – Bairro: 13 de Julho – Aracaju/Se. Telefones (79) 2105-6757 (comercial).

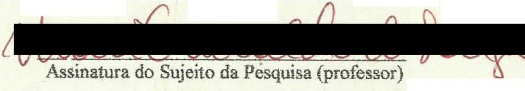
VI – Consentimento pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, e, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

Aracaju/Se, 13 de novembro de 2013.



Assinatura do pesquisador



Assinatura do Sujeito da Pesquisa (professor)

APÊNDICE I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Pesquisa: Inclusão de Surdos no Ensino Superior nas Disciplinas de Exatas
 Autora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O PROFESSOR

Dados sobre a pesquisa científica

Título: Inclusão no Ensino Superior: Estudo de caso com alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

Termo de Consentimento

Prezado(a) Professor(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem o objetivo de identificar como ocorre o processo de inclusão de pessoas com deficiência física na Universidade Federal de Sergipe

O estudo será realizado por meio de entrevista com aplicação de questionário e coleta de dados em diários de campo, não oferecendo qualquer risco, desconforto e despesas financeiras a vossa senhoria. Sua participação é voluntária, não afetando suas atividades. Além de que o senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Os resultados do estudo serão importantes porque oferecerão subsídios para a adoção de medidas que possam contribuir para a formação universitária dos alunos com deficiência física na Universidade Federal de Sergipe.

As informações obtidas nos questionários serão confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, os mesmos têm como objetivo verificar o conhecimento do mestrando (a) sobre processo de formação do estudante de graduação com deficiência física nesta Instituição de Ensino Superior. Além disso, o (a) senhor(a) poderá ter acesso, a qualquer tempo, às informações sobre a pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

IV – Informações dos nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.

1. Priscila Dantas Fernandes. Estudante de Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Rua Laranjeiras, 436 - Bairro: Centro – Aracaju/Se. Telefones: (79) 3222-3658 (residencial), (79) 99146724(celular).
2. Verônica dos Reis Mariano Souza - Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Av. Beira mar, SN – Bairro: 13 de Julho – Aracaju/Se. Telefones (79) 2105-6757 (comercial).

VI – Consentimento pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, e, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

Aracaju/Se. 05 de ABRIL de 2013.



Assinatura do pesquisador



Assinatura do Sujeito da Pesquisa (professor)

APÊNDICE J

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Pesquisa: Inclusão de Surdos no Ensino Superior nas Disciplinas de Exatas
 Autora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O PROFESSOR

Dados sobre a pesquisa científica

Título: Inclusão no Ensino Superior: Estudo de caso com alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

Termo de Consentimento

Prezado(a) Professor(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem o objetivo de identificar como ocorre o processo de inclusão de pessoas com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe

O estudo será realizado por meio de entrevista e coleta de dados em diários de campo, não oferecendo qualquer risco, desconforto e despesas financeiras a vossa senhoria. Sua participação é voluntária, não afetando suas atividades. Além de que o senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Os resultados do estudo serão importantes porque oferecerão subsídios para à adoção de medidas que possam contribuir para a formação universitária dos alunos com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe.

As informações obtidas nos questionários serão confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico. Além disso, o (a) senhor (a) poderá ter acesso, a qualquer tempo, às informações sobre a pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

IV – Informações dos nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.

1. Priscila Dantas Fernandes. Estudante de Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Rua Laranjeiras, 436 - Bairro: Centro – Aracaju/Se. Telefones: (79) 3222-3658 (residencial), (79) 99146724(celular).

2. Verônica dos Reis Mariano Souza - Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Av. Beira mar, SN – Bairro: 13 de Julho – Aracaju/Se. Telefones (79) 2105-6757 (comercial).

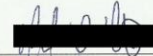
VI – Consentimento pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, e, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

Aracaju/Se, 11 de ABRIL de 2013.



Assinatura do pesquisador



Assinatura do Sujeito da Pesquisa (professor)

APÊNDICE K

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Pesquisa: Inclusão de Surdos no Ensino Superior nas Disciplinas de Exatas
 Autora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O PROFESSOR

Dados sobre a pesquisa científica

Título: Inclusão no Ensino Superior: Estudo de caso com alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

Termo de Consentimento

Prezado(a) Professor(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem o objetivo de identificar como ocorre o processo de inclusão de pessoas com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe

O estudo será realizado por meio de entrevista com aplicação de questionário e coleta de dados em diários de campo, não oferecendo qualquer risco, desconforto e despesas financeiras a vossa senhoria. Sua participação é voluntária, não afetando suas atividades. Além de que o senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Os resultados do estudo serão importantes porque oferecerão subsídios para à adoção de medidas que possam contribuir para a formação universitária dos alunos com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe.

As informações obtidas nos questionários serão confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, os mesmos têm como objetivo verificar o conhecimento do mestrando (a) sobre processo de formação do estudante de graduação com deficiência auditiva nesta Instituição de Ensino Superior. Além disso, o (a) senhor (a) poderá ter acesso, a qualquer tempo, às informações sobre a pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

IV – Informações dos nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.

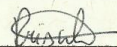
1. Priscila Dantas Fernandes, Estudante de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Rua Laranjeiras, 436 - Bairro: Centro – Aracaju/Se. Telefones: (79) 3222-3658 (residencial), (79) 99146724(celular).

2. Verônica dos Reis Mariano Souza - Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Av. Beira mar, SN – Bairro: 13 de Julho – Aracaju/Se. Telefones (79) 2105-6757 (comercial).

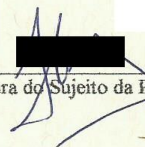
VI – Consentimento pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, e, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

Aracaju/Se, 20 de Setembro de 2013.



Assinatura do pesquisador


Assinatura do Sujeito da Pesquisa (professor)

APÊNDICE L

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Pesquisa: Inclusão de Surdos no Ensino Superior nas Disciplinas de Exatas
 Autora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O PROFESSOR

Dados sobre a pesquisa científica

Título: Inclusão no Ensino Superior: Estudo de caso com alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe
 Pesquisadora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

Termo de Consentimento

Prezado(a) Professor(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem o objetivo de identificar como ocorre o processo de inclusão de pessoas com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe

O estudo será realizado por meio de entrevista com aplicação de questionário e coleta de dados em diários de campo, não oferecendo qualquer risco, desconforto e despesas financeiras a vossa senhoria. Sua participação é voluntária, não afetando suas atividades. Além de que o senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Os resultados do estudo serão importantes porque oferecerão subsídios para a adoção de medidas que possam contribuir para a formação universitária dos alunos com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe.

As informações obtidas nos questionários serão confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, os mesmos têm como objetivo verificar o conhecimento do mestrando (a) sobre processo de formação do estudante de graduação com deficiência auditiva nesta Instituição de Ensino Superior. Além disso, o (a) senhor (a) poderá ter acesso, a qualquer tempo, às informações sobre a pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

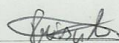
IV – Informações dos nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.

1. Priscila Dantas Fernandes, Estudante de Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe, Rua Laranjeiras, 436 - Bairro: Centro – Aracaju/Se. Telefones: (79) 3222-3658 (residencial), (79) 99146724(celular).
2. Verônica dos Reis Mariano Souza - Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, Av. Beira mar, SN – Bairro: 13 de Julho – Aracaju/Se. Telefones (79) 2105-6757 (comercial).

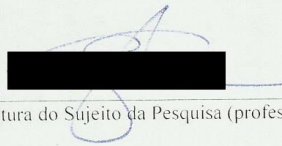
VI – Consentimento pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, e, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

Aracaju/Se. 4 de Outubro de 2013.



Assinatura do pesquisador



Assinatura do Sujeito da Pesquisa (professor)

APÊNDICE M

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Pesquisa: Inclusão de Surdos no Ensino Superior nas Disciplinas de Exatas
 Autora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O PROFESSOR

Dados sobre a pesquisa científica

Título: Inclusão no Ensino Superior: Estudo de caso com alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

Termo de Consentimento

Prezado(a) Professor(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem o objetivo de identificar como ocorre o processo de inclusão de pessoas com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe

O estudo será realizado por meio de entrevista com aplicação de questionário e coleta de dados em diários de campo, não oferecendo qualquer risco, desconforto e despesas financeiras a vossa senhoria. Sua participação é voluntária, não afetando suas atividades. Além de que o senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Os resultados do estudo serão importantes porque oferecerão subsídios para à adoção de medidas que possam contribuir para a formação universitária dos alunos com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe.

As informações obtidas nos questionários serão confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, os mesmos têm como objetivo verificar o conhecimento do mestrando (a) sobre processo de formação do estudante de graduação com deficiência auditiva nesta Instituição de Ensino Superior. Além disso, o (a) senhor(a) poderá ter acesso, a qualquer tempo, às informações sobre a pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

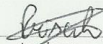
IV – Informações dos nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.

1. Priscila Dantas Fernandes, Estudante de Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe, Rua Laranjeiras, 436 - Bairro: Centro – Aracaju Se. Telefones: (79) 3222-3658 (residencial), (79) 99146724(celular).
2. Verônica dos Reis Mariano Souza - Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, Av. Beira mar, SN – Bairro: 13 de Julho – Aracaju Se. Telefones (79) 2105-6757 (comercial).

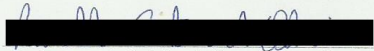
VI – Consentimento pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, e, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

Aracaju Se. 04 de Outubro de 2013.



Assinatura do pesquisador



Assinatura do Sujeito da Pesquisa (professor)

APÊNDICE N

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Pesquisa: Inclusão de Surdos no Ensino Superior nas Disciplinas de Exatas

Autora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O INTÉRPRETE

Dados sobre a pesquisa científica

Título: Inclusão no Ensino Superior: Estudo de caso com alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

Termo de Consentimento

Prezado(a) Professor(a)

Estamos realizando uma pesquisa que tem o objetivo de identificar como ocorre o processo de inclusão de pessoas com surdez na Universidade Federal de Sergipe

O estudo será realizado por meio de entrevista, não oferecendo qualquer risco, desconforto e despesas financeiras a vossa senhoria. Sua participação é voluntária, não afetando suas atividades. Além de que o senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Os resultados do estudo serão importantes porque oferecerão subsídios para à adoção de medidas que possam contribuir para a formação universitária dos alunos com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe.

As informações obtidas serão confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, os mesmos têm como objetivo verificar o conhecimento do mestrando (a) sobre processo de formação do estudante de graduação com deficiência auditiva nesta Instituição de Ensino Superior. Além disso, o (a) senhor(a) poderá ter acesso, a qualquer tempo, às informações sobre a pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

IV – Informações dos nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.

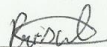
1. Priscila Dantas Fernandes. Estudante de Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Rua Laranjeiras, 436 - Bairro: Centro – Aracaju/Se. Telefones: (79) 3222-3658 (residencial), (79) 99146724(celular).

2. Verônica dos Reis Mariano Souza - Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Av. Beira mar, SN – Bairro: 13 de Julho – Aracaju/Se. Telefones (79) 2105-6757 (comercial).

VI – Consentimento pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, e, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

Aracaju/Se, 01 de Novembro de 2013.



Assinatura do pesquisador



Assinatura do Sujeito da Pesquisa

APÊNDICE O

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Pesquisa: Inclusão de Surdos no Ensino Superior nas Disciplinas de Exatas
 Autora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O INTÉRPRETE

Dados sobre a pesquisa científica

Título: Inclusão no Ensino Superior: Estudo de caso com alunos surdos na Universidade Federal de Sergipe
 Pesquisadora: Priscila Dantas Fernandes
 Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza

Termo de Consentimento

Prezado (a) Intérprete

Estamos realizando uma pesquisa que tem o objetivo de identificar como ocorre o processo de inclusão de pessoas com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe

O estudo será realizado por meio de entrevista, não oferecendo qualquer risco, desconforto e despesas financeiras a vossa senhoria. Sua participação é voluntária, não afetando suas atividades. Além de que o senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Os resultados do estudo serão importantes porque oferecerão subsídios para a adoção de medidas que possam contribuir para a formação universitária dos alunos com deficiência auditiva na Universidade Federal de Sergipe.

As informações obtidas serão confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, os mesmos têm como objetivo verificar o conhecimento do mestrando (a) sobre processo de formação do estudante de graduação com deficiência auditiva nesta Instituição de Ensino Superior. Além disso, o (a) senhor (a) poderá ter acesso, a qualquer tempo, às informações sobre a pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

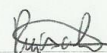
IV – Informações dos nomes, endereços e telefones dos responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa.

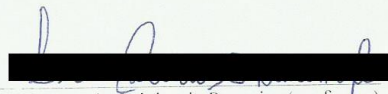
1. Priscila Dantas Fernandes, Estudante de Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe, Rua Laranjeiras, 436 - Bairro: Centro – Aracaju/Se. Telefones: (79) 3222-3658 (residencial), (79) 99146724 (celular).
2. Verônica dos Reis Mariano Souza - Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, Av. Beira mar, SN – Bairro: 13 de Julho – Aracaju/Se. Telefones (79) 2105-6757 (comercial).

VI – Consentimento pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido (a) pelo pesquisador, e, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

Aracaju/Se, 03 de Outubro de 2013.


 Assinatura do pesquisador


 Assinatura do Sujeito da Pesquisa (professor)

APÊNDICE P

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Pesquisa: Inclusão de surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de exatas e tecnologia

Autora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Roteiro de entrevista para alunos surdos e/ou deficientes auditivos

1. Idade
2. Qual o nível de sua perda auditiva?
3. Qual a causa de sua deficiência? Quando ela aconteceu?
4. Qual a forma de comunicação que você utiliza?
5. Com que idade você aprendeu Libras?
6. Quem ensinou?
7. Você sempre teve auxílio de intérprete durante sua vida escolar?
8. Você tem dificuldade para ler e interpretar textos? E para escrever, sente dificuldade?
9. Foi a primeira vez que você fez vestibular?
10. Por que você decidiu estudar na UFS?
11. O que você achou do vestibular ou do Enem?
12. Você encontrou dificuldades na realização da prova? Caso seja sim, quais foram as dificuldades?
13. Você teve intérprete de língua de sinais no vestibular ou Enem?
14. É importante a presença do intérprete de Libras? Por quê?
15. Por que você escolheu este curso?
16. Quais fatores você considera que contribuiu para seu ingresso no Ensino Superior?
17. Como foi o primeiro semestre na UFS?
18. Você teve dificuldades na instituição? Caso sim, quais foram?
19. Você consegue se comunicar bem na biblioteca, na secretaria, Xerox e em outros setores da instituição? Como você é recebido nestes setores?
20. Como são as aulas das disciplinas do curso?
21. Você tem dificuldade em aprender disciplinas de exatas? Caso seja sim, quais são?
22. O que você faz na seguinte situação: O professor não consegue se comunicar com você e o intérprete não sabe sobre determinado conteúdo?
23. O que você faz quando o intérprete falta às aulas?
24. Como é seu relacionamento com os professores?
25. Os professores são acessíveis? Tiram dúvidas? Atendem em horário extraclasse?
26. Como é seu relacionamento com os alunos ouvintes?
27. Como você avalia a experiência em estudar na UFS?
28. Que sugestões você pode dar para a UFS em relação à inclusão de alunos surdos e/ou deficientes auditivos?
29. Você acredita que se não fosse deficiente, conseguiria encontrar a terminalidade acadêmica, nesta instituição com maior facilidade, por que?
30. O que você espera daqui para frente?

APÊNDICE Q

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas

Autora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Roteiro de entrevista para professores

1. Formação?
2. Tempo de formação?
3. Professor efetivo ou substituto?
4. Tempo que trabalha na instituição?
5. O que você sentiu quando soube que tinha aluno surdo/deficiente auditivo em sua sala de aula?
6. O que você sabe sobre deficiência auditiva?
7. Você sabe qual é o tipo e o grau de perda auditiva do seu aluno? Se sim, explique.
8. Qual a forma de comunicação usada pelo aluno surdo/deficiente auditivo na sala de aula? Oral/fala, Libras ou Comunicação Total?
9. Qual a sua forma de comunicação com este aluno: Oral/fala, Libras ou Comunicação Total?
10. O aluno apresenta dificuldades em seu processo de aprendizagem? Se sim, quais?
11. Você acha que existe a necessidades de alguma adaptação curricular para os alunos surdos/ deficiente auditivo?
12. Como você desenvolve o conteúdo junto ao aluno surdo/deficiente auditivo?
13. Como é a participação dos alunos na sala de aula?
14. Como se dá a sua interação com os alunos?
15. Você sente dificuldades para desenvolver o processo de inclusão desses alunos em sua sala de aula? Quais?
16. Você sente dificuldades para ensinar o aluno surdo/deficiente auditivo? Se sim, quais?
17. O aluno com deficiência já precisou de seu apoio para conclusão das atividades?
18. Você identifica consequências positivas para o seu desenvolvimento profissional decorrentes da experiência de inclusão de alunos surdos e/ou deficientes auditivos?
19. Como você avalia a experiência de inclusão desses alunos nesta instituição?
20. Você identifica consequências para a universidade decorrentes do desenvolvimento do processo de inclusão desses alunos?
21. Como você avalia a experiência de inclusão desses alunos surdos e/ou deficientes auditivos na instituição?
22. Você aprova e apoia as ações afirmativas instituídas nesta instituição?
23. Você acredita que seja importante a criação de um centro de apoio ao professor e ao aluno nesta instituição que dê o suporte necessário as dificuldades do aluno com deficiência?
24. Na sua formação, você teve a preocupação em buscar alguma especialização para dar suporte ao aluno com deficiência?
25. O que precisar melhorar para a inclusão dos alunos com deficiência na UFS?

APÊNDICE R

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas

Autora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Roteiro de entrevista para intérpretes

1. Idade
2. Formação?
3. Tempo que é intérprete?
4. Fez ou faz cursos na área?
5. Quanto tempo trabalha na UFS?
6. O que você faz?
7. Qual sua dificuldade na UFS?
8. O que acha sobre o Programa Incluir?
9. O que acha sobre a inclusão da pessoa com deficiência na UFS?
10. Quando algum intérprete falta, você fica no lugar?
11. Qual sua opinião com relação a metodologia do professor?
12. O que você acha sobre as cotas?
13. O que você acha que poderia mudar e/ou permanecer na UFS sobre a inclusão?
14. Quais são os aspectos positivos e negativos do processo de inclusão na UFS?
15. Percebe ou percebeu alguma forma de preconceitos com esses alunos?

ANEXOS

ANEXO A

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO COM ALUNOS SURDOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Pesquisador: PRISCILA DANTAS FERNANDES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 20127113.5.0000.5546

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 361.184

Data da Relatoria: 02/08/2013

Apresentação do Projeto:

A pesquisa será realizada na Universidade Federal de Sergipe (UFS). A população em que o projeto será executado é composta por 07 alunos surdos e 07 professores do curso. O critério de seleção desses alunos será mediante o índice de reprovação geral dos alunos nas disciplinas. Já a seleção dos professores será realizada mediante a disponibilidade de participar e colaborar com a pesquisa e por ter sido professor dos alunos surdos selecionados. Desta forma, irão possibilitar uma visão mais abrangente das questões estudadas.

Os instrumentos a serem utilizados na pesquisa serão: análise bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas com os sete alunos e os sete professores, acompanhamento da realidade dos alunos e observação direta na sala de aula.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o processo de inclusão de alunos surdos na UFS, nas disciplinas de ciências exatas do Campus de São Cristóvão.

Objetivo Secundário:

Desenvolver uma análise da realidade vivenciada pelos alunos surdos na universidade; Conhecer as

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº
Bairro: Sanatório **CEP:** 49.000-110
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)2105-1805 **E-mail:** cephu@ufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 361.184

principais dificuldades dos professores e alunos relacionados ao ensino e aprendizagem das disciplinas de ciências exatas; Conhecer os métodos e as técnicas de ensino desenvolvidos pelos professores nas aulas; Identificar as possíveis barreiras atitudinais e pedagógicas sofridas pelos alunos surdos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não há riscos aos participantes da pesquisa.

Benefícios:

Melhoria das condições de acessibilidade dos alunos surdos; Eliminação de barreiras atitudinais e pedagógicas; Valorização dos surdos enquanto alunos e sujeitos; Melhoria do atendimento prestado a esses alunos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa aborda um tema de alta relevância e seus resultados poderão contribuir com a melhoria da realidade vivenciada por alunos surdos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresentou os termos de apresentação obrigatória.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresentou os termos de apresentação obrigatória.

Recomendações:**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto não apresenta pendências

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº	CEP: 49.060-110
Bairro: Santário	
UF: SE Município: ARACAJU	
Telefone: (79)2105-1805	E-mail: cephu@ufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJU/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 361.184

ARACAJU, 15 de Agosto de 2013

Assinador por:
Anita Herminia Oliveira Souza
(Coordenador)

ANEXO B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas

Autora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – aluno Pedro

1 - Idade?

R.: 22.

2 - Qual o nível de sua perda auditiva?

R.: No ouvido esquerdo surdez profunda, no direito severa.

3 - Qual foi a causa da sua deficiência?

R.: Nasci ouvinte e com um ano de idade no aniversário, um dia depois do meu aniversário eu fiquei doente de meningite e depois eu perdi a audição do lado esquerdo que causou minha perda profunda e direito a surdez severa. Por causa da meningite.

4 - Qual a forma de comunicação que você utiliza?

R.: Quando eu encontro um surdo eu exclusivamente com a língua dos sinais, minha primeira língua e depende da pessoa, se a pessoa não souber ouvinte surdo, se a pessoa não souber se comunicar bem eu oralizo ou sinalizo, depende da pessoa. Se eu não conseguir me comunicar com essa pessoa eu escrevo também.

5 - Você usou libras? Quando foi que aprendeu a ler?

R.: Primeiro eu aprendi Libras com os meus amigos quando eu tinha 16 anos, eu não sabia o que significava, eu usava mímica. Quando eu tinha alguns amigos nós nos comunicávamos, antes de aprender Libras, me comunicava com eles, com gestos, sinais que a gente criava e depois com 16 anos quando eles aprenderam Libras eles me ensinaram. E também na escola inclusiva que eu estudava a maioria era ouvinte e assim não tinha intérprete, não tinha surdo e eu era incluído na sala de ouvinte. Foi a partir daí quando a minha mãe me matriculou na escola especial no Ipaese e ai lá as aulas eram todas em Libras, todos os alunos eram surdos. Minha mãe também pensava que se eu aprendesse Libras que eu ia me prejudicar na oralidade, só que isso não é verdade, eu lutei, lutei, me esforcei até conseguir que minha mãe autorizasse eu aprender a língua de sinais. Foi no ano de 2007, mais precisamente. E 6 meses foi a duração para eu conseguir na língua de sinais. Hoje em dia eu não me considero expert na língua de sinais, mas vamos dizer assim... Tem muitas coisas ai que eu aprendi.

6 - Então nem sempre teve auxílio de intérprete?

R.: Não, não, não. Logo no início quando eu comecei a estudar não. Quando eu comecei a estudar na escola especial... Ai sim eu tive contato com um intérprete.

7- Quando você era criança estudou em que escola? Regular?

R.: Pra ser sincero é meio complicado. Eu tenho algumas dúvidas, porque quando eu fui para escola alternativa de Sergipe escola, dentro dessa escola a metodologia era para as séries iniciais. Era ensino regular. Mas só que dentro era misturado, tinha deficientes mentais, tinha pessoas comuns, tinham surdos, deficientes em geral. Era uma classe misturada. Eu não sei se era uma escola especial ou não, a metodologia também era bem misturada por atender várias especificidades.

8 - Você tem dificuldade para ler e interpretar textos, e para escrever também?

R.: Hoje eu já aprendi. Porque aprendi o português. Só que eu não me sinto ainda por completo assim... É importante o português, só que eu não consigo entender de forma clara, eu tenho algumas dificuldades e pra redigir texto as regras gramaticais sobre concordância nominal, concordância verbal, eu tenho essa dificuldade com essa regra gramatical da língua portuguesa, preposição, algumas regras gramaticais. Eu não consegui aprender completo, mas eu me esforço e estudo para vencer essa dificuldade e também algumas palavras que não conheço, procuro a referência no dicionário para poder ter esse suporte.

9 - Você teve pessoas capacitadas para trabalhar, pra facilitar essas atividades escolares antes da universidade?

R.: Sim, sim tive. Tive a professora de português, porque eu tive aula de português particular, também tive o apoio na época do ensino médio, como professores de matemática, professores de português, algumas disciplinas que me dava sempre um suporte, me dava um apoio e eu sempre conseguia aproveitar, porque alguns eram formados e passavam as informações pra mim.

10- Como foi que ele entrou na UFS?

R.: Foi pelo Enem.

11- Foi a primeira vez que você tentou na UFS?

R.: A segunda vez. O primeiro foi para Ciência da Computação, da segunda vez foi Engenharia da Computação.

12- Por que você decidiu estudar na UFS?

R.: Porque futuramente formado eu teria uma condição melhor profissional e também financeira. E também com o objetivo de passar em algum curso... Eu tenho o objetivo futuramente de me formar profissionalmente e viajar na área de tecnologia. Em relação à cota eu não estava assim totalmente preso a esse benefício, porque aqui são poucos beneficentes que entram... Mas entrei pelas cotas.

13 – Seu acesso a UFS foi facilitado pelas cotas?

R.: Não, porque quem é responsável por elaborar o Enem? É o Mec não é isso?! Quando eu fiz o primeiro processo seletivo eu perdi por causa da redação, eu não fui aprovado na redação. Eu acho que o Mec respeitou a legislação quanto a minha escrita do português como segunda língua. E depois eu tentei entrar com a justiça, mas por acaso eu desisti, resolvi fazer um novo processo seletivo através do Enem, e quando eu recebi a resposta, o resultado, a classificação eu vi que minha redação foi muito boa. Ai eu acho que o Mec já abriu a mente e passou a ter uma correção especial para surdos. E aqui na ufs, provavelmente deve fazer uma análise dos classificados do Enem ou não... E eu acho que também eu fui o único deficiente auditivo a concorrer pra esse curso. E também eu acredito também que pode existir pessoas com deficiência que pode superar qualquer ouvinte em relação a nota no processo seletivo,

depende da pessoa. Então por isso que eu fui aprovado, se não fosse pelo Enem, se eu fizesse o processo seletivo que era antes do Enem, o vestibular, talvez eu acho que eu não teria essa condição de passar. Mas por ser pelo Enem eu passei no processo.

14 - Por que se fosse pelo outro processo você não passaria?

R.: Se um deficiente estivesse concorrendo com vários outros deficientes, rapaz é difícil, seria mais difícil. Mas se aqui na ufs também eles respeitassem, antes do Enem, a escrita do surdo como o português, como segunda língua, eu teria condição porque a correção da redação seria com essa observação... Quando o vestibular era normal, não era Enem, todos os deficientes concorriam somente a uma vaga, por isso seria mais difícil.

15 - O que você achou do Enem?

R.: O Enem por ter feito duas vezes, eu achei bom porque eles passaram a obedecer a legislação em relação à surdez, eu achei positivo.

16 - Você teve interprete lá no Enem?

R.: Sim, tive. Só que o interprete não tinha habilidade na língua de sinais, não era profissional.

17 – Você acha importante a presença de intérprete na universidade?

R.: Sim. Eu consigo oralizar e falar o que eu penso, mas quando a pessoa se dirige pra mim eu não consigo adquirir o conhecimento da mesma forma que eu falo, ou seja, ter um intérprete dentro de sala de aula é indispensável para poder adquirir o conhecimento. Eu visualizando a interpretação, pela língua de sinais eu consigo interagir e aprender normalmente. Depende do surdo. Tem surdo que é oralizado, mas não aceita intérprete, não tem preferência em ter, ou outros que tenha.

18- Por que você escolheu o curso de Engenharia?

R.: Porque antes quando eu estudava na Unit, eu fazia sistema da informação. Estudei, gostei. Só que depois que eu passei na Engenharia da Computação eu gostava, eu me identifiquei com a questão profissional e pela prática também. Engenharia da Computação por trabalhar com manutenção de computadores e também com algumas coisas de elétrica. Gostei mais por causa da prática.

19- Como foi o primeiro semestre dele no curso?

R.: Por eu ter muita afinidade com o curso, para mim não teve dificuldade, foi tranquilo pra mim por isso não tive dificuldade, e também acompanhado com um interprete, mas alguns professores também respeitava a minha condição, a minha limitação, e outros professores mantinham a atenção pra mim.

20- Você teve muita dificuldade no curso?

R.: Sim, sim. Teve alguns professores, principalmente o método do professor. Se o professor tivesse um método, uma atenção especial pra mim... Teve alguns professores que tiveram algumas estratégias para fazer com que o conteúdo se tornasse claro para os alunos e ai os alunos davam para aprenderem, inclusive eu. Alguns professores tradicionais complicava, às vezes.

21 - Mas sua dificuldade é na disciplina de exatas, de cálculo ou é em geral?

R.: Como eu tinha dito antes depende muito do professor, depende muito da metodologia do professor, principalmente da metodologia...

22 - Com relação à comunicação, você conseguiu se comunicar bem na biblioteca, na xerox, no banco?

R.: Sim, sim. Problemas de comunicação, só às vezes... Agora no primeiro semestre, aqui na ufs eu nunca tive nenhum problema de comunicação, por enquanto... Com alguns professores eu tive alguns probleminhas e também com os alunos, mas sempre usavam estratégias e tinha como me comunicar. Só que com relação à aula é impossível aprender sem o intérprete, aí o bloqueio da comunicação ia ser total, se for um diálogo eu consigo usar uma estratégia para me comunicar, mas se for na hora da aula eu tenho que ter um intérprete.

23 - Quando o professor não consegue se comunicar com você como acontece na maioria das vezes, e o interprete não sabe o conteúdo, como vocês fazem para manter essa comunicação?

R.: Se o conteúdo, o assunto abordado eu não conseguir entender, eu particularmente anoto tudo e me esforço para poder estudar sozinho, uso essa estratégia, pesquisa, eu tenho que me esforçar mais.

24 - Vocês dois fizeram alguns sinais pra poder se comunicar?

R.: Sim, sim. Alguns sinais sim.

25 – Quando o intérprete precisou faltar a aula, o que você fez?

R.: Depende do professor. Se for uma aula teórica eu não consigo aprender nada sem a presença do interprete, e se for aula expositiva ou de onde ele vai expor o conteúdo no quadro eu consigo aprender, mas se o interprete falta, pra mim é ruim.

26 – Como é seu relacionamento com os professores?

R.: Alguns professores tive um relacionamento perfeito, ótimo, e outros professores eu não tive essa abertura, se o professor tiver interesse em se relacionar comigo é claro que eu vou me relacionar com ele, em relação a respeito que eu tenho. Se eu ver que o professor não tinha um interesse em relação a minha pessoa, eu também não apresenta-se esse interesse.

27 - Eles eram acessíveis, tiravam dúvidas, atendiam horário extra a classe?

R: Não, fora da classe eu não tinha esse contato com o professor. Só dentro da classe, todos os professores conseguiam tirar minhas dúvidas e tornar claro os conteúdos.

28 - Como é que ele avalia a experiência em estudar aqui na UFS?

R.: Eu penso que é bom porque... Eu acho que alguns professores deveriam ter uma metodologia melhor, mais acessível. O que pra mim seria bom aprendizado pra mim e pros alunos, também usando mais recursos visuais, porque você também sabe que o surdo é mais para as coisas que são visualizadas, poderia ter também o principal pra mim, hoje em dia seria a metodologia.

29 - Quais as observações que você pode dar com relação à inclusão do surdo na UFS?

R.: O que precisa melhorar, a inclusão, a maioria... A sociedade em geral não conhece essa acessibilidade, muitos desconhecem essa acessibilidade e muitos desrespeitam o surdo. Um exemplo simples: Sempre que eu chegava em sala de aula, assim no início do semestre, sempre eu me posicionava nas primeiras cadeiras só que repetidas vezes eu chegava em sala de aula e estava completa, estava cheia a sala, e os alunos não se optavam que eu precisava sentar nas primeiras cadeiras. Por isso que eu acho que as pessoas desconhecem a questão da necessidade. Outro ponto também, é que a maioria dos professores, pouquíssimos professores

eram atentos a isso, a maioria dos professores não respeitam. Por exemplo: Ah, é um surdo? Passou porque é igual a qualquer um, daí passa os conteúdos da forma dele, sem se preocupar com o aprendizado daquele aluno. Mas, muitas vezes despreza e ignora que tem um aluno surdo e que tem de ter uma metodologia adaptada.

30 - Você acredita que se não fosse deficiente conseguiria terminar o curso mais rápido ou com maior facilidade, ou isso não tem nada haver?

R.: Nada haver mesmo. De forma igual eu consigo e posso sim terminar o curso. Para mim o principal pra mim é o que? O esforço. Na minha opinião, isso não tem nada haver.

31 - O que você espera daqui pra frente com relação aos estudos na UFS?

R.: Primeiro, em relação ao curso Engenharia da Computação, pretendo mudar de curso, não tenho certeza ainda, estou com dúvida, ainda estou tentando resolver a aptidão do curso. Ainda vou ver, ainda estou dependendo de algumas coisas. Ainda não resolvi. São 3 situações, Engenharia da Computação eu percebi que eu não tenho essa habilidade porque Engenharia da Computação entra muito a fundo com Matemática, depende muito da Matemática e eu não tenho esse foco assim com a Matemática. Por isso que antes quando eu estudava na Unit, o Sistema de Informação, eu gostava, tinha assim uma habilidade com essa área, na área de Sistema de Informação e os outros dois pontos, é a área de Humanas. Eu queria ver se eu... Eu sei que não tem nada haver Engenharia da Computação e mudar para Humanas, é bem diferente, só que eu ainda não resolvi, não decidi. Na verdade eu gosto dessas duas áreas, só que o meu foco não é diretamente Engenharia da Computação, o outro ponto é referente aos alunos, eu acho que eles deveriam conhecer mais em relação da acessibilidade, deveriam respeitar as pessoas com necessidades especiais. Outro ponto também são alguns professores que precisam respeitar, por exemplo: Que nem os alunos, do que antes eu me referi aos alunos. Os professores também deviam conhecer mais a acessibilidade, os professores ignoram a presença do surdo, e isso causa diversos tipos de barreiras e dificuldades. O quarto ponto que eu poderia citar também é em relação ao intérprete, se o intérprete futuramente não se desenvolver junto com o aluno, junto comigo. Torço para que o intérprete seja profissional e que cresça junto comigo.

ANEXO C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas
Autora: Priscila Dantas Fernandes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – aluna Patrícia

1 - Idade?

R.: 26 anos.

2 - Qual o nível de sua perda auditiva?

R.: Nos dois ouvidos profunda.

3 - Qual foi a causa da sua deficiência? Quando foi que ela aconteceu?

R.: Minha mãe teve rubéola quando estava grávida, aí eu nasci já surda.

4 - Qual a forma de comunicação que você utiliza?

R.: Eu prefiro a Libras, o oralismo eu utilizo mais com minha família, eu utilizo na verdade a Libras, quando eu encontro surdos, é a língua de sinais.

5 - Com que idade você aprendeu a Libras?

R.: Mais ou menos quando eu tinha 16 anos, 15 eu fazia mais datilologia, com 16 anos foi que eu comecei a me aperfeiçoar em Libras.

6 - E antes disso, como se comunicava?

R.: Era oralismo, minha voz era bem desenvolvida, tinha acompanhamento de fonoaudióloga, aí quando eu comecei a andar com os surdos, comecei a desenvolver a Libras e minhas cordas vocais foram se atrofiando um pouco. Eu só estudava com ouvintes, nunca com surdos, foi quando eu comecei a andar em Paulo Afonso, em Recife, aí comecei a ter contato com os surdos, aí eles começaram a me forçar a aprender a própria Libras, aí eu fui assim, fechando a voz para poder desenvolver a Libras.

7 - Você sempre estudou em escola para ouvintes?

R.: Sempre com ouvintes, a única surda dentro de uma escola ouvinte. Eu só de surda não tinha nenhum surdo para ficar comigo, interior pequeno, aí geralmente são poucos surdos.

8 - Você sempre precisou de intérpretes?

R.: Não. Quando terminava a aula, a professora me ensinava sozinha. Na hora que o professor dava a aula, eu não ficava fazendo desenho, ficava fazendo outras coisas. Quando o professor terminava de ensinar a todos, o professor vinha até mim e me explicava os assuntos. Mas era bem complicado essa questão de comunicação, então praticamente eu aprendi sozinha. Porque

era difícil, era questão do visual, então eu comecei a procurar materiais como Português, História, Biologia, Física. E aí aos poucos, junto com o professor e com muita paciência a gente interagia, mas quem me ajudou mesmo foram os alunos, tinha muitos alunos ouvinte que me compreendia e me auxiliava.

9 - Você tem dificuldade para ler ou interpretar textos?

R: Depende do texto, tem textos que é fácil, têm textos que é difícil, aí eu peço auxílio de alguém. Quando é fácil, eu vou só, pesquiso, procuro, mas quando tenho muitas dúvidas, eu sempre peço alguém pra me auxiliar, como é essa palavra, eu não conheço, por exemplo, me dê um exemplo, um significado [...], mas depende do texto.

10 - E para escrever?

R.: Escrevo muitas palavras erradas, sempre troco, eu nunca escrevo igual a ouvinte, eu sempre faço trocas.

11 - Como era a instituição de Ensino Médio que você estudou?

R.: Foi escola gratuita, eu tinha o sentimento que eu não aprendia realmente. Os professores existia aquele bulling, sempre dando risadas e eu não aprendia nada, era discriminada na verdade. Aí eu fui pra uma outra escola, porque na escola gratuita, eu não estava me adaptando por causa da questão do bulling. Com 12 anos eu me mudei pra uma outra escola, particular, ali eles me ensinavam porque era uma escola que pagava. Alguns professores tinha essa questão de discriminação e outros não. Matemática mesmo era bom... Mas na comunicação era realmente os alunos que me auxiliavam. Tinha professores que eu gostava, mas muitas vezes eu pedia o apoio e eles meio sem jeito, na verdade, parecia que existia pena, muitos lutavam pela igualdade no ensino, iam no coordenador e falavam: “nós precisamos de um auxílio, de um interprete”, porque no interior não existia essa questão de interprete profissional... Então eu tinha 15 anos, utilizava as mímicas, a comunicação total, essa mistura e eu sofri muito até chegar aqui, minha mãe, minha família me apoiou muito, essa questão de palavras, com tudo misturado, muito sofrido. No 1º, 2º e 3º ano também, eu concluí meus estudos em escola particular, mas também tem essa questão de professores que não sabem trabalhar com alunos surdos e se tornam, muitas vezes, professores ruins, existindo alguns bons e outros não. Então pra mim, sempre foi melhor a questão dos alunos, eu crio afinidade com alguém e esse alguém ajuda.

12 - Foi a primeira vez que você fez vestibular?

R.: Eu já tinha feito em Paulo Afonso o vestibular em Administração, eu passei, comecei, tinha as vídeo-aulas e eu tinha que assistir. O curso era à distância, era meio complicado, não entendia nada, foi o pior método, eu acabei deixando e aqui foi o segundo vestibular que eu fiz e passei.

13 - Porque decidiu estudar na UFS?

R.: Porque no interior não tem curso de Ciência da Computação, só cursos básicos de informática, aí foi quando eu resolvi mesmo com toda dificuldade vir até aqui. Aqui na UFS é bem melhor, faculdade, respeitada. Eu lá eu ia fazer o que? Já tinha feito todos os cursos da cidade, não tinha mais como seguir.

14 - O que você achou do vestibular da UFS?

R.: Eu gostei da prova, foi bom. Mas tive dificuldades, o vestibular é difícil. Minha dificuldade é em matemática, em cálculo e a redação fiz bem, teve a questão da troca de palavras, mas consegui passar na prova de redação. Eu acho que o importante foi o contexto,

os professores compreenderam, parece que os professores na hora de corrigir tiveram que respeitar a gramática, como a leitura, então os professores entenderam que era surda e compreenderam, parece que Paloma entendeu o tem e desenvolveu. Eu pude perceber que mesmo existindo essa troca de palavras, houve uma compreensão e é importante essa compreensão, então acabei passando por isso.

15 - Você teve concorrentes no vestibular?

R.: Concorri com quatro pessoas, três perderam e só eu passei. Quase uma pessoa me acompanhou na pontuação e eu conheço e queria muito que ele tivesse passado também, mas não pode ser mais de uma na sala. Seria tão bom que tivesse passado os quatro.

16 - Você teve intérprete de libras na vida escolar?

R.: Tive oito intérpretes, assim a gente teve acompanhamento.

17 - Você acha importante a presença de intérpretes na universidade?

R.: É muito importante sim, se não tem intérprete pra nós é incompreensível essa questão toda, então é importante. O intérprete pode acompanhar toda aula ou eu visualizar, eu tenho que dá atenção a questão do visual, não posso ficar só na visão do intérprete, então, temos que saber resolver essa questão, porque se o professor fica só na teoria, teoria, o que faço nessa hora? Tem professores que tem que ter intérpretes para poder passar tudo pra mim. Quando começar as aulas, nós vamos sofrer... Eu filmo, porque se eu me perder, em casa eu estudo melhor, em casa posso vê, estudar e aprender melhor.

18 - Por que você escolheu esse curso?

R.: Desde pequena eu cutuco toda essa parte, eu mexo com essa parte de manutenção, aí escolhi porque é uma área que eu gosto, procurei, busquei outras, mas não tive essa afinidade, pra mim é assim, um sentimento.

19 - O que contribuiu pra você entrar na UFS, você fez algum pré-vestibular?

R.: Eu fiz o ensino médio, terminei, fiz o vestibular e passei. Foi lá em Paulo Afonso. Pra mim vim de lá pra fazer vestibular aqui demorou, lá eu fiz o vestibular e passei com mais ou menos 22 anos, aí com 23 eu deixei, aí deixei pra lá, fiquei na folga, com 25 cheguei aqui, aí foi quando eu fiz o vestibular.

20 - Mas antes você não estudou nada?

R.: Nada. Eu no vestibular tinha coisas que eu perdia, outras não, aí chutava, outros que eu entendia botava a resposta correta, eu tinha certeza, verdadeiro e falso, verdadeiro e falso, muitas coisas eu chutava também e passei.

21 - Como foi primeiro semestre na UFS?

R.: Tem pouco tempo, eu comecei e daqui a pouco entrou em greve, eu realmente não sei o que te dizer por causa da greve.

22 - Mas apesar do pouco tempo, você teve alguma dificuldade?

R.: Falta de intérprete, intérprete não tinha. Também teve algumas disciplinas que eu tive dificuldades, como algoritmo, porque os professores sem intérprete é ruim, os professores também não tinham essa paciência de me ensinar, era só apontando pro quadro e eu sem entender o que é que eles estavam apontando, aí eu dizia: eu quero que você me explique, os professores tentavam porque, porque, por que, mas o porquê eles não entendiam, mas quando não tinha interprete.

23 - O intérprete chegou e melhorou?

R.: Eu fiquei esperando mais ou menos um mês e meio quando cheguei aqui, aí as provas já tinham sido feitas e aí fiquei imaginando como ia ser, mas as provas foram canceladas e estou aguardando quando retornar junto com intérprete. Na primeira prova tirei zero, então eu disse: “deixa intérprete chegar”. Só alguns professores tiveram essa paciência de anular minha prova e dizer: “vamos esperar o intérprete chegar e aí você faz de novo uma prova pra ver agora a nota”.

24 - Isso em uma disciplina, e nas outras?

R.: Três disciplinas consegui, algumas sim, outras não porque não tive nem aula por causa dessa questão de greve, aí não sei, então estou esperando retornar pra saber o que é que está acontecendo. Quando voltar vai começar o ano de novo porque muita coisa a gente esqueceu.

25 - Você consegue se comunicar bem na biblioteca, na xerox e em outros setores da instituição? Como você é recebida nesses locais?

R.: Me comunico através de mensagem pelo celular, aí me compreendem, mas geralmente vou acompanhada com algum aluno. Aí vê qual o livro, qual o local, como é o nome do livro, aí o aluno vai junto comigo, aí procura no computador, no sistema, me auxilia nisso. Mas quando vou sozinha, eu geralmente uso o celular para poder digitar a mensagem e poder me comunicar através dele e eles me respeitam tranquilamente.

26 - Como são as aulas do curso?

R.: Todos os dias, mas as vezes tinha aula, as vezes não tinha, mais e-mails e materiais pra visualizar... Tinha o professor, de ICC, ele tinha essa preocupação de me chamar no quadro, me mostrar e ele queria muito que eu passasse, eu percebia isso nele, então, nessa questão da visualização, quando eu não entendia. E algumas vezes ele esquecia e começava a ensinar muito rápido e aí eu pedia a ele: “professor, por favor, mais devagar”. Tem o professor Monteiro também, ele já é de Logaritmo, antes eu ficava meio voando, mas também quando a interprete chegou eu sofria muito porque eu não compreendia e ficava essa questão toda, porque algoritmo realmente é a pior disciplina, é bem complicado, é algoritmo e cálculo. Eles copiam tudo e depois apagam e a gente tem que tá lá: “peraí, deixa eu terminar de copiar”. A intérprete também sofre muito.

27 - O que você faz na seguinte situação: O professor não consegue se comunicar com você e o intérprete não sabe sobre determinado conteúdo?

R.: Eu vou até o professor e falo: “professor, repita aí, faça aqui o desenho”. O interprete também quando não entende, aí repete de novo, até a gente entender, eu mesma pergunto, eu tenho coragem, até ele explicar de uma forma que eu e a intérprete também compreenda, eu não posso ficar com dúvidas e nem com receio de perguntar, tenho que ter coragem de perguntar a ele até eu entender.

28 - Os professores acham ruim ter que a intérprete ou você ter que parar a aula porque vocês não entenderam?

R.: Não, não acham ruim. Mas não sei o que dentro deles eles pensam sobre mim. Então quando eu tinha dúvidas, aí eu: “posso perguntar?”, aí o professor: “pode! Você tem que perguntar, não pode ficar com dúvida não”. Aí novamente o professor dizia: “quando terminar a aula, senta nós três e eu te explico”. Até porque o professor não tem o tempo todo para tá explicando... Uma vez mesmo eu fiquei muito, muito cheia de dúvidas, terminou a aula e todos os alunos saíram e eu agarrei o professor: “professor, continuei com a dúvida, o que é

isso mesmo? Me explique! Eu não estou entendendo, por que essa organização toda?”. Isso foi na aula de logaritmo, aí o professor disse: “vamos tentar, vou te mandar um e-mail para você poder entender melhor.” Aí falei: “tudo bem, vou mandar um e-mail também para o intérprete”. Depois, na sala de aula, eu continuei com dúvidas ainda, é complicado, mas vamos tentar, mas consegui, demorei um pouco, mas consegui.

29 - Só foi esse professor que ajudou ou os outros também ajudaram?

R.: Algoritmo, Vetores, Lógica. São disciplinas bastante parecidas. O professor de Cálculo I, que é um pouco mais complicado, a cara que ele faz quando a intérprete interrompe ou eu também, parece que ele não gosta que eu pergunte. Os professores às vezes começam, se atrapalham, eles mesmo apagam e aí confunde a gente também.

30 - Os professores, fora os que você acabou de citar, atendem em horário extraclasse?

R.: O de Vetor sim, de manhã 7:00 horas, eu cheguei até aqui, como não tinha intérprete e aí marcamos e com esse professor consegui e aí eu entendi muito claramente. O de Cálculo I, as vezes sim também. O de ICC deixa um tempo reservado para dúvidas na sala dele.

31 - Como é seu relacionamento com os colegas ouvintes?

R.: É uma troca, é um grupo bom. Nunca me fizeram nada, essa questão de bulling, nem preconceito, quando existe uma falta de comunicação ou uma barreira, a gente tentar através de escrita, mas nunca me discriminaram não. Na verdade, eu não conheço ninguém, eu não tenho amigos, eu só tenho um grupo que eu participo como aluno, mas se eu percebi alguma coisa nesse sentido, eu me afasto. Pode acontecer, mas até aqui não. Existe uma menina que é calada, não conversa com ninguém, pode existir preconceito com ela talvez, é preciso haver essa interação, comunicação. Quando eles percebem que existe uma pessoa surda na sala, muitas pessoas se aproximam pra nos auxiliar, já chegou até a mim pessoas e me perguntaram: “por que você é tão calada, tão quietinha? Ai eles ficam observado e deduz que “você é surda!”. Porque é diferente, nós somos diferentes. Aí ficam nessa coisa “é surda, não é surda, vamos ajudar, como vou me comunicar com ela?”. Existe essa questão de falta de conhecimento, aí vem até a mim. No início das aulas, teve uma pessoa que chegou perto de mim enquanto muitos ficavam com receio. Já existem outras pessoas que não falam comigo, cada um tem seu jeito, mas a maioria deles todos falam, interagem comigo de um jeito ou de outro.

32 - Como você avalia a experiência em estudar na UFS?

R.: Foi um começo meio difícil e agora com essa greve. Eu acho que é uma experiência positiva, estudar, interagir. A questão toda é que aqui é uma realidade completamente diferente de um segundo grau, quando você chega aqui é mais profundo, não é a mesma coisa, então fico muito preocupada, muito receio, a questão das dificuldades, a troca de experiência de alunos que não entendo uma palavra e a gente precisa interagir através de gestos, minha irmã é que socorre com essa questão de palavras da escrita, na internet também o tradutor, existem muitas palavras que não conheço, então existe essa tradução, ai vou interagindo e vou entendendo para compreender melhor a leitura de um texto.

33 - Com relação às cotas, se não houvesse esse sistema, você tentaria?

R.: Poderia fazer, mas eu não ia conseguir passar pela questão dos ouvintes terem mais desenvolvimento de Português, eu perderia com certeza. Lá no interior eu conseguiria sim, porque lá não tem essa questão de cotas. A primeira vez que eu fiz vestibular em Paulo Afonso não existia essa questão de cotas, era tudo misturo, eu fiz e passei normal, porque

foram poucos concorrentes também. Mas se fosse muita gente como é aqui eu não passaria não. Eu não faço aqui.

34 - Que sugestões você pode dar para a universidade em relação à inclusão de alunos deficientes auditivos?

R.: Eu não conheço ainda aqui o procedimento. Eu queria vestibular próprio pros surdos, eu tenho esse sonho. Meu sonho é que tivesse um curso que tivesse material para surdos, porque a gente acaba ficando muito preso, dependente. Quando é um curso voltado para os jovens surdos, tem a maior liberdade de interação, é uma coisa mais leve, sem precisar de um ouvinte, mas intérprete é muito bom.

35 - Você acredita encontrar mais dificuldades daqui pra frente pra terminar o curso?

R.: Eu não sei, mas deve existir, nunca foi fácil pra nós essa questão de formação, têm muitas barreiras, eu sei que eu vou tentar chegar até o fim, agora como o futuro só Deus que sabe, como é que vou saber?

36 - Obrigada!

R.: Por nada.

ANEXO D

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas
Autora: Priscila Dantas Fernandes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – aluna Rita

1 – Idade?

R.: 21.

2 – Qual o nível da perda auditiva?

R.: Moderada

3 – Qual foi a causa da deficiência? Quando aconteceu?

R.: Ela não sabe. Porque diz que ela sempre pergunta a mãe e a mãe não responde nada.

4 – Qual sua forma de comunicação?

R.: Libras e oral. Com as duas.

5 – Com que idade aprendeu Libras?

R.: Com 16 anos.

6 – Quem ensinou?

R.: Um amigo surdo.

7 – Você sempre teve auxílio de interprete durante a vida escolar?

R.: Não. Não teve.

8 – Você estudava como?

R.: Então... Ela aprendia pouquinho. Tudo que ela pegava. Aprender, aprender ela não aprendia do ouvinte.

9 – Você tem dificuldade para interpretar texto?

R.: Ela não conhece todas as palavras. Algumas sim.

10 – Foi a primeira vez que você fez vestibular na UFS?

R.: Sim.

11 – Por que você decidiu estudar na UFS?

R.: A família.

12 – O que você achou do vestibular? Foi bom, foi ruim...?

R.: É, estudar, aprender.

13 – É importante a presença do interprete de Libras? Por quê?

R.: Sim. Porque na Libras ela entende. O professor fica lá falando e o ouvinte aprende normalmente e ela não entende nada.

14 – Por que você escolheu o curso de Ciências Contábeis?

R.: Ela não escolheu. Ela disse que foi a interprete que achou que o curso de Ciências Contábeis era bom pra ela. Porque ela perguntou, é bom? É ruim? É difícil? Ela disse que é normal, é fácil. Ela disse que tinha matemática, e ela viu que quando você começou a estudar viu que a disciplina era difícil... Aí ela decidiu mudar porque não gosta das disciplinas, teve muita dificuldade no primeiro semestre.

15 – Você consegue se comunicar bem sem a interprete, na biblioteca, na xerox, na UFS como um todo?

R.: Por exemplo, na lanchonete mais ou menos.

16 – Quando você não consegue o que faz?

R: Por exemplo, se a pessoa falar rápido ela não entende. Mas, se a pessoa falar diretamente pra ela, ela entende.

17 – Quando a interprete não ia, o que você fazia? Aconteceu isso?

R: Nada, ia pra casa.

18 – Como era o seu relacionamento com os colegas ouvintes na sala?

R: Era bom, ela gostava.

19 – E com os professores, eles eram acessíveis, tiravam as dúvidas ou nunca precisou deles?

R: Alguns professores perguntavam se ela tinha dúvida, e auxiliavam no que precisava, outros não.

20 – Como você avalia a experiência em estudar na UFS? É boa, é ruim, apresenta muita dificuldade?

R: Ela acha um pouquinho difícil, porque é muito diferente do Ensino Médio.

21 – Com relação à inclusão do deficiente auditivo na UFS, qual sua sugestão para melhoraria?

R: Ela disse que seria bom se os professores tivessem conhecimento da Libras.

22 – Obrigada.

R.: Nada.

ANEXO E

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas
Autora: Priscila Dantas Fernandes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – aluno Alan

1 - Idade?

R.: 33.

2 - Qual o nível de sua perda auditiva?

R.: É bilateral, no direito é profundo e no esquerdo é parcial, profundo moderado.

3 - Qual foi a causa da sua deficiência? Quando ela ocorreu?

R.: Neurosensorial. A partir de 2002, a perda neurosensorial é perda natural.

4 - Teve algum fator?

R.: Teve, um fator que foi a exposição de barulhos intensos no trabalho.

5 - Em que você trabalha?

R.: Minha última profissão era ótica. Então, no laboratório ótico tinha aquelas mangueiras de ar comprimido.

6 - Lá você usava algum aparelho de proteção?

R.: Usava, mas mesmo assim, a audição do ouvido direito tava mais prejudicado que o esquerdo, aí fui perdendo. Mas de qualquer forma, eu não estando exposto a nenhum barulho, eu poderia perder naturalmente. É como se eu tivesse nascido com a audição já velha, o médico disse que eu escuto como uma pessoa de 80 anos, ele disse: ‘olhe, você nasceu com a audição já envelhecida’. E qual a tendência? Envelhecer mais rápido, porque é natural que todo ser humano ele perde, mas no meu caso, eu nasci com a audição já bem desgastada.

7 – Você usa Libras?

R.: Não, me comunico normal.

8 - Você fez algum curso pré-vestibular?

R.: Não, nunca fiz não, estudei sozinho.

9 - Por que decidiu estudar na UFS?

R.: Porque a UFS abriu vagas para deficientes e ia facilitar mais ainda a minha entrada na Universidade, porque a concorrência seria menor e também eu não estava totalmente preparado pro vestibular, eu estudei sozinho, mas as matérias de peso eu me destacava e em

outras matérias não. Mas como eu concorri comigo mesmo, então, não tive nenhum problema, fui o único escrito, então, não precisava estudar tanto as outras matérias. Estudei bastante Química, Física e Matemática, as outras matérias, como História, Geografia eu não estudei muito não.

10 - Foi a primeira vez que você fez vestibular?

R.: Foi, foi a primeira vez. Fiz misturado com os outros candidatos, estava no edital, apenas perguntaram e eu tinha que solicitar por escrito alguma condição, sentar na frente ou alguém me pegar em casa, mas isso aí é questão de locomoção, eu apenas sentei na frente, não precisei solicitar algo de especial não para fazer a prova. Da mesma forma durante o curso, eu não preciso assim, de um atendimento especializado porque eu sou deficiente, MS eu mesmo, por conta própria, eu sento na frente.

11 - Você tem alguma dificuldade?

R.: Não. A única coisa errada é que, me parece que a maioria dos professores na Universidade eles não sabem, eles não tem assim na lista de chamada a preocupação de quantos alunos deficientes tem, eles nem sabem que tem aluno deficiente auditivo na sala. Às vezes chego na sala e olho já tem gente sentado na frente e principalmente em algumas didáticas, é bem pequenininha, aí não tem como eu ficar na frente, aí eu sou obrigado a sentar atrás. Isso me atrapalha, porque às vezes a pessoa senta na frente, porque a pessoa entende que sentando na frente aprende mais, mas não tem nada a ver a distância, mas pra mim tem a questão da distância, quanto mais distante eu fico do professor, eu escuto a voz dele, mas as palavras ficam meio confusas e só consigo assimilar bem quando ele escreve no quadro, aí eu sei o que ele está fazendo, mas na hora da explicação eu fico me batendo. Para evitar isso, eu chego cedo e já pego logo um lugar.

12. Nas matérias de exatas, você sente alguma dificuldade?

R.: Não, não sinto dificuldade.

13. Você já reprovou em alguma disciplina?

R.: Já, foi devido ao trabalho, ao antigo emprego que eu tinha, eu trabalhava viajando. Logo no primeiro semestre você não pode selecionar matéria, você tem que pegar tudo aí eu não consegui conciliar, foi só o fator tempo. Eu vinha pra cá e meio-dia tinha que ir pra Itaporanga, eu trabalhava em uma indústria lá, eu era técnico químico, eu entrava 2 da tarde e saía 10: 30 da noite e no outro dia tinha que vim de novo, isso de sábado a sábado e só tinha o domingo pra estudar, 6 matérias de uma vez. Aí eu fui reprovando em algumas matérias, não pela deficiência auditiva, mas fator tempo.

14 - Por que você escolheu esse curso?

R.: Antes, minha profissão era ótico, técnico ótico, eu fazia lente de óculos e isso é comércio, a tecnologia nesse ramo me tirou do mercado, a não de obra de técnico já ficou desqualificado, não era contratado, eles pegavam qualquer um, qualquer pessoa para operar máquinas. Algumas pessoas operavam máquina sem ser técnico, então era mais barato, aí nisso, fui obrigado a criar outra profissão, fui estudar o curso técnico de química, me formei e entrei na Universidade pra conciliar meu curso superior com meu curso técnico.

15 - Quais são os fatores que você considera que contribuíram para seu ingresso na UFS?

R.: As cotas. As cotas me ajudou, antes eu fiz umas provas lá em Lagarto, no Cefet de lá e eu queria fazer automação, aí eu passei e depois fiz o vestibular daqui, só que eu não quis ir pra

lá por causa da distância e o tempo, por causa do trabalho. Morar em Aracaju, trabalhar em Itaporanga e ir pra Lagarto, aí eu escolhi ficar aqui. Ajudou assim, de facilitar a concorrência, mas mesmo que eu tivesse uma audição perfeita, fosse normal, sadio, eu teria estudado mais pra entrar, mas facilitou. As cotas facilitou nesse parâmetro aí, como eu não estava bem preparado, a primeira vez que eu ia fazer vestibular, a concorrência só foi minha mesmo.

16 - As cotas te favorecem?

R.: Sim. Se uma pessoa perde uma parte do seu corpo, ela é considerada deficiente, mas quem vai avaliar a intensidade dessa deficiência é a junta médica e a instituição, elaborando leis pra isso. É tanto que na Universidade tem uma portaria que fala a classificação das deficiências. Tem pessoas quem tem deficiências, mas elas podem atuar sem nenhum problema de exclusão, ela não se sente excluída, mas tem pessoas que tem deficiência e tem dificuldade em certas coisas. No caso, um cego, não ter a pista de borracha, algumas didáticas ter sinalização em Braille e para os deficientes auditivos, os assentos, a questão da distância dos assentos, aí a pessoa se sente excluída em alguns aspectos, mas tem pessoas que tem perda de um membro que não tem necessidade de se enquadrar nesse sistema de cotas.

17 - Você passou pela junta médica? Como os médicos lhe avaliaram?

R.: Eles não consideraram que eu era deficiente não, pelo fato de eu ter ainda uma audição, mas o decreto dizia que eu me enquadrava, eu estava dentro do padrão e aí eles tiveram que buscar informações com o advogado. Perceberam que eu ouvia bem, mas eu é que sei a minha dificuldade e os exames diziam até que ponto eu estava dentro da perda e os médicos depois aí me liberaram. O advogado pegou a portaria que eles usaram e aí eles me classificaram como deficiente. Em outros lugares eu não sou considerado deficiente.

18 - Você pode dá exemplos?

R.: Por exemplo, alguns concursos públicos não me consideravam como deficiente, um tempo atrás, o Senai também. Geralmente eu faço curso direto lá no Senai, cada curso lá, ele tem uma vaga pra deficiente de graça, eles implementaram isso aí agora. O Cefet tinha as cotas, aí tirou, o Ifes, eles não têm mais cotas, eles tiraram. A última vez foi em 2008 e em 2009 já não teve mais cotas.

19 - Você sofreu ou sofre algum preconceito na UFS ou fora dela?

R.: Eu só sentia no trabalho, foi o único lugar... No trabalho anterior, na indústria eu não conseguia ouvir direito e tinha que tirar o plug do ouvido, e às vezes, quando as pessoas me viam, aí faziam: “hã? hã? hã?”. Aí eu falei com a gerente e disse que ia processar, aí quando a gerente percebeu que o negócio ia ficar grave pra eles lá, falaram com o pessoal. Não foi pessoas assim, de baixo escalão, não foi pessoas de alto escalão, supervisores, a chefia que tirava esse tipo de ‘brincadeira’ comigo: “chame o surdo ali”, às vezes falavam comigo gritando, eu bem próximo assim e eles falavam comigo gritando. Era um tipo de preconceito, mas depois que eu disse que eles poderiam receber um processo por conta disso, eles pararam de fazer esse tipo de coisa. Na Universidade nunca sofri não.

20 - Como é sua relação com os outros alunos?

R.: Normal. Muitas das vezes eu preciso me posicionar, se eu estiver aqui desse lado eu não lhe ouvir direito, tenho que sentar desse, na direção do ouvido. Se eu estiver aqui, eu vou ter que inclinar a cabeça. Geralmente quando ando com alguém, eu sempre ando do lado que eu posso ouvir melhor, porque se eu ficar do outro, eu posso ouvir ele falar, mas eu não vou entender a voz, vou ter que ficar inclinando a cabeça do lado do ouvido que eu escuto melhor.

21 - Como é sua relação com os professores?

R.: Quando eu tenho dúvidas, peço ao professor, mas não é com relação à audição não, é entendimento mesmo. Às vezes peço ajuda alguns colegas: “o que foi que ele disse mesmo?”. Talvez o professor desconheça que tem ele tem um deficiente e não está pronto, disponível para atender esse tipo de pessoa. Geralmente tem professores que se colocam disponíveis: “eu vou está no departamento tal hora, quem quiser ir pra tirar dúvidas, pode ir lá”. Mas outros não, não se dispõem. Se eles tivessem uma relação de quantos deficientes auditivos tem na sala, eles poderiam se planejar para dar uma disponibilidade de atendimento, aí seria melhor.

22 - Você já foi atrás de algum professor para tirar dúvidas?

R.: Sim. Pela deficiência, porque eu não escutava direito e como as salas, muitas das vezes, é cheia de gente e muito misturado, você nunca conhece todo mundo. Os ventiladores também não ajudam, fazem muito barulho.

23 - Essa procura foi quando você entrou ou foi no decorrer do curso?

R.: Foi depois de 1 ano. É porque têm salas que as didáticas geralmente são pequenas elas salas aí pequenas demais, fica muito cheia e eu não consigo ouvir. Mas no começo, foi nessas didáticas novas, as salas são maiores, aí tem mais assentos pra você ficar na frente, mas essas antigas, são pequenas. Tem uma sala aí que tem 74 alunos, se eu não chegar umas 6:30 da noite, se eu chegar 7 horas, já tá tudo cheio.

24 - Você tem dificuldade para ler ou interpretar textos?

R.: Não.

25 - Qual a sugestão que você pode dar a UFS com relação à inclusão dos deficientes auditivos?

R.: Essa parte dos professores primeiro tomar conhecimento de quantos alunos tem deficiência, os auditivos, os cadeirantes e prestar atendimento, eles se planejam um tempo disponível pra essas pessoas. Na sala de aula, eles souberem que alguém tem uma deficiência, deixar um assento preferencial. Antes de começar a aula, perguntar se tem deficiente auditivo, problema de audição, aí falar pro aluno sentar na frente, a estrutura também que já tá melhorando.

26 - Como são as aulas das disciplinas?

R.: Normal, o professor dá aula. Mas, as vezes dificulta, o professor tá com pressa de dá aula e não quer interromper e não dá um tempozinho pra ninguém perguntar, geralmente os professores ficam apressados pra dá a aula, dá o conteúdo rapidamente, principalmente os da noite.

27 - Teve algum conteúdo nas disciplinas que você teve dificuldade?

R.: Foi em Geometria Analítica, a professora na época tinha muito aluno reprovado de outros cursos, sala muito cheia. Ela falava rápido demais e eu também não conseguia ficar na frente. A dificuldade que encontrei foi essa na disciplina de cálculo.

28 - Como é a avaliação nas disciplinas?

R.: É prova escrita. Na área de exatas, eles passam prova e as únicas aulas que eles passam em grupo, é experimental, Química Experimental, que é nos laboratórios, como os laboratórios são pequenos, ai tem a necessidade de fazer os trabalhos em equipes, não dispõe de equipamento para as aula de laboratório.

29 - Você já sentiu dificuldade nessas aulas de laboratório?

R.: Eu particularmente até agora não. Já fiz duas matérias de Química Experimental e não senti dificuldade não. Porque eu procuro sempre me posicionar, ficar na frente pra ouvir o professor.

30 - Você consegue se comunicar bem nos diversos ambientes da Universidade?

R.: Sim.

31 - Se você não fosse deficiente acha que mudaria algo em sua vida?

R.: Mudaria. Mudaria na questão de saber que um dia você vai ficar se limitando, eu vivo assim, eu tenho problemas na minha audição, eu sinto dores todos os dias, tem um zumbindo constante no meu ouvido, eu só consigo dormir por causa do sono, eu estou aqui nesse ambiente, eu não consigo escutar, mas se eu tiver num ambiente trancado ou quando vou dormir, fica aquele zumbido constante e dores. Isso mostra que eu tenho problemas e isso aí vai se agravando a medida do tempo. Se eu não fosse deficiente, não estaria me preocupando com isso. Até o momento eu não uso aparelho, mas vai ter um momento que eu vou ter que usar e também eu me envergonho um pouco do meu problema, eu não uso aparelho porque eu não gosto de ser visto como deficiente... Eu acho que se as pessoas me verem com o aparelho, vão me olhar diferente, principalmente nas entrevistas de emprego, olham você com aparelho e eliminam logo você.

32 - Já ocorreu assim: você faz a entrevista sem ser pra deficiente auditivo e quando foi depois descobriram?

R.: Já aconteceu várias vezes, umas dez indústrias já passei por isso. Na AmBev apresentei meu trabalho, gostaram, fiquei preocupado em responder as perguntas que eram meio estranhas da minha vida pessoal, que não tinha nada a ver com minha vida profissional e eu esqueci de falar e eles descobriram que eu era deficiente, aí acharam que agi de má fé com eles, mas não foi verdade. Até hoje, eles quando olham meu currículo lá, eles não me querem porque acham que agi com mau caráter... Passei por isso na AmBev, na Votorantin, Santista, uma empresa de petróleo também.

33 - O que você espera daqui pra frente, com relação à Universidade e a sua deficiência?

R.: Eu tô correndo atrás enquanto tenho tempo porque eu sei que um dia vou tá limitado, então, tô correndo atrás da formação superior pra que fique mais fácil minha vida profissional lá fora, eu tenho esse prisma de visão. Se eu me preparar cada vez mais aqui no ensino superior, a minha vida lá fora facilita mais e buscando conhecimento o quanto eu puder, faço vários cursos em várias áreas, mas não faço pra atuar profissionalmente, faço pra adquirir conhecimento, pra facilitar o meu curso superior. Estudo área de eletrônica, automação, metrologia, isso tudo eu agrego a minha formação superior e também a minha área profissional, não fico limitado a um tipo de conhecimento. Onde eu chegar, bater o olho, eu sei o que aquilo se refere, eu sei como funciona aquele sistema, aquele processo, não fico só na Química, preso em laboratórios, eu posso atuar na área externa. Eu tenho capacidade pra assimilar conhecimentos. Por isso que eu não gosto de me ver como deficiente, porque a partir do momento que eu começar a me ver como deficiente vou me acomodar e as pessoas não vão me olhar como uma pessoa capacitada. Então eu procuro tirar essa visão das pessoas, eu tenho capacidade, tenho inteligência, sou limitado a uma deficiência na minha vida, mas não impede de eu atuar em qualquer área não.

34 – Obrigada.

R.: Por nada.

ANEXO F

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas
Autora: Priscila Dantas Fernandes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – aluno Fábio

1 - Idade?

R.: 30 anos.

2 - Qual o nível de sua perda auditiva?

R.: Meu ouvido direito tá com severa moderada e a esquerda, severa profunda.

3 - Qual foi a causa da sua deficiência? Quando foi que ela aconteceu?

R.: Na verdade, para alguns essa pergunta é simples. Quando eu nasci, tava sadio e foi a partir dos 5 anos em diante que minha avó percebeu que eu não escutava direito, fui ao médico e ele descobriu: “Ói, seu neto é deficiente, surdo.” Primeiro ele respondeu surdo, mas depois fui pra outro médico pra saber qual o tipo de deficiência eu sou, é deficiência auditiva, mas não é surdo. Mas o médico que era clínico geral recomendou a minha avó me levasse para um otorrino para ele avaliar qual o tipo de perda. E até hoje eu uso aparelho auditivo.

4 - Esse é o seu primeiro aparelho?

R.: Meu primeiro aparelho eu tinha de 6 a 7 anos de idade e de lá pra cá já usei alguns aparelhos, testamos alguns adequados para minha audição.

5 - Qual foi a instituição de ensino médio que você cursou?

R.: Eu sempre estudei em escola particular, desde a alfabetização.

6 - Aqui em Aracaju?

R.: Bom, de maternal até infantil em uma escola no Conjunto Eduardo Gomes na cidade de São Cristóvão... No ensino fundamental também foi no Eduardo Gomes e do Ensino Médio até o Assistente, estudei no Colégio Professora Carlota, mas a escola faliu, aí estudei até o 1º ano científico. Devido à eu estar precisando de emprego, eu estudei em um colégio supletivo, no Colégio Dom Jose Thomaz, aí fiquei trabalhando e estudando no supletivo a noite.

7 - Você tinha dificuldade?

R.: Antes eu tava com dificuldade, a minha fala, mas graças a minha mãe me levou pra uma psicopedagoga, melhorei minha fala e a comunicação.

8 - Você foi para algum fonoaudiólogo?

R.: Fui pro fonoaudiólogo, a minha medica na época me atendeu desde pequeno até o dia que ela se aposentou. Foi ela que me encaminhou pra escola particular, foi essa primeira médica que me ajudou.

9 - Hoje em dia você tem fonoaudiólogo?

R.: Eu tenho fonoaudiólogo, vou de 6 em 6 meses para poder fazer a avaliação da minha perda auditiva.

10 - A sua perda auditiva permanece a mesma de quando você tinha 5 anos?

R.: De 6 em 6 meses tem que fazer exame pra saber como está a perda auditiva. Nessa vida humana a gente passa por vários problemas, quanto mais problemas, a pessoa se altera, perde a audição, como por exemplo, problema família, problema de trabalho, estresse e isso dá problema... Nesse momento minha audição teve uma recaída, caiu de 76 para 85%, devido aos problemas.

11 - A partir de quando ocorreu isso?

R.: Dos 20 anos em diante.

12. No decorrer da escola, seja no nível infantil ou fundamental, você tinha pessoas capacitadas que lhe ajudavam?

R.: Não, eu estudava em escola normal e a diretora da escola e os professores agiam com preconceito comigo. Sofri preconceito por não permitir eu estudar na escola normal. Eu estudei sempre em escola particular normal... Bem, na escola do maternal até o infantil foi a primeira escola que me permitiu estudar, foi tranquilo, me atendeu bem, me acompanhou, até minha psicopedagoga teve lá, conversou com a diretora para saber meu comportamento. No ensino fundamental de 5ª a 8ª série foi um quebra de aceitação, não aceita.

13. Mas você ouvia e qual o problema em você estudar naquela escola normal?

R.: Eu fui a primeira pessoa a estudar na escola particular com deficiência auditiva. Eu escuto bem quando estou na frente do professor ou professora, porque no fundo não ajuda, eu tenho que sentar da frente até o meio. A minha psicopedagoga conversou com meus professores.

14. Você teve algum suporte?

R.: Não, nunca tive suporte na minha vida, eu tive suporte através da psicopedagoga, eu ia para o médico toda tarde. Na escola não tinha suporte, só apoio, que a professora ia dizendo: “assim, assim...”. O que mais dificultava na sala de aula, nos estudos era só a redação, eu li muito, mas não consigo interpretar direito, em todas as disciplinas eu passava, mas todo final do ano eu sofria com redação, eu quase reprovei por causa de uma redação... A professora de redação me castigava muito, eu lia muito, lia muito, mas tinha muita dificuldade em redação. Eu li muito, mas não consigo criar um texto.

15 - Antes de ingressar na UFS, você fez algum pré-vestibular?

R.: Fiz pré-vestibular no Colégio Expocurso, estudei e passei de primeira na UFS.

16 - Como era sua relação com os professores e com os alunos? Você tinha dificuldades?

R.: Nunca tive dificuldades. Conversei com o diretor e ele conversou com os professores. Eu só não sentava na primeira fila, sempre sentava até a quarta fila, mas não na primeira.

17 - Quando você tinha dificuldades, procurava os professores em particular?

Não, eu procurava meus colegas de sala de aula pra ajudar.

18 - Por que você decidiu estudar aqui na UFS e não em outra instituição?

Bom, minha força de vontade e pela tranquilidade, porque instituição particular devido minhas condições financeiras.

19. O que você achou do vestibular aqui da UFS?

R.: Foi um pouco pesado, pra quem estudou muito não foi muito profundo, a prova foi razoável. Pra mim foi fácil porque eu estudei, mas tive dificuldade em Redação.

20. No vestibular, você teve concorrente?

R.: No curso que eu optei, tinha uma única pessoa, eu, só, não tive concorrência. Eu gosto mais de Engenharia, porque é através de cálculos. Quando parei para pensar, tomei logo a decisão e escolhi Engenharia porque é alto nível. Aproveitei esse novo curso, que abriu em 2007, mas na verdade, eu queria Engenharia Civil, mas é muito concorrido, aí eu não conseguiria passar. Por isso, optei pela Engenharia de Produção, curso novo que eu tinha chances de passar e passei.

21 - Você está em que período?

R.: Bom, devido a minha dificuldade, eu era pra estar no 5º período tranquilamente. Como os professores não valorizam, não abraçam, a Universidade também não abraça, eu estou no 2º período.

22 - Quais são os fatores que você considera que contribuíram para seu ingresso na UFS?

R.: Foi por mim mesmo, pela minha força de vontade porque eu gosto de estudar e também crescer profissionalmente. Foi pelo meu estudo mesmo.

23 - Mesmo se não tivesse o programa de cotas, você tentaria entrar na UFS?

R.: É muito difícil, é muita concorrência devido a quantidade de candidatos.

24 - Você optou estudar na UFS por causa das cotas?

R.: Sim, porque facilitou o meu acesso.

25 - Como foi o seu primeiro semestre?

R.: Foi diferente, eu conheci pessoas novas, pessoas diferentes de cada nível. Conheci minha turma, nos conhecemos e depois outros grupos da Engenharia de Produção mesmo fizeram um trote com a gente, cara melada, cara pintada.

26 - Você teve algum problema devido a sua deficiência?

R.: Um professor soube que tinha um aluno com deficiência e apresentou para turma, e a turma toda ficou de boca aberta.

27 - Qual foi a reação deles?

R.: No início me trataram bem, aos pouquinhos foi diminuindo e me afastaram, me excluíram e depois quando precisavam, vinham atrás de mim. Hoje em dia, as pessoas, nem cego respeitam. Eu trato com eles normal, mas eu sou normal, eu não tenho culpa para ser deficiente, eu nasci assim, não tenho culpa. As pessoas ficaram besta depois quando o professor me apresentou: “Ói, vou apresentar vocês, tem um aluno que tem deficiência auditiva, o nome dele é...”. E todo mundo ficou de boca aberta, porque eu sou a primeira

pessoa com deficiência fazendo o curso de Engenharia. Em relação ao comportamento dos colegas, só a amizade inicial e aos poucos foi diminuindo.

28 - Mas você acha que essa “exclusão” foi devido a sua deficiência?

R.: Pode ser devido a minha deficiência e também através de grupinhos que se formam e depois separam para estudar.

29 - Tem pessoas que você anda hoje?

R.: Algumas, mas eu me sinto excluído...

30 - Quais foram as dificuldades encontradas para você permanecer na UFS?

R.: Os professores... Os professores. Eu tenho muita dificuldade em sala de aula com os professores que não dão atenção a mim. Eu tive grandes professores em outras disciplinas que explicavam bem, mas eu tive outro que eu reprovei na mão dele.

31 - Você acha que sua dificuldade é devido à deficiência ou são as disciplinas que são difíceis mesmo?

R.: Como eu gosto muito de cálculo, Matemática, Cálculo I, Cálculo II, Cálculo III, Álgebra Linear, Física A, Física B, Física C, tudo é cálculo, mas isso aí é devido a vários problemas que dificulta, é difícil, mas eu gosto de cálculo. Eu reprovei 3 ou 4 vezes, mas devido ao professor, ele passava para fazer exercícios, eu fazia, quando não sabia pedia ajuda aos colegas e quando não ajudavam eu me virava.

32 - Você já foi atrás de algum professor para pedir ajuda?

R.: Pedi, mas ele falou: “Vá no departamento e fale com o monitor” e pronto. Aí eu fui no Departamento, falei com o coordenador e ele disse: “Olhe, não posso fazer nada não, vá lá no DAA, procure o responsável para poder conseguir uma pessoa para você”.

33 - Algum professor lhe ajudou?

R.: Nenhum professor. Eu fui no Departamento de Matemática falar com o monitor, marcamos, mas quando foi no dia ele faltou, em 3 semanas, 3 dias ele faltou. Aí fui no Departamento, falei, mas aí mandaram eu ir a junta médica para poder pedir uma pessoa para me acompanhar... Procurei mais de um professor e nenhum deles quis me ajudar. Minha deficiência não ajuda, e os professores também não.

34 - O que você faz em sala de aula para se ajudar?

R.: No final da aula eu peço para o professor me ajudar, sento na frente, às vezes, porque na frente eu não me sinto bem, eu tenho que ficar na 4ª cadeira da fila, porque fica melhor pra mim, eu consigo fazer a leitura labial, ver os gestos dos professores e entender, mas na hora da prova eu me lasco, porque é difícil e os professores não querem me ajudar e também pela dificuldade de encontrar monitor.

35 - Qual o semestre que você teve mais dificuldade?

R.: Todo semestre, com os cálculos tive dificuldades, reprovei em várias vezes em Vetores e Geometria Analítica, e estou devendo agora Química I. Vetores eu reprovei pela 4ª vez.

36. E esse semestre, antes da greve, como foi?

R.: Foi tranquilo, mas um pouco de dificuldade em ICC (Introdução a Ciência da Computação)... Ele explica bem, dá atenção, mas quando eu peço, ele não me dá atenção, quando eu peço: “professor, assim, assim e assim, ele não dá atenção”. A metodologia do

professor, ele não passa, assim, o assunto muito detalhado, passa alguns resumos e é aí onde eu passo um pouco de dificuldade. Mas a professora de Química, ela é ótima. Quando preciso, ela me ajuda, ela é boazinha.

37 - Os professores sabem que você possui deficiência?

R.: Eles só sabem depois que me veem, quando veem o aparelho. Todo semestre eu falo aos professores, mas eu percebo pelos gestos do rosto, ficam gesticulando, é sinal de “não quero ajudar”, de “não quero atender”. É falta de consideração.

38 - Você já sofreu preconceito por parte de algum professor ou por parte de algum aluno aqui na UFS ou fora dela?

R.: Fora sim, mas por parte dos universitários não. Quer dizer, por algumas pessoas, não todas, algumas. Assim, olha pra mim e não quer falar porque estou usando aparelho auditivo. Teve até uma pessoa que ia falar comigo, mas olhou viu o aparelho e saiu. As pessoas acham que sou bobo, eu não sou, me engana que eu gosto. Os colegas da minha turma me tratam bem, normal.

39 - Como você avalia sua experiência em estudar aqui na UFS?

R.: Uma experiência que tem que estudar sozinho, pesquisando, se virando, sem auxílio de ninguém. Quando o assunto é muito chato, eu mando e-mail para os professores e dificilmente os professores dão a resposta.

40 - O que você acha que deveria ter aqui na UFS, para pessoas com deficiência auditiva que não tem?

R.: A Universidade Federal de Sergipe precisa abraçar e botar um suporte para pessoas com deficiência, para atender e saber qual a dificuldade que o aluno tá. Eu por exemplo, passei por muita dificuldade, fui no DAA, fui no Departamento de Matemática e fazendo pingue-pongue. Graças ao professor [...], ele me orientou, me ajudou, ele é meio nervosinho, meio afobadinho, mas me ajudou com minha dificuldade e falou: “Olhe, vai lá, fala com o professor e se ele não fizer, me diz que eu vou denunciar, se você não conseguir, te aconselho que vá pra junta médica, faça o relatório para o médico te encaminhar pro Departamento de Matemática”. Bom, o departamento recebeu e nada foi obedecido. Aí eu fui procurar a coordenação do curso de Engenharia de Produção, falei com a professora lá: “professora, aconteceu assim, assim e assim” e ela falou: “eu não tenho autonomia pra mandar nos professores do Departamento de Matemática, eu aconselho que você vá lá e converse”. Aí falei: “professora, a senhora como coordenadora e com um aluno com deficiência dentro do curso da senhora como coordenadora estou passando dificuldade, não é porque eu sou preguiçoso não, porque eu gosto de estudar, é porque estou passando dificuldade por causa da minha deficiência”. E ela respondeu: “é porque eu não tenho autonomia, só basta você estudar”. A UFS precisa de muita melhoria, devido o ruído do ventilador velho, precisa de ventilador novo e também de um suporte dentro da UFS. Minha dificuldade em sala de aula é através de ruídos, ou seja, o ventilador é o que mais atrapalha. Quando desliga, o ambiente é silencioso e compreendo a explicação dos professores. O ventilador é ruim, é peba, tá parecendo o to-tó-tó de Aju pra Barra, ventilador velho da década de 80. Bom, dois professores me ajudaram bastante aqui na UFS, a professora foi a primeira pessoa que me ajudou, foi quem colocou moral na cara de muito professor. Agora, não sei por que, como uma pessoa em pleno estado de consciência, como a professora não tem merecimento nenhum, eles têm preconceito, discriminação, falta de respeito, não me ajudaram. Eu procurei os colegas, procurei monitor, mas só eu mesmo se virando. O governo deu as cotas, mas não garante a permanência, não abraça. A Universidade precisa dá atenção a eles, precisa abraçar,

precisa dá um suporte para poder melhorar. Não é porque eu sou preguiçoso, eu tenho força de vontade para estudar, o que estou tendo é a dificuldade é com o professor. A UFS precisa de muita melhoria, suporte, acabar com os ruídos, melhorar muita coisa...

41 - Você tem dificuldade em ler e interpretar textos?

R.: Não tenho dificuldade em ler, mas sim em interpretar e criar um texto. Na Redação aprendi: introdução, desenvolvimento e conclusão, através de coesão, coerência, essas coisas todas, isso daí eu já sei, mas na hora de produzir. Eu preciso de uma pessoa que entenda de redação. Fiz dois concursos e teve redação e por isso não consegui passar... Eu leio muito, leio jornal, gravo muito vocabulário, mas acredito que devido a meus problemas com a família, atrapalha muito...

42 - Quais são as sugestões que você dá a UFS com relação a inclusão de pessoas com deficiência auditiva?

R.: Precisa melhorar o suporte, não tem suporte. Precisa de pessoas especializadas, preparadas para atender as pessoas com deficiência, precisa saber o tipo de deficiência precisa ser atendida, ver a estrutura, tudo isso a Universidade precisa... O reitor não abre o olho.

43 - Como é realizada a avaliação nas disciplinas?

R.: A avaliação é muito rígida. Eu tenho que obedecer a mesma base de uma pessoa normal, eu tenho que aprender a viver isso, eu tenho que aprender com a proposta de metodologia do professor, se houver muita dificuldade, eu tenho que conversar e entrar num acordo com o professor, mas tenho que ser igual a todo mundo, igual a base.

44 - Você teve problema em alguma avaliação?

R.: Tive com um professor, mas ninguém gostava dele. A metodologia que ele escreveu, mas não cumpriu, assim, ele passou datashow, nootebook para usar em sala de aula, nos dias das aulas, ele não levou, só levou pequeno caderno de desenho, mas não passa nada muito detalhado, ele passa muito resumo e muito complicado, muito aprofundado. Outros passam trabalhos que dá pra fazer em grupos, outros individuais, provas.

45 - Você consegue se comunicar com todo mundo em todos os ambientes da UFS, Xerox, biblioteca, resun?

R.: Sim, muito bem, com humildade.

46 - Você acha que não fosse deficiente auditivo mudaria algo em sua vida? Se sim, o que mudaria?

R.: Sim, eu seria uma pessoa normal, como as outras pessoas. O ruim é o não saber o porquê eu perdi minha audição [...] é um direito meu saber, porque fico desconfiado sem saber o que aconteceu comigo...

47 - Você acha que se não fosse deficiente conseguiria terminar o curso com mais facilidade?

R.: Se eu não fosse deficiente terminaria o curso logo, se eu fosse normal eu tava perfeito, seguindo pra frente e não pedia auxílio de ninguém, eu estaria de outra forma, como você, fazendo pesquisa, entre outras coisas, porque pode surgir empecilhos.

48 - Qual o seu primeiro emprego?

R.: Foi a empresa dos Correios, sem qualificação e sem capacitação, não foi estágio, foi emprego normal, mas para pessoas com deficiência, trabalhando em qualquer serviço. Depois

fui fazer técnico de segurança, eu fiz o curso e passei. Estou trabalhando em uma empresa onde comecei como estagiário e depois permaneci, o dono disse que precisava de mim lá e ganho razoavelmente. Mas a empresa não dá vaga para pessoa com deficiência, eu entrei como emprego normal.

49 - Na empresa você sofre preconceito?

R.: Não.

50 - O que você espera daqui pra frente na Universidade?

R.: Lutando, lutando, lutando, até me formar. Eu creio que vou sofrer daqui pra frente desses mesmos problemas, fazer o que não é?

51 - O que você pretende fazer para conseguir terminar o curso na UFS?

R.: A única coisa é estudar e seguir pra frente, a Universidade continua do mesmo jeito, sem um suporte, sem nada. Vou continuar sozinho, pedindo aos colegas ajuda e procurar os professores e mais nada. A UFS é 100% problema. Quando entrei aqui, pensei que ia ter ajuda, mas não tenho. De 2010 pra cá, nada teve, precisa de melhoria. A minha vida na Universidade foi um pingue-pongue, o que me deixou triste foi o Departamento de Engenharia de Produção, com a coordenadora e ela também é professora do curso.

52 - Obrigada.

R.: Por nada.

ANEXO G

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas
Autora: Priscila Dantas Fernandes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – professor João

1 - Idade?

R.: 28.

2 - Sua formação?

R.: Graduação em Matemática Bacharelado e Mestrado em Matemática Pura.

3 - É professor efetivo ou substituto?

R.: Substituto.

4 - Quanto tempo trabalha aqui?

R.: Eu trabalhei aqui 1 ano, de 2008 a 2009 e estou aqui a 2 anos.

5 - Na sua formação, você teve a preocupação em buscar alguma especialização para dar suporte ao aluno com deficiência?

R.: Não. Sou bacharelado, não tem nenhuma disciplina na área da licenciatura, Didática...

6 - O que você sentiu quando soube que tinha aluno surdo/deficiente auditivo em sua sala de aula?

R.: Eu senti que ia ser complicado porque não saberia como me reportar diante da situação, como por exemplo, me comunicar.

7 - O senhor soube antes ou no primeiro dia de aula?

R.: Não, só no dia mesmo.

8 - O que você sabe alguma coisa sobre deficiência auditiva?

R.: Nada.

9 - Você sabe qual é o tipo e o grau de perda auditiva do seu aluno? Se sim, explique.

R.: Não, mas acredito que seja severa, porque eu percebi que ela usa aparelho e mesmo com aparelho escuta muito mal.

10 - Qual a sua forma de comunicação com a aluna?

R.: Ou com a tradutora... Quando está a tradutora, é óbvio que... Mas quando está só a gente, basicamente escrita e uso de gestos. Mas a verdade é que não dá para acontecer a comunicação.

11 - Não dá por quê?

R.: Não dá porque como eu vou explicar matemática se eu não sei sinais, não dá.

12. O senhor acha que se soubesse Libras seria mais fácil?

R.: Ah, muito mais fácil, com certeza.

13 - Quando a intérprete falta, o que o senhor faz? Utiliza alguma estratégia?

R.: Não tem estratégia nenhuma porque não dá. Porque não tenho como me comunicar.

14 - E sua relação com os outros alunos?

R.: É mais fácil, porque com ela eu não tenho como me comunicar. Acho que a maior dificuldade é que eu não sei Libras e não tem o que fazer. Eu não posso toda vez que for tirar alguma dúvida, ficar escrevendo, senão passo a aula toda fazendo isso e tenho um cronograma a cumprir.

15 - O senhor disponibiliza horário extra para atender os alunos?

R.: Já disse que quando tivessem dúvidas, após a aula tirassem as dúvidas. Mas por ela, só fui procurado uma vez.

16 - O senhor acha que ela apresenta dificuldades no processo de aprendizagem? Se sim, quais?

R.: Sim. Bem, eu acho que é natural porque tem o fato de eu não saber me comunicar com ela e eu acho que o aprendizado, pelo estou vendo, é um pouco diferente, demora mais para conseguir entender. O raciocínio é diferente.

17 - Você acha que existe a necessidades de alguma adaptação curricular para os alunos surdos/ deficiente auditivo?

R.: O que eu acho é que não deveria haver mudança curricular aqui. Acho que deveria ser obrigatório as crianças aprenderem Libras desde pequeninhos. Aqui é pra outra coisa, não é pra isso. Todo mundo deveria, para suprir essa necessidade que temos de conversar, deveria lá do maternal, já começar, como tem inglês e outras línguas.

18 - Como o senhor desenvolve o conteúdo junto a aluna?

R.: Nem sei como responder isso. Eu não faço distinção. É como falei, a única coisa que posso fazer, já que não sei Libras, é tirar as dúvidas que tiver no final da aula, meia hora, uma hora, é isso que posso fazer.

19 - Com relação ao conteúdo, quando o senhor está explicando e ela não entende, o senhor explica?

R.: Sim. Quando ela não entende, a intérprete me diz que ela não está entendendo, aí eu paro e explico.

20 - O que acha sobre isso?

R.: Eu acho um pouco chato. Mas isso não tem nada a ver. É obrigação de todo professor tirar as dúvidas dos alunos. Eu nunca senti essa necessidade, eu nunca tinha pensado nisso. Mas agora, se eu soubesse de algum curso, que fosse acessível e desse pra fazer eu faria, pensando

nisso, porque foi difícil o período, foi difícil porque eu não sei o que fazer. Eu entendo a dificuldade dela, mas eu não posso ajudar muito.

21 - O que o senhor acha da inclusão de alunos com deficiência aqui na UFS?

R.: Eu acho que é maravilhoso. Claro que todo mundo tem direito ao ensino público, mas acho que está muito longe de realmente haver inclusão, porque do jeito que está acontecendo, eles estão abandonados. Eu não tenho condições de dar o que eles necessitam, eu não estou achando que isso é inclusão, simplesmente eles estão na universidade.

22 - Como é a participação dos alunos na sala de aula?

R.: A interação dela comigo e com os colegas parece ser menor que o normal.

23 - O senhor presenciou algum tipo de preconceito com relação a aluna durante o período?

R.: Eu não presenciei.

24 - Há a necessidade de desenvolver alguma estratégia para favorecer a participação?

R.: Não tenho nem ideia, e mesmo sabendo Libras, ainda assim, seria difícil, principalmente Matemática. A Matemática ela é muito densa, se eu coloco alguns símbolos, aquilo diz muita coisa, aí, enquanto eu falo com os outros, eu vou explicando os símbolos é muito mais fácil, eles estão vendo e ouvindo ao mesmo tempo. E com ela não, mesmo que eu soubesse, seria difícil de ela compreender, isso em qualquer área, mas em Matemática é muita informação.

25 - Ela já precisou de seu apoio para conclusão de alguma atividade?

R.: Ela me procurou uma vez para explicar e foi difícil porque ela não estava com a intérprete, foi difícil, mas consegui.

26 - E como ocorreu?

R.: Eu escrevia no caderno dela, ela ia me perguntando e eu respondia no caderno. Fora da aula, dá para fazer isso, mas durante a aula não dá.

27 - O senhor identifica consequências positivas e/ou negativas para o seu desenvolvimento profissional decorrentes da experiência de inclusão da aluna em específico?

R.: Acho que positivamente vai influenciar, porque pretendo fazer o curso de Libras, para aprender a linguagem, porque foi difícil, não estou falando só pra ela, foi difícil pra mim mesmo, foi complicado. No aspecto negativo, é sobre o assunto, demora mais para dá o assunto. Na outra turma, estavam umas 3 ou 4 aulas adiantadas. Inclusive, eu falo muito rápido quando estou dando aula, isso é natural meu.

28 - Como o senhor avalia a experiência de inclusão desses alunos nesta instituição?

R.: Estamos engatinhando ainda. Vou falar como ex-aluno e agora como professor. O que eu percebo com ela aqui e com outras coisas que percebo é que é legal, mas está muito longe de conseguir dá tudo que ela necessita para conseguir concorrer com os outros alunos.

29 - De que forma você entende as ações afirmativas instituídas nesta instituição?

R.: Sou completamente contra cotas. Fui professor antes das cotas e sou agora e diminui bastante o nível aqui na universidade a partir das cotas. Eu percebi um determinado nível quando fui professor aqui a primeira vez e esse nível caiu bastante, estou tendo muito mais trabalho por causa dessas cotas. Acredito que seja por causa das cotas, porque não é em uma

turma só, é no geral, por isso sou contra as cotas. Ou, como em outras universidades, que as cotas tem um estágio probatório, você não pode reprovar, se reprovar duas vezes durante o estágio probatório, que são nos três primeiros períodos, perde a vaga e a pessoa que está melhor pontuada que não entrou, entra no seu lugar... Se entra por cotas, beleza, mas tem que mostrar que é bom para estar ali, correr contra o tempo perdido, porque senão está tomando a vaga de uma pessoa que seria produtiva para estar ali.

30 - O senhor conhece o Programa Incluir?

R.: Não, nunca ouvir falar.

31 – O que o senhor acha que esse programa poderia fazer para ajudar aos professores e aos alunos?

R.: Para eles não faço ideia, mas para professores não um centro de apoio, mas acho interessante curso, a cada período, de linguagem, para podermos nos comunicar. Não sei o que é necessário, mas pra mim, seria o curso, para aprender e conseguir melhorar, mesmo com intérprete, mas é bom para conseguir pelo menos entender o que ela está falando e poder ajudar de alguma forma.

32 - Obrigada pela entrevista professor.

R.: Por nada.

ANEXO H

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas
Autora: Priscila Dantas Fernandes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – professor Hugo

1 – Idade?

R.: 27.

2 - Qual sua formação?

R.: Contabilidade. E sou professor desde 2007.

3 - O senhor é professor efetivo ou substituto?

R.: Sou efetivo.

4 - Tem quanto tempo que o senhor trabalha na UFS?

R.: Desde 2007.

5- Sabia que ia ter uma aluna com deficiência na sala de aula?

R.: Sim. Na verdade essa aluna entrou em contato comigo no departamento de aquisição chefe. Ela teve problema de acesso... E foram lá para conversar se a gente podia ajudar ela. Aí, naquele momento eu tomei conhecimento de que como ela é ingressante eu teria uma aluna com problemas de audição.

6 - O que sentiu quando soube disso?

R.: Na reunião que teve na reitoria ficou bem claro que teria um tradutor, teria um intérprete na língua de Libras, sinais para a ajuda da compreensão deles. Essa seria a parte que a universidade deixa disponível, então eu não, não me preocupei muito nesse aspecto de, como vou dizer... A única recomendação que o intérprete falou pra mim, é tentar observar pra ela e olhar pra ela. Essa foi a única orientação recebida por parte do intérprete dela. Mas praticamente no decorrer do curso, na verdade eu não posso comentar muito, porque na verdade ela só veio em dez aulas, então isso dificultou um pouco a sua pergunta sobre esse aspecto, já que totalmente são trinta aulas e ela só frequentou um terço então é meio difícil dizer para você com profundidade essa relação aluno professor no caso dela que é portador de necessidades especiais.

7 - Sabe algo sobre deficiência auditiva?

R.: Só sobre a cartilha que a UFS disponibilizou, mas era sobre cego.

8 - Pensou em buscar algo, algum curso a partir do momento que o senhor soube que teria uma aluna surda?

R.: Eu sempre tive interesse em aprender linguagem de sinais, mas eu nunca fui, não só por causa dela... Mas sim por interesse de aprender a linguagem de sinais.

9 - Sabe qual o grau de perda auditiva dela?

R.: Eu sei que ela consegue ouvir o que você está dizendo. Porque quando ela tinha dúvida comigo não da matéria, mas sim do Sigaa ele falava eu respondia. A diferença é que ela fazia a leitura labial. Então no caso eu falava com ela e ela entendia. Entendia uns 80% eu acho eu acho que ela não é capaz de entender tudo que a gente diz.

10 - Ela precisou de algum auxílio na sala de aula, ou fora dela?

R.: Como ela só veio dez aulas, ela não me procurou nesse aspecto de tirar dúvida do que ela solicitou minha ajuda. Nesse aspecto ela não solicitou e, acho que depende de ônibus para ir, porque ela mora no interior né... Então ela geralmente saía antes da aula, então eu não tinha oportunidade de falar com ela depois da aula. Porque acho que lá para as quinze pras dez e ela precisava pegar o ônibus então acho que não tinha esse contato depois da aula para tirar certas dúvidas ou não.

11- Acha que tem alguma necessidade de alguma adaptação curricular para esses alunos?

R.: Eu acho o seguinte, eu acho que poderia ajudar um pouco porque eu não sei qual que é o conhecimento que o interprete tem sobre contabilidade, na parte que usemos uns termos mais técnicos o interprete não tem condições de traduzia. Eu nem sei se existe isso na linguagem de sinal. Alguns termos bem técnicos tipo: Razonete eu acho que não tem como... O que acontece que não existe alguns termos técnicos na linguagem de sinais em alguma tecnicidade da contabilidade, então acho que isso dificulta um pouco ela entender com dificuldade alguns conceitos contábeis. Já que na linguagem dela não existe correspondência e é por isso que acaba dificultando um pouco. E não tem como eu verificar se a tradução está de acordo com o que eu gostaria de transmitir.

12 - O que você acha em relação as disciplinas de exatas no curso dela, o que o senhor acha em relação a surdez? A compreensão deles pode ser dificultada por conta da surdez ou pela falta de um interprete qualificado, ou o professor tem que ter uma metodologia adequada para atender esse aluno?

R.: Bom, vamos lá. Pensando no mundo “maravilhoso”, eu acho que aí sim a UFS tem que criar um curso de treinamento para o professor específico para tratar essa necessidade especial. Ter uma preparação especial só para os professores que vão ensinar portadores de necessidades especiais. Agora como a gente não tem como chegar nesse mundo ideal, e na verdade toda a nossa relação, porque na verdade diferente dos alunos que não tem deficiência a relação do professor é direto, é você como aluno e o aluno com você. E no caso dela ela tem um intermédio exatamente o interprete, ou seja, criar... O intérprete tem que entender um pouquinho do que a gente está transmitindo, tem de ter uma leitura prévia para poder traduzir de forma mais digna o que tem na aula. Eu acho que esse trabalho precisa ser feito.

13 - Acha que o professor, mesmo com o intérprete, precisaria ter uma noção básica de Libras noção básica sobre a surdez?

R.: Ai entraria no mundo ideal, sim.

14 – Você sentiu dificuldade para desenvolver o conteúdo junto com esses alunos?

R.: Tudo vai depender do componente chave, o intérprete. Eu acho que esse é o ponto fundamental. Como vai ser meio difícil a gente chegar no mundo ideal, ou seja a UFS prepara os professores para essa tarefa, realmente o foco vai ser o treinamento e o aperfeiçoamento dos intérpretes.

15 – Você acha alguma consequência positiva em relação ao ponto profissional com relação a esses alunos que estão ingressando na UFS?

R.: Acho que o ponto mais importante é o seguinte: a universidade é para todos e eu estou começando a perceber que realmente possa existir essa possibilidade... A entrada de um aluno, eu acho que é positivo, positivo no ponto do meu lado, da sociedade, afinal todo mundo sustenta essa universidade e outro lado é... O que acontece, como a gente tem certo tempo direcionado para as pessoas que não tem essa necessidade a gente acaba fazendo de um modo operante bem similar de um período pro outro. E quando a gente tem esses elementos novos, é na verdade faz a gente pensar um pouco mais em como ajudar esse pessoal. Esse é o ponto positivo de ter elementos novos, como novas dificuldades e novos desafios.

16 - Com relação as cotas, o que você acha?

R.: A área contábil é muito ligado com a meritocracia, então quando você cria formas diferentes para ajustar o merecimento fica complicado dizer que realmente... O que acontece, Por que existe vestibular? Porque o governo não tem dinheiro para aplicar pra todo mundo, se o governo tivesse dinheiro para todo mundo não teria vestibular, ou seja, todo mundo poderia usar a universidade sem se importar se ia se formar ou não... Como o recurso é escasso, como a gente pode garantir que os cotistas vão ter o sucesso que os não cotistas? Mas através do estudo que a UFS fez, parece que os cotistas tem o desenvolvimento melhor que os não cotistas. Mas eu acho que isso depende muito também... Mas o trabalho do... ele não abriu pro curso, ele deu uma visão geral como é que é, pode ser que em algumas áreas principalmente a de exatas pode ser que os cotistas tenham um desempenho um pouco inferior dos que não são cotistas. Mas em termos de meritocracia eu acho difícil entrar.... Mas isso é uma verdade que vai ser na universidade e vai ser assim, então acho que nesse ponto não adianta ter questionamento específico já que as políticas educacionais do nosso país trata nesse sentido, exatamente para corrigir a injustiça em relação a escola de segundo grau. Como é muito mais fácil criar cotas do que corrigir a educação básica, então fazem pelo método mais simples. Mas particularmente eu acho importante o seguinte, porque estão deixando às vezes o aluno mais preparado não está entrando nas universidades federais justamente por questão de cotas, então essa é a parte chata, a parte cruel da história, mas por outro lado é uma forma de tratar os desiguais de forma desigual, ou seja, não é justo um cara que sempre estudou na escola particular concorre com uma pessoa que não teve essa mesma condição, é por esse outro lado que a gente tem que olhar. Então realmente minha petição sobre esse assunto é neutro, tenho esse lado positivo e negativo.

17 - Essa universidade tem um centro de apoio, já ouviu falar?

R.: Já, mas não lembro o nome agora. Mas, é vocês quem fazem as cartilhas não é? Eu só conheci vocês através dessas cartilhas que foram distribuídas entre os professores da UFS. Foi de visual, na capinha tem um cara de óculos escuros e tal... acho importante esse projeto, dei uma lida antes de falar com a aluna. Antes de entrar em contato com a aluna eu realmente dei uma lida na cartilha e ver como eu me comportava e foi importante sim a cartilha. No entanto, a cartilha é para cegos e a aluna é surda.

18 - O que você acha que poderia ser feito para melhorar a inclusão desses alunos aqui através do Incluir?

R.: Eu acho, por exemplo, porque eu não tenho liberdade... porque ela falta tanto na aula, então, se tivesse essa entidade para poder passar ao aluno qual foi o motivo, falar com ela e entender quais as dificuldade que ela tem de aparecer na aula... Porque eu acabei de contar as faltas dela e ela só veio dez aulas. Então, isso com certeza dificultou a aprovação dessa disciplina. E eu não sei quais são os motivos... O que acontece, as vezes não é que a pessoa não sabe, as vezes é que pega esse livrinho e deixa na escrivaninha dele, só que ele nunca foi lá olhar. Pensa que é propaganda alguma coisa assim... Então ele não está... Falta atenção de ler essa cartilha. Agora, realmente essa entidade Incluir, poderia ser um pouco melhor divulgada. Também, como tem muita gente que nem sabe também então temos várias entidades dentro da UFS que trabalham, só que poucas pessoas conhecem. Mas, às vezes não é por causa dessas entidades, às vezes o professor não procura saber que existem essas entidades.

19 - Com relação à metodologia, como acha que poderia melhorar?

R.: Se você for olhar assim, a nossa preparação de docência não tem um tópico disso. Quando você faz graduação fora da área de educação não existe um tópico especial. Como vamos... Existe assim uma metodologia de ensino, mas é só para o pessoal que não tem deficiência. Em nenhum momento é abordado a questão do deficiente. E aí se aparecer um aluno que tem deficiência, como vamos resolver esse problema? Principalmente não é discutido ao menos na minha área, na formação de mestre, não tem essa discussão. Porque a gente sempre vai para a maioria, as exceções é melhor deixar de lado. Então se você perguntar o que eu posso melhorar nisso eu não posso responder, porque realmente eu nunca tive formação, eu não tenho estudos sobre esse aspecto... O que acontece, eu poderia ir atrás, mas é muito específico pra ela, não seria um método que poderia ser aplicado, seria muito... Pra ela, dependendo do grau de deficiência que ela tem, então realmente é muito questionalizado. Eu acho que só serviria para ela no caso.

20 – Obrigada.

R.: Por nada.

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas
Autora: Priscila Dantas Fernandes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – professor Danilo

1 - Idade?

R.: 37 anos

2 - Sua formação?

R.: Sou Cientista de Computação

3 - É professor efetivo ou substituto?

R.: Efetivo.

4 - Quanto tempo trabalha aqui?

R.: 5 meses.

5 - Na sua formação, você teve a preocupação em buscar alguma especialização para dar suporte ao aluno com deficiência?

R.: Não.

6 - O que você sentiu quando soube que tinha aluno surdo/deficiente auditivo em sua sala de aula?

R.: Achei interessante.

7 - O senhor soube antes ou no primeiro dia de aula?

R.: Eu soube no dia.

8 - O que você sabe alguma coisa sobre deficiência auditiva?

R.: Não.

9 - Você sabe qual é o tipo e o grau de perda auditiva do seu aluno? Se sim, explique.

R.: Não.

10 - Qual a sua forma de comunicação com a aluna?

R.: Por gestos, oral também. Mas é mais por gestos.

11 - Quando a intérprete falta, qual sua metodologia? Utiliza alguma estratégia?

R.: Escrevo no quadro.

12 - Em alguns momentos, a intérprete para a aula, pois ela ou a aluna não compreenderam o conteúdo, o que o senhor acha sobre isso?

R.: Não vejo problemas, acho que seria problemático se tivessem outros alunos. Somente ela não atrapalha, de jeito nenhum. Até porque tem outros alunos na sala e eles também interrompem a aula, é normal, não atrapalha.

13 - Como é sua relação com a aluna?

R.: Cordial. Acho que ajudaria se a intérprete tivesse um conhecimento maior. Eu vejo que tem muitos termos técnicos que ela não sabe explicar.

14 - O senhor disponibiliza horário extra para atender os alunos?

R.: Eu fico alguns horários aqui na minha sala. Quando a intérprete não vem, eu escrevo e a gente se comunica. Percebo que ela tem dificuldades com o Português. Eu tive uma colega, quando eu trabalhava em um colégio, surda.

15 - O senhor acha que deveria ser trabalhado quando?

R.: Acho que deveria ser trabalhado antes de entrar aqui na universidade, isso ajudaria bastante a compreensão.

16 - O senhor sente dificuldade para incluir a aluna nas aulas?

R.: Tem que parar um pouco a aula de vez em quando, mas como falei, isso não vejo problema nenhum. O que é difícil é quando tem a inserção de um novo termo técnico, mas aí fica de difícil compreensão.

17 - Mas essas dificuldade são para todos os alunos?

R.: Com ela acho que a dificuldade é um pouco maior. Se ela tivesse um pouco de estímulo a mais, acho que isso ajudava e também é falta de conhecimento meu mesmo. Talvez se eu soubesse um pouco de Libras.

18 - O senhor identifica consequências positivas para seu desenvolvimento profissional, decorrente dessa experiência?

R.: Sim. Acho interessante, tentar descobrir maneiras de explicar uma mesma coisa, é desafiador. Também acho que é falta de informação, não tenho acesso as pessoas, falta instrumento. Precisaria de mais apoio. Isso é política, existe alguma política de inclusão ou coisa assim? Se existe uma política do governo de incluir, tem que incluir mesmo. Sem dúvida deveria ter um apoio, talvez, ao depender da quantidade de recursos, ter um centro de formação, ou se não for possível, ao menos uma pessoa numa sala, para dar um apoio, uma orientação.

19 - O que o senhor acha da inclusão dos alunos com deficiência na UFS através das cotas?

R.: Então, cegos e surdos são deficientes, mas pessoas que não tem nota para entrar no vestibular não são. Eu sou a favor da inclusão de deficientes. Mas a inclusão, a política de cotas, acho uma demagogia do governo, é simplesmente uma maneira de satisfazer a população, uma parcela da população, deixa o pessoal feliz e tapar o sol com a peneira e deixar a educação do jeito que está. Então, eu acho que é simplesmente demagogia. Pessoas com deficiência, sem dúvida, devem ser incluídas e devem ter mais apoio. Eu sinto falta de uma orientação de como lidar com essas pessoas.

20 - Como é a participação dela na sala de aula?

R.: Eu sinto certa dificuldade, porque eu estou explicando uma coisa, aí ela tenta me interromper, aí eu digo: “Espere só um pouquinho”... Eu deveria ter um pouco mais de cuidado com isso. Ela não interrompe com muita frequência, acho que ela deveria interromper mais vezes, porque tem vezes dela não entender e não interromper.

21 - E a interação com os colegas?

R.: Tem muitos colegas que tem costume de ajudar a ela. Principalmente uns dois que sentam perto dela e a ajudam bastante.

22 - O senhor percebeu algum preconceito na sala de aula com relação a ela?

R.: Não, nenhum.

23 - E o senhor, quando viu que ia ter essa aluna, pensou de forma preconceituosa?

R.: De jeito nenhum, pensei que seria interessante, um desafio. Cheguei até a aprender algumas coisas em Libras, mas esqueci.

24 - O senhor acha que deveria ter alguma adaptação curricular para atender as necessidades dos alunos com deficiência?

R.: Acho que não tem nenhuma necessidade de adaptação curricular. Na verdade, os deficientes tem que ser tratados com igualdade, tem que dá o suporte pra eles para atender as necessidades, mas não deve ser alterado o conteúdo para facilitar.

25 - O senhor acha que pelo fato de ser um curso voltado pra matemática, para o cálculo, é mais difícil o processo de ensino e aprendizagem?

R.: Isso não tem nada a ver com o fato da pessoa ser deficiente. Cálculo é difícil para todos, se é difícil para um, é difícil para o surdo, se é fácil para outro é fácil para o surdo. Não sei por que seria mais difícil para eles. Mas isso é preconceito com as Ciências Exatas. A Matemática está num nível de abstração que as pessoas “normais” não conseguem entender, olhando por esse lado, podemos dizer que a Matemática é difícil.

26 - Obrigada professor pela entrevista.

R.: Por nada.

ANEXO J

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas
Autora: Priscila Dantas Fernandes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – professor Caio

1 – Idade?

R.: 30.

2 - Qual a sua formação?

R: Sou Engenheiro da Computação, desde 2007. Tenho mestrado e doutorado... Pós-Doutorado na área.

3 – Você é professor efetivo ou substituto?

R.: Efetivo

4 – Trabalha a quanto tempo na UFS?

R.: Aqui, mais ou menos uns 4 anos.

5- O que sentiu viu que tinha um aluno surdo na sua sala de aula?

R.: Muita emoção.

6 - Sabe alguma coisa sobre deficiência auditiva?

R.: Agora sim, já sei. Sei que quem é deficiente auditivo, quem é surdo... Depois do curso que estou fazendo.

7- O que motivou a fazer o curso?

R.: Porque na minha área de Engenharia da Computação tem muito a contribuir, né!? Nas diversas áreas sociais, não somente em IT... E acredito que essa é uma das áreas que a gente pode contribuir, só que para contribuir eu preciso me inserir no meio, eu preciso entender, né... O contexto.... Então esse foi o motivo de eu participar, fazer livros, e também ter muita motivação de ter uma aluna na nossa disciplina.

8 - Sabe qual é o grau e o nível de perda do aluno?

R.: Sim, ele é deficiente auditivo.

9 - Qual a forma de comunicação utilizada pelo aluno em sala de aula?

R.: Através do intérprete, e também com alguns sinais. Porque quando eu comecei a fazer aula de libras então eu também comecei a interagir com alunos... Saudar, saudação, “bom dia, boa tarde”, perguntas “tem algum problema?” “não se preocupe” em libras... Então ele às

vezes entra na aula falando em Libras, e com conversas mais extensas através do intérprete... Não foi muito tempo que passou, porque na verdade o curso de libras iniciou e a disciplina já tinha começado também, então acho que depois de umas duas ou três semanas pra isso que começou a operação.

10 – Então, o que motivou o senhor para fazer esse curso, foi ter o aluno e a necessidade de comunicação com ele?

R.: Exatamente! Sim! Assim como também, a nossa área de computação tem a contribuir, e eu espero de alguma forma contribuir nesse público. Só que é como eu falei, precisamos entrar no contexto, saber como é que é o ambiente, para poder contribuir.

11 – O aluno apresentava dificuldades no processo de aprendizagem?

R.: Olha o que eu percebi, são alguns termos novos que a gente colocava, então assim que eu percebia que ele, colocava com rosto de “não entendi” ou ele perguntava “O senhor é intérprete?” Às vezes eu repetia, ou às vezes eu colocava na louça, certo!? Então para deixar mais explícito.

12 - O senhor se incomodava de em algum momento ele está parando a aula para perguntar?

R.: De forma nenhuma, eu ficava feliz!

13 - O senhor acha que deveria existir alguma necessidade de adaptação curricular para os alunos?

R.: Olha... Para nossa área não! Agora, de área para área, ai é uma questão diferente. Pra área de saúde acredito que tem outros né!? Outras é... habilidades que são exigidas. Na nossa área de computação, acredito que não.

14 - Como era a participação deles em sala de aula?

R.: Logo no primeiro dia de aula, fiquei surpreso porque com 64 alunos, me perguntaram cinco ou seis alunos e um deles foi justamente o...

15 - Como é sua interação com o aluno?

R.: Sempre digo para eles se tem alguma dúvida me procure, ou podemos combinar um horário com o seu interprete, um que eu ficasse em disposição, pode combinar por e-mail. Às vezes perguntava como foram os exercícios que eu deixava, se foi muito complicado se não... Às vezes ele em dias durante a semana enviava e-mail do retorno. Então era algo via e-mail ou até mesmo às vezes na própria aula, e sempre voltava a perguntar.

16 - Sentiu dificuldade pra incluir o aluno na sala?

R.: Eu acho que foi tranquilo. Foi tranquilo porque também ele começou a ter uns colegas que ele mais fazia grupo, então achei interessante... Ele tem boa relação... Inclusive na última aula, que é um grupo participou fazendo uma apresentação justamente sobre: Implante de aparelho coclear esse grupo convidou o aluno para fechar o seminário deles e ele realmente se dispôs e ele comentou durante esse seminário as suas impressões sobre o seminário, e sobre justamente a esse tipo de aparelho, a sociedade como implica nessa situação, qual a profissão dele, então isso foi muito bom para todos os alunos para toda a aula. Sensibilizou todo mundo, a situação dele, e ele colocou a posição pra todos, foi ótimo!

17 - O senhor presenciou algum preconceito por parte dos colegas?

R.: Nenhum.

18 - O senhor identifica consequências positivas ou negativas para seu desenvolvimento profissional, devido ao processo de inclusão do seu aluno?

R.: Positiva, com certeza, positiva! A gente adequa as nossas estratégias para incluir esse tipo de aluno, que com certeza são bem vindos.

19 - O senhor teve que mudar a metodologia do senhor devido ao aluno ou não?

R.: Olha, a minha metodologia ela já envolvia a participação do aluno, então como ele tem um interprete sempre estão abertos a perguntas, então através do intérprete ele fazia as perguntas. Em relação à aula ao aparecer alguma dúvida eu tentava escrever ou na lousa, ou seja, com slides, colocar no possível as imagens.

20 - Com relação ao processo de inclusão dos alunos surdos na universidade, como o senhor vê? Quais são as consequências positivas e negativas pra universidade?

R.: Eu sinto falta dessa informação, eu não sei. Eu acho que a universidade não divulga esse tipo de informação para o Campus. Até eu gostaria de saber, mas eu não sei. Somente conheço esse meu aluno e eu sei que também tenho mais alunos de computação que também veio participar de uma entrevista, mas eu não conheço mais outras pessoas da universidade... É positiva, com certeza. Positiva. Eles têm muita capacidade.

21 - Qual a posição do senhor com relação às cotas?

R.: Apoio. Ser surdo não é uma enfermidade, é uma condição. Então... Isso foi o que o aluno deixou bem claro pra todos na turma e acredito que ele está certo, se não ele não estaria ali, então é uma condição. Ele desenvolve, ele tem as habilidades, ele aprende. Talvez não com a mesma velocidade, mas ele tem essa capacidade. Então eu sou a favor, porque eles podem ter bastante... Um bom desenvolvimento dentro do curso.

22 - Com relação ao Incluir, o que o senhor acha que o programa deveria para que os professores e os outros alunos que não tem acesso ou não conhecem, terem esse acesso, conhecerem?

R.: Assim... Do programa Incluir, eu só fiquei sabendo na palestra da área de saúde que eu participei também. Quem foi ministrar a palestra foi a professora Verônica, naquele tempo, na verdade eu não sabia do programa Incluir. Mas, eu sabia que existia um local aqui na universidade. Já através do aluno e seu intérprete fui encontrando, onde que era o local específico do programa... Nós precisamos de todos vocês, porque o Incluir existe né!? E convidar os professores para participar de palestras. Talvez nos próprios departamentos e auditórios realizar palestras que seja uma coisa bem mais próxima pra os... Às vezes quando marca uma palestra no auditório do Campus, às vezes alguns professores esquecem e não chegam lá, outros tem outras atividades, mas se for bem próximo do local onde eles trabalham, existe maior probabilidade de eles participarem se envolverem mais. Dessa forma, o Incluir também vai estar espalhando o esforço que estão realizando na universidade. Portanto, o professor também que participa dessas palestras talvez tenha aquele compromisso para aprender e também participar.

23 – Obrigada.

R.: Por nada.

ANEXO K

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas
Autora: Priscila Dantas Fernandes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – professor Marcos

1 – Idade?

R.: 58.

2- Qual sua formação?

R.: Sou formado em Física/Bacharelado e depois fiz uma especialização em Engenharia Nuclear e depois voltei pra Mestrado em Física e depois fiz Doutorado também.

3 – O senhor aqui é professor efetivo ou substituto?

R.: Efetivo.

4 – Tem quanto tempo que o senhor trabalha aqui na UFS?

R.: Desde 1990.

5 – O senhor sabia que tinha deficientes auditivos em sala?

R.: Não.

6 - Eles nunca chegaram pra dizer isso ao senhor?

R.: Não.

7 – O senhor sabe algo sobre deficiência auditiva?

R.: Eu sei que tem um aparelho que coloca, por isso que eu acho que nunca vi. Porque eles certamente tinham esse aparelho.

8 - O senhor nunca percebeu?

R.: Não. Se fosse algum cego eu teria visto.

9 – O senhor lembra deles?

R.: Não lembro não.

10 – Sobre inclusão de pessoas com deficiência aqui na universidade o que o senhor acha?

R.: Eu acho que é uma boa né!? Como qualquer outro lugar, agora nem sei como é feita essa inclusão. Eu sei que pra cego tem algumas coisas em Braille já né?!

11 - Então, e como nesse caso é sobre deficiente auditivo, o que o senhor acha que se o senhor soubesse antes, o senhor poderia fazer para facilitar o processo de aprendizagem desses alunos?

R.: Poderia preparar mais a aula pra dar pra ele, por escrito, pra ele poder ler depois né...

12 - Se fosse para tirar dúvidas fora da sala de aula, teria como também?

R.: Tem sim, eu sempre estou aqui a disposição dos alunos.

13 – Sobre as cotas o que o senhor acha? Qual o ponto de vista do senhor?

R: As cotas, muito complexa essa questão... Eu acho que as cotas transcende o problema da secretaria da educação dos estados para as universidades, acho que isso não dá em muita coisa. Você vê que em primeiro mundo não existe cotas, primeiro mundo existe cotas no sentido de... Não existe cotas, existe ajuda, alguns grupos... Não a entrar por outros níveis, porque o nível é um só, porque o problema das cotas é porque você gera dois níveis diferentes. Muitas vezes o aluno entra pra universidade e não sai mais nunca. Eu já peguei alunos de cotas que não sabiam... Praticamente só sabiam fazer soma.

14 - Então o senhor acha que o nível cai muito?

R.: Eu acho que o nível cai, e é problema. E aí fica uma coisa permanente depois não se resolve nunca o problema da secretaria da educação dos estados, e eu acho que incentiva a secretaria da educação não resolverem nada, não melhorarem nada. Jogam lá para as universidades, o cara entra de qualquer jeito, aí depois não termina.

15 – O senhor vê consequência positiva se o senhor soubesse antes que tinha esses alunos com deficiência, ou o senhor vai pegar alunos com deficiência visual, surdez... O senhor vê consequência positiva pra seu desenvolvimento profissional?

R.: Eu acho que é um incentivo assim... Porque a pessoa com deficiência se esforçando, fazendo suas atividades né... Então isso incentiva as outras pessoas que não tem problemas a se desenvolverem melhor... É uma experiência positiva.

16 – O senhor conhece o programa Incluir?

R.: Não, nunca ouvi falar.

17 – O que o senhor acha que a universidade poderia melhorar sobre a inclusão?

R.: O problema todo da universidade é que ela está sobrecarregada com tudo, aí ela não tem um tempo pra tratar disso, isso é um problema anterior à entrada na universidade... Mas não vai ter como melhorar esse aluno aqui, ele vai entrar junto com os outros, ele não vai poder...

18 - Então o senhor é a favor das cotas para pessoas com deficiência também, ou não?

R.: Não... Tendo entrada aqui, é como um aluno qualquer... Você vai tratar ele como um aluno qualquer, e com essa particularidade de alguma deficiência você vai, por exemplo: dar aula por escrito, o assunto por escrito tal... Agora para o aluno surdo na área de exatas fica difícil, porque tem muita conta e conta é difícil de você ficar descrevendo oralmente... Pra você descrever o integral não o aplicado, oralmente para um cara surdo já fica meio impossível né... Mas é por conta da escola pública que não vale muita coisa... Acho que uma pessoa com deficiência... Aí piora muito né... .Aí eu acho que piora né... Ficam os dois juntos. Porque por conta do problema ele não vai ter tanto tempo quanto uma pessoa sem deficiência, o outro tem mais tempo para estudar. E a carga é muito pesada para o pessoal de exatas para estudar.

19 – O que o senhor acha que eles poderiam fazer?

R.: Poderiam fazer, acho que poderia. Dizer: “Ó, na sua sala vai ter ‘fulano de tal’ com deficiência...”.

20 - O senhor é contra as cotas para pessoas ditas “normais”?

R: Poderia talvez ter... O problema também é que poderia entrar e não sair nunca. Esse negócio de entrar por cotas, eu estava lembrando aqui que um paliativo pra cota lá no segundo grau, um paliativo é o que teve aqui antes quando o João Alves, antes de Deda entrar, o João Alves criou um programa interessante que era um pré-vestibular para escola pública, então isso pode ser um paliativo importante. De fazer um pré-vestibular, assim um cursinho, para os alunos da escola pública. Você tem de melhorar de alguma forma o ensino pra o aluno entrar com iguais condições com todo mundo. Agora dizer não... Ele vai ser deficiente, não sabemos quando vai melhorar e é preciso entrar de qualquer jeito e ai não termina resolvendo nunca o problema da escola pública, isso é um paliativo permanente que fica depois e nunca se resolve o problema da escola pública.

21 – Obrigada.

R.: Por nada, qualquer dúvida estou à disposição.

ANEXO L

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas
Autora: Priscila Dantas Fernandes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – professor Lucas

1 – Idade?

R.: 24.

2 - Qual a sua formação?

R.: Matemática/Licenciatura.

3- Professor efetivo ou substituto?

R.: Substituto.

4- Quanto tempo você trabalha na UFS?

R.: Vai completar 2 anos. Tem por volta de 1 ano e 7 meses por aí.

5 - Qual o tempo da sua formação?

R.: Acho que uns 3 anos que eu estou formado.

6 - O que você sentiu quando soube que tinha um aluno surdo em sala de aula? O senhor só soube no primeiro dia?

R.: Sinceramente só soube que a intérprete apareceu. Não demorou a intérprete aparecer, mas inicialmente ela era sem interprete. Porque como eu comentei com você que praticamente eu fiz Libras em 15 dias eu não tive muita preparação e quando eu soube me senti de mãos atadas, e até é como eu comentei, é quando eu dava aula e me sentia tipo que incapaz de dar aquela aula porque via que ela não estava... Estava ali só de corpo presente, mas estava totalmente “viajando” na aula sem saber de nada.

7 - Você sabe algo sobre deficiência auditiva? Se sim, o que?

R.: Muito pouco, quase nada... Sinceramente o que eu sei é o básico... É aquela pessoa que não consegue escutar e se comunicar. Porque eu acho que a deficiência se dá pelo fato dela não conseguir comunicar ou ouvir, eu não sei, acho que é assim... Pelo pouco que eu sei, pelo fato dela não conseguir ouvir se dá essa tal deficiência. No máximo é isso que eu sei.

8 – Você sabe qual é o grau e nível de perda auditiva dela?

R.: Não, não sei.

9 – Você sabe qual a forma de comunicação utilizada por ela?

R.: Libras.

10 - E sua forma de comunicação com ela?

R.: Sinceramente era quase nenhuma, praticamente eram gestos improvisados. Eram gestos improvisados, nada além disso.

11 - Então o senhor sempre pedia auxílio da intérprete?

R.: Sempre. Sempre conversei com a intérprete e falava que se ela sentisse dificuldade ela comentasse, se precisasse voltar. Mas até eu conversando com ela e uma opinião minha eu acho que uma coisa acontece errado. Não adianta a interprete ter formação em Libras e ela não ter formação em Matemática. Porque eu acho praticamente impossível por mais que ela esteja passando o que eu estou colocando em sala, como ela não tem entendimento também daquilo que eu estou falando, na maioria das vezes é uma dificuldade a mais... E aí às vezes é só passando informação só que ela está passando tipo: uma informação sem estar explicando, e aí acaba tipo, como se o aluno só estivesse fazendo uma leitura de gestos. Mas não está fazendo o entendimento da coisa. Eu acredito que seja assim que aconteça e acho que se dá por um erro. Acho que deveriam ter, a você é formado em Matemática e em formação de Libras, então você vai ser intérprete em aulas de matemática, você é formado em Química, você vai ser interprete em aula de Química... Coisa desse tipo. Eu acho meio que inviável, por mais que a pessoa tenha formação, eu acredito que seja assim.

12 – Você percebeu dificuldades no processo de aprendizagem dela? Se sim, quais?

R.: Muita dificuldade. Tipo... Falta de estímulo. E eu entendo, porque de certa forma ela estava ali, mas não estava entendendo nada, eu percebia da parte dela até comprometimento, até porque ela não faltava, ela ia em todas as aulas. Ela copiava o conteúdo. Só que é como eu falei, eu me sentia de mãos atadas, eu conversava muito com a interprete mas mesmo assim eu não via, não encontrava solução. Por mais que eu falasse: A eu vou tentar dar aulas adicionais a ela, a mais... Como já teve um colega meu que é substituto aqui também, e ele sabe um pouco de Libras, aí ele dava aula, mas quando ele comentou isso eu até falei Deus sabe o que faz, porque se fosse comigo eu me sentiria de mãos atadas. No período seguinte aconteceu comigo, mas aí sinceramente eu... Por exemplo: A disparidade é tão grande, ela estava ali só de corpo presente, porque quando a gente pegava a prova não tinha nada, nada, nada. A prova praticamente ela rabiscava alguma coisa, eu acho que ela própria entendia. Porque eu não posso dizer que o que ela entendeu é mérito meu. Eu acho que é mérito dela. Porque dizem que a matemática por si só já é difícil e ainda mais com essa... esse fato dela ser especial, eu acho que complica mais ainda. Mas sinceramente eu não pude fazer nada para ajudá-la.

13 – Você acha que a dificuldade dela na disciplina é decorrente da deficiência ou não, é devido mesmo a dificuldade em si da Matemática?

R.: Eu não tenho conhecimento do histórico escolar dela, eu não sei, mas eu acredito que o que não só na matemática, mas eu acho que pela força de vontade que ela demonstrou, de estar na maioria das aulas, de estar lá acompanhando e uma coisa que se torna chata, porque você está lá sentada mas não está entendendo nada, mas isso aí se torna força de vontade então eu acho que a dificuldade maior dela, se dá pela deficiência dela. Pelo fato dessa deficiência, deficiência eu acho complicado falar, pelo fato dela ser especial nessa situação. Mas eu acho que ela tem força de vontade. Ela é uma menina guerreira. A intérprete comentou que ela trabalha o dia todo, e depois ia pra aula, quer dizer, de certa forma isso deve ser levado em conta, que ela busca, ela batalha. Quantas pessoas tem aí com a necessidade

que ela passa e ai não querem estudar... E ela não, ela trabalha diariamente e ainda vem cursar o nível superior. Então isso daí deve ser levado em conta.

14 - O senhor acha que deveria existir alguma adaptação curricular para os alunos com deficiência, ou não?

R.: Deveria, deveria. Agora eu não sei como. Eu não poderia dizer assim, um caminho, mas deveria porque assim, se a gente fala o seguinte: excluir, montar uma turma só com pessoas na situação dela de certa forma estaria excluindo do meio, não é isso!? Mas tem aquela historinha “que damos um passo atrás para dar dois pra frente” e eu acho que isso seria um caminho montar turma só com 5 pessoas que tenham a mesma situação dela com professores preparados para lidar com aquela situação, e eu acho que conseguiria mais sucesso. Porque a gente sabe que quando é uma disciplina de leitura, de interpretação tudo bem... Mas a matemática, na área de exatas, exige muito da explicação do professor. Exige muito daquela parte de você pegar um exercício e responder que depende muito da explicação do professor, e é ai que está o problema que as vezes a interprete não tem formação na área e ai acaba tendo essa disparidade, da distância do professor para o aluno, e isso foi o que aconteceu, eu senti muito isso.

15 - Como é a participação dela em sala de aula?

R.: Nenhuma. Não tem participação nenhuma. Até que eu sempre comentava com a intérprete que sempre que tiver uma dúvida, se tiver muito rápido, a senhora pode me falar que ai eu mudo o jeito de explicar, tento fazer algo diferente, mas participação dela nenhuma.

16 - Qual a interação dela com os colegas? Você percebeu algo?

R.: Não, não percebi... Eu acho que justamente pelo fato dos alunos que estavam ali não saber se comunicar com ela, não ter esse conhecimento de Libras. Volta e meia eles falavam com ela, mas só de forma mesmo... por gestos, a situação se deparavam com uma situação, precisavam se comunicar e eles improvisavam naquele momento, mas eu acho que não era nada formalizado. E eu não sei nas outras turmas, mas na turma que eu dava aula, que ela estava presente era a relação só dela com a intérprete. Nada além disso.

17 – Você já presenciou em algum momento da aula algum preconceito dos colegas?

R.: Não, nunca presenciei. Pelo contrário, uma vez um aluno chegou pra mim e me perguntou como é que eu me sentia dando aula, porque ele disse que ali pra ele que, ouvia tudo certinho e tentava entender já era complicado, ele ficava se colocando no lugar dela, e ele dizia: Meu Deus do céu, como é que esse menina faz para tentar entender alguma coisa? Que até ele disse que se fosse ele acha que não estaria ali, seria um cara mais acomodado. Mas ai eu comentei com ele que a gente vai tentando levar, tem a interprete, mas a gente sabe que a dificuldade não é superável. Por mais que a gente tente, mas não é superável.

18 - Então você sentiu muita dificuldade na relação professor-aluno?

R.: Sim, tipo eu... Não sei se você percebeu, eu sempre dou aula, mas eu sempre gosto de brincar muito, trazer o aluno para próximo do professor, porque quando eu era aluno eu era um cara muito tímido, e ai eu senti muita dificuldade, por quê? Porque eu era um cara que o professor chegava em sala, dava a aula dele, eu não tirava nenhuma dúvida, não participava, e ai depois eu senti dificuldade, muita dificuldade. Quando professor agora eu tento trazer, justamente para não me deparar com alunos que se comportem como eu me comportei, também sou uma pessoa que gosto de me preocupar com os alunos. Eu não sei se é porque eu terminei recente, e eu entendo o lado do aluno, tem alunos que trabalham diariamente, o dia todo e ai vem cursa. Tudo isso em conta, e ai sempre gosto de ser próximo, e ela tipo... eu me

sentia de mãos atadas, eu até tentava, mas tipo, eu não achava meios, não achava recurso para poder me aproximar dela, e aí foi todo esse período com essa dificuldade e olha que eu me preocupava, eu sempre conversava com a interprete, mas era uma conversa assim... pra tipo... pra mostrar que eu estou preocupado, mas eu não sabia como solucionar, o que fazer, e aí me sentia de mãos atadas sem saber o que fazer.

19- Ela já precisou de algum apoio para conclusão de alguma atividade ou já foi tirar dúvidas com o senhor?

R.: Não, nunca, nunca chegou para tirar dúvidas. Atividades, eu lembro que passei umas, uma ela fez outras não, mas em relação a tirar dúvidas comigo ela nunca.

20 – Você identifica consequências positivas ou negativas para o seu desenvolvimento profissional decorrente dessa experiência?

R.: É a primeira aluna... Assim... Uma coisa ficou, depois que eu me deparei com essa situação eu pensei em fazer algum curso de Libras, por mais que seja básico, nem que seja para eu ter contato, poder conversar, saber como ela está, porque nem isso eu conseguia fazer... Por não saber praticamente nada em Libras. Então ao menos um curso básico para eu poder me preparar, porque como é um professor que tanto faz como tanto fez, tudo bem! Ela vai passar despercebida só vai ser mais uma aluna, independentemente da situação dela, mas eu não gosto de fazer isso. Pelo contrário, eu tento me aproximar de todos os alunos, então como eu me deparei com essa situação, eu sei que não porque foi só aqui na UFS, porque como a gente é professor e pode se deparar com isso a qualquer momento, e aqui ainda tem o interprete, e a gente sabe que se for para uma rede estadual não vai ter, é uma caso muito raro, então é por isso que eu pretendo fazer um curso básico de Libras, ao menos para poder conversar, saber como e que está, essas coisas bem básicas, fazer algo a mais do que eu não fiz agora, eu pretendo fazer isso.

21 - E com relação ao processo de inclusão dos alunos com deficiência auditiva na universidade, você ver pontos positivos, pontos negativos?

R.: Então... É o que eu já comentei, eu acho correto, de certa forma é correto. Não é porque ela tem uma necessidade que vai tirar o direito dela se sentir normal a todo mundo, assistir uma aula. Mas é como eu falei, onde é que está o erro? A intérprete ajuda? Ajuda, mas a formação... O uso da interprete está sendo errado, por exemplo: pelo que eu conversei com a intérprete ela é formada em pedagogia eu acho, eu não lembro, então eu acho o que... Eu acho que a interprete teria que se ela vai se deparar com alunos surdos ela deveria trabalhar na área de pedagogia que é o que ela tem formação que ela pode explicar. Como ela estava numa aula de matemática básica, teria que ter no departamento algum interprete com formação em matemática para lecionar essa disciplina ou então pra ser interprete naquele momento. Porque aí sim a interprete teria conhecimento do que estaria falando e aí estaria fazendo o trabalho do professor, porque eu acho que de certa forma o interprete ele tem de fazer o trabalho do professor, ele tem de incorporar, e às vezes quando ele não tem preparação ele está só passando sinais, e praticamente sem saber o que está falando... Já aspecto positivo, acho que precisa mostrar que a universidade é um universo, tem que se deparar com todas as situações. Ela não é tipo, só vai incluir pessoas, tipo, capacitadas para isso, não que ela não seja, mas entre aspas, normais, não é um ambiente para todo mundo, todo mundo tem o direito de cursar um nível superior. Outra coisa pra ela também, para a pessoa que tem a necessidade especial se sentir igual a todo mundo, está num ambiente que todo mundo frequenta, eu acho que pra pessoa que tem a necessidade especial aquilo ali é muito importante, para ela se sentir motivada, eu acho que isso é uma coisa que se deve destacar, é um ponto positivo.

22 - Com relação as cotas, qual seu ponto de vista?

R.: Eu aprovo, não sou contra não, eu acho porque quando a gente fala, por exemplo, de destinar 50% para escola pública e 50% para escola particular eu acho justo, porque? Porque a gente sabe que hoje a escola particular, por exemplo, antigamente era o vestibular, ai os colégios particulares, os pré-vestibulares estudavam aquilo ali, pra aquilo ali, e a gente sabe que o colégio público hoje ele tem toda essa deficiência, a situação da educação não está nada bem, então, eu acho meio que injusto você pegar um aluno que tenha toda uma preparação em um colégio particular de boa qualidade, e disputar uma vaga com um aluno de escola pública. Eu estou separando? Não, eu estou dizendo que o cara da particular é mais capaz? Não, mas a preparação dele foi melhor, então. E também não pode excluir o da escola particular, porque a universidade ela é pública, todo mundo tem direito então de certa forma, 50% de escola particular e 50% pra publica, onde o público concorre com o público e o particular com o particular, é justo. Porque estaria ambos em uma balança em equilíbrio. Você está disputando com concorrentes que teve a mesma preparação, e o da escola pública também. Porque de certa forma se fosse pra... Não que a escola pública não tenha alunos bons, mas, por exemplo, de 10 vagas que fosse disputar particular e publica, provavelmente seriam 7 da escola particular e 3 da escola pública. E ai estaria excluindo a escola pública de certa forma. Então, de certa forma eu acho justo.

23 – Você conhece o programa Incluir?

R.: Não, não.

24 - O que você acha que esse programa poderia fazer para que vocês sejam atendidos e os alunos também? O que precisa pra dar suporte pra vocês e pros alunos?

R.: Eu reforço à ideia. Eu acho que já repeti isso várias vezes... É que o interprete, o cara que tenha a formação de Libras, não tenha... É tipo assim, a gente faz uma graduação, por exemplo, eu sou graduado em matemática... É interessante palestras, alguns cursos de formação, eu acho que... Por exemplo: eu estaria, pode ter certeza que eu estaria... Se tivesse um curso fornecido pela UFS, destinado aos professores, pra ensinar o básico de Libras, para não acontecer àquela coisa que eu me deparei de ficar bem distante sem falar um “Oi”, praticamente não poder conversar com ela, então um curso básico para preparar os professores... Eu sei que muitos não irão, muitos, mas... Mas eu acho que uma coisa que poderia ser feita, eu não sei se acontece, eu nunca soube, sinceramente eu não tive contato, são esses cursos, palestras são interessantes... os professores precisam ser avisados com antecedência, para não deparar... Então talvez isso fosse de suma importância, porque o cara se prepararia antes, não tomaria aquele choque, aquela surpresa. Porque às vezes o cara faz aquela preparação, e de repente tem de mudar tudo, porque se deparou com aquela situação, então eu acho que seria de suma importância, que os departamentos, por exemplo: Quando o aluno está matriculado, já soubesse com antecedência, o chefe do departamento, o responsável avisasse ao professor: “Olha, você vai se deparar com um aluno que tem uma certa necessidade especial, então se der para você poder se preparar um pouquinho mais, é, pesquisar, ler sobre, formas de trazer o aluno para aula, eu acho que isso daí ajudaria bastante.”

25 – O eu o senhor poderia ter feito, se soubesse antes, como aplicaria sua metodologia pra atender a necessidade?

R.: Por exemplo: O que eu faria com antecedência, eu conversaria muito com professores que já deram... Como eu já conversei com o Rafael, conversaria com pessoas que tem certa formação em Libras para procurar meios de aproximar o aluno da aula, e de certa forma a matrícula acontece, por exemplo: ela acontece agora né?! De certa forma já sabem se o aluno

vai ser matriculado ou não, se avisassem com antecedência eu teria um tempinho maior para o professor se preparar. Porque também se avisar “A aula vai começar segunda” e avisar na sexta feira com a aula na segunda, eu acho que fica muito pouco tempo pra você se preparar. Mas se avisarem com certa... Com certo tempo ai se o professor quiser, porque tem de ter força de vontade por parte do professor, é possível, vai fazer o possível, mas isso também tem de partir da boa vontade do professor.

26 - Na sua formação o senhor teve uma preocupação, teve alguma especialização com relação a aluno com deficiência? Ou o senhor teve essa preocupação em se especializar?

R.: Não, não tive. Quando eu estava na graduação lá em Itabaiana, eu lembro que, tinha um curso de Libras e várias pessoas faziam esse curso de Libras que era com alunos surdos, porque tem um colégio lá com alunos surdos, que é o Vicente Machado Menezes, que é o famoso CAIC eu acho... e ai tinham esses cursos, mas que eram aos sábados e ai eu não podia participar, porque eu trabalho aos sábados. Mas ai eu ficava encantado, porque os meninos durante a semana eles conversavam muito em Libras, falavam os sinais novos que aprenderam, conversavam e ai quando eu estava logo me formando, foi quando surgiu a obrigatoriedade de Libras ser uma disciplina a cursar, e ai como eu estava me formando eu tinha que ter essa disciplina eu acho que contrataram o professor, e foi 15 dias, e ai eu achei super interessante, foi super legal, só que eu achei muito pouco tempo, 15 dias, a gente estava se formando correria de formatura, disciplinas precisando de nota pra se formar, mas por exemplo, as pessoas que estavam lá já faziam o curso a gente via o quanto era interessante, a gente viu o quanto era bonito, a participação deles, a interação com o professor. Até o professor as vezes interagia com os alunos que já participavam do curso, em Libras. Quer dizer, era super legal, seria bom se fosse um curso, como deve ser, em torno de 4 meses aprender passo a passo, aprender um pouquinho da história, aprender um pouquinho das deficiências, saber como é que se depara com tais situações, mas como foi uma coisa muito rápida, foi praticamente nada... foi só mostrar pra gente que aquilo ali tem sentido e é bonito de se fazer.

27 - A partir desse momento, que o senhor sentiu uma necessidade, uma vontade de ir em busca de um curso?

R.: Não, logo quando eu me formei, eu achei e acho interessante. Só que acabei relaxando e fiquei com aquela coisa, a gente acha que nunca vai acontecer comigo, e ai aconteceu, e ai Brasileiro só fecha a porta depois de roubado. Então eu sinto que vou fazer alguma coisa pra me preparar pra isso ai, por mais que seja uma coisa... Porque a gente não vai poder tipo, está dando duas explicações, a gente falar e depois traduzir tudo pra Libras, ou até mesmo fazer as duas coisas ao mesmo tempo, mas pelo menos conversar, marcar aulas de dúvidas, coisas que o interprete não vai conseguir fazer e que eu possa fazer, não é também jogar toda responsabilidade para o interprete. Coisas desse tipo, para marcar aulas de dúvidas, que são aulas mais próximas dos alunos. Que pessoas possam vir e eu possa conversar, porque ai vem para uma aula de duvida que o professor também não sabe se comunicar, não adianta porque a interprete não vai estar ali. Então tem de ter certa comunicação entre o aluno e o professor, então essa mínima comunicação que eu vou buscar, para se tornar uma coisa bem interessante.

28 – Obrigada.

R.: Por nada.

ANEXO M

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas
Autora: Priscila Dantas Fernandes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – professora Rafaela

1 – Idade?

R.: 25.

2 - Qual a sua formação?

R.: Tenho a graduação em Química/Licenciatura e mestrado em Química.

3 – Você é professora substituta ou efetiva?

R.: Substituta.

4 – Quanto tempo que você trabalha aqui?

R.: 4 meses.

5 – Você sabe alguma coisa sobre deficiência auditiva? Se sim, o que?

R.: Sei. Eu sei que tem vários estágios de deficiências, tem aqueles que precisa usar aparelho e tem aqueles que é a surdez completa que ai a gente precisa está fazendo Libras, né?! Pra está se comunicando.

6 – Você soube antes ou soube no dia que você tinha alunos com deficiência auditiva?

R.: Só no dia.

7 – A partir do momento que você soube que tinha esses alunos você mudou sua prática? Como foi seu planejamento?

R.: Eu comecei normal, e daí como eles foram respondendo tudo que eu falava, eu percebia que eles estavam escutando muito bem o que eu estava falando, porque eu deixei tudo normal como seria para as outras pessoas sem deficiência.

8 – Então você não sentiu dificuldade pra ter essa relação professor/aluno?

R.: No caso deles não. Eu não sei se num caso mais, como é que eu posso dizer... Que necessitasse eu estar falando em Libras, ai sim eu sentiria dificuldade sim, porque eu não sei falar.

9 - Eles procuram você fora da sala de aula pra tirar dúvidas?

R.: Um tirava dúvidas na sala de aula, o outro nunca tirou. Ele perguntava aos colegas.

10 - Você acha que precisa de alguma necessidade de adaptação curricular para os alunos surdos?

R.: Acho que sim viu... Com certeza. Precisa sim! Porque principalmente eles não, porque eles conseguem ouvir tudo que estou falando, mas aqueles que não ouvem nada, pra eles terem um poder de interpretação só com Libras eu acho que precisaria sim.

11 – Você identifica consequência positiva para sua experiência, pro seu desenvolvimento profissional a partir desses alunos?

R: Positiva porque a gente começa a questionar nossa prática de ensino né... Por exemplo: Na minha grade tinha Libras, mas como mudou a grade na época não tinha e daí passou a ter, então essa disciplina eu ganhei pra eu poder me formar no tempo hábil, era direito que eu tinha, ter que ganhar essa disciplina. Mas está lá no meu currículo só que eu não sei falar nada, então a gente começa a questionar, poxa será se eu não deveria ter pegado na época pra eu poder me comunicar melhor, no caso se eu tiver outro aluno com uma deficiência mais grave. Mas aí tem outros questionamentos que eu também não poderia estar atrapalhando as outras disciplinas e em 4 meses a gente não consegue aprender muita coisa. Mas eu vejo necessidade hoje em dia, eu queria saber falar em Libras. Poderia pensar em fazer algum curso, mas às vezes a gente diz que tem tanta coisa pra fazer, tanta coisa pra estudar que quando se depara, a gente só se dá conta quando se depara com uma situação como essa. É igual mãe quando tem filho, só começa, a saber, quando tem o filho daí vai vendo as necessidades de se comunicar com ele.

12 – Como você avalia a inclusão de alunos com deficiência auditiva ou surdos na UFS?

R: É precária né!? Já teve aluno que eu tomei conhecimento que quando eu era aluna, ainda não era professora, que ele teve que abandonar o curso porque não tinha como se adaptar, por exemplo: Em química, nós temos muita coisa em laboratório e ele tinha deficiência física, não tinha controle da mão nem da perna, então era muita dificuldade de conciliar, e também o departamento estava se deparando com isso pela primeira vez, acabou que ele saiu do curso. É muito difícil, por exemplo: Quando tem um aluno deficiente físico mesmo, pra estar subindo as escadas, tem que ter direito, tem que ir lá no DAA pra colocar a sala lá em baixo e daí tem uma certa demora. É meio precário, mas vai crescer.

13 – Qual o seu ponto de vista sobre as cotas?

R: Pra deficiência e pra escola pública eu sou a favor. Mais pra deficiência, pra escola pública nem tanto. Porque o que nós estamos observando, quando a gente é aluno, a gente tem outra visão. A gente está visando como professor, que tem muita gente [...]. Mas tem muito aluno chegando sem base nenhuma, então está complicado, porque passar, passa, mas ir adiante está... é muito complicado. Aí é muito complicado você fazer uma prova e você saber que já 50% a 60% não vai conseguir continuar na disciplina por falta de base. Eu acho que precisaria estar modificando... Ou então faria essa inclusão, faria essas cotas e traria disciplinas de base para que eles pudessem acompanhar, mas a gente fica em cima do muro na verdade. Claro que a gente sabe que é necessário porque é muito difícil, e o ensino público do jeito que está pra ter acesso a universidade. Agora por outro lado a gente acha ruim, porque não tem base, a grande maioria né... Não vou generalizar, claro que tem muita gente que é [...] e estudou sozinho, e tem escolas públicas boas, mas a gente sabe que é uma exceção não vamos dizer tudo topicamente. É uma faca de dois gumes na verdade, você é a favor e é contra ao mesmo tempo.

14 – Aqui tem um centro de apoio chamado Incluir, você já ouviu falar?

R: Não, nunca ouvi falar... Então, acho que o grupo precisaria estar divulgando mais, por exemplo: no meu e-mail, desde que eu comecei a ser professora eu nunca recebi nada por e-mail, e mesmo quando aluna, que eu já fui aluna daqui da instituição, eu nunca soube nada desse tipo. A única coisa que eu sei é que alunos cegos, eles têm o direito de terem os livros em Braille, isso sim, agora o resto...

15 – Você teve a preocupação em buscar alguma especialização?

R: Foi isso que eu falei né... que na verdade eu ganhei a disciplina e nem corri atrás...

16 – Quais são os aspectos negativos que você percebe com a inclusão dos alunos?

R: Foi o que eu falei desse negócio sem base, agora dos alunos deficientes... eu já vi outro aluno deficiente, mas ele era na perna, era física... Até agora eu não encontrei nenhum ponto negativo, porque é como eu disse só tive esses três alunos, deficiente físico e os outros dois, que usam aparelhos, eles ouvem bem e com a boa estrutura cognitiva eles conseguem assimilar bem.

17 – Obrigada!

R.: Por nada.

ANEXO N

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas
Autora: Priscila Dantas Fernandes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – intérprete Ana

1 – Qual a sua idade?

R.: 38.

2 – Qual a sua formação?

R.: Pedagogia e Pós-graduação em Libras.

3 – Há quanto tempo você é intérprete?

R.: 2 anos.

4 – Você fez cursos de libras ou só fez a Pós-Graduação?

R.: Eu fiz curso de Libras e iniciei como intérprete na igreja.

5 – Quanto tempo você trabalha na UFS?

R.: 1 ano e 10 meses.

6 – Qual a sua dificuldade de trabalhar na universidade?

R.: Eu não tenho dificuldade. Porém por conta da história dos surdos no seu ensino fundamental que já vem precário então a maior dificuldade é essa, eles mesmo acompanharem o ritmo da universidade. Que muitas vezes eles mesmos não entendem a profissão que escolheram, então sai muito mais difícil.

7 – O que você acha sobre o programa Incluir?

R.: Acho interessante. É importante, é um ponto de apoio que aqui acaba sendo um laboratório para as deficiências e o núcleo que pode dar um suporte para eles.

8 – O que você acha que poderia melhorar no Incluir para poder atender aos alunos e aos professores pra ter subsídios no núcleo?

R.: Eu acredito que essa informação sobre essa inclusão deveria ser feito um... Como se fosse apresentar aos professores esse novo grupo que está chegando. Então se existe aluno com deficiência no curso de Pedagogia, por exemplo, reunia os professores desse curso, do Departamento e fazerem um... Explanarem mais, uma reunião com fotos, com figuras, com testemunhas, com tudo... A gente só sente quando chega na sala. Porque enquanto não chega, está tudo bem. E quando chega, quando você ver é onde você tem uma noção do grau de dificuldade. Ou seja, somente com o aluno surdo e um intérprete não vai chegar no professor

essa dificuldade, mas se a universidade entrar com esse recurso, ai clareia. Os professores vão ter uma atenção maior, porque não vai ser uma coisa especifica e um interprete que está falando do problema do aluno, mas sim a universidade que está colocando pontuando essa diferenciação.

9 – E sobre a inclusão da pessoa com deficiência?

R.: Acho interessante, acho muito interessante.

10 – Quais são os aspectos negativos e positivos que você vê?

R.: Eles passam a se mostrar perante a sociedade que eles são capazes de passar e que eles são capazes de desenvolver como qualquer outro considerado ouvinte ou normal e interação, desenvolvimento. A gente cresce quando a gente está junto, quando a gente não se sente excluído. Aspecto negativo eu não vejo.

11 – Quando algum intérprete falta, você fica no lugar? Como é a relação com seus colegas?

R: Nunca aconteceu comigo não.

12 – Sobre os ambientes aqui da universidade, o que você acha sobre a acessibilidade dos ambientes para os deficientes?

R: Ótima, não tem problema nenhum para o surdo... Já a comunicação... A comunicação pode não ter, porque assim... Não tem! O surdo, se ele for com o papel dizendo, já existe essa comunicação, então eles têm o bom grado de atender. E ele não sai sem o que ele quer, seja na lanchonete, seja o que for há algum certo tipo de comunicação, até porque lá fora é assim, é um tipo de sobrevivência, entendeu?! Em razão a isso existe. Ele não volta porque não foi compreendido.

13 – O que você acha sobre as cotas?

R.: As cotas... Eu não sou a favor das cotas. Devido ao histórico e a dificuldade, eu concordo. Não acho que é ruim para a universidade ter pessoas com deficiência pois a quantidade é muito pouca. A quantidade de vaga é muito pouca... O andar da disciplina não atrapalha. Até porque até agora o professor não teve esse olhar para o aluno, e ele continua no mesmo ritmo e o aluno que acompanhe.

14 – O que você acha que poderia mudar aqui na universidade sobre a questão da inclusão da pessoa com deficiência? O que precisa mudar ou continuar?

R.: Eu acredito que o esclarecimento mesmo, o esclarecimento para alguns professores. Que eles olham o aluno como um todo. E eles não conhecem a necessidade desse aluno que está chegando, seja ele cego, seja ele surdo, seja ele com algum déficit de atenção. Os professores não estão preparados pra esse tipo de situação. Eles vêm que tem uma pessoa que está acompanhando, mas pra ele é tudo uma coisa só, ele não tem a sensibilidade de saber se tem alguma coisa que precisa acrescentar pra facilitar ele não apropria o conteúdo dele que já está programado pra o aluno com deficiência que tem na sala dele. A metodologia ela permanece a mesma pra o aluno que está com a deficiência.

15 – E o que você acha que o professor poderia fazer para melhorar a metodologia?

R.: Conhecer um pouco o aluno que está com ele, um pouco do problema. Quem é o aluno surdo? Quais as dificuldades dele? Como eu poderia fazer para ajudá-lo? Adaptar o conteúdo programado para que ele possa também se inteirar. E ter prazer de dar aula.

16 – Sobre as matérias de exatas, a matemática, você acha que a matemática como um todo ela é difícil pra todos? Ou ela pra surdos ela é mais difícil? Quando é que você acha que um surdo assimila isso?

R.: Sempre vai estar por conta do histórico do surdo. Eles não tiveram um interprete que pudesse passar aquele conteúdo pra ele e muitos deles a educação foi muito debilitada, muitos deles em colégio estadual e com deficiência mesmo em matemática. Porque hoje um aluno surdo muitos deles mal sabem conta de multiplicar ou dividir, e ai quando eles chegam aqui na universidade eles vêm outra realidade. Eles vêm que todas aquelas regras elas são obtidas somente dentro de um problema, apresentado pelo professor, então ele não consegue acompanhar, no caso eles teriam que rever tudo novamente para poder aprender... A dificuldade deles na matemática não é devido a surdez e sim devido ao seu processo até a universidade...

17 – Com relação ao Bilinguismo qual a sua opinião?

R.: É porque tem muita controvérsia, que bilinguismo é aquela escola que tem Libras e tem o português, mas acaba sendo uma coisa muito mais profunda. Então, eu acho interessante o bilinguismo, pela aproximação, pela adequação, pela socialização mesmo.

18 – Com relação ao preconceito, você acha que a aluna já sofreu algum preconceito? Você já percebeu algum preconceito?

R.: Não, eu não percebi ainda nenhum preconceito. Mas particularmente falando, a minha foi bem aceita. Bem aceita e fazendo com que até outras pessoas que se depararam com aluno com deficiência eles se interessaram na Libras. Então isso é um ponto positivo.

19 - Ela teve muita dificuldade ou está tendo muita dificuldade nos conteúdos? No curso?

R.: Muita. No conteúdo, 100% de dificuldade. E começou já na escolha do curso. Justamente por cotas ela escolheu uma coisa que ela passasse que ela entrasse na universidade, mas não é exatamente algo que ela almejava fazer então aqui ela está começando a descobrir o verdadeiro sentido do que é uma universidade. Então ela percebeu que o curso que ela está não é o curso que ela queria fazer, não é a profissão que ela quer ter. E a partir disso, ela começou a ver outros cursos que poderia usufruir e participar, para que futuramente dariam uma formação melhor e que desse prazer a ela. Então hoje ela tem um olhar pra Pedagogia que ela pode muito bem utilizar isso pra ela ensinar a própria língua dela que é a Libras.

20 - Obrigada.

R.: Por nada.

ANEXO O

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas

Autora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – intérprete Fernando

1 - Sua idade?

R.: 32 anos.

2 - Formação?

R.: Licenciatura em Letras pela Faculdade Atlântico e Pós-Graduação em Educação Inclusiva – Libras, pela Faculdade Amadeus.

3 - Há quanto tempo você trabalha aqui na UFS?

R.: Há exatamente 11 meses, farei 1 ano no dia 25 de maio.

4 - Como você entrou aqui?

R.: Bom a pedido de uma colega minha que também é interprete eu envie um currículo por e-mail á uma empresa de São Paulo, e eles analisaram e entraram em contato comigo visto que eu possuía o perfil que eles buscavam.

5 - O que você faz aqui na universidade?

R.: Eu acompanho a Prof.Msc.Larissa eu a interpreto nas aulas, e também os alunos para ela, de Libras para o português e do português para Libras e auxílio aos alunos que vão em demanda livre para sala do Incluir.

6 - Existem outros intérpretes que também trabalham por empresas terceirizadas?

R.: Sim, todos os intérpretes que prestam serviço aqui são terceirizados por meio de duas empresas a Granato e a Plancel.

7 - Quando Você foi contratado para trabalhar na sala do Incluir, foi para acompanhar a Prof. Larissa, ou foi para ficar e trabalhar no núcleo?

R.: Não. Inicialmente fui contratado para acompanhar um aluno surdo no pólo de Lagarto no curso de enfermagem, chegando lá constatei que ele não possuía a deficiência que necessitaria do meu auxilio, pois fazia uso de aparelho auditivo, então avisei o DEAP, que me enviou a sala do Incluir, onde teve o grande prazer de conhecer a Prof. Dr.^aVerônica.

8 - Quais as dificuldades e necessidades na UFS?

R.: Primeiro o espaço, se percebe a luta da professora Verônica, mais se fala muito da inclusão mais a instituição em sim não tem demonstrado tanto interesse, tem se falado muito

da inclusão mais pouco se tem feito. Segundo a valorização do profissional não por parte da instituição, e sim por parte dos usuários que não valorizam e a clientela se dirige a instituição e a instituição por sua vez acata tudo que o usuário diz sem ouvir a outra parte. Outro problema é desenvolvimento do trabalho é a questão da movimentação dentro da UFS são muitas siglas e ninguém acha nada, fica se batendo de um lado para o outro.

9 - O que você acha e o que você sabe do programa incluir, o que poderia ser modificado melhorado para atender as pessoas?

R.: Primeiro vou dizer o que eu sei o incluir é um programa de ação inclusiva desenvolvido aqui na universidade encabeçado pela professora Verônica, e até hoje graças a Deus continua, e é para atender essa clientela especifica que tenha qualquer tipo de deficiência, no que se refere a inclusão o incluir entra. O que acho é um programa necessário, até porque tem tido muita demanda, mais que infelizmente não tem sido valorizado pela instituição, pois a demanda aumenta a cada dia, hoje o deficiente tem no incluir um farol, e abrindo parêntese a professora Verônica falou ontem que estava cansada que achava que estava enxugando gelo, aquilo eu vi a agonia dela de querer ver fluir ver crescer, e não estava vendo e não tendo a devida importância e atenção, não porque não quer, porque não é culpa dela, e ai cabe sim a quem tem o poder, aí não sei se não faz porque não quer, ou não sabe ainda, ou não conhece o que é o programa, então eu disse professora não fale isso porque hoje todos os deficientes buscam o incluir e mesmo sem conhecer a senhora eles citam o nome da senhora, e perguntam onde é a sala do incluir da professora Verônica ?

10 - O que você acha do programa de inclusão da pessoa com deficiência auditiva?

R.: É uma proposta boa, um projeto bom em relação ao deficiente auditivo, é algo muito bom, só que ainda estamos um pouco atrasados em relação à Bahia que existem até escola bilíngue, as universidades lá têm investidos na área da inclusão, tendo capacitação para o quadro de funcionários, hoje na Bahia o surdo já entra na universidade dispondo do auxílio do interprete de libras, eles tem também já o curso de letras\Libras, como também tomando como base outros estados do nordeste o nosso já está avançando, mais ainda precisamos ir mais além, pois a UFS está no meio desse dilema por um lado falta muito mais por outro já começou enquanto muitas universidades ainda estão no papel, até mesmo porque dentro de um contexto histórico os surdos veem lutando, brigando por seus direitos, tem marcado presença e adquirindo voz e voto, um exemplo claro é o vereador Lucas Aribé apesar de sua deficiência ser visual mais ele obteve o apoio maciço dos surdos, pois os surdos têm estado maciçamente presentes em congressos, encontros, reuniões, enfim onde eles percebem que será importante a sua presença La estão.

11 - O que você acha das cotas, na sua visão pessoal e profissional?

R.: Bom, primeiro vou falar na minha visão pessoal, acho que ninguém tem culpa de ter nascido rico, e se os pais colocam seus filhos em escolas particulares, é porque as escolas públicas não estão oferecendo qualidade e suporte, e acho que quando o governo abre esse precedente é um testado de incompetência e reconhecimento da má educação que eles estão oferecendo aos nossos alunos e para compensar eles intervêm com as cotas, agora minha visão profissional, as cotas são necessárias para equiparar a dicotomia entre os deficientes nesses casos os surdos e os outros candidatos, vejo como uma compensação, por exemplo se eu sei que você não pode correr 10 quilômetros mais sei que você pode correr 5 então eu lhe darei 5 km de vantagens para que assim possamos chegar igualmente, a conta para os deficientes chegou para equilibrar e dar um suporte aqueles que tinha pouquíssimas oportunidades ou nenhuma, por diversas situações entre elas a falta de qualidade do ensino, suporte pedagógico e outras.

12 - Como você acha que o professor pode ajudar mais em sala de aula que tipo de metodologia mais adequado?

R.: Ele pode ajudar escrevendo mais no quadro, usando de figuras, quando estiver falando não ficar de costas, não ficar caminhando enquanto explica o assunto.

13 - Como o professor poderia se utilizar melhor dessa ferramenta que é o intérprete?

R.: Ele pode trabalhar com mais figuras, dando uma atenção a mais ao aluno que está ali presente, tentando em parceria com o intérprete, colocando mais figuras que facilitem a ligação e conexão para a interpretação.

14 – Obrigada.

R.: Por nada.

ANEXO P

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas
Autora: Priscila Dantas Fernandes
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – intérprete Fernando

1 – Qual a sua idade?

R.: 29

2 - Qual a sua formação?

R.: Formado em Licenciatura Letras-Libras pela UFBA e Pós-graduado em Libras.

3 - Quanto tempo que você é intérprete?

R.: Desde 1998, 15 anos. 16 vai fazer, 15!

4 - Você faz cursos na área?

R.: Já fiz. Já participei de muitas oficinas também. Tenho certificados comprovando.

5 - Quanto tempo você trabalha na UFS como intérprete?

R.: Desde o dia 4 de maio desse ano (2013).

6 - Qual a sua dificuldade aqui na Universidade?

R.: Minha dificuldade é um grupo de profissionais da minha área para sentar, formalizar sinais em específico, eu sinto essa falta sabe?! Aqui eu me sinto abandonado em relação a minha profissão. É eu, é Deus cada um por si e Deus por todos eu vejo aqui. Eu ainda não parei aqui para ter contatos com outros, eu não vejo esse tempo e essa disponibilidade das outras pessoas também em se preocupar com isso.

7 - Qual a sua dificuldade em relação à sala de aula?

R.: Sala de aula sempre em início de semestre a minha dificuldade é o conteúdo! Eu tenho que meter as caras nos livros também, estudar para poder a partir daí junto com o aluno formalizar alguns sinais para facilitar minha interpretação, para não ficar só na Datilologia.

8 - Você acha que deveria existir intérprete em cada área?

R.: Não, não existe isso, isso é uma utopia. Seria ótimo se fosse assim, mas é uma utopia. A falta, a demanda que a gente tem no mercado, assim em geral... A quantidade que temos de alunos surdos para a quantidade de intérpretes, para colocar cada intérprete em cada área, é muita comodidade no meu ponto de vista.

9 - O que você acha do programa INCLUIR?

R.: O programa INCLUIR é indispensável numa instituição federal, só que na área da surdez eu acredito que poderia investir mais. Nas outras áreas eu ainda não tenho conhecimento como é o projeto aqui, mas na área da surdez eu acho que poderia investir mais.

10 - Quais são as propostas que você acha que poderiam investir?

R.: Um oficinas assim, intensa mesmo para mostrar a língua de sinais para a comunidade universitária, poderia também para cada semestre ou bimestre poderia ter alguns encontros entre os profissionais da área, para auxiliar, acho que o ideal seria os professores e os alunos. Eu particularmente, nunca participei das reuniões dos professores para poder colocar meu ponto de vista. Em sala de aula sempre eu estou sendo a voz do aluno, mas em particular o aluno sempre pede minha opinião aí eu coloco meu ponto de vista pra ele, mas eu não tenho liberdade para colocar meu ponto de vista para o professor, a não ser é claro, quando o professor pergunta minha opinião. Então eu acho que em relação a surdez a gente poderia ter essa força, esse ganho se tivéssemos esse espaço aqui, eu acho que tem condição de ter, mas ainda... Talvez pelo tempo.

11 - Qual a reação dos professores quando você chega em sala de aula? É aspecto positivo, negativo?

R.: Aspecto positivo. Justamente eu acho que é porque já tem um tempo que têm fundos aqui na universidade. Em outros espaços quando eu chegava em sala de aula, primeira vez nos primeiros dias de aula, os professores se assustavam. Já cheguei até ser obrigado interpretar de um jeito em um canto da sala, o professor nos obrigou, não aqui na UFS... Mas aqui na UFS eu nunca tive problema. Esse choque assim cultural...

12 - Mas os professores deixam tudo para você? Você é o professor do aluno, ou apenas exerce como um suporte, um mediador?

R.: Eu tento sempre deixo claro para o professor e para o aluno que eu sou o mediador, quem vai avaliar o aluno é o professor, e quando o aluno deseja tirar alguma dúvida, eu sempre deixo claro que é para ser tirada com o professor. Sempre tem uma aula que “professor da uma ajuda aqui, por favor”. Por mais que eu saiba, por mais que eu entenda do conteúdo, eu sempre direciono ao professor.

13 - Sobre a inclusão das pessoas com deficiência aqui na universidade, qual a sua opinião?

R.: Como eu afirmei antes, eu ainda não conheço as outras necessidades, como a cegueira, locomoção, tal... Mas com relação a surdez, pra mim eu fiquei surpreso com o a demanda do intérprete para cada surdo, eu achei bem positivo. Não sei a qualidade de interpretação dos meus colegas, para dizer se é um bom ou não intérprete, mas a iniciativa é muito boa, está incluindo, não é só colocar o intérprete na sala de aula, vai significar que vai ter essa acessibilidade total, mas ao menos é uma proposta muito positiva, é um bom caminho, eu acho que o ponto principal é esse, e a partir daí políticas públicas de conscientização para professor, coordenação em relação não a uma avaliação diferenciada, não é isso! Mas eu digo em relação a cultura surda para eles conhecerem como é o ambiente do surdo em sala de aula, eu acho que as vezes falta isso. Os professores falam rápido, alunos interrompendo a aula para fazerem comentários e não se preocupam que ali na sala está havendo uma interpretação de uma língua para outra. Se eu não colocar o freio neles, eles atropelam mesmo. As informações vão passando, vão passando, vão passando e eu não vou conseguir passar para o aluno, daí eu sempre coloco um freio. “Falaram o que ali professor?” “O senhor poderia explicar de novo?” até mesmo para o aluno, “falaram o que ali que eu não ouvi?”, eu tenho que colocar esse freio, porque se não...

14 - Em relação às cadeiras, você senta na frente, pede para o aluno sair, não tem essa sensibilização?

R.: No início do semestre era complicado porque eu percebia que Pablo, eu percebia que Pablo era um pouco tímido para fazer... Poder fazer essa intervenção, eu que tinha que tomar as atitudes de pedir licença tal... Um ou outro já sabia que ele gostava né, preferia... Talvez eu acho que eles achavam que ele gostava de sentar na frente, mas não sabiam o motivo da necessidade do aluno sentar ali na frente. Ai um ou outro não sentava naquela cadeira.

15 - Todos sabem dessa necessidade dele?

R.: Agora no final do semestre, sim, todos sabem! Mas no início, no início eu achava que o pessoal achava que eu era algum parente ou empregado da família dele que acompanhava a aula. Não tinha essa visão que ele era um aluno com necessidade especial e que eu era um funcionário da casa e que eu estava ali para facilitar as aulas. Geralmente numa instituição particular, o coordenador da turma chega na turma nos primeiros dias, apresentam o intérprete, explica a necessidade daquele intérprete ali e que ele vai acompanhar todo o semestre aquele aluno. Aqui na UFS eu não vi isso, eu nem me apresentei, eu acho que aqui tem alunos que nem sabem o meu nome na sala de aula, que nunca me deram um “oi”, nunca me deram um “bom dia”, eu chego na sala e digo, “bom dia turma” alguns respondiam “bom dia” tal... Que eu nunca me apresentei para a turma, ai quando eles chegavam para conversar com Pablo, ai perguntavam, “ei qual é o seu nome?” ai eu dizia, porque não... É, uma pessoa para apresentar e explicar para a turma, ó: Vocês estarão estudando com um surdo e ele vai estar sendo acompanhado por um intérprete, vai ser um colega de vocês, entendeu? Eu senti essa falta também aqui!

16 - Você substitui algum um intérprete quando o mesmo falta?

R.: Já pediram para eu ficar, mas ouve contra tempo, o surdo acabou vindo participar do... E também já aconteceu comigo porque as duas vezes por conta da alergia que eu tenho a ácaro atacou e eu fiquei impossibilitado de vir trabalhar, meus lábios incharam. Eu entrei em contato com o DEAP, e o DEAP mesmo entrou em contato com outro intérprete, ai eu não sei se ele veio, ou não, não sei.

17 - Quais são as metodologias dos professores que eu estava observando?

R.: Assim, eles não podem facilitar para os surdos, porque, é igual a todos. E também em relação a metodologia, eu acho que no início, não agora no final desse semestre que agora alguns ficaram atentos para isso, no início era questão da rapidez, na velocidade de passar o conteúdo e falar rápido. Alguns se preocuparam e chegavam, “Está entendendo?” e ai eu sempre dizia, “sim estou entendendo” Mas na verdade a gente não está vendo se está entendendo ou não, a rapidez de passar das informações, devido ao atraso do início do semestre, eu não sei se foi isso. A metodologia é assim, muito rápida, eles poderiam ter uma metodologia mais visual para atender ao aluno surdo, sabe!? Especificar mais aquele determinado conteúdo, não apenas jogar a parte teórica no quadro. Eu acho que essas coisas poderiam ser adaptadas, talvez pela inexperiência de alguns professores nunca terem ensinado a um aluno surdo.

18 - O que você acha sobre as cotas?

R.: Se o governo não se preocupou a alguns anos atrás em dar uma educação, até hoje?! Infelizmente! Em dar uma educação básica para essas pessoas, para os surdos garantir essa acessibilidade. Eles têm esse atraso na escolaridade deles, muitos com mais de 18 anos que ainda estão no ensino fundamental. Se eles não se preocuparam esse ensino de qualidade, hoje

em dia, não por ser surdo, porque eu não vejo um surdo como uma apologia, mas pelo atraso que eles tiveram na carreira deles escolar, eu acho justo sim, essa cota para o surdo.

19 - Sobre as disciplinas de exatas, você acha que os surdos têm dificuldade por serem surdos, ou pela dificuldade das ciências exatas ser difícil mesmo?

R.: É comprovado que o surdo tem mais habilidade na área de exatas do que na de humanas. Muitos surdos são feras em matemática por ser uma disciplina visual que não depende da interpretação, muitas vezes o intérprete não precisa nem precisa sinalizar, muitas vezes eles preferem olhar para o resultado da questão no quadro, que eles conseguem captar melhor do que com a interpretação. A interpretação só entra quando o professor vai contar algum problema envolvendo aquela... Aquele cálculo para poder interpretar onde encaixar aquelas funções daquele cálculo.

20 - Sobre os ambientes aqui da universidade, o aluno tem dificuldade? Você já teve dificuldade com ele com relação à reitoria, biblioteca, banco?

R.: Nós somos pagos para acompanhar o dia a dia do aluno, o horário do aluno. Fora de sala de aula eu sempre acompanhei ele quando precisava em banco, biblioteca, reitoria, DAA, DEAP, sempre acompanhei ele. Mas mesmo sem um intérprete, os surdos aqui, têm também essa independência, aqui eles aprendem a serem muito independentes, eles aprendem a não depender do intérprete. Na comunicação ele não tem problema porque ele adquire o português também, ele sabe oralizar e também sabe escrever. A dificuldade dele é só quando a pessoa não responde às perguntas dele olhando para ele, olhando pro lado, aí ele tem dificuldade de captar o som, mas quando a pessoa responde para ele de frente ele consegue oralizar.

21 - Você já percebeu algum preconceito em sala de aula ou fora da sala de aula, aqui na universidade?

R.: Rapaz... Preconceito eu ainda não tive a sorte de ver, porque se um dia eu tiver essa sorte de ver, coitada da pessoa... Mas, as vezes as pessoas ficam assim olhando nós dois sinalizando alguns passam e falam, “pô, que legal!”, “que bonito!”, no resun mesmo, no restaurante as vezes eles almoçavam no mesmo horário sinalizando tal..., e todo mundo quando passava ficava assim olhando e fala assim: “ó pra lá”. Mas, nenhum preconceito. Já está na consciência do povo, que aqui é uma universidade né!? Que está aberta para todas as pessoas.

22 - Com relação aos aspectos positivos e negativos da inclusão das pessoas com deficiência:

R.: Positivo é a oportunidade de ele poder ter uma formação acadêmica e negativo é que muitas vezes um professor não está preparado, não tem a preparação para lhe dar com uma pessoa surda... Sobre os colegas, acho que no dia a dia, eles vão se conhecendo, porque também um surdo não está preparado pra poder... Muitos surdos que entram, aqui com, é... os que nunca tiveram contato com o ensino superior, entram aqui no costume que vai ter o mesmo tratamento que tinham no ensino médio sabe!?, falta só a preparação dos dois lados, mais para o lado dos professores porque poderia ter mais oficinas, cursos, palestras para poder conhecer o que é a surdez. Eu acho que futuramente, quem sabe a instituição até mesmo incluir possa criar esses projetos.

23 - O que você acha em relação ao bilinguismo?

R.: O bilinguismo é excepcional, é muito importante. Pelos surdos estarem inseridos num país onde a língua oficial seja o Português, eles não podem desprezar essa língua oral, entendeu? Mas também a sociedade não pode impor que o surdo aprenda a falar o português, o surdo tem de se preocupar com o português escrito porque é a segunda língua deles, na sociedade

eles sempre vão encontrar as barreiras de comunicação, então eu acho indispensável eles adquirirem essa língua.

24 – Obrigada.

R.: Por nada.

ANEXO Q

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA –
NPGECIMA

Pesquisa: Inclusão de Surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas de Exatas

Autora: Priscila Dantas Fernandes

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza

Entrevista – intérprete Rosa

1 - Qual sua idade?

R.: 42 anos.

2 - Qual sua formação?

R.: Formada em Letras-Libras Bacharelado em Salvador.

3 - Quanto tempo você é intérprete e quanto tempo trabalha na UFS?

R.: 15 anos. Na universidade, trabalho há mais de 1 ano.

4 - Você fez cursos na área?

R.: Sim. Fora a graduação, fiz o curso de Libras Básico.

5 - Quais as dificuldades que você encontrou na UFS sobre seu trabalho?

R.: A metodologia de ensino dos professores. A maioria não tem conhecimento que existe um aluno surdo na sala de aula e não faz questão sequer de procurar nem o aluno e muito menos com o intérprete.

6 - O que você acha que deveria ser feito?

R.: Já que existe um departamento específico aqui na universidade para isso e já que existe uma professora surda, eu acho que deveria existir mais palestras, mais informativos, mais cartazes, mais rádio, como existe um programa de rádio aqui. Acredito que ninguém nunca convidou ninguém para falar sobre isso, sobre essa inclusão. Aqui dentro da universidade tem uma professora surda, independente do que tenham opinião sobre ela, ela é uma professora surda, a única professora da universidade, acho que ela deveria ser mais aproveitada, porque na maioria das vezes são os ouvintes que opinam e os ouvintes não tem o conhecimento real de fato sobre o que é a comunidade surda, o que é a Língua de Sinais e quais são suas dificuldades. Quando eles se manifestam sobre qualquer opinião, são logo tachados de chatos...

7 - Qual a sua relação com os professores e com os alunos?

R.: Me dou bem com todos.

8 - O que você percebe quando está a frente interpretando e também quando interrompe o professor por algum motivo?

R.: É complicado, é uma realidade diferente. Uma das coisas que a universidade fala é que você tem que estar com o professor e eu gosto de estar de junto do professor porque quando o professor está falando, o surdo é muito desconfiado, ele avalia se realmente o que você está interpretando, é o que o professor está falando, então, a partir do momento que estou do lado dele, o surdo tem como visualizar a fisionomia, os gestos, a fala, então ele pode comparar tanto a Libras ou aquilo que falta em mim, ele consegue constituir no professor. Eu tento ponderar. O problema aqui, é que os professores se movimentam muito, são desorganizados, escrevem as coisas muito bagunçadas, falam muito rápido, uma linguagem muito técnica. O outro professor também é muito complicado, ele se perdia com a gente, quando a gente perguntava algo, ele se perdia e ficava: “hã? hã?”, ele perdia um pouco o raciocínio. Dava mais certo quando a gente ia pra sala dele, algumas vezes nós fomos e o entendimento dela era muito melhor que na sala de aula. Acho que é isso que falta aqui, os professores não sabem lidar com os alunos. Eles perdem a linha de raciocínio, como aconteceu várias vezes e isso dificulta meu trabalho porque eu fico parando toda hora eles. Eu ouvi o professor falar que a aula está atrasada pelo fato de ter a aluna e conseqüentemente eu não, porque eu que paro a aula, o que eu não entendo eu pergunto, porque eu não quero passar nada daquilo que eu não sei. É difícil a gente se posicionar, porque é um incômodo, a gente percebe.

9 - Qual sua opinião com relação a interpretar disciplinas matemáticas, uma vez que você não é da área?

R.: O correto seria que cada intérprete interpretasse sua área de formação. Quando eu quis trilhar esse caminho... Na verdade, disciplinas matemáticas não têm o que interpretar, é tudo visual, tanto que acho que ela entende melhor quando não estou. O problema aqui é que o professor não é organizado, se ele fosse mais organizado e tivesse mais clareza, detalhasse mais, ela entenderia muito mais do que comigo, eu tenho plena convicção disso. O outro professor é mais organizado, mas é muito complicado trabalhar com ele também...

10 - Vocês chegaram a conversar com os professores sobre essa organização no quadro?

R.: Já, mas não tem assim, um interesse. A gente percebe logo no diálogo, se existisse interesse, pararia, viria e perguntaria como a gente faz, como o professor de Circuitos Digitais, ele se disponibiliza, leva a gente pra sala dele, ele senta com ela, tira as dúvidas, tem uma grande preocupação. Assim, tudo vai de pessoa a pessoa e infelizmente nem todos tem essa preocupação. Eu acho que a convivência com o outro diferente quando não parte de uma coisa já de casa, de adolescência, de vivência, numa idade dessa não consegue aderir e eu vejo uma indiferença porque não conhece, de fato, não tem ninguém na família, não conhece ninguém... Coisas que deixam as pessoas mais sensíveis e que tem mais facilidade de lidar com o outro diferente. As crianças, elas são mais fáceis de lidar, de aceitar do que o adulto.

11 - Quando você não pode vir, por algum motivo, o que você faz?

R.: Quando eu não posso vim, eu recorro aos intérpretes da sala de inclusão, quando podem vim. E mesmo assim ela não gosta, tem alguns que ela não gosta e prefere ficar só, porque a interpretação não é de acordo, ela diz que é mais Português sinalizado, só que ela é tão ética que ela não comenta isso com a pessoa, ela prefere ficar só. E assim, ao depender da aula, eu sei que ela se sente segura sozinha. Quando não, ela me chama, a gente vai até o professor para falar sobre o assunto. Mas nunca tive dificuldade não.

12 - Você percebe alguma diferença na relação dos professores e colegas para com ela?

R.: Tem algumas pessoas que se aproximam mais dela, eu deixo ela, as vezes, só para ela poder interagir, porque não é bom ficar o tempo todo interpretando, em cima dela, as vezes eu largo ela só, vou caminhando mais pra frente, para os colegas conseguirem se comunicar, se

virar, pegar o celular, escrever qualquer coisa, ir no quadro, ela se vira muito bem. Tem colegas aqui que se aproximam mais, brincam. Ela é muito simpática, é muito boa de lidar, ela gosta muito de mexer com um, mexer com outro.

13 - Você já percebeu algum preconceito com relação aos professores, colegas e na universidade com relação a ela?

R.: Eu acho que sempre tem, principalmente porque eles se questionam: “Como ela consegue?”. Ontem mesmo eu estava falando que a admiro... Porque numa prova mesmo de ontem de Lógica, ela conseguiu fazer, pessoas ouvintes tiraram 2,0; 2,5; 3,0 e ela tirou 5,0. As pessoas subestimam muito os surdos, acham que eles não têm capacidade, ficam o tempo todo perguntando a ela: “Você estudou? Você fez o trabalho?”

14 - O que você acha sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência aqui na UFS?

R.: Eu não vejo nada, sabe por quê? Dia 26 de setembro é o dia Nacional do Surdo, e eu tive na sala e não vi nenhum cartaz parabenizando o surdo pelo seu dia, ninguém nem sabia. É um departamento que até desisti de ir lá, não se envolvem com a causa, eu vejo mais a questão de status... Não vejo ninguém passar por aqui para saber se está tudo bem, para saber se está precisando de algum auxílio... Se eu, que trabalho na área não respeita o surdo, como posso dizer que abracei a causa? Uma coisa que sempre presei foi a questão do respeito, eu acho assim, por exemplo, ela está ali escrevendo, ela tá doida pra saber o que é que a gente está conversando aqui. De direito, era para gente está conversando em Libras pra ela saber o que a gente. Aqui eu não vejo essas coisas, essa preocupação. Se chega um surdo perto de mim, você não se atenta que ele chegou e continua conversando em Português. A gente, por mais que esteja trabalhando na área, a gente nunca tem essa preocupação com os surdos e eles observam isso, essa dificuldade, esse respeito, essa coisa de tá falando mal, eles sabem quando a pessoa tá falando mal deles, eles percebem na hora. A primeira vez que eu tive aqui, eu fui lá com a aluna no Incluir e pedi para que alguém conversasse com os professores, que a gente tava tendo dificuldades, os professores estavam sem entender o que é que era intérprete. Fomos lá outra vez e eu percebo que é um incomodo você chegar lá e pedi alguma coisa. Eu nunca vi ninguém vim aqui, passar aqui no corredor pra saber: “E aí professor, como está a aluna, a intérprete?”, tinha que ter pelo menos uma pessoa para estar indo nos departamentos, de Matemática, de Química, de Física, conversar e fazer uma reunião, fazer comunicado como deve se dirigir pra um surdo.

15 - Como foram as avaliações dela nas disciplinas? Quais as dificuldades?

R.: Foi normal. As dificuldades dela é a questão de estudar mesmo, eu acho que ela devia estudar mais mesmo, ela deixa para estudar de última hora. Ela é uma menina muito inteligente, o problema é que ela é desorganizada.

16 - O que você acha sobre os ambientes aqui da UFS, com relação à inclusão?

R.: Quem sabe Libras aqui? Pergunte na biblioteca se alguém sabe se comunicar. Mas ninguém sabe Libras, pergunte quem é que sabe Libras nos departamentos todos da UFS. Não existe inclusão aqui não, intérprete na sala de aula não é inclusão também não. Na realidade, a gente está assumindo uma responsabilidade sobrecarregada do que o professor tinha que fazer aqui, eles tinham que ter uma metodologia diferente.

17 - Você acha que não deveria ter interprete na sala?

R.: Deveria, só que a responsabilidade fica com a gente. Pegar a gente com um deficiente e jogar numa sala de aula, não é inclusão. As pessoas não têm interesse na causa.

18 - O que você acha que poderia mudar e/ou permanecer na UFS sobre a inclusão dos alunos com deficiência auditiva?

R.: Trazer ideias novas. Acho que deveria mudar a direção do departamento de inclusão, trazer pessoas diferentes. Acho que muita coisa tem pra fazer, tudo é força de vontade.

19 - Obrigada.

R.: Por nada.